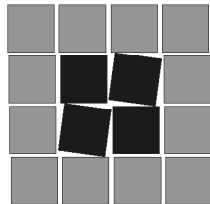


# REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS



## *A Família na Literatura*

Universidade Federal do Ceará  
2007

## **Revista de Ciências Sociais**

Volume 38 – número 2 - 2007

Publicação do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Centro de Humanidades da Universidade Federal do Ceará

Membro da International Sociological Association (ISA)

ISSN.BL 0041-8862

### **Comissão Editorial**

Eduardo Diatahy Bezerra de Menezes, Irllys Alencar Firmo Barreira e Maria Sulamita de Almeida Vieira

### **Conselho Editorial**

Bela Feldman-Bianco (UNICAMP), Céli Regina Jardim Pinto (UFRGS), César Barreira (UFC), Fernanda Sobral (UnB), Daniel Soares Lins (UFC), Inaiá Maria Moreira de Carvalho (UFBA), Ismael de Andrade Pordeus Júnior (UFC), Jawdat Abu-El-Haj (UFC), Linda Maria de Pontes Gondim (UFC), Lucio Oliver Costilla (UNAM), Luiz Felipe Baeta Neves (UERJ), Manfredo Oliveira (UFC), Maria Helena Vilas Boas Concone (OUC-SP), Mirtes Miriam Amorim (UFC), Moacir Palmeira (UFRJ) e Ruben George Oliven (UFRGS).

### **Edição**

Organização: Moacir Palmeira

Projeto gráfico: Fernanda do Val

Editores eletrônicos: Adimilson de Andrade

Revisão: Sulamita Vieira

### **Endereço para correspondência**

Revista de Ciências Sociais

Departamento de Ciências Sociais

Centro de Humanidades – Universidade Federal do Ceará

Av. da Universidade, 2995, 1º andar, Benfica

60.020-181 Fortaleza, Ceará / BRASIL

Tel./Fax: (85) 33-66-74-21 / 33-66-74-16

E-mail: rcsociaisufc@bol.com.br

### **Publicação semestral**

Solicita-se permuta / Exchange desired

# SUMÁRIO

4 Nota Editorial

## **Dossiê: A FAMÍLIA NA LITERATURA**

5 APRESENTAÇÃO

Moacir Palmeira e John Comerford

8 A CASA GRANDE, A FAZENDA E A CORTE: REFLEXÕES SOBRE FAMÍLIAS, CONFLITOS E ALIANÇAS EM *O TRONCO DO IPÊ*

Fernanda Delvalhas Piccolo

27 A “MACHO E FÊMEA” E A FAMÍLIA: *LUZIA-HOMEM* E O SERTÃO CEARENSE

Nilson Almino de Freitas

41 BREJEIROS E SERTANEJOS: OS DAQUI E OS DE LÁ. UMA ANÁLISE DO CONCEITO DE FAMÍLIA A PARTIR DE *A BAGACEIRA*

Simone Silva

47 *O MOLEQUE RICARDO* COMO CRÔNICA DE VIDA DE FAMÍLIAS NEGRAS URBANAS NA ÉPOCA DA DECADÊNCIA DO PATRIARCALISMO

María Elvira Díaz Benítez

67 SERRA DOS PADRES: REFÚGIO E HISTÓRIA. UMA APROXIMAÇÃO ETNOGRÁFICA DO *MEMORIAL DE MARIA MOURA*

Andrea Lacombe

## **Artigos**

74 OS VICE-REIS DO NORTE: RECONVERSÃO DE ELITES AGRÁRIAS E A REVOLUÇÃO DE 1930 (1920-1964)

Afrânio Garcia Júnior

88 A USINA E A VARANDA: A TEATRALIZAÇÃO DA DOMINAÇÃO PATRONAL

José Sérgio Leite Lopes e Rosilene Alvim

## **Ensaio bibliográfico**

105 SOBRE LA UNIÓN EN LA DIVISIÓN: ALGUNAS REFLEXIONES ACERCA DE LAS LUCHAS DE FAMILIA COMO OBJETO ANTROPOLÓGICO

Julieta Quirós

## **Resenhas**

115 O LUGAR DA SANFONA

Ana Cesaltina Barbosa Marques

118 CARTAS A NELSON ALGREN...

Maria Inês Detsi de Andrade Santos

## NOTA EDITORIAL

Para esta edição da Revista, recebemos a generosa colaboração do doutor Moacir Palmeira (professor do Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro), que, por duas vezes, atuou no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFC, na condição de Professor Visitante. Agora, gentilmente, organizou este conjunto de artigos em que, conforme explicita na *Apresentação*, os autores analisam o conceito de família, articulando formulações de especialistas, no campo das ciências sociais, e o conteúdo de alguns romances da literatura brasileira.

A Comissão Editorial

## APRESENTAÇÃO

Os textos que se seguem nos oferecem uma leitura criativa de alguns romances de conhecidos escritores brasileiros, escritos entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX. Essa leitura se fez inspirada nas discussões travadas em um curso sobre “Família e Política”, realizado em 2003 no PPGAS/Museu Nacional-UFRJ<sup>1</sup>, que enfocou as relações constitutivas do universo da família, e as relações destas com a política, no Brasil, a partir da leitura de autores consagrados tais como Gilberto Freyre, Antonio Cândido, Costa Pinto e Emilio Willems, bem como de etnografias mais recentes. Por essa razão, é preciso enfatizar, logo de partida, que a leitura realizada não tem a pretensão de dialogar com os estudos de crítica ou de história da literatura, nem discutir os romances no contexto literário da obra de qualquer dos autores lidos, tarefas para os especialistas nessas áreas. Dada a perspectiva antropológica adotada, e inspirados pelas leituras do mencionado curso, os trabalhos a seguir tratam os escritores como “nativos”, que compartilham de esquemas de apreensão constitutivos do universo social que descrevem em suas obras, e, ao mesmo tempo, como observadores, intérpretes e atores da sociedade em que viviam.

Ainda que fruto de leituras atentas dos textos dos escritores, esses artigos não estão centrados numa análise “textualista” dos romances. Eles buscam, antes, colocar em diálogo esses romances e a reflexão sociológica sobre alguns temas que estão solidamente inscritos na trama narrada e nos dramas de seus protagonistas. O esforço empreendido resulta na identificação e destaque de uma constelação de noções que sustenta “por dentro” tramas, dramas e personagens imaginados pelos autores. Nos romances escolhidos, a “família” é absolutamente fundamental. Pode-se dizer que é com o suporte ativo de um arcabouço relativamente compartilhado de noções associadas à moral familiar que as tramas se desenrolam e que os protagonistas se constituem como tais.

1 Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Assim, ainda que temas como a identidade nacional e regional, a oposição entre campo e cidade, as relações de trabalho, a religiosidade também atravessem e sustentem tramas e personagens, e que isso seja assinalado nos artigos aqui apresentados, o eixo em torno do qual, não gratuitamente, esses trabalhos concentram seus esforços analíticos é a família e todo o léxico moral que lhe é correlato. E esse léxico não é um agregado de termos “soltos”, mas um modo de relacionar termos entre si e com outras “constelações” de termos – referentes a temas como os assinalados anteriormente. Sobre esse léxico e sobre tais relações, os trabalhos a seguir nos dão valiosas pistas de análises.

Não se trata apenas, porém, de identificar um ou alguns conjuntos de termos e o modo pelo qual esses termos estão relacionados entre si, mas também de apontar a maneira pela qual aparecem em uso, na construção dos romancistas, seja ao sustentar a verossimilhança das tramas e dos personagens, seja ao indicar como excepcionais personagens e tramas em relação àquilo que é socialmente esperado e consagrado.

Os trabalhos nos mostram uma “família” que é indissociável da honra, do nome, da afirmação da virtude coletiva; ou seja, uma família cujo efeito pragmático é o posicionamento recíproco dos atores sociais, ponto de partida e de chegada das tramas narradas. Também nos mostram uma família que é pensada e esperada como proteção, ou antes, uma sociedade em que a proteção é um valor e uma necessidade, inseparável da família ou de formas socialmente reconhecidas de familiarização; e em que a proteção da família representa também uma forma de privilégio socialmente reconhecido e valorizado. Mostramos, igualmente, a complexidade das obrigações, da solidariedade e, em grau semelhante, das rupturas e conflitos, dentro da rede familiar. Rede esta onde há lugar para pais e filhos, maridos e mulheres, irmãos e cunhados, compadres e agregados, com determinadas expectativas em relação a cada lugar desses, mas tam-

bém com a permanente possibilidade de rupturas e inversões. Mostram, ainda, a diversidade daquilo que se chama “família”, apontando para modelos e práticas conformando um campo considerável de variações e não para a vigência de um modelo único, “patriarcal”, de família, ao lado de versões empobrecidas ou desorganizadas desse modelo, como sustentaram em certo momento diversas análises sociológicas sobre o tema.

A família, com as características que as análises a seguir nos mostram, não é algo que possa ser classificado simplesmente como conformando a “vida privada”. Nos romances, as questões “privadas”, referentes às relações internas à família, aos casamentos, à moral sexual, à generosidade pessoal, ao amparo, à casa são constitutivas, sem descontinuidade, das relações sociais nas mais diferentes esferas “extra-domésticas”: no trabalho, na política, na configuração territorial, nos conflitos armados, na percepção das identidades sociais mais amplas, na visão de mundo.

Em sua análise de *O Tronco do Ipê*, Fernanda Piccollo mostra, por exemplo, como o universo social centrado na casa-grande de uma fazenda cafeeira do Vale do Paraíba fluminense é indissociável da corte – sugerindo que, conseqüentemente, a vida da corte não poderia ser concebida dissociada do cotidiano “privado” das fazendas e das redes familiares aí localizadas. A divisão de trabalho entre a produção das alianças matrimoniais, predominantemente a cargo das mulheres, e as alianças políticas, predominantemente a cargo dos homens, não implica a conformação de esferas estanques – a casa da fazenda aparece como centro de redes interdependentes de alianças com dimensões tanto de parentesco como políticas e econômicas, bem como um universo de formação de estilos de vida e formas de sociabilidade que atravessam a sociedade, bem como um lugar de reprodução dos valores que a regulam – fidelidade, honra, amizade, generosidade. Mas todos esses valores aparecem ameaçados, a cada momento, por intrigas vinculadas à busca de riqueza e influência. Já no romance *Luzia Homem*, tal como abordado por Nilson Freitas, o encontro entre sertanejos desterrados pela seca de fins do século XIX e a cidade (Sobral-Ce) coloca dramaticamente em evidência os desencontros entre os valores da honradez e da virtude e o universo urbano,

apresentado como lugar dos interesses e da prepotência dos poderosos. O desterro dos sertanejos de seu lugar – visto como *locus* de valores essenciais da sociedade, realizados nos laços de solidariedade familiar – é também um permanente risco à sua honra, que precisa ser defendida na situação de liminaridade ali produzida. Luzia acaba, paradoxalmente, encarnando em alto grau esses valores, associados a princípio à masculinidade. Isso, em alguma medida, também é tratado, por outras vias, no romance *Memorial de Maria Moura*, analisado por Andréa Lacombe. Nesse caso, o desterro e a ausência de lugar (físico e social) é ocasionado por uma intriga familiar, que faz com que um segmento da família seja exilado do lugar que lhe caberia, a casa onde poderia estabelecer-se como família reconhecida pela sociedade. Também nesse caso, é paradoxalmente uma mulher que vai assumir o papel concebido usualmente, naquela sociedade, como masculino, e lançar-se em defesa da honra e do lugar da família, trazendo para junto de sua proteção e autoridade os homens em armas, que a analista aproxima do “clã feudal” de Oliveira Vianna. O romance de José Américo de Almeida, *A bagaceira*, por sua vez, tal como analisado por Simone Silva, também fala de deslocamento e ameaças à honra, encarnada na família. Nesse caso, trata-se dos sertanejos que vão para a região do Brejo paraibano. Nesse movimento, colocam em risco os valores cultivados quando estão em seu lugar próprio, o sertão, não podendo senão defender ardorosamente tais valores no novo lugar, sob pena de dissolução social e pessoal. É em torno dessa tensão, que ameaça a coesão e a solidariedade da família, que os sertanejos buscam formas de recomposição desse universo de valores e relações e afirmam sua identidade diante dos “outros”. O confronto com os brejeiros delimita uma situação em que acionar a identidade sertaneja era necessário, e essa identidade estava intimamente entretida com a linguagem e os valores da família. No caso do texto de Maria Elvira Benitez, a autora busca no romance *Moleque Ricardo*, de José Lins do Rêgo, pistas para refletir sobre a conformação da família negra e suas transformações no pós-abolição. Ainda que o romance tenha como foco a situação do operariado urbano, a partir do personagem Ricardo, toda a descrição está atravessada pelas relações familiares. A autora percebe, no livro,

a distância entre os ideais patriarcais de família e as práticas familiares populares em Recife. Mais do que isso, porém, percebe o dinâmico campo de variações de modelos e práticas familiares, constitutivo daquela sociedade; e a posição ambígua, e por isso mesmo dramática, do protagonista (mas não só dele) em meio a essas variações. A autora também ressalta as pistas trazidas por Lins do Rêgo sobre as relações de gênero tal como se apresentam, diversificadas, como parte da gama de práticas e modelos familiares em jogo na situação descrita; sobre as relações entre distinções raciais, gênero e família; e aponta, ainda, as indicações contidas no livro sobre a complexidade das relações entre família e mobilização operária.

Com sensibilidade, as autoras e o autor dos artigos que se seguem souberam efetivamente produzir reflexão antropológica a partir da leitura de alguns romances consagrados. Sem confundir os romances com etnografias ou estudos sociológicos, conseguiram encontrar neles as noções que permitiram, internamente, a construção da trama, e na relação com os leitores, o efeito dramático – noções que ao mesmo tempo aproximavam a reflexão sociológica sobre a família e o campo literário. Tais noções, não por acaso captadas e elaboradas literariamente pelos romancistas, eram certamente focos centrais de articulação de sentido (e de disputas cotidianas por atribuição de sentido) na sociedade em que viviam tais escritores. O fato de poderem ser reelaboradas em diálogo com as discussões sociológicas e antropológicas contemporâneas aos escritores, e também mais recentes, sugere o quanto essas noções apontam para questões centrais e duradouras, concernentes às maneiras pelas quais se fazem e se pensam as relações sociais. Os resultados apresentados pelos textos que se seguem nos ajudam a perceber a complexidade da relação entre família e sociedade no Brasil, e da própria noção de família. Mais do que simplesmente um grupo de indivíduos ou uma unidade bem delimitada e estatisticamente quantificável, a família surge como uma categoria que dá sentido (porém, de maneira bem variável) a práticas de conflito e de solidariedade (igualmente variáveis).

A diversidade de contextos descritos nos livros, ao ser posta em conjunto pelas análises em torno do eixo “família”, sugere uma relação entre, por um lado,

o modo pelo qual a noção “família” é usada e a unidade social “família” opera; e, por outro lado, aquilo que em cada contexto está em jogo: as distinções e a tensão entre brejeiros e sertanejos, entre pobres/pretos e brancos/ricos e entre operários e patrões; a competição econômica e política entre segmentos da elite escravocrata fluminense, disputas territoriais armadas no sertão, a dominação pela cidade da população rural em situação crítica, o peso político dos fazendeiros de café na corte, e, para não deixar de fora um par marcante no pensamento social brasileiro, a relação ambígua entre a casa grande e a senzala. Mais do que isso, porém, o conjunto das leituras aqui apresentadas parece sugerir que a noção de família é fundamental para a própria delimitação de sentido que constitui o “contexto” no qual aquilo que está em jogo pode ser jogado, do ponto de vista dos “jogadores”. Distinções e tensões sociais amplas, diversas, e, numa primeira visada, independentes da vida familiar, funcionam atravessadas por valores e relações familiares, o que certamente tem implicações também para o modo pelo qual se pensam tais valores e relações. Os artigos que se seguem são alguns exemplos da sensibilidade que é necessário ir cultivando para chegar a percepções complexas, interessantes e conceitualmente produtivas sobre a relação entre família e sociedade no Brasil.

John Comerford  
Moacir Palmeira

## A CASA-GRANDE, A FAZENDA E A CORTE: REFLEXÕES SOBRE FAMÍLIAS, CONFLITOS E ALIANÇAS EM O TRONCO DO IPÊ

### INTRODUÇÃO

Reflexões existentes sobre a sociedade brasileira apóiam-se nas relações familiares de outrora (Brasil colonial), e nas atuais, para construírem esquemas interpretativos mais abrangentes. Essas ponderações foram e são feitas a partir de diversos enfoques: literatura, sociologia, antropologia, direito, história, entre outros.<sup>1</sup>

Não raro, esses pontos de vista se cruzam: romancistas lançam mão da realidade para as suas obras; cientistas sociais olham essa literatura como uma das matérias-primas para as suas análises.

Neste artigo, tomo o romance *O Tronco do Ipê*, de José de Alencar (1871), como base descritiva para a reflexão acerca das relações familiares, seus conflitos e arranjos sociais em uma fazenda fluminense no período imperial. José de Alencar, nascido no Ceará em 1829, veio para o Rio de Janeiro quando o pai, um padre, assumiu o cargo de senador desse estado, em 1830. Formou-se na faculdade de Direito de São Paulo, atuou como jornalista, deputado e Ministro da Justiça.<sup>2</sup>

Considerando José de Alencar um homem de seu tempo, é possível tomar o romance *O Tronco do Ipê* como uma expressão plausível de determinado momento (1850-57) e de

FERNANDA DELVALHAS PICCOLO\*

### RESUMO

Este artigo expõe questões suscitadas pelo uso da noção de “família patriarcal brasileira”. Para isso, toma-se como base descritiva e analítica o romance *O tronco do Ipê* (1871), de José de Alencar. Considerando o autor como um homem de seu tempo, toma-se o romance como uma expressão de determinado momento (1850-57) e lugar (interior fluminense) da sociedade brasileira, para refletir acerca das relações familiares, seus conflitos e arranjos sociais em uma fazenda fluminense – cenário do citado romance-, no período imperial. Da análise apresentada, foi possível perceber que aquilo que ficou conhecido como a “família patriarcal brasileira” não deve ser um rótulo que por si só forneça uma explicação ou uma descrição de determinada realidade.

### ABSTRACT

This article brings forth several issues suggested by the use of the notion of “Brazilian patriarchal family”. We have taken as a descriptive and analytical basis the novel *O Tronco do Ipê* (1871), written by José de Alencar. The author’s novel can be taken as a expression of a certain moment (1850-57) and of a certain place (Rio de Janeiro’s countryside) in Brazilian society, and used to reflect about the family relationships: the conflicts and social arrangements on a large farm in the state of Rio de Janeiro, where the novel takes place, during the imperial period. The analysis presented here made it possible to realize that what became known simply as the “Brazilian patriarchal family” cannot by itself explain or describe a given reality.

\* Doutora em Antropologia Social, Museu Nacional / Universidade Federal do Rio de Janeiro.

determinado lugar (interior fluminense) da sociedade brasileira – como uma das “obras que tratam de descrever costumes reais através de um prisma ficcionalizado (isto é, costumes reais ou plausíveis, existentes em alguns sistemas sociais, são, entretanto, apresentados pela ótica de um personagem particular [...])” (DAMATTA, 1994:45). Nesse caso, o personagem particular é o narrador que conduz a narrativa, ou seja, o próprio autor, que também foi um ator social naquele período.

O quadro social “ficcionalizado” no romance serviu, em épocas diferentes, a sociólogos e a antropólogos diversos, tais como Gilberto Freyre – que buscou, também no romance, “materiais subsidiários” para escrever, por exemplo, *Casa-Grande e Senzala* [(1933)1996] –, Oliveira Vianna (1974) e Maria Isaura Pereira de Queiroz (1976), entre outros. Enfim, todos eles, de um modo ou de outro, recorreram à literatura para discutirem e colaborarem na constituição da noção de “família patriarcal brasileira”. Assim, a partir da figura do homem que detinha o capital econômico, o dono da propriedade (posição que lhe conferia prestígio), esses intelectuais se referem aos contextos de existência dessa figura, à



sua rede de relações sociais e aos tipos de relações mantidas com cada um dos outros personagens dessa mesma rede: seus pares, seus escravos, suas famílias (nuclear, extensa, parentela), suas amizades.

Usando essas lentes, li o romance e, no presente artigo, exponho algumas questões suscitadas pelo uso da noção de “família patriarcal brasileira”. Para isso, procuro articular a apresentação do romance, seus personagens principais e os eixos narrativos essenciais, com apreciações possíveis de serem realizadas a partir dessa literatura interpretativa disponível e de seus diferentes autores – clássicos e contemporâneos – que se voltaram para questões semelhantes.

### **A FAZENDA NOSSA SENHORA DO BOQUEIRÃO**

O romance tem como cenário principal a fazenda *Nossa Senhora do Boqueirão*, no interior fluminense, entre 1850 e 1857. No narrar dos fatos, o autor remonta a um evento ocorrido em 1839 para explicar os acontecimentos e, principalmente, os comportamentos dos personagens que compõem, nessa mesma época, a trama.

No período de 1850 a 1857, são abordadas as relações entre o dono da fazenda, o Barão da Espera, Dona Júlia, sua esposa, e Alice, sua filha, com um menino a quem o barão *estima como filho* (Mário) e sua mãe (Dona Francisca); estes últimos moram na fazenda desde que o pai/marido, o então herdeiro do antigo dono da fazenda, morreu, em 1839. Além dessa trama, o romance fala da relação desses personagens com o conselheiro Lopes, Dona Luísa, sua esposa, e Adélia, sua filha, com a viúva do antigo dono (Dona Alina) e seu filho (Lúcio), e o compadre da casa (Senhor Domingos Pais), além de outros personagens que aparecem como periféricos na trama, como o vigário e o subdelegado. Ainda fazem parte da história os escravos, “os pretos” e “as pretas”, principalmente, os da casa-grande.

Conforme se lê no romance, em 1839 ocorrera a morte do filho do antigo dono, seguida do falecimento deste último e da passagem da fazenda para o então proprietário.

A fazenda, quando ativa (antes da chegada do narrador), era composta pela *Casa Grande*, como a chamavam os pretos, localizada no alto de uma colina

[de onde tudo se vê], tendo à sua direita a capelinha de Nossa Senhora. Abaixo, em paralelogramo, encontravam-se as fábricas e as casas de lavoura, a habitação dos administradores da fazenda e a senzala. Havia, ainda, na fazenda monjolo, bolandeiro, moinho, serraria, jardim, horta e vários sítios de recreio. No entanto, o narrador chega a esse local quando tudo desapareceu, as terras foram retalhadas e reunidas a outras propriedades.

*A gente do lugar, tanto os fazendeiros e ricos, como os simples roceiros e agregados, se preocuparam muito durante algum tempo com o desamparo em que o dono deixava uma fazenda tão fértil e aprazível.*

*Alguns atribuíam o fato singular às seduções da corte; e protestavam interiormente não casar suas filhas com homens habituados às delícias da Babilônia fluminense.*

*Outros, que melhor conheciam o dono da fazenda abandonada, desconfiavam de alguma **questão de família**, e falavam de certas complicações a respeito da herança do antigo proprietário.*

*A gente pobre inclinava-se mais à explicação de umas três ou quatro beatas do lugar. Segundo a lição das veneráveis matronas, a causa do desmantelo e ruína da rica propriedade fora o feitiço (p. 6-7).*

Assim como o livro pode ser visto em dois períodos que se cruzam, a reflexão também será feita em duas partes. Na primeira, abordo a história-mote do livro que serve para ali explicar os desencontros e encontros do jovem casal, Mário e Alice, enquanto nós, aqui, abordamos as intrigas e as questões familiares e extrafamiliares dessa rede de relações sociais. Na segunda parte, analiso a casa-grande e a fazenda e as relações sociais estabelecidas entre os personagens nesse cenário.

Pequena história do romance:

Esse novo proprietário [o segundo], que era Figueira, o avô de Mário, trouxera vários escravos e entre eles um molecote de nome Benedito, colaço e pajem do filho José. Pelo tempo adiante o mancebo casou-se e retirou-se da fazenda, agastado com o pai; Benedito, que já tinha mais de quarenta anos, era cativo, não pode acompanhar o senhor moço, como lho pedia o coração [e foi morar, com a autorização de seu senhor, em uma cabana mais afastada] (p. 56-57) [...].

O comendador Figueira, apesar de ser homem de sessenta anos e viúvo havia mais de vinte, por um capricho de velho casou-se com uma sobrinha que educara. Esse casamento inesperado alterou as relações entre o pai e o filho; além da **desigualdade da união**, dava-se a circunstância de estar José mal com a prima, a quem tinha em conta de enredeira, e **a acusava de o ter intrigado com o pai**.

Mal haviam decorrido três meses, que a arrogância de D. Alina, orgulhosa com sua **nova posição**, forçou o enteado a retirar-se da casa paterna. Este fato, habilmente explorado pelo gênio intrigante da madrastra, ainda indispsôs o espírito do comendador Figueira contra o filho, a quem chegou a atribuir projetos sinistros a respeito de sua existência.

Levadas as coisas a este ponto, **cessaram completamente as relações de família**.

José Figueira, que até então se empregara exclusivamente no serviço da fazenda aumentando o patrimônio que devia um dia pertencer-lhe como filho único, vítima de sua lealdade, ficou reduzido a ganhar a vida pelo trabalho e a aceitar o auxílio de alguns fazendeiros a quem indignara o procedimento do comendador.

Nestas estreitas circunstâncias lembrou-se o moço que sua mãe devia ter-lhe deixado por legítima uma parte dos bens do casal, na época de seu falecimento. Até então não se preocupara com isso; e nunca durante tantos anos fizera a seu pai a menor alusão a esse respeito. Nem mesmo sabia se haviam feito inventário e partilhas; confiava tudo na honradez proverbial do velho fazendeiro.

A situação porém era outra agora. Estava reduzido à penúria, e tinha não só de sustentar-se com decência, como de prover ao futuro incerto de sua mulher e filho: Mário contava então dois anos; e o pai, muitas vezes embalando o berço do menino para o acalantar, enxugava a furto as lágrimas que lhe rolavam pelas faces e iam umedecer as brancas faixas.

Obteve José Figueira de um fazendeiro, amigo íntimo do pai, o favor de falar-lhe sobre a questão do inventário. O comendador declarou positivamente que, na ocasião do falecimento de sua primeira mulher, ele não possuía mais do que dívidas, pagas depois com os lucros das colheitas. Se o filho duvidava disso, lhe pusesse **demanda**, que havia de provar em juízo o que dizia.

Concluiu pedindo ao amigo que não lhe falasse mais do filho ingrato, ao qual ele já fazia muito em não deserdar. O comendador não falava certamente da deserdação solene por testamento, nos casos da lei, mas desse meio indireto de que usam muitos pais, colocando simuladamente os bens em nome de terceiro.

D. Alina por muitas vezes tinha insistido na necessidade de tomar essa medida; seus esforços haviam redobrado desde que dera à luz um menino, mais velho um ano e meio que Mário. O comendador porém resistia; **a voz do**

*sangue apesar de tudo ainda repercutia em seu coração.*

*Sabia-se geralmente pelas murmurações dos escravos o que a este respeito ocorria na Casa Grande, e referiram-se até, com todas as particularidades, às altercações violentas que havia freqüentemente entre marido e mulher. O comendador estava sofrendo a punição da leviandade de seu casamento.*

*José Figueira continuava a viver pobremente, trabalhando com o próprio braço. Graças a seu gênio laborioso, à sua calma perseverança, e ao auxílio de um fazendeiro generoso que emprestou-lhe dez contos de réis, tinha esperança de criar ao cabo de alguns anos a abastança para a família e de garantir o futuro (p. 82-83) [...].*

*Estava José Figueira a trabalhar de foice na sua roça, quando chegou de casa a notícia de achar-se doente e muito mal o comendador.*

*Ouvindo essa notícia, o filho tudo esqueceu para lembrar-se unicamente que o enfermo era seu pai. Correu a casa, e montando a cavalo dirigiu-se para a fazenda Nossa Senhora do Boqueirão, que distava cerca de três léguas. Ao aproximar-se, porém, o impulso que o trouxera ia-se desvanecendo [...].*

*– Ele pensará que vim trazido pelo interesse.*

*Nisto Benedito, que o avistara da cabana, corria para ele com as maiores demonstrações de alegria. O preto conservava pelo senhor moço a mesma ardente afeição; e não se passava semana que ele não fosse duas vezes pelo menos visitá-lo em casa, e levar um cesto de frutas, um molho de canas, ou qualquer outra coisa para Mário, a quem apenas começavam a despontar as presas [...].*

*– Vossemecê vai lá?*

*– Não! Disse José Figueira. Vinha com essa intenção, mas tenho medo que ele se zangue por me ver e piore.*

*Apenas o senhor moço afastou-se, Benedito foi à Casa Grande tomar a bênção ao comendador e saber como ele ia. Encostado no braço da cama do enfermo espreitou o momento favorável para contar-lhe o que ocorrera naquela manhã. D. Alina, que desconfiava do preto, veio interrompê-los; mas o enfermo comovido teve tempo de murmurar ao ouvido do escravo fiel:*

*– Dize a ele que venha abraçar-me... (p. 87-88).*

*Então José Figueira, a partir dessa noite, passou a visitá-lo em segredo.*

*Infelizmente, voltando de uma delas, na noite de 15 de janeiro de 1839, José Figueira errou o caminho e precipitou-se no Boqueirão. Ao choque produzido pela notícia de semelhante desgraça, o comendador que estava agonizante não pôde resistir e expirou, tendo sobrevivido ao filho apenas dois dias em que não deu acordo de si (p. 88).*

*Descobriu-se então que o comendador estava na miséria, tudo estava hipotecado, ele estava cheio de dívidas, tendo como maior credor Joaquim de Freitas.*

*Joaquim de Freitas era filho de um simples administrador de fazenda; na idade de treze anos ficara órfão e em extrema pobreza. Seu pai o tinha posto em um colégio em Vassouras, onde ia desenvolvendo o talento natural, e adquirindo instrução notável para seus anos.*

*No colégio muito se afeiçoara por ele outro menino, filho do comendador Figueira, o mais rico fazendeiro daquela redondeza, então proprietário do Boqueirão.*

*Esse fazendeiro respeitável, sabedor do desamparo em que ficara o menino,*

e da amizade que lhe tinha o seu José, tornou-se protetor do órfão; e à sua custa o manteve no colégio até a idade de 18 anos. [...] Com a proteção do comendador e do filho, pode Freitas ajuntar módica soma, que lhe serviu para estabelecer na vila uma pequena casa de negócio, dirigida por um moço português. Quanto a ele, a amizade com José Figueira o retinha na fazenda, ou em passeios pela vizinhança e pela corte [...] Figueira casou-se aos 26 anos. [...] Freitas pensou também no casamento; mas para ele, moço pobre, o casamento era toda a esperança, todo o futuro; era a riqueza tão ardentemente ambicionada (p. 79-80) [...].

Joaquim de Freitas, logo após se liquidar a sucessão do comendador Figueira, toma posse da fazenda, e pode-se, enfim, casar-se com D. Júlia (filha de uma viúva pobre, tendo de seu apenas a Chica, preta que lhe servira de ama – e que na fazenda casa-se com o preto Benedito. Júlia, da mesma forma que Freitas, depositara toda a esperança no casamento; também para ela o sonho dourado da juventude fora o dote). [...] Mas todo essa trama laboriosamente urdido para colher um dote, a moça não era senão o instrumento de D. Isabel, que a movia como a um autômato. [...] D. Isabel nutriu e acalentou o coração da moça, como tinha feito outrora à criancinha de colo; e por isso Júlia amava quando, como e a quem a velha desejava (p. 85-88).

O enriquecimento rápido do Sr. Freitas é comentado por todos. A viúva do comendador, D. Alina, na pobreza, diz que o comendador foi roubado. Freitas, já de posse da fazenda, traz Mário e sua mãe para morarem nela, na casa do antigo administrador e dá dinheiro e

alimentos para a viúva, D. Alina. Com essas ações ele ganha reputação de bom, generoso e filantropo porque, ainda, ajuda as vítimas da enchente anual do Paraíba. Depois de um determinado tempo, compra o título de Barão da Espera, com a doação de 12 contos de réis para o hospício de Pedro II. Sua riqueza e importância criaram-lhe invejosos inimigos. Um fato interessante é que logo após a morte de José Figueira, Joaquim de Freitas aparece com o dedo índice da mão direita quebrado, apontando em sentido inverso.

Em 1857, Benedito revela a Mário a história que presenciou, sobre a morte de seu pai:

*Essa D. Alina, que sempre foi uma branca arrenegada, fez que o velho ficasse mal com o filho; e então o velho para lhe fazer a vontade, que era não deixar nem um fiapo a meu senhor moço, começou dever mundos e fundos a seus amigos... [...]*

*– Isso mesmo! Mas era de mentira e só no papel, para tomarem o que o velho deixasse, e depois darem às escondidas à tal mulherzinha da carepa, que tinha arranjado toda tramóia; mas saiu a coisa às avessas, porque o velho arrependeu-se, fazendo as pazes com meu senhor moço, e tomou tanta birra da espevitada que até desconfiou que o filho dela, esse boneco do Lúcio, não era filho dele; e não houve quem lhe tirasse mais isso do juízo.*

*Foi então que se lembrou de passar todos aqueles papéis das dívidas de mentira...E passou todos, dos outros, para Sr. Joaquim de Freitas, porque como ele era muito amigo, unha com carne, de meu senhor moço, a coisa ficava segura. Mas o velho que não cochilava, quis sempre*

que ele escrevesse no papel, para a todo tempo saber. [...] [Então na noite de 15 de janeiro de 1839] enxerguei meu senhor moço, que vinha a cavalo, e o cavalo entrou n'água, e caminhava, caminhava, e ele com a cabeça baixa, pensando, não dava fé! De repente o cavalo sumiu-se; e o corpo de meu senhor moço rodou no redemoinho.

Eu estava em pé lá em cima, arrancando as pedras com as mãos, de desespero, e não podia gritar. O Sr. Joaquim de Freitas estava aqui e viu quando passava o corpo e estendeu o braço para segurar. Meu senhor então agarrou a mão dele, e batalhou para alcançar esta pedra. Mas ele...[...] ele arrancou a mão! [...] aquele dedo que ele tem quebrado...[...] Sr. Freitas... dizia Benedito; nunca ele soube que eu tinha visto, mas desconfiava, até que um dia... Era de tarde; n'hanhã Alice estava brincando com seu carrinho dela, e veio n'hanhã e tomou o carrinho. N'hanhã pôs-se a chorar e foi fazer queixa ao pai. Então eu disse: "E ela não tomou tudo que tinha de ser dele?". Senhor entendeu: "o que é de um é de outro: eu prometi a Deus fazer esse casamento, Benedito!" (p. 315-318).

[...] Depois de várias tentativas de persuadir Mário a casar-se com sua filha Alice, o barão se atira no Boqueirão, com o intuito de matar-se e assim ter fim o que se interpõe entre o casal, mas Mário o retira de lá, com a ajuda de Benedito. Benedito entrega a Mário uma carta que o barão havia deixado para ele, juntamente com seu testamento, mas Mário joga ao fogo. O barão pede novamente que Mário se case com Alice, ele diz que não e o barão diz que vai se matar e pede segredo a Alice. Nesse momento Alice chega e percebe ambos molhados. Mário diz a ela que tentou se

matar e seu pai o salvou. Mário e Alice se casam na capela do Boqueirão e vão morar na corte (p. 327-338).

## FAMÍLIAS E INTRIGAS

Nesta história, vemos narrados, como ficção, temas que se constituíram como pilares fundamentais para a antropologia e para a sociologia, tais como: parentesco e compadrio, pertencimento, redes e hierarquias sociais, conflitos. Dentro disso, alguns pontos devem ser destacados com a leitura do romance. Começo a desenredar essa teia pelo enredo de 1839.

Por um lado, têm-se as relações dentro da família Figueira; por outro, entre duas famílias, compostas por dois pares de pai e filho, de posições sociais distintas – o rico comendador Figueira e seu filho José, e o administrador da fazenda, Freitas, e seu filho Joaquim. A ligação dessas famílias ocorre quando o filho do administrador fica órfão e os dois jovens (13 e 16 anos) unem-se pela amizade e pela proteção de Joaquim Freitas, o jovem órfão, assumida pelo comendador Figueira.

As duas famílias têm como ponto central da rede de relações sociais o comendador Figueira, grande proprietário de terra e de escravos.<sup>3</sup> Este tem ainda qualificada, na proteção ao órfão e no casamento com uma sobrinha, sua posição de "patriarca", na acepção de Freyre (1996). Ao mesmo tempo em que expande a rede de poder e de prestígio por meio do órfão, mantém o controle de sua propriedade mediante o casamento endogâmico.

O casamento, para os membros de ambas as famílias assim como para a sobrinha do comendador e para o jovem Freitas, é visto como uma estratégia de ascensão social.

Mediante essa união é que Dona Alina adquire uma nova posição social, passando de sobrinha e prima a esposa e madrasta. Freitas, num primeiro momento, deixa de se casar com aquela por quem tem afeição, porque o casamento é a estratégia de ambos para ascenderem socialmente.

No caso do comendador, o casamento endogâmico, ao invés de reforçar e manter a união e a riqueza da família, conduz ao desmantelamento da família extensa pela ruptura, por meio da *intriga*, na

relação pai e filho, dando lugar a duas novas famílias nucleares de condições econômicas distintas – uma, o comendador, sua nova esposa Dona Alina e seu filho Lúcio; outra, José Figueira, o filho do comendador, sua esposa Dona Francisca e seu filho Mário – visto que José Figueira fora “deserdado”, em função da passagem dos bens do comendador a terceiros, a amigos, os quais deveriam restituir a fazenda a Dona Alina e a seu filho Lúcio, após a morte do comendador. No entanto, juntamente com o desarranjo da família do comendador, vê-se ruir a riqueza (as terras e os bens), passando para as mãos de Freitas.

Nas relações familiares, vemos a *intriga*<sup>4</sup> surgir e trazer o rompimento desses vínculos de parentesco; intriga esta geradora do conflito instaurado numa relação por meio das fofocas depreciativas de outros<sup>5</sup>, como a que toma corpo entre o filho do comendador e este, feita pela prima, Dona Alina – agora mulher de seu pai –, de quem José Figueira se tornara inimigo. Pelo casamento, Dona Alina e José Figueira aproximam-se na hierarquia social. Através da intriga Dona Alina passa a disputar com o filho do comendador sua herança – a propriedade e a posição. Quando José Figueira sai da casa-grande e passa a evitar o pai e, principalmente, Dona Alina, esta ganha, pelo menos momentaneamente, a disputa. A utilização de mediadores entre José Figueira e o pai não põe fim ao conflito – somente existente quando há relação social – mas afasta uma contenda.

Posteriormente, com a morte de José Figueira e do comendador, continua o conflito latente entre Dona Alina e o filho dele, Mário. Dessa maneira, é possível definir a *intriga* como a situação social na qual existe um conflito, mas passível de se obter paz por meio da *evitação*, pois não há contenda propriamente dita.<sup>6</sup>

Nesse momento, opera-se, ao mesmo tempo, uma outra ruptura: a da amizade dos Freitas e Figueira, tendo aqui também como causa uma mulher, Dona Júlia, por quem Freitas (o protegido do comendador, desde criança) se apaixonara, mas que pretendia somente se casar com um homem rico, enquanto ele próprio também visava a uma mulher de posição social superior. Esse rompimento dá-se, então, com uma traição, visto que o comendador Figueira, ao ficar doente, reconciliara-se com o filho – por intermédio

de um escravo – e resolvera restituir a ele, quando morresse, a fazenda, através de Freitas.

No entanto, José Figueira morre, o que ocorre também, logo em seguida, a seu pai. Freitas, ao invés de entregar a fazenda a Mário, filho de José Figueira, opera sua ascensão social apoderando-se da fazenda, tornando-se seu proprietário. Dessa maneira, casa-se com Dona Júlia e inicia sua família nuclear.

Tem-se, enfim, tanto um conflito dentro da família, que conduz ao estabelecimento das duas famílias nucleares, como uma briga entre famílias, Freitas e Figueira.<sup>7</sup>

Nesse momento, há uma inversão da situação de posição social. Freitas, de protegido do comendador Figueira, passa a protetor do seu neto (Mário), levando o menino e sua mãe para morarem na casa do antigo administrador da fazenda e passando a suprir, ao mesmo tempo, Dona Alina e seu filho Lúcio com dinheiro e alimentos. Por outro lado, obtém o título de barão, com a doação de dinheiro para uma obra da corte e estabelece uma relação de mútuo compadrio com um conselheiro.

Freitas, que fora protegido de um “patriarca”, assume agora, ele próprio, essa posição, estando no topo da hierarquia. O que o qualifica na figura de “patriarca” são relações recíprocas de protetor e de padrinho, ao manter sob seu “teto” mulheres, protegidos e afilhados. Nesse sentido, como aponta Oliveira Vianna (1974), há uma divisão entre os afilhados e os protegidos, sendo os primeiros (“parentes”) ligados ao “patriarca da família”, nesse caso ao barão, por afinidade religiosa e os segundos, por adoção. Estes são as “crias”, isto é, criados pelo barão. Além disso, o fato de as mulheres serem sustentadas por Freitas expressa a submissão delas a ele. No entanto, essa submissão não é total, pois é através delas que se operam as rupturas – seja pela intriga, seja pelo casamento – e também as uniões, como o matrimônio de Alice e Mário, ao final do romance, que se efetiva pela vontade e pelo esforço da jovem.

A relação entre as famílias só se estabelece em certa igualdade com o casamento de Mário e Alice (filha de Freitas). Dessa maneira, ambas as famílias tornam-se detentoras da fazenda (que é abandonada) e vão para a corte, onde é possível cessar o conflito. A ligação com a corte e a desvinculação da fazenda

deram os seus primeiros passos quando Mário foi estudar na corte por desejo do barão. Enquanto está lá, fica órfão; posteriormente, dá continuidade aos seus estudos em Paris, tornando-se bacharel e rompendo, de certa maneira, a sua ligação com a terra.

Por outro lado, para esse estabelecimento na corte tem papel importante a filha do conselheiro (representante da corte), que casa com Lúcio (o filho do comendador Figueira com sua sobrinha Dona Alina) com o dote dado pelo padrinho dela, o barão Freitas. Desse modo, há também a assunção da corte sobre a casa-grande e a fazenda.

Um dos debates suscitados a partir da noção de “família patriarcal brasileira” é a própria definição de família. Venho tratando desse tema até o momento sem maiores delimitações. O autor do romance utiliza o termo “família” para, quase que invariavelmente, referir-se à família nuclear. Só uma vez o utiliza no sentido de família extensa, quando fala das relações de família que cessaram, como vimos aqui. Utiliza, ainda, o termo parentela para designar o conjunto de parentes.

Os termos *família extensa* e *parentela* assemelham-se ao que aponta Queiroz (1976). O primeiro refere-se a “várias gerações de famílias conjugais ou nucleares residindo juntas sob o mesmo teto” e o segundo, a “um núcleo bastante extenso de indivíduos unidos por parentesco de sangue, formado por várias famílias nucleares, regra geral economicamente independentes, vivendo cada qual em sua morada”.

*Felizmente um primo do barão, que se considerava a língua de prata do lugar, tinha-se levantado na outra ponta da mesa para propor a saúde de seu nobre parente; e na forma do costume desfiava imperturbável a própria biografia, com exórdio obrigado da apologia do chefe e protetor de toda a parentela (p. 276).*

## A CASA GRANDE E A FAZENDA

*Completada pela senzala, [a Casa-Grande] representa todo um sistema econômico, social e político: de produção*

*(a monocultura latifundiária); de trabalho (a escravidão); de transporte (o carro de boi, o bangüê, a rede, o cavalo); de religião (o catolicismo de família, com capelão subordinado ao pater famílias, culto dos mortos, etc.); de vida sexual e de família (o patriarcalismo polígamo); de higiene do corpo e da casa (o “tigre”, a touceira de bananeira, o banho de rio, o banho de gamela, o banho de assento, o lava-pés); de política (o compadrismo). Foi ainda fortaleza, banco, cemitério, hospedaria, escola, santa casa de misericórdia amparando os velhos e as viúvas, recolhendo órfãos (FREYRE, 1996: liii)*

No romance, o que eram a *Casa Grande* e a fazenda? Como eram estabelecidas as relações sociais nesses espaços? E quais seriam elas?

Na leitura de *O Tronco do Ipê*, é mais apropriado falar de casa-grande e fazenda do que falar de casa-grande e senzala (FREYRE, 1996), remetendo, dessa forma, à grande propriedade que abarca tanto a casa-grande como a senzala e outras construções, além de moradores ali existentes. Quando José de Alencar descreve a fazenda, o que ele expressa assemelha-se ao que Oliveira Vianna (1974) denomina “clã feudal”, uma estrutura hierarquizada, na qual se tem o senhor ou o proprietário ocupando o topo e onde as relações da “população” residente em seu domínio se dão para a defesa da propriedade ou pelo prestígio do senhor ou proprietário.

No romance, o nome da fazenda – Nossa Senhora do Boqueirão – alude ao local no qual se sucediam os infortúnios, as mortes por afogamento no lago devido a existência de um redemoinho.

Já quando fala da *Casa Grande*, refere-se à casa do barão e às pessoas que ali residiam e/ou a freqüentavam intensamente, mantendo laços diversos de parentesco (casamento, religioso, afinidade, adoção) com o barão, expressando o que Oliveira Vianna (1974) denominou o “complexo da família senhorial”, que se revela no “clã parental”, em casos de luta de famílias e eventos, como comemorações diversas, festas

de Natal e outras, como veremos a seguir.<sup>8</sup>

A casa-grande e a fazenda estavam relacionadas em oposição à corte, mas dela necessitavam em diversas circunstâncias. A corte era o grande centro comercial e político – nela estavam os governantes – e, como Paris (considerada a grande metrópole), também o local de estudos. A corte, ao mesmo tempo em que fascinava alguns, causava medo a outros, pois era comparada ao vício – as pessoas poderiam sucumbir “às seduções da corte”, onde estavam “os homens habituados às delícias da Babilônia fluminense”.

*– Eis aqui um negócio que me está dando que fazer!...disse a Excelência voltando-se para mostrar certo papel.*

*– Alguma complicação? Perguntou Lopes quebrando na ponta do botim a cinza do charuto.*

*– um fazendeiro do sul da província, o Joaquim Freitas, que deseja ser barão...*

*[...] É a primeira influência eleitoral do colégio; além disso deu doze contos de réis para as obras do Hospício. Mas o homem embirrou! A princípio não queria dar mais do que uma comenda; por fim, como já se tinha recebido o dinheiro e podia haver um escândalo, consentiu no baronato; porém não aparece nome que sirva. Já corremos todos os santos da folhinha, e todos os rios da província...O Freitas insiste por Barão do Socorro; mas eu já me contentava em fazê-lo barão de qualquer coisa. Há dois meses que estou nesta lida.*

*– Tive agora uma idéia, Excelentíssimo. Proponha Barão da Espera, disse Lopes com um sorriso prismático.*

*[...].*

*Lendo o consta-nos do Jornal do Comércio, Freitas ficara desesperado; e veio à Corte resolvido a renunciar ao título e reclamar seu dinheiro. Afinal pode obter uma audiência do ministro, e expor-lhe sua pretensão de ver corrigido*

*o engano, ou desfeito o trato e restituído o preço.*

*[...].*

*O ministro porém provou-lhe que ele estava muito atrasado em política.*

*– Meu caro senhor Freitas, como seu amigo que me prezo de ser devo usar de toda a franqueza. O senhor labora em um engano, quando supõe que o governo vende títulos, e que pelo fato de dar doze contos de réis, qualquer tem direito a ser barão.*

*– Mas, senhor conselheiro, foi o que me disseram!*

*– Iludiram-no. Dando doze contos de réis o cidadão presta um serviço e fica habilitado a ser remunerado com uma graça. Essa graça pode ser um hábito, uma comenda ou um título, do nome que aprouver ao governo, o qual não recebe condições. O senhor desejava ser Barão do Socorro. Sua Majestade entendeu em sua sabedoria que devia fazê-lo Barão da Espera. Tome o meu conselho; vá agradecer-lhe, e não se ocupe mais com isso. Não é bom reviver certas coisas!...*

*O ministro concluiu com um sorriso misterioso, apertando a mão do Freitas:*

*– Entende-me?*

*– Não, Excelentíssimo, não entendo!*

*– Ora?... Conhece o conselheiro Lopes? Ele falou-me em certos boatos... calúnias bem sei! Mas em todo caso o melhor é deixar esquecer estas coisas.*

*O novo barão saiu lívido de cólera sem dúvida ou de indignação; mas não deu andamento à sua reclamação.*

*Dias depois um amigo a seu pedido o apresentou ao conselheiro Lopes; e tal simpatia sentiram mutuamente, que se tornaram íntimos, e se uniram espiritualmente pelos laços de um mútuo compadresco (p. 97-101).*

*[...] Tratando-se do projeto de concluir*



os preparatórios na corte, pediu ele para partir imediatamente [...] (p. 165). Tendo-se incumbido do futuro do menino, o barão lembrou-se de mandá-lo à Europa, a fim de concluir seus estudos em um colégio francês [...] Tendo obtido o bacharelado em engenharia, como três anos antes o obtivera em letras, Mário regressou afinal ao Brasil, depois de uma ausência de cerca de sete anos (p. 259-264).

– Que me dizem do nosso novo doutor? Perguntou o fazendeiro com certa bonanchice que animava a franqueza. [...].

– Como todos os nossos moços que vão a Paris, respondeu Lopes com manifesto desdém. As viagens à Europa, é minha opinião, só podem aproveitar a homens de experiência capazes de observar. Como nós, barão.

[...] Mas também não se pode negar que na nossa Escola Militar essa carta custaria menos tempo e menos dinheiro.

– Lá isso é o menos! Atalhou o barão com indiferença.

– Concordo com o senhor conselheiro, disse um lavrador abastado. Filho meu não põe o pé em Paris; o que eles vão lá aprender é a gastar dinheiro e não fazer caso dos pais (p. 229-230).

A corte e a casa-grande/fazenda opunham-se pelos seus estilos de vida: esta última era a roça, a representação do grosseiro e do atraso; aquela, apresentando-se sob a influência de Paris, representava a polidez, a cortesia e a moda.

[...] estes meninos da roça são mesmo assim. Está que na corte a gente não vê destas coisas. Meninos tão bem ensinadinhos, que é um gosto! [sobre o comportamento de Mário, irônico e brabo] (p. 15).

Adélia e a colega de Eufrosina, a mucama cortesã, riam-se conforme a moda, com esses ritornelos que tornam a gargalhada da gente do tom de uma espécie de peça musical, uma cavatina ou valsa. Elas tinham imitado essa prenda de D. Luísa, a mãe de Adélia (p. 27).

– É verdade!... disse Adélia erguendo-se. Mas acredita, Alice, já não se usam esses enfeites de papel; na corte não se vê mais disso em uma sala do tom. Agora há umas rosas de cristal, que são lindas!...

– Não estamos na corte, minha faceira, mas na fazenda; e também temos cá nossas modas (p. 183).

Embora estejam em oposição, ambas se encontram e se influenciam mutuamente. Mas, como vimos ao final do romance, a corte teve sua assunção sobre a casa-grande e a fazenda.

## **SOCIABILIDADE E ALIANÇAS MATRIMONIAIS E POLÍTICAS NA CASA GRANDE E NA FAZENDA**

Na tarde de 15 de janeiro de 1850 encontrava-se na casa grande: A Baronesa (D. Júlia); D. Luísa, estrela do Cassino, mãe de Adélia, esposa do conselheiro; D. Alina, viúva do comendador, antigo dono da fazenda, que veio passar umas semanas ali e D. Francisca, mãe de Mário, viúva de José de Freitas – o filho do comendador. Na varanda, o barão, o conselheiro Lopes – político que trabalhava com o ministro e que fez os papéis do título de Barão de Freitas e compadre do Barão, pelo batismo mútuo de suas filhas. Ainda estavam na casa alguns hóspedes do Barão: entre esses, o padre Carneiro – vigário da freguesia; capitão Tibúrcio – subdelegado vitalício do domínio conservador e o compadre da casa, Sr. Domingos Pais (p. 93-98).

Em *O Tronco do Ipê*, abundavam na *Casa Grande* e na fazenda relações com densa sociabilidade, onde diversas pessoas se encontravam, principalmente para festas e comemorações. Os encontros se davam, fundamentalmente, entre famílias nucleares compostas por três membros (o barão, sua esposa e filha; o conselheiro, sua esposa e filha), e aquelas compostas por dois membros (Dona Francisca e seu filho; Dona Alina e seu filho), personagens isolados, sem pessoas de suas próprias famílias nucleares (o compadre da casa, o vigário, o subdelegado) e os escravos (o casal que mora afastado, as mucamas, as pretas da cozinha e o pajem).

Nessas festas, convidando as famílias vizinhas, o barão pode demonstrar sua riqueza e sua posição social, oferecendo banquetes a todos e, dessa maneira, mantém e reforça seu prestígio.

[Uma semana após Mário ter salvado Alice de seu afogamento no Boqueirão], para dar expansão a seu regozijo, o barão improvisara um suntuoso banquete e convidara as famílias dos fazendeiros da vizinhança (p. 151). [...] o conselheiro Lopes devia comemorar em um discurso arrebatador o acontecimento, que dera motivo à festa. O vigário preparara um soneto e umas quadrinhas, para recitar na sobremesa, quando fizesse a saúde do herói. O Sr. Domingos Pais fora incumbido de começar com força os hips que de ordinário os convivas por acanhamento não se animavam a soltar, senão depois de eletrizados (p. 163-164).

Cabe observar que em cada uma das duas famílias nucleares, compostas por três membros e apresentadas no romance, há apenas um único descendente: uma filha mulher (Alice e Adélia); e as duas famílias compostas pelos pares mãe e filho têm filhos únicos, que se casam com aquelas filhas mulheres (Mário e Alice, Lúcio e Adélia). Desta maneira, há um entrelaçamento de todas as famílias, que se complementam e têm como figura pública dois homens – o barão e o conselheiro –, que representam, respectivamente,

a casa-grande/ fazenda e a corte.

O conselheiro, sua esposa, sua filha e a mucama desta personificam a corte, não apenas pelo local de morada, mas, pelos seus gostos e estilo de vida e por terem, aí, o seu espaço de atuação: o conselheiro em sua função política e sua esposa como a “estrela do Cassino”. Esta família, ao mesmo tempo em que se une, opõe-se ao barão, à sua esposa, à sua filha e à mucama desta, que representam a roça e a propriedade.

*Alice era a menina brasileira, a moça criada no seio da família, desde muito cedo habituada à lida doméstica e preparada para ser uma perfeita dona de casa. A baronesa não se preocupava com a educação da filha, mas tal era a força do costume, que a moça achou nas tradições e hábitos da casa o molde onde se formou a sua atividade. [...] Adélia ao contrário era o tipo raro então, e hoje muito comum, de certos costumes de importação; era a mocinha de maneiras arrebitadas à francesa, cuidando unicamente de modas e do toucador. Nisso a filha de D. Luísa não fizera mais do que apurar a lição de sua mãe (p. 187-188).*

A aliança entre as duas famílias – a do barão e a do conselheiro – é feita, primeiramente, pelo batismo recíproco de suas filhas. Nesse sentido, a influência deste espalha-se para além da própria fazenda, chegando à corte, remetendo ao que aponta Oliveira Vianna (1974) sobre esta questão, e aquele constrói na fazenda a sua base eleitoral. Unem-se ainda, em certa medida, pelo casamento de Adélia com Lúcio, mesmo contra a vontade das respectivas mães, por meio do dote dado pelo barão à sua afilhada. Mediante as alianças matrimoniais, ao final, todas as famílias nucleares encontram-se enlaçadas na trama e os personagens que não aparecem com as suas famílias nucleares seguem o próprio rumo.

A casa-grande era o local no qual os adultos tratavam de alianças, tanto matrimoniais quanto po-

líticas. As alianças matrimoniais eram tramadas pelas mulheres, envolvendo os homens, mas estes davam a palavra final, como no caso em que o barão casou sua filha com Mário e sua afilhada com Lúcio, mesmo contra a vontade de suas mães. Isto demonstra, como apontam diversos autores (WILLEMS, 1953; QUEIROZ, 1976; FREYRE, 1996, entre outros), a importância do casamento como estratégia; seja para manter as terras e reforçar a propriedade – como no esperado casamento entre Frederico (o filho do segundo proprietário de terra mais rico da região) e Alice e no efetivo casamento do comendador Figueira com sua sobrinha Dona Alina – seja para ascender pela ligação à terra – como o desejado casamento de Lúcio e Alice e o casamento ocorrido entre o comendador Freitas e Dona Júlia – seja, ainda, para unir ao poder e ao prestígio da terra aqueles advindos da política – caso do almejado casamento de Frederico e Adélia.

*Junto ao piano, D. Luísa tinha com D. Alina uma conversa muito interessante para ambas; pois versava a respeito de Adélia e de Lúcio. As duas mães suspeitavam que havia entre eles uma afeição nascente que as contrariava, pois a viúva sonhava para seu filho a mão de Alice, assim como a mulher do conselheiro deitava os olhos sobre Frederico, que achava um genro muito do seu gosto [já que era o filho do fazendeiro mais rico da região depois do barão] (p. 179).*

*Aproveitando-se da confusão, o conselheiro se deixara ficar atrás com D. Alina que lhe disse algumas palavras entrecortadas de reticências e banalidades trazidas pelo receio de que a escutassem.*

*– Já reparou na Alice?... É preciso que o barão ponha cobro a isso; ele faz todas as vontades à filha; e quando menos se pensar, está a menina casada com o Mário.*

*– Acredita nisso, D. Alina?*

*– Pelo jeito que vão tomando as coisas...*

*– Não tenha receio.*

*– Em todo caso a gente não se deve descuidar.*

*– O senhor é meu advogado...*

*– Sem dúvida!*

*– Que prazer não teria eu se no mesmo dia se fizessem aqui dois casamentos, o de meu Lúcio com a Alice, e o de sua Adélia com o Frederico! Mas se por infelicidade um desmanchar-se...*

*– Entendo, D. Alina! Disse o conselheiro com um sorriso (p. 249).*

*[No gabinete do senhor barão, o comendador Matos o procura]*

*– Pois, meu amigo, já que tocamos no ponto, vou dizer-lhe o que me trouxe hoje aqui. O Frederico parece que está caído pela filha do conselheiro; portanto é preciso que decida sobre a Alice. Eu cá prefiro o sólido; mas isso de rapazes...*

*– Eu pensava que era coisa já decidida.*

*– O que, homem?*

*– O noivo de Alice é Mário.*

*– Hanh!... bem me dizia a D. Alina. Leva um bom dote o maganão; mas enfim...*

*– Acabe! Exigiu o barão franzindo o sobrolho.*

*Perturbado, o comendador buscou disfarçar a sua malícia, com uma pilhéria, afogada como de costume em um gargarejo de riso grosso e gutural.*

*– Mas enfim... tocou-me o conselheiro, que me há de fazer visconde da primeira fornada e antes disso não me pilha a legítima o rapaz (p. 324).*

*[Cabe mencionar que a filha do conselheiro casou-se com Lúcio, filho de D. Alina, depois que o barão] dotou em cinqüenta contos de réis a Adélia, sua afilhada. Foi um pedido de Alice, a quem Mário inspira essa idéia, como compensação da herança de que o velho comendador Figueira privara o filho de D. Alina [...].*

*Do Frederico [filho do comendador Matos] sabemos que veio a casar-se com uma prima roceira; e foi a Paris para despicar-se de Adélia (p. 339-340).*

Se havia uma predominância de assuntos pertinentes aos homens, esta incorria sobre a política; e se os casamentos eram um dos temas prediletos para conversação das mulheres, era nos momentos de sociabilidade que homens e mulheres juntos jogavam, conversavam, isto é, interagiam, criando circuitos de trocas, experiências e subjetividades. A sociabilidade pode ser entendida como a forma lúdica da socialização e, nesse local e nessa época, ainda estava fortemente vinculada ao âmbito doméstico, entre a família e a vizinhança (SIMMEL, 1991; ARIËS, 1981).

– *Compadre!* [disse a baronesa]  
– *Que ordena, Exa? Acudiu Domingos Pais açodado.*  
– *Prepare o gamão! Disse a baronesa com a maior pachorra.*  
*Em um momento o compadre arranjou o tabuleiro sobre a mesa, e de pé, ao lado com o copo de marfim em punho, chocalhando os dados, esperou que a baronesa lhe fizesse a honra de dar o costumado capote.*  
– *Às ordens de V. Exa.* (p. 110).

Uma das questões levantadas por autores como Freyre (1996), Azevedo (1948) e outros é a da submissão das mulheres aos homens, em suas interações cotidianas, uma característica que reforçaria a noção de que o homem era o “patriarca”. No romance aqui apreciado, no entanto, as mulheres não são vistas submetendo-se sempre aos homens, mas sim, por vezes, os homens aparecem curvando-se diante das mulheres. Uma das interações mais expressivas dessa relação é a do barão com sua filha Alice. Esta, por exemplo, aparece tendo uma grande influência sobre o pai, descumprindo suas ordens, ao concretizar o casamento com Mário. Na relação entre pai e filha, há uma tensão que se expressa, também, quando Alice descumpra as ordens de seu pai, vai ao Boqueirão, afoga-se e quase morre, sendo salva por Mário. Nessa

ocasião, o barão retribui a dádiva alcançada – a salvação da filha –, oferecendo um grande banquete aos amigos, vizinhos e parentes, uma semana após o ocorrido.<sup>9</sup> Comemora, dessa maneira, o restabelecimento da moça e demonstra sua posição e prestígio.

[Alice vai ao Boqueirão escondida, pois] *obter a realização desse desejo da condescendência dos que a acompanhavam era coisa em que nem pensava. Conhecia as ordens severas de seu pai; e sabia como eram respeitadas e obedecidas* (p. 65).

Essa influência também é percebida pelos outros personagens. Desse modo, por exemplo, é que Mário, em seu intuito de vingar-se do barão, o faz através de Alice, levando-a a sofrer e a chorar, ao tratá-la com rispidez e frieza. E o conselheiro a tem como trunfo do colégio eleitoral, conforme referido anteriormente.

A casa-grande e a fazenda eram ainda os lugares nos quais as alianças estabelecidas eram reafirmadas, como as de compadrio e de proteção, em suas diversas variações, pois cada compadre, segundo o livro, tinha um papel específico, para além daquele de ser padrinho de alguém. Segundo a definição de compadre dada pelo próprio autor do romance, este seria um cargo, *que existe em quase todas as casas de ricos fazendeiros, é um apêndice da família.*

*Um compadre não é parente, nem hóspede, nem criado, mas participa dessas três posições; é um ente maleável que se presta a todas as feições e toma o aspecto que apraz ao dono da casa; é um apêndice da família da qual ele se incumbem de suprir quaisquer lacunas, e de apregoar as grandezas.*

*Há na casa outros compadres, mas são conhecidos por seu nome: o compadre por excelência, o compadre da família, aquele que não precisa de outro qualificativo, é ele, o homem de todas as ocasiões, o comensal efetivo, pronto para conversar, andar, jogar e comer,*

conforme a veneta do protetor a quem anexou-se.

*O compadre, além da família a que se agrega, tem uma família própria, mas esta só serve para formar os pimpolhos que dão lugar ao compadresco, e para exercitar a paciência indispensável ao bom desempenho de seu emprego. Como chefe de família, sua missão pois não é criar filhos, mas unicamente fabricar afilhados* (p. 161-162).

[...]

*Como o barão se mudasse de vez para a corte a fim de estar junto da filha, ficou o insigne compadre, o Sr. Domingos Pais, avulso por algum tempo. Mas descobriu que ainda tinha um filho por crismar, embora já lhe apontasse a barba; e por meio dele se uniu espiritualmente ao Matos.*

*Os dois se consolavam mutuamente: o Matos, do logro que sofrera perdendo um genro conselheiro que devia fazê-lo visconde; o Domingos Pais, do descrédito do seu honroso título, rebaixado de compadre de um barão a compadre de um simples comendador* (p. 340).

O compadre, muitas vezes, é visto como aquele elemento de fora que se solidarizaria com o senhor da propriedade, como sugere Oliveira Vianna (1974). Autores como ele, Freyre (1996) e Queiroz (1976) apontaram sempre uma relação unilateral, na qual o compadre, por “interesses diversos”, se aliaria ao grande proprietário. No entanto, em *O tronco do Ipê* essa relação é interpretada como bilateral, com diferentes trocas, dependendo da posição social do compadre. No caso do barão e do conselheiro, o primeiro seria a influência eleitoral do segundo, e o segundo, o elemento pelo qual se espraariam o prestígio e o alcance das redes sociais do barão em relação à corte.

Já no caso do barão e no do sr. Domingos Pais, aquele teria neste um “pau pra toda obra”, isto é, um homem à sua disposição para atividades das quais

o próprio barão não participaria, como os jogos, ou que o representaria perante os escravos. Por exemplo, quando vai à cozinha, informa-se da situação de algum escravo ou fala para eles em nome do barão. O sr. Domingos Pais, por seu turno, obteria do barão privilégios que de outra forma não teria, além de ver estendido em sua direção o prestígio do barão. Por isso, quando este último vai morar na corte, o sr. Domingos tem que se *consolar* por ter sido *rebaixado de compadre de um barão a compadre de um simples comendador*. O rebaixamento, isto é, passar a ser compadre de outra pessoa de menor reconhecimento social, com menos prestígio, é possível porque ele era tido como *apêndice* que pode ficar *avulso* até encontrar outro “afilhado”, vindo então a aliar-se a outro fazendeiro.

Portanto, nas relações de compadrio, percebe-se uma relação de reciprocidade, na qual cada componente dessa díade oferece para troca os elementos simbólicos ou materiais que possui.

## POSIÇÃO E PAPEL SOCIAL DOS ESCRAVOS

Outros personagens que compõem a trama são os escravos, dispostos segundo uma hierarquia: *as mucamas e o pajem de estimação*, com os quais estabelecem vínculos de parentesco, passando a serem chamados de *avô e vovó preta*; *as pretas da cozinha* e os da *senzala*. Tal como aparecem neste romance, pode-se dizer, com Oliveira Vianna (1974), que os escravos (de estimação e da cozinha) fazem parte da “família” do barão. É na casa-grande que eles, principalmente os da cozinha, sabem dos acontecimentos relativos aos outros membros da casa e, por meio de *murmúrios*, repassam essas informações aos demais escravos da fazenda. Os *murmúrios* da escravaria são um importante veículo de circulação de informações, de regras e de normas da *Casa Grande*.

Os *da casa* têm papel fundamental na socialização das crianças, tornando-se responsáveis por seus cuidados, ensinando-lhes hábitos e introduzindo-as nos assuntos dos outros membros da casa.

*Adélia e a colega de Eufrosina, a mucama cortesã [Felícia], riam-se conforme a moda, com esses ritornelos que tornam a gargalhada da gente do tom de uma*

*espécie de peça musical, uma cantina ou valsa. Elas tinham imitado essa prenda de D. Luísa, a mãe de Adélia (p. 27).*

*– Nhandã, isto são modos? Tomara que sinhá saiba, exclamou a Eufrosina.*

*– Onde já se viu uma menina trepar nas árvores? No Rio de Janeiro, só quem faz isso, é menina à-toa! Observou a Felícia (p. 22).*

*– É verdade; bonitas que não tem mais para onde! Mas esta mocinha é a afilhada de meu senhor, não é nhandã? [diz a avó preta de Alice, Chica]*

*– É Adélia, é!*

*– Como está crescida!*

*– Veio passar estes tempos conosco porque o pai tem andado doente (p. 42).*

Os escravos estão ligados, principalmente às crianças, seja por serem seus guardiões, socializados, e/ou por estabelecerem vínculos de parentesco com eles. É desta maneira que se torna possível, com a união das famílias e a cessação dos conflitos, os velhos escravos (Benedito e Chica) serem alforriados.

*– Desaforo! [quanto a Mário ter atirado uma jaca em cima dela] Vou fazer queixa à sinhá! Eu sou sua mucama de estimação; não é para ser tratada assim. Se não presto mais, então me vendam!... depois é que hão de ver! Ai, a Eufrosina, aquilo sim, era uma boa rapariga! Coitada! Aonde andar ela?... Ora bem descansada de minha vida! Senhor bom é o que não falta! (p. 27).*

*– Fará mal, Felícia? [Adélia perguntando sobre as frutas que queria comer]*

*– Deixe ver, iaiá.*

*A Felícia tomava a fruta, que cheirava e abria ao meio; comendo uma banda dava a outra a Adélia:*

*– Pode comer, iaiá! Está muito gostosa. Naturalmente a Felícia, alguma vez escutando à porta da sala, ouvira*

*dizer que o médico dos soberanos tinha por encargo do ofício provar as régias iguarias antes de serem servidas a seu amo. Na qualidade de mucama, incumbida de velar sobre a formosura e o bem-estar da menina, ela considerava-se obrigada a partilhar com a iaiá todas as guloseimas (p. 23).*

*Quando as meninas entraram na cabana, Mário, que as acompanhara com o olhar, tirou do seio um pequeno embrulho enrolado em um lenço. Dentro havia uma moedinha de prata de cunho antigo que valia uma pataca e um pequeno registro de São Benedito.*

*O preto [Benedito] recebeu o mimo de joelhos e como se fosse uma relíquia sagrada. Não é possível pintar a efusão de seu contentamento nem contar os beijos que deu nas mãos de Mário e nos presentes [...] (p. 41).*

*[...] Dizendo isto, a tia Chica descobriu o marido de pé na porta da cabana.*

*– Olha, calunga; você ainda não viu o presente que nhandã me trouxe. Como eu vou ficar chibante, hem!*

*Enquanto Benedito examinava gabando o vestido e o xale de lã bem como um adereço de miçangas azuis que Alice trouxera para sua vovó preta, Chica pela terceira ou quarta vez julgou-se obrigada a abraçar a menina e beijá-la com efusão:*

*– Está com inveja, calunga? Disse a preta sorrindo para o marido.*

*– Também tive quem se lembrasse de mim; não foi você só [...] (p. 43).*

*Ambos se desvaneciam de serem um tanto ascendentes de seus prediletos. Benedito, como fora pajem grande do pai de Mário em criança, considerava-se até certo ponto avô do menino. Da mesma forma tia Chica, que tinha criado a mãe*

de Alice, olhava para esta como se fosse em parte sua netinha [e reciprocamente, porque Alice havia dito que iria ver sua 'avó preta']. (p. 59).

[...] Até a sala de jantar, onde estavam de prosa a Felícia, a Eufrosina, o Martinho e a Vicência, enquanto a última preparava a merenda de frutas e refrescos.

Mário era também ali, naquele parlatório da copa, a ordem do dia.

– Pois gentes! Eu cá torno a dizer. O Mário não chega ao Lúcio. Este sim, é moço papafina!

– Sai daí, serigaita! Disse o Martinho.

– Psiu! Mais respeito, moleque!

– Martinho!... disse a Vicência.

– Quem atura essas bobagens! resmungou o moleque.

– Olha que você se arrepende! Eu não gosto de fazer enredos a sinhá!

– Vai, vai depressa, vai contar; eu também hei de dizer a nhanhã D. Alice que você chama a moço branco, branco, assim como se chama um moleque: Mário!

– Está vendo, minha gente, como se levanta um falso testemunho. Cruzes!

– Deixa esse tição! Acudiu Eufrosina. Como ganhou molhadura pela chegada do nhonhô Mário, que não devia ganhar...

– Tição!... tição é seu pai de você, negro cambaio e bichento que veio lá d'Angola... Cada beijo assim!hi!hi!

A Eufrosina, cega de raiva, atirou-se ao pajem, que fugia-lhe correndo ao redor da mesa e exasperando a mucama com as caretas que lhe fazia:

– Cada beijo, assim como orelha de porco... Tapuru era mato... chegava a sair pelos olhos.

– Eu te esgano; só se não te pegar [...] (p. 233).

Entretanto o barão retirava-se com os convidados no meio dos aplausos e saudações dos escravos que formando alas os acompanhavam até a Casa Grande. Na passagem, as pretas mais idosas que tinham visto nascer Alice, e por isso usavam com a menina de certa familiaridade, dirigiram-lhe estas palavras:

– Agora sim, nhanhã está contente!

– É mesmo; nhô Mário já chegou!

– Festa grande não tarda!

– Batuque de três dias!

– Benza-os Deus!... feitiños um para o outro!

– É um anjo com um Serafim!

Alice enrubescendo sorriu-se para Mário; mas vendo a expressão de contrariedade que ressumbrava em sua fisionomia, reprimiu os gracejos indiscretos levando o dedo à boca:

– Nem mais palavra, senão fico zangada! (p. 251).

As escravas desempenham ainda o papel de guardiãs e transmissoras das memórias locais. Podemos, nesse caso, fazer uma analogia com as mulheres que, nessa época, não se casavam e ficavam na casa da família, tendo como uma de suas funções preservar e transmitir a memória familiar e local (CANÊDO, 1998), pois as escravas, como não aparecem ligadas às suas próprias famílias, mas sim à do barão, teriam essa função.

Desde a fundação da fazenda que datava o costume de festejar-se o Natal com aquelas cantigas e romarias. Durante muitos anos porém, talvez pelos desgostos que sobrevieram ao antigo dono, tinha caído em esquecimento, até que Alice ficando moça o restaurou. A menina ouvia sempre pelo Natal falarem as pretas velhas das bonitas festas que se faziam outrora na fazenda; e arremedarem as

*cantigas e representações que se davam então.*

*Completando os seus quatorze anos, e sentindo-se já com força de querer, Alice tentou realizar aquele capricho que alimentava desde menina, e no próximo Natal fez o primeiro ensaio. Desde então, ficou em costume, e cada ano a festa era a mais arrojada e esplêndida, até a última que prometia exceder em riqueza e entusiasmo a todas as outras, sem excluir mesmo as mais antigas de que havia memória na fazenda e suas vizinhanças (p. 213-214).*

*Alice tornou para junto da preta, a qual se conservava inteiramente estranha à conversa, preocupada ainda com as palavras que haviam agastado a Mário.*

*– Conta a história da mãe-d'água, vovó!*  
*– Ora, Nhanhã, eu nem me lembro mais.*

*– Para Adélia ouvir! Sim vovó, sim!*

*– Já esqueceu! Faz tanto tempo que eu ouvi a minha senhora velha D. Generosa, aquela santa que Deus tem na sua glória entre seus anjos.*

*– Era vovó de mamãe! Disse Alice para Adélia [e a mulher contou a história, que acaba por ser a história do Boqueirão]. (p. 46).*

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vale a pena ressaltar a interação da Fazenda Nossa Senhora do Boqueirão com a corte, local de comércio e, principalmente, de decisões políticas. A fazenda e especificamente a casa-grande, era o local onde ocorriam as negociações do campo da política eleitoral mesclada a outros eventos, como festas, comemorações, passeios.

Na arena política, a *casa-grande* e a fazenda não aparecem aqui como submetendo o Estado à vontade do barão, mas sim representantes do Estado e barões,

estabelecendo relações recíprocas, como expressa a doação de dinheiro de Freitas para uma obra pública e, com isso, o recebimento de seu título de barão.

Nesse sentido, não poderíamos ver a corte e a casa-grande/fazenda como territórios separados, mas sim como espaços sociais que, ao mesmo tempo em que se opõem, se complementam, estabelecendo trocas e influências mútuas.

Nessa urdidura de relações sociais (de matrimônio, amizade, políticas, compadrio, proteção), cada personagem, no desempenho de seu papel, estabelece reciprocidade nas trocas, como o barão e o conselheiro, o barão e o sr. Domingos Pais, o barão e Mário, Mário e Alice, e assim por diante.

As mulheres, tanto as escravas quanto as não-escravas, têm papel ativo nessa trama, pois maquinam casamentos e intrigas, são trunfos políticos, preservam e transmitem as memórias familiares e locais. Se estavam submetidas financeiramente aos homens, nem sempre o estavam em outras dimensões.

Nesta reflexão, através do romance *O Tronco do Ipê*, percebemos que aquilo que ficou conhecido como a “família patriarcal brasileira” não deve ser um rótulo que, por si só, forneça uma explicação ou uma descrição de determinada realidade, pois os eventos, as relações e as interações ocorridos e os papéis e as funções sociais desempenhados são múltiplos e inter-relacionados.

## NOTAS

<sup>1</sup> Agradeço aos professores doutores Moacir Palmeira, Luiz de Castro Farias, John Comerford e Ana Cláudia Marques, pelas discussões em sala e pelos comentários que muito contribuíram para a versão final do texto. Agradeço a Maria Lúcia Resende de Vianna, pela dedicada revisão deste artigo.

<sup>2</sup> Dados disponíveis em <<http://www.culturabrasil.pro.br/joseddealencar.htm>>, acessado em <03/07/2003>.

<sup>3</sup> Utilizo aqui o conceito de *redes sociais*, de Mitchell (1969), para quem, por esta noção, é possível compreender um conjunto específico de ligações entre um grupo definido de pessoas. As características dessas ligações podem servir para interpretar o comportamento social das pessoas envolvidas. Ainda sobre redes de relações sociais, ver, entre outros, Both (1976) sobre família, parentesco e redes sociais.

<sup>4</sup> Outra acepção do termo “intriga” é encontrada na etnografia apresentada por Marques (2002). Segundo esta autora, “a



intriga é uma briga em latência, a tensão e, digamos, uma predisposição que define a relação entre as partes [...] tendencialmente iguais nos planos de hierarquia social e moral” (p. 80-81).

<sup>5</sup> Sobre *fofocas*, ver, entre outros, Epstein (1969). Na interpretação deste autor, numa rede social, as fofocas operam na manutenção e no reforço das normas sociais estabelecidas pelo grupo.

<sup>6</sup> Utilizo os termos *conflito* e *contenda* para marcar uma distinção que significa, no segundo deles, haver elementos como brigas corporais e assassinatos, entre outros.

<sup>7</sup> Comerford (2000) e Marques (2002), entre outros autores contemporâneos, apontam em suas etnografias para as brigas entre e dentro de famílias, em diferentes contextos sociais; o primeiro deles, em Minas Gerais e o segundo, em Pernambuco.

<sup>8</sup> Ver, entre outros, Lopes (1973), em artigo que analisa a família da casa-grande e a família dos trabalhadores em engenhos de açúcar na obra de José Lins do Rêgo.

<sup>9</sup> Sobre retribuição de dádivas, ver Mauss (1988).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALENCAR, José de. (s/d) [1871]. *O tronco do Ipê*. 5. ed. São Paulo: Melhoramentos.
- ARIËS, Philippe. 1981. “A família e a cidade”. In: VELHO, Gilberto & FIGUEIRA, Sérvulo A. (orgs.) *Família, psicologia e sociedade*. Rio de Janeiro: Campus. p.13-23.
- AZEVEDO, Fernando (1948). “A ‘casa grande’ e a vida pública”. In: AZEVEDO, Fernando, *Canaviais e engenhos na vida política do Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto do Açúcar e do Alcool. p. 73-98.
- BOTH, Elizabeth (1976). *Família e rede social*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- CANÊDO, Leticia Bicalho (1998). “La production généalogique et les modes de transmission d’un capital politique dans le Minas Gerais brésilien”. *Genèses*, 31: 4-28.
- COMERFORD, John (2001). “Como uma família”: sociabilidade, reputações e territórios de parentesco na construção do sindicalismo rural na Zona da Mata de Minas Gerais. Tese de doutorado, Museu Nacional/UFRJ.
- DaMATTA, Roberto (1994). “A obra literária como etnografia: notas sobre as relações entre literatura e antropologia”. In: DaMATTA, Roberto. *Conta de mentiroso: sete ensaios de antropologia brasileira*. 2.ed. Rio de Janeiro: Rocco. p. 35-58.
- DUARTE, Nestor (1966). “Capítulo IV”. In: DUARTE, Nestor. *Ordem privada e a organização política nacional*. São Paulo: Companhia editora Nacional. p. 64-89.
- EPSTEIN, A. L. (1969). “Gossip, norms and social network”. In: MITCHELL, J. Clyde (org.) *Social network in urban situations: analyses of personal relationships in Central African towns*. Manchester: Manchester University Press, 1969. p. 117-127.
- FREYRE, Gilberto [1933] (1996). *Casa-grande e Senzala*. Rio de Janeiro: Record.
- LOPES, José Sérgio Leite (1973). “Relações de parentesco e de propriedade nos romances do ‘ciclo da cana’ de José Lins do Rego”. *Revista de Ciências Sociais*, 4(1): 45-63.
- MARQUES, Ana Cláudia (2002). *Intrigas e questões. Vingança de família e tramas sociais no sertão de Pernambuco*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: UFRJ, NUAP.
- MAUSS, Marcel (1988). *Ensaio sobre a dádiva*. Lisboa: Edições 70.
- MITCHELL, J. Clyde (1969). “The concept and use of social network”. In: MITCHELL, J. Clyde (org.) *Social network in urban situations: analyses of personal relationships in Central African towns*. Manchester: Manchester University Press, p. 1-50.
- OLIVEIRA VIANNA, Francisco José de (1974). “O ‘complexo dos feudos’” e “Os clãs feudais & O complexo da família senhorial e os clãs parentais”. In: OLIVEIRA VIANNA, *Instituições políticas brasileiras*. Rio de Janeiro: Record. p. 184-206 e 207-241.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira (1976). “O coronelismo numa interpretação sociológica”. In QUEIROZ, Maria Isaura Pereira, *O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios*. São Paulo: Editora Alfa-Omega. p. 163-216.
- SIMMEL, Georg (1991). “La sociabilité: exemple de sociologie pure ou formale”. In: SIMMEL, Georg, *Sociologie et épistémologie*. Paris: PUF. p. 121-136.
- WILLEMS, Emilio (1953). “The structure of brazilian family”. *Social Forces*, 31(4): 339-345.

## A “MACHO E FÊMEA” E A FAMÍLIA: LUZIA-HOMEM E O SERTÃO CEARENSE

*O sertanejo é, antes de tudo, um forte. Não tem o raquitismo exaustivo dos mestiços neurastênicos do litoral.*

*A sua aparência, entretanto, ao primeiro lance de vista, revela o contrário. Falta-lhe a plástica impecável, o desempenho, a estrutura corretíssima das organizações atléticas.*

*É desgracioso, desengonçado, torto. Hércules-Quasímodo, reflete no aspecto a fealdade típica dos fracos. O andar sem firmeza, sem aprumo, quase gingante e sinuoso, aparenta a translação de membros desarticulados. Agrava-o a postura normalmente abatida, num manifestar de displicência que lhe dá um caráter de humildade deprimente. A pé, quando parado, recosta-se invariavelmente ao primeiro umbral ou parede que encontra; a cavalo, se sofria o animal para trocar duas palavras com um conhecido, cai logo sobre um dos estribos, descansando sobre a espenda da sela. Caminhando, mesmo a passo rápido, não traça trajetória retilínea e firme. Avança celeremente, num bambolear característico, de que parecem ser o traço geométrico os meandros das trilhas sertanejas. E se na marcha estaca pelo motivo mais vulgar, para enrolar um cigarro, bater o isqueiro, ou*

**NILSON ALMINO DE FREITAS\***

### RESUMO

Este trabalho é resultado de um exercício de *ficção sociológica* que analisa a obra literária do romancista brasileiro Domingos Olímpio, intitulada *Luzia-homem*, como fonte para entender questões relativas à forma peculiar como *sertanejos* migrantes que chegam à cidade cearense de Sobral, no final do século XIX, utilizam marcadores morais como *honra, proteção, fama*, como recurso de reconhecimento social. O texto analisa todos esses marcadores morais pautados na referência familiar e a forma como o poder público trata das relações neles baseadas, além de analisar as diferenças sociais do reconhecimento de base familiar no caso do homem e da mulher.

### ABSTRACT

This paper is a result of a exercise in *sociological fiction* which intends to analyze a novel by Domingos Olímpio (a Brazilian novelist), whose title is *Luzia-homem*, as a source to understand issues relating to the peculiar way how migrants from the arid backlands (*sertanejos*) who arrive to the city in the state of Ceará named Sobral, in the end of the XIX century, use moral markers such as *honor, protection, fame*, as a social resource for social recognition. This article intends to analyze all these moral markers connected to the family and the way public power handles relations based on them, besides analyzing the differences of social recognition based on family ties for the women and for men.

\* Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Professor de Antropologia da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), em Sobral/CE – Brasil.

*travar ligeira conversa com um amigo, cai logo — cai é o termo — de cócoras, atravessando largo tempo numa posição de equilíbrio instável, em que todo o seu corpo fica suspenso pelos dedos grandes dos pés, sentado sobre os calcanhares, com uma simplicidade a um tempo ridícula e adorável.*

Euclides da Cunha  
– Os Sertões

### CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Esta descrição das características do sertanejo, na epígrafe, rica em detalhes dignos de epopéia e, sobretudo, com tons trágicos, realizada por Euclides da Cunha, em 1902, tornou-se clássica na literatura brasileira. Esta imagem foi incorporada como forma recorrente de ver o homem do sertão por alguns dos que moram nas grandes cidades. É comum, ainda nos dias de hoje, deparar-se com depoimentos que versam neste sentido.

No texto de Euclides da Cunha, o sertanejo, cerne da *verdadeira gente brasileira*, como lembra Sílvio Romero (ROMERO *apud* OLIVEIRA, 2002), tornou-se quase um ser fantástico, uma conformação corporal e social extravagante, espantosa; uma figura colossal e estupenda que oscila entre a miséria esquá-

lida e o grande herói, ou entre o bárbaro e a inclinação temperamental e corporal robusta. Nas palavras do autor, o sertanejo é um indivíduo que causa pasmo, assombro, mas com uma conduta contrária às leis da árida natureza do sertão. É *um forte*, uma aberração de coragem por viver naquela terra, naquelas condições. Talvez, se possa considerar que Euclides da Cunha pensasse mais além. De uma forma um tanto evolucionista e pautado em uma teoria darwinista da cultura, pensava que o sertanejo, *cerne da nacionalidade*, estava em inexorável extinção diante do que ele chama de *exigências crescentes da civilização*. Para Euclides, a força motriz da história substituiria as raças fracas pelas fortes. Segundo ele, o sertanejo, assim como o *jagunço*, o *caipira* e o *tabaréu ingênuo* são os *retardatários de hoje*, e sumirão nos caminhos da história do *amanhã*.

Outras obras da literatura, especialmente os romances de sua época, não trabalham com imagens muito diferentes desta perspectiva. Tais imagens aparecem mesmo em romances nos quais as narrativas falam de cidades do interior, sustentadas economicamente pela pecuária, mas que já viveram, de certa forma, momentos de prosperidade econômica, ou seja, em um contexto diferente da *miséria* econômica de Canudos. A imagem do sertanejo reconstituída por Euclides da Cunha prevalece em alguns romances. *A miséria de Canudos*, vista com um olhar trágico e dramático, volta a aparecer, mesmo no contexto de opulência.

Um exemplo disso é o *Luzia-homem*, de Domingos Olímpio. Neste romance de 1903, o autor conta a saga de uma jovem mulher sertaneja e retirante que chega a uma cidade com mais recursos motivada a ganhar a vida trabalhando, buscando alternativas às mazelas causadas pela seca. A cidade que serve como cenário é Sobral, localizada hoje a 225 km da capital cearense, Fortaleza. A história contada pelo autor se passa no tempo de uma grande seca do final do século XIX, ocasião em que o governo instala as Comissões de Socorro para atenderem a uma grande demanda de migrantes que chegam à cidade.

Sobral é descrita pelo autor como, “[...] formosa cidade intelectual, a casaria branca alinhada em ruas extensas e largas, os telhados vermelhos e as altas torres dos templos, rebrilhando em esplendores

abrasados [...]” (OLÍMPIO, 1983: 1). Ou ainda, em outro trecho, “[...] cidade intelectual, rica e populosa, empório do comércio do norte da província, na qual o Governo estabelecera opulentos celeiros” (OLÍMPIO, 1983: 116).

Segundo a mensagem do autor, para os retirantes, “A salvação estava em Sobral, na cidade formosa e opulenta, o oásis hospitaleiro anelado pelas caravanas de pegureiros esqueléticos” (OLÍMPIO, 1983: 116).

No romance, a *esquálida* leva de migrantes chega à opulenta cidade. Entretanto, o que mais chama a atenção em sua narrativa é a concepção peculiar de sertanejo; são as relações diversificadas entre as mulheres e seus familiares, e a relação entre os diversos agentes, calcadas em uma base familiar com o poder público,<sup>1</sup> o que remete a uma outra imagem recorrente na literatura brasileira, bem posterior à da época da publicação deste livro; imagem esta consolidada por Gilberto Freyre, segundo a qual, a dimensão pública da sociedade, muitas vezes, parece misturar-se às dinâmicas da vida privada, construindo socialmente uma conformação de relações hierárquicas que variam de forma, dependendo do contexto temporal e espacial. Logicamente, por ser anterior, esta idéia serviu como fonte a Freyre, que a trabalhou de uma forma peculiar, bem distinta e contrária a um evolucionismo que tendia a conceber a realidade social como etapas, na qual o ápice seria a *civilização* como pensava, por exemplo, Euclides da Cunha.

Antes de iniciar, propriamente, a análise de *Luzia-homem*, vale a pena fazer algumas breves observações sobre as peculiaridades desta obra literária; isto para se entender melhor a importância desta literatura, através da compreensão de uma antropologia da realidade social da região polarizada pela cidade de Sobral, pensando o cotidiano e as relações interpessoais e institucionais no final do século XIX.

Em primeiro lugar, resalto que a proposta, aqui, é a de um exercício de *ficção sociológica* e não a de uma crítica literária; ou seja, o texto que ora apresento é fruto da arte de imaginar a obra literária como um relato descritivo, criado pelo autor do romance, de acontecimentos não ponderados enquanto fontes de pesquisa, mas que são aqui analisados enquanto tal. Dessa forma, é um exercício que serve para pensar concepções de uma época refletidas no texto literário

que imagina relações sociais não tematizadas antropologicamente, mas, significativas de um tempo e de um espaço sociais. E é neste sentido que a análise pretende caminhar. Por isso, é importante conhecermos um pouco da obra para estudarmos a *realidade* que o romance quer passar, pensando, prioritariamente, o uso de localizadores morais calcados na conceptualização de família e os agenciamentos cotidianos acionados pelos distintos personagens, a fim de compormos um mapa social peculiar da região analisada.

### **LUZIA-HOMEM: A OBRA**

O cenário do romance é a cidade em que o autor viveu.<sup>2</sup> A trama social nele exposta tende a ser descrita como a mais próxima da denúncia de uma realidade que incomoda. Portanto, apesar de ter personagens fictícios, *Luzia-homem* tem um tom de denúncia social de uma realidade que pretende ser não-fictícia, enfatizando sempre o caráter dos personagens e deixando como acessório o sentimento. Não há um início, um desenvolvimento linear, com curvas e atalhos, e um final feliz de forma explícita, mas sim uma trama que, apesar de parecer estar se resolvendo e caminhando para um final feliz, volta-se contra si mesma e desficha de forma a fazer o leitor chocar-se e revoltar-se com os motivos do fim inesperado. É uma narrativa que mostra um feixe de relações extremamente rico para um antropólogo atento analisar. O cenário não é tão monótono e homogêneo como é apresentado o sertão euclidiano. É uma cidade, social, econômica e culturalmente heterogênea, considerada pelo autor como rica e próspera e que recebe uma grande leva de migrantes.

Na narrativa do livro, Luzia é uma retirante que chega a Sobral, por volta de 1878, junto com sua mãe doente, sendo esta o único ente que lhe resta de sua família nuclear. Ao chegar à cidade, arranjou morada com o Capitão Francisco Marçal. O Capitão era um homem rico e muito procurado por diversas famílias que vinham para o local em busca da sua *proteção* e, costumeiramente, tomavam-no como padrinho de suas crianças. O Capitão ajustara com o vigário uma quantia certa, anual, pelos batizados.

O emprego de Luzia lhe foi concedido como mérito de um salvamento. Ela passou a trabalhar na construção da cadeia pública de Sobral, obra

subsidiada pela Comissão de Socorros que pagava boa parte do trabalho com víveres alimentícios.<sup>3</sup> Alexandre, que a vira salvar Raulino da fúria de um boi bravo diante de seus pretensos domadores, foi o responsável pelo emprego de Luzia; foi ele quem falou com o capitão Braga, administrador da Comissão, que prestou o *favor*, como uma forma de compensar o feito de Luzia.

A narrativa começa mostrando o “lado homem” daquela mulher. O depoimento do melancólico francês Paul, fabricante de sinete, é tomado como testemunho exemplar sobre ela. Ele costumava fazer anotações a respeito da vida na localidade e, visitando a obra da cadeia pública, escreveu, espantado, no seu caderno: “passou por mim uma mulher extraordinária, carregando uma parede na cabeça”. Era Luzia, conduzindo para a obra 50 tijolos arrumados em uma armação de madeira. As proezas de Luzia causavam inveja a qualquer homem robusto. Ela era alvo de comentários inúmeros de homens e de mulheres. Como a descreve o próprio autor,

*Em plena florescência de mocidade e saúde, a extraordinária mulher, que tanto impressionara o francês Paul, encobria os músculos de aço sob as formas esbeltas e graciosas das morenas moças do sertão. Trazia a cabeça sempre velada por um manto de algodãozinho, cujas curelas prendia aos alvos dentes, como se, por um requinte de casquilhice, cuidasse com meticuloso interesse de preservar o rosto dos raios do sol e da poeira corrosiva, a evolvar em nuvens espessas do solo adusto, donde ao tênue borrifo de chuvas fecundantes, surgiam, por encanto, alfombras de relva virente e flores odorosas. Pouco expansiva, sempre em tímido recato, vivia só, afastada dos grupos de consortes de infortúnio, e quase não conversava com as companheiras de trabalho, cumprindo, com inalterável calma, a sua tarefa diária, que excedia à vulgar, para fazer jus à dobrada razão (OLÍMPIO, 1983: 4).*

A personalidade de Luzia chamava a atenção das pessoas de tal forma que se tornou objeto de desejo de Crapiúna, soldado mulato mal-afamado entre os homens e sedutor de mulheres. O recato de Luzia não permitiu a aproximação do soldado, o que fez aumentar, ainda mais, a paixão daquele homem envolvido em uma série de histórias de bravura e aventuras galantes; histórias que o deixavam cheio de vítimas e de desafetos.

Uma série de personagens compõe a narrativa. É exacerbado na história de *Luzia-homem* o sofrimento do homem sertanejo que luta pela sobrevivência. As famílias de retirantes que chegam a Sobral aparecem como *restos* ou *retalhos* desfigurados de gente, com os quais o autor se identifica no sofrimento e na alegria. Talvez, mais no sofrimento do que na alegria. Na obra literária, o tom de denúncia é constante. Neste aspecto, a imagem que o romance passa do sertanejo não é muito diferente da imagem euclidiana, fazendo-se a ressalva de que, no caso da obra *Luzia-homem*, a cidade, os costumes refinados de uma elite e o modo de vida requintado são misturados ao *atraso* e à miséria, geralmente associados ao estilo de vida do sertanejo.

Porém, o sertanejo e sua família, independente do contexto de opulência vivido na cidade, não diferem muito das imagens fortes criadas pelo texto de Euclides da Cunha. Domingos Olímpio descreve as famílias que chegam à cidade como

[...] *infelizes criaturas, açoitadas pelo flagelo da seca, a calamidade estupenda e horrível que devastava o sertão combusto. Vinham de longe aqueles magotes heróicos, atravessando montanhas e planícies, por estradas ásperas, quase nus, nutridos de cardos, raízes intoxicantes e palmitos amargos, devoradas as entranhas pela sede, a pele curtida pelo implacável sol incandescente* (OLÍMPIO, 1983: 2).

Os efeitos que esta multidão de retirantes causa na *cidade intelectual* são ressaltados pelo autor da seguinte forma:

*A população da cidade triplicava com a extraordinária afluência de retirantes. Casas de taipa, palhoças, latadas, ranchos e abarracamentos do subúrbio estavam repletos a transbordarem. Mesmo sob os tamarineiros das praças se aboletavam famílias no extremo passo da miséria – resíduos da torrente humana que dia e noite atravessava a rua da Vitória, onde entroncavam os caminhos e a estrada real, traçado ao lado esquerdo do rio Acaraú, até ao mar. Eram pedaços da multidão, varrida dos lares pelo flagelo, encalhando no lento percurso da tétrica viagem através do sertão tostado, como terra de maldição ferida pela ira de Deus; esqueléticas criaturas de aspecto horripilante, esqueletos automáticos dentro de fantásticos trajes, rendilhados de trapos sórdidos, de uma sujidade nauseante, empapados de sangue purulento das úlceras, que lhes carcomiam a pele, até descobrirem os ossos, nas articulações deformadas* (OLÍMPIO, 1983: 7).

A obra nos leva a entender que muitas dessas famílias que viajavam pelo *sertão tostado* até a cidade, em busca de auxílio, não eram pobres em suas localidades de origem. A família de Terezinha, amiga de Luzia e que ajuda a *mulher-homem* em suas desventuras na cidade de Sobral, é exemplar para mostrar os problemas decorrentes do empobrecimento dos fazendeiros de gado da região. Ela, até determinado momento da narrativa, não tinha mais contato com a família. Havia fugido com Cazuza, seu grande amor proibido, que logo depois de longo vagar pelo sertão morreu de *bexiga*.<sup>4</sup> Quando fugiu, sua família ainda tinha como se sustentar bem.

Já morando em Sobral, quase no final da história, ela subia por acaso uma ladeira e lá encontra uma família (um homem, uma mulher mais velha e uma jovem adolescente) que obstruía a passagem, tangendo um burro que mal agüentava se sustentar nas próprias pernas. Era sua família, liderada pelo

rancoroso capitão Marcos, que chegava a Sobral em busca das riquezas propaladas que a cidade poderia oferecer. Segundo o autor,

*Não era raro aparecerem, entre os retirantes, famílias abastadas que haviam abandonado os lares, levando dinheiro e jóias sem valor por não terem o que comprar, mesmo a preços exorbitantes. Marcos, depois de inútil resistência, viu-se nessa triste situação. De esperança em esperança de mudança de tempo, vira os gados morrerem nos campos devastados; consumira, com parcimônia cautelosa, as provisões acumuladas, os surrões de farinha de mandioca, os paióis de milho, arroz em casca e feijão; as matalotagens em salmoura ou empilhadas se esgotaram por encanto, porque não tivera coragem de recusar esmola aos famintos que passavam pela sua fazenda. Os vaqueiros, agregados e pessoal de fábrica, empregados na labutação de criadores e agricultores, na maioria escravos velhos e crias de casa, não tinham que fazer; eram bocas inúteis. Alforriou-os, deu-lhes liberdade para ganharem a vida (OLÍMPIO, 1983: 115).*

O capitão Marcos nutria pela filha um sentimento de raiva por causa da sua fuga de casa, sempre tentando dar a entender que a carestia que passaram a enfrentar fora motivada, dentre outras coisas, pela maneira de agir da *ingrata*. Na interpretação do pai, a *reputação* da família tinha sido maculada. O culto incondicional à *honra* e à *integridade* da família não podia ser manchado, segundo o *pater-família*, que tomava o ato de Terezinha como uma abjeção extrema. A filha tornou-se a mais horrenda pecadora em função da afronta, o que impossibilitava o seu perdão, apesar das súplicas, a favor de Terezinha, por parte da mãe e da irmã. A imputação de *pecadora* passa a ser um sentimento da própria Terezinha, corroendo sua *alma*; e ela tenta mostrar-se arrependida e toma-se

de remorso pela não-concessão do perdão por parte do pai. Os *martírios* de sua experiência de vida, logo após a saída da casa da família, são tidos, por ela, como conseqüência de seu *pecado*.

Após a morte de Cazuza, nunca mais se apaixonara, apesar de ter vivido outros relacionamentos, dentre os quais a obra destaca o infortúnio da ligação afetiva de Terezinha com Bartolomeu, conhecido como Berto. Extremamente ciumento, nos momentos de acesso, Berto chegava a espancar Terezinha. O fato é que, em um determinado dia, *arranchou-se* na casa de Berto e Terezinha, Bentinho, um rapaz de família rica da região. Ele olhava insistentemente para ela, que lhe abriu um sorriso de cumplicidade no jogo de sedução com Bentinho. Berto, logo após a saída do visitante, em um acesso de ciúmes, disse uma porção de desaforos para Terezinha, agarrou-a pelos cabelos e lhe deu vários tabefes. No dia seguinte, chegou a pedir desculpas, justificando o ocorrido motivado por seu incontrolável ciúme.

Passados alguns dias do incidente, Bentinho volta à casa dela, sabendo que Berto viajara. Foi quando ela soube que era capitão e pertencia a uma família muito rica. Fugiu com ele, ficando escondida na casa de uma senhora perto de onde morava o pai dele. Aceitava viver daquela forma, pois devido à sua *infeliz* idéia de fugir de casa, não via outra maneira de sobreviver, já que não tinha ninguém para *protegê-la*.

Um conflito entre os *cangaceiros* de Berto e os da família de Bentinho aconteceu no povoado, nos arredores da fazenda. Berto tinha vindo para *ajustar as contas*. Bentinho chegou à casa da velha que hospedava Terezinha com um talho de navalha na mão esquerda, estendendo-se ao meio do braço. Contou detalhadamente o que ocorrera. Berto saiu muito ferido, senão morto, arqueado para trás em seu cavalo que disparara. O coronel Manuel Fernandes, pai de Bentinho, por ser muito influente na região, conseguiu que o filho respondesse ao processo quando quisesse e como quisesse, somente por formalidade. Mas o capitão nunca foi preso.

Depois desse episódio, Terezinha fica triste, amargurada, pensando em Cazuza e em Berto. Bentinho acaba abandonando-a e casando-se com uma prima rica. Ela fica na casa da *velha* que a tratava bem enquanto era *rica*, por causa de Bentinho, e que passa

a ser a sua *asa-negra* depois do episódio do conflito. Quando a velha morre com *nó na tripa*, Terezinha fica na dúvida se volta para casa, apesar de saber que seu pai não iria aceitá-la. A sua opção é continuar a peregrinar. Como diz o autor,

*Ela, com efeito, peregrinara pelo vasto sertão, de miséria em miséria, rastolhando, perdida como um pedaço de pau arrastado pela correnteza do rio, caindo nas cachoeiras, mergulhando nos rebojos, surgindo adiante, para bater de novo sobre pedras, tornando a ser arrebatado, até que, ao baixar das águas, pára, coberto de pau e ervas secas, garranchos e flores, que transportou de longe, esperando a enchente na próxima estação, e continuando a trágica jornada, até apodrecer em ribas desoladas, ou perder-se na imensidade do oceano (OLÍMPIO, 1983: 55).*

O autor ainda complementa: “É essa a história da peregrinação mundana das desgraçadas, que se desterram no seio amigo da família, quebrando o suporte dos afetos puros, e vagando sem rumo, na ebriedade de gozos efêmeros, à mercê da fatalidade intangível e cega” (OLÍMPIO, 1983: 55).

A idéia que a obra passa é a de que Terezinha tinha Luzia e sua mãe como saída para as agruras de uma *desterrada* da família como ela. A dedicação de Terezinha à resolução dos problemas ocorridos entre Luzia e Alexandre demonstra isso. Alexandre havia sido acusado e preso pelo roubo de gêneros alimentícios e de 200 mil réis do almoxarifado da Comissão de Socorros de Sobral, onde ele trabalhava e do qual tinha a chave. Ele era apaixonado por Luzia que, apesar da inquietação em relação aos seus sentimentos, gostava dele também. A *mulher-homem* foi a primeira a correr em defesa do rapaz, exaltando para o promotor e para o delegado o caráter *inquestionável* daquele homem. Segundo a descrição de Terezinha para Luzia, Alexandre era homem de *consideração e procedente de boa família*, o que a *mulher-homem* repetia às autoridades. Ele também tinha posses em

Crateús, mas teve que deixar suas terras por causa da seca.

Durante a narrativa, as suspeitas do roubo voltam-se contra Crapiúna, o que não impede de Alexandre continuar preso, mesmo tendo o reconhecimento de seu caráter por parte do promotor e do delegado. Terezinha desvenda o mistério, numa armadilha contra o soldado que realmente era o ardiloso culpado. Após o feito, salvando o grande amor de Luzia, de acordo com as palavras do autor, Terezinha sentiu-se enobrecida:

*E reputava-se engrandecida por essa boa ação, renovada do passado de culpas, de crimes talvez, dos quais fora responsável inconsciente e, sobretudo, a principal vítima. Entidade diminuída e inútil, flutuando sobre uma suja torrente de vícios incontinentes, sentia-se valorizada, sentia-se forte e sentia-se prestante. Duas criaturas, pelo menos, neste mundo de ingratidão, de perfídia e de miséria, seriam reconhecidas à sua dedicação (OLÍMPIO, 1984: 82).*

Aqui, chamo a atenção para diferentes aspectos da versão que a obra quer passar da vida sertaneja, principalmente no que se refere à particularidade da situação social da mulher, à relação do sertanejo com a família e à relação destes com o poder público.

### **A FAMÍLIA COMO VALOR: SOCIABILIDADE E A MULHER SERTANEJA NO INTERIOR DO CEARÁ, NO ROMANCE LUZIA-HOMEM**

Desde Gilberto Freyre, a formação da família patriarcal vem sendo analisada a partir de um modelo que ressalta a sua importância para o entendimento da formação de nossa sociedade. Autores clássicos, brasileiros e brasilianistas, como Luís Aguiar Costa Pinto, Charles Wagley, Nestor Duarte, Fernando de Azevedo, dentre outros, resguardando suas especificidades, têm como central uma noção de família patriarcal, deixando de ver outras questões e outros modelos de família.

Acontece que, ao formular este modelo, Freyre o

relativizava de acordo com o tempo e o espaço sociais tratados. Em *Casa Grande & Senzala*, ele se reporta ao período colonial, dando prioridade às peculiaridades da zona monocultora açucareira e escravocrata, em que o pater-família, dono do engenho, resumia, quase de forma única, o poder local. Já em *Sobrados & Mocambos*, fala do período final da colonização e de todo o Império, época em que o poder político da família patriarcal já estava se desgastando, entrando em cena outros agentes sociais para comporem um complexo cenário.

Para Freyre, o pater-família teria uma relação de solidariedade e de autoridade para com a mulher, o escravo, os agregados, a Igreja e a própria representação do Estado na região, na época do Brasil colonial. Segundo este autor, a matriz da formação brasileira vem de uma sociedade quase feudal, baseada no latifúndio, na monocultura e na escravidão, o que possibilita a existência de um sistema patriarcal.

O termo “quase” denota uma peculiaridade metodológica de Freyre que, mais do que ressaltar esquemas fechados de análise, quer fazer transparecer, em sua narrativa da formação brasileira, uma realidade em movimento com seus traços regionais característicos. Neste sentido, a nossa formação, que inicialmente tem a família patriarcal como base, só pode ser entendida historicamente, levando-se em consideração as diferenças regionais e os contatos sociais entre grupos distintos, assim como com estrangeiros – contato não só comercial ou político ou ainda social, mas também sexual e íntimo.

O livro *Sobrados & Mocambos* introduz a mudança e o movimento da urbanização, do ciclo do ouro, da vinda da corte para o Brasil e da constituição do Império, favorecendo novas ambigüidades e outros antagonismos, criando um novo processo civilizatório que tende à *europização* do branco no sobrado e a *reafricanização* do negro no mocambo. O mulato, produzido por nossa história social, constrói um movimento plástico, no qual se africaniza no mocambo e se europeiza no sobrado, repondo, na interpretação do autor, a tendência para a construção de uma *harmonia* entre os contrários que passam por um processo de mestiçagem extremamente imperfeita, econômica e politicamente, tendência esta já presente no período colonial, mas que ganha maior

visibilidade no Império.

A mulher, principalmente as negras e as mulatas, apesar das mudanças históricas apontadas em *Sobrados & Mocambos*, ainda desempenha, nesta obra, um papel fundamental. Como cozinheiras, amas-de-leite ou mucamas trazem, para o sobrado, as histórias do mocambo, amenizando o antagonismo sem dissipá-lo totalmente; isto acontecia já na colônia. Segundo o autor, no contexto das relações escravocratas, a mulher branca ocupava a segunda posição de mando na hierarquia, o que podia variar em cada região ou situação. Ela não se incomodava quando a escrava ensinava as primeiras palavras ao filho do senhor, ao amamentá-lo e, depois, adolescente, permitia carícias sexuais. Muitas dessas escravas serviam ao senhor sexualmente, gerando mulatos que em muitos casos eram reconhecidos como filhos.

Dentre outras críticas que possam ser feitas ao trabalho de Freyre, este modelo de família patriarcal e o papel que a mulher ocupa em tal contexto eram bem visíveis no litoral, perto dos grandes centros econômicos na colônia, mantendo-se durante o Império em menores proporções em algumas regiões. A família do sertão, principalmente a de retirantes pobres da região onde predominava a economia da pecuária, como aquelas que chegavam a Sobral no romance *Luzia-homem*, resguarda peculiaridades que talvez sirvam para situá-la em outro contexto, acrescentando novos feixes de relações. O romance, narra uma realidade que sofre fortes influências da migração e do processo de miserabilidade decorrente da seca. Famílias são refeitas e indivíduos são desterrados, de acordo com atitudes que servem de confirmação social para julgamentos, condenações e absolvições.

Não se quer dizer que o modelo de família patriarcal não seja mais útil. Muito pelo contrário. Ele continua importante. Toda uma série de formas de relações sociais e de valores culturais constituídos no contexto do poder dominante da família patriarcal no período colonial ainda se faz presente no Império e nos influencia até os dias de hoje, como honra, proteção, relações de compadrio, prestígio político, dentre outros. Por exemplo, quando o autor fala, na trama, da intervenção no poder público por parte do coronel Manoel Fernandes, pai de Bentinho, para proteger seu filho das garras da justiça, mostra, aí, a



força do mandatário de uma família local diante do Estado, definindo os rumos que aquela investigação deve tomar, sem falar da importância da endogamia familiar nos casamentos, pois Bentinho casa-se com uma prima. Mas, não podemos centrar atenção só nisso. O romance mostra nuances e peculiaridades que podem complexificar este modelo.

Costa Pinto (1949) chega a analisar o nordeste pastoril, tendo como foco central a questão da vingança privada e o seu uso, enquanto forma de constituição da solidariedade familiar. Porém, ele constrói seus argumentos anunciando a sobreposição de uma solidariedade familiar ao Estado – este último viria a ser quase inexistente. Além disso, ele está falando de famílias com prestígio social, econômico e político. Nestor Duarte (1966) segue um pouco a mesma lógica, ao contrapor a organização com base familiar ao Estado, apontando o apoio ao modelo de Estado brasileiro em *Casa Grande & Senzala*. A idéia que passa é a de que haveria uma forma pura de estado nacional que, por uma questão de princípio, teria que servir como modelo para substituir um tipo de solidariedade familiar marcante no Império. Queiroz (1976) demonstra que, pelo menos no sistema eleitoral, esta conformação no campo político de base familiar teve continuidade, mesmo após a proclamação da República, na qual ela percebe a existência de feudos políticos municipais que transmitiam o poder como herança, sendo que os mandatários locais conseguiam eleger parentes, o que englobava aliados, apaniguados e protegidos.

O fato é que as muitas noções da relação entre as famílias e o poder público que compõem o cenário do sertão nordestino, da pecuária, entrelaçam-se de tal forma que fica difícil entendê-las somente pelo registro de relações localizadas ou pelas suas formas de controle social, como quer Costa Pinto (1949). Marques (2002), ao analisar o sertão pernambucano da pecuária, sugere que, mesmo ao examinar as grandes questões e as intrigas, percebe um feixe de relações, as quais são muito mais complexas do que uma simples contraposição dualista entre duas famílias, que levam o poder público a reboque ou o usam da maneira como querem – isto apesar de a questão e a intriga serem apresentadas desta forma. Além disso, os indivíduos que se identificam com um

nome de família não estão todos eles envolvidos nas questões, assim como aqueles que estão envolvidos ou se interessam pelo conflito encontram-se em outros municípios.

No caso da rede social composta no livro *Luzia-homem*, fica mais complicado, ainda, compreender a família sertaneja tendo como foco as vinganças, as questões e as intrigas, porque o ponto de convergência fundamental não é este, apesar de aparecer no romance. A família que surge no livro, no que pese resguardar características abordadas por todos esses autores que estabelecem uma relação entre solidariedade familiar, privada, e vida pública – esta entendida como mais ampla que o restritamente estatal ou o governo – é composta por pessoas pobres que migraram para uma cidade mais rica, em busca de uma vida melhor. Talvez, se possa entendê-las como dimensão de uma rede social mais ampla que, inclusive, serve para compreender a relação entre pobres, família, migrantes e o poder público, além de auxiliar na reflexão sobre a condição social da mulher em tais relações.

É uma constante os personagens fazerem referência à família para justificarem qualquer atitude, conduta, comportamento e conceito moral, por mais individual que estes possam emergir da narrativa. Tudo se resume a ter uma família, o que condiciona um reconhecimento social por parte do grupo de relação do indivíduo, ou ser um desterrado, um perdido, o que é mais grave quando diz respeito à condição social da mulher. A personagem Terezinha é exemplar neste sentido. A condição de fuga a pôs em uma situação de morte social para a sua família. Ela própria, de certa forma, incorpora e expressa este sentimento. Ter consideração, ser honesta, ser honrada são qualificações atribuídas às pessoas, e ganham força quando referidas à origem familiar. Se um indivíduo, principalmente mulher, é desterrado, vira “qualquer um” ou é um desclassificado socialmente, tornando-se alvo de desconfiança para todos. O fato de ficar longe da família é trágico, principalmente para a mulher. Terezinha ressalta todo o seu drama, contando a própria história de vida cheia de fugas, conflitos e problemas emocionais ocasionados por sua saída de casa. O fato de ajudar Luzia parece diluir um pouco o seu sofrimento por ser uma desterrada, pois o tipo de

relação quase familiar com a mulher-homem parece compensar seu sofrimento. No romance, a condição social de aceitação ou não no seio da família cabe ao homem ou ao pater-família.

Diante disso, a “proteção” que a família exerce não pode ser entendida somente no sentido político. Este termo é usualmente empregado no texto com o sentido de abrigo, amparo, auxílio, socorro ou cuidado que se toma em relação à fortuna ou com base nos interesses envolvidos em um determinado evento. Ao mesmo tempo, significa auxílio, favor, privilégio concedido. A pessoa que protege se torna responsável pela conduta do “protegido” que, por outro lado, tem que honrar essa proteção, e fica obrigado a retribuir, seja na forma de fidelidade, seja de outra maneira, quando a necessidade aparecer. A proteção, portanto, é fundamentalmente moral.

Abreu Filho (1982), em pesquisa na cidade de Araxá, no Triângulo Mineiro, percebe que no contexto do sistema das relações de parentesco apresentado por suas fontes, a família – na categoria nome de família – tem uma série de implicações que remetem à situação social, moral e íntima dos indivíduos. Ele chama a atenção para o fato de que, na situação social que analisa, a partir do momento em que um determinado indivíduo sabe o nome de família do outro, ele anuncia, de antemão, o seu reconhecimento do outro, do ponto de vista social, moral e até íntimo; ou seja, não precisa mais de nenhuma informação sobre a conduta individual, pois a conduta familiar já diz quem é a pessoa.

No romance, pode-se fazer uma analogia analítica neste sentido. Ali, a família é constantemente anunciada como um marco para transformar um indivíduo qualquer em pessoa. A defesa de Alexandre, por parte de Luzia, é exemplar, pois ser procedente de “boa família” é anunciado como um atributo ou dote que imprime qualidade pessoal. A família, portanto, pessoaliza o indivíduo, exprimindo um modelo de virtude moral. Além disso, como se não bastasse a origem familiar como identificador da personalidade, o fato de ser trabalhador e ter tido “posses” em Crateús, apesar da perda desses bens, reforça o seu caráter. Assim, o que está em jogo não é só a procedência familiar, mas também a sua confirmação através do trabalho. Estes dois aspectos, no caso do homem, dão

um cunho distintivo ao indivíduo; anunciam um feito moral ou uma índole referente à expressão ajustada e à honradez.

Quando se trata de personagem feminino, e o exemplo de Terezinha é sintomático, a honra está ligada à conduta amorosa, sexual, portanto, moral; não quanto ao trabalho propriamente, mas no sentido doméstico. O casamento ou o tipo de aliança social e íntima com homens passa a ser o foco de atenção, na conduta social da mulher. Caso a família avalie essa conduta como impropriedade nas suas relações íntimas, a mulher pode ser desterrada e banida, seja qual for o seu tipo de relação com os consangüíneos. Ao pai cabe a decisão. Dessa forma, a confirmação social da procedência familiar passa a ser distinta, se comparada ao caso do homem.

Quando se pensa o caso de Luzia, outras questões, além destas, aparecem. A sua família é anunciada como se estivesse resumida à mãe doente. Porém, em vários momentos, há indícios de ser mais ampla, no que se refere à afinidade, dependendo do contexto. Como já foi dito, as origens familiar e espacial, principalmente, parecem ser o fundamento da pessoa. No entanto, no evento da defesa da honra de Alexandre, o promotor que cuidava do caso do roubo do almorçado da Comissão de Socorros inquiriu Luzia sobre a sua própria honra. Assim, parece estar implícito, na postura do promotor, que, para defender uma pessoa honrada, ela também teria que ser honrada. Nesse sentido, Luzia responde que não é desterrada da família e nem qualquer uma: “– Eu me chamo Luzia Maria da Conceição. Sou filha do Ipu. Meu pai, que Deus haja, era vaqueiro das Ipuéiras do Major Pedro Ribeiro [...] Está ouvindo, seu doutor?” (OLÍMPIO, 1983: 28).

Falar sobre sua família e localizá-la em um feixe de relações mais amplo e prestigioso, como o fato de lembrar que seu pai trabalhava para o Major Pedro Ribeiro, ajuda a situá-la entre as pessoas de honra. Além disso, lembra do pai que já morreu e de sua mãe, o que reforça uma postura que a torna parte de um mapa moral em que a sua posição está bem definida. O pai trabalhava, o que lhe confere uma aura de responsabilidade reverberada na moral da filha; e não trabalha para qualquer um, mas para uma pessoa de prestígio social, na sua região de origem.

Uma multidão acompanhava o rompante de Luzia ao defender Alexandre, tornando público o ato que parecia ser privado. Todos participavam, principalmente para condená-la por sua atitude que, para eles, parecia menos nobre do que suprir as necessidades de todos os que ali estavam para receber os donativos da Comissão, o que ficou comprometido por causa da confusão do roubo.

O fato de ser chamada de Luzia-homem intrigava o promotor que lhe perguntou a respeito dessa alcunha. E, mais uma vez, a memória do pai foi lembrada quando ela respondeu:

*– Eu lhe digo, seu doutor. Desde menina fui acostumada a andar vestida de homem para poder ajudar meu pai no serviço. Pastorava o gado; cavava bebedores e cacimbas; vaquejava a cavalo com o defunto; fazia todo o serviço da fazenda, até o de foice e machado na derrubada dos roçados. Só deixei de usar camisa e ceroula e andar encoirada, quando já era moça demais, ali por obra dos dezoito anos. Muita gente me tomava por homem de verdade. Depois meu pai, coitadinho, que era forte como um touro, e matava um bode taludo com um murro no cabeloiro, morreu de moléstias, que apanhou na influência da ambição de melhorar de sorte, na cavação de ouro no riacho do Juré. Daí em diante, começamos a desandar. Minha mãe, sempre muito doente, e nós duas muito pobres de tudo, menos da graça de Deus, vendemos as miúças e cabeças de gado, que tiramos à sorte da produção da fazenda, os animais de campo e até o meu cavalo castanho-escuro, calçado dos quatro pés e com uma estrela na testa... o meu querido Temporal... Tudo isso para não morrermos de fome quando veio esta seca... (OLÍMPIO, 1983: 28).*

O nome do pai, aqui, serve para localizar e justificar as suas condutas. Mesmo antes da morte do geni-

tor, Luzia ocupa espaços muito pouco convencionais para uma mulher sertaneja, e justifica isso através do tipo de trabalho que fazia junto com ele. Com o seu falecimento, recebe de herança as qualificações atribuídas a ela quanto a comportamentos masculinizados, agora mais enfatizadas. De certa forma, Luzia teve que substituir socialmente o pai, dando sustento à família com o próprio trabalho, o que não era suficiente devido à sua condição de mulher. A idéia de ser o homem aquele que sustenta a casa é marcante nas biografias femininas apresentadas no texto.

Luzia parece não confirmar esta lógica, incorporando indicadores sociais de honraria, geralmente atribuídos ao homem em função do trabalho. Este aspecto, dentre outros, como a força que tem, por exemplo, confunde as pessoas: alguns mostram estranheza, outros simplesmente a desprezam e outros se apaixonam por ela, como é o caso de Crapiúna. Sua imagem perante as pessoas ganha uma grandeza desmedida que varia de desumana a feia, portentosa, prodigiosa e até bela, apesar de sempre assombrosa. Isto parece justificar a alcunha de Luzia-homem. É uma mulher “meio homem”, como classificam os seus pares.

Em outro contexto, quando resolve migrar na direção da praia para curar sua mãe, fugir de Capriúna e de seu possível envolvimento com Alexandre, lembra da gente do seu padrinho José Frederico, que era rico e bom para os pobres e com quem ela poderia contar para proteção e amparo. O protetor surge, mais uma vez com força, neste momento. É uma pessoa que não faz parte de seu grupo familiar consanguíneo, mas tem a prerrogativa de protetor firmada pelas relações de compadrio. São os vínculos de afinidade que funcionam, ali, ampliando e complexificando os laços entre os sertanejos.

Willems (1954), ao analisar famílias pobres de pequenas propriedades rurais, afirma a existência de pouca solidariedade nos moldes da estrutura das famílias mais ricas. Em *Luzia-homem*, ao contrário, mesmo em condições adversas, os indivíduos pertencentes a classes sociais menos favorecidas economicamente – através de seus parentes consanguíneos, das relações de compadrio, assim como da afinidade eletiva entre integrantes de um grupo de parentes – conseguem constituir uma rede de relações que vai

além do local de moradia e atravessa classes sociais distintas da sua. Neste sentido, conforme a narrativa, não podemos entender as ligações entre as classes sociais no sertão somente por meio do registro do dominante, muito menos resumir sua análise na relação entre dominantes e dominados, o que não deixa de ser importante, mas não é suficiente. Isto porque tal tipo de relação pode ser visto de outra forma. Ou seja, as pessoas que compõem famílias, sejam estas formadas por vínculos consanguíneos, sejam constituídas ou complementadas por relações de afinidade, devem ser entendidas também como agentes que constroem – dependendo dos contextos temporal e espacial e dispondo dos instrumentos que têm em mãos – uma rede de relações que visa a sustentá-las socialmente. Essas pessoas não podem ser tomadas somente como passivas diante do poder de um grupo social dominante. Muitas vezes, elas usam o poder daqueles que têm prestígio, geralmente ancorados em um nome de família ou em uma origem familiar, no trabalho e na conduta moral íntima que lhes confere honestidade, assim como outros elementos, até mesmo sobrenaturais ou espirituais, para se sobreporem e continuarem a viver.

Um exemplo do uso do sobrenatural para vencer as adversidades é a astúcia de Luzia, auxiliada por Terezinha, na tentativa de livrar Alexandre da prisão; ali, tudo é válido. Ambas, através dos dotes de Rosa Veado que, como diz Terezinha, faz a adivinhação da urupema e sabe rezar o respônsio de Santo Antônio, acreditam ter ajudado a resolver a questão. Para isso, Luzia teve a idéia de vender o seu cabelo ao promotor para que sua esposa Matilde pudesse usar como peruca, visando conseguir dinheiro para pagar a adivinhação. Matilde, entendendo que ajudaria a moça aflita, aceitou comprá-lo, desde que Luzia não o tirasse de sua própria cabeça.

Neste caso, não me parece que o registro das relações de dominação seja suficiente para compreender a trama. Naquele ato, Matilde e Luzia firmaram um compromisso, de acordo com o qual uma ficaria devendo algo à outra. Além do aspecto econômico, a reciprocidade estabelecida entre as duas mulheres pode ser entendida como moral, pois fica subentendido na conduta de ambas que o compromisso foi firmado envolvendo partes iguais, pois cada uma doa

uma parcela do que possui para a outra, como favor. Enquanto Luzia concede a graça de preservar o seu cabelo para que venha a ser de Matilde, esta oferece o recurso financeiro necessário para Luzia. Portanto, de acordo com o texto, a atitude de Matilde não pode ser entendida como uma ciência do manejo das pessoas através do dinheiro. A idéia da narrativa é mostrar um contrato entre subjetividades, o que minimamente demonstra estima, apreço e consideração mútuos.

Com relação ao recurso adotado, de pedir auxílio à rezadeira, este fato nos leva a entender que os sertanejos daquela região, migrantes e pobres, com astúcia e com os recursos de que dispõem, encontram formas de se sobreporem às adversidades. Alguns analistas distraídos poderiam ficar tentados a interpretar o fato como credence popular ou algo parecido. Só que o conceito de crença parece insuficiente neste caso, justamente porque as duas mulheres não acreditavam nas rezas de Rosa Veado, mas tinham que mobilizar todos os recursos possíveis para salvar Alexandre. A lógica implícita nesta prática é a de que “eu não acredito, mas não custa nada tentar”. Não sabiam se iam ajudar, mas deveriam tentar. O fato é que, por acaso ou por ajuda de Santo Antônio, Terezinha conseguiu resolver o mistério. Para elas, independente de crer ou não, era o que tinha de ser feito. A reputação de Alexandre precisava ser lavada a qualquer custo.

Tal reputação não pode ser entendida somente no âmbito pessoal, mas, de uma forma bem mais ampla; levando em consideração o parentesco, o nome de família, a relação de compadre, o apadrinhamento e a proteção. Aqui, já vimos vários exemplos em que estas categorias são fundamentais para situar os indivíduos em um esquema de enquadramento social, compondo um mapa meio disperso territorialmente, por causa da origem migrante dos indivíduos, mas conciso do ponto de vista moral. Como já foi dito, as boas e as más pessoas são socialmente classificadas de acordo com a região de origem e as relações familiares, sejam elas consanguíneas, sejam elas por consideração. Isso porque as categorias de compadrio e proteção, apesar de muitas vezes se darem no contexto da família extensa consanguínea, são também realizadas com pessoas “de consideração”, quer por conta de seu prestígio socioeconômico, quer por seu nome. Isto se deve ao fato de algumas pessoas sem parentesco

consangüíneo usarem das relações de compadrio para se situarem no seio de uma família com maior prestígio político ou econômico.

Comerford (2001) encontra uma situação parecida, em Minas Gerais, em um sistema de classificações com bases familiares e de reputação. Lá, assim como no relato de Domingos Olímpio, os indivíduos compõem um mapa pautado em um sistema social relacionado às reputações que, por sua vez, ganha visibilidade, situando-os em um conjunto mais amplo de relações, fundado no pertencimento familiar e regional. Como observa Comerford (2001), a reputação ou a fama não é centrada em juízos de valor referentes a indivíduos, mas a um conjunto de indivíduos ou à família, que serve de modelo no julgamento de indivíduos. A diferença, comparando-se ao romance, diz respeito ao fato de que Domingos Olímpio está falando de membros ou agregados, ou, ainda, de protegidos de famílias dispersas em um grande território por conta da migração. Mesmo assim, apesar da distância, essas noções ganham operacionalidade marcante na narrativa dos acontecimentos expostos no romance.

No caso de Alexandre, por exemplo, que veio de Crateús, cidade distante de Sobral, o poder público – representado pelo delegado e pelo promotor de justiça – reconhece que ele é uma pessoa “de consideração” e procedente de “boa família”, portanto, uma pessoa honrada, e que sua origem não nega isso. Porém, pautados em critérios objetivos ou em fatos, como o de que só ele tinha a chave do almoxarifado e, dessa forma, só ele poderia entrar lá, deixaram o rapaz preso enquanto não se provasse o contrário. O problema é que tais critérios racionais e objetivos entravam em tensão com o caráter, a reputação, a boa procedência, a boa origem e a honra de Alexandre, o que fazia com que desconfiassem da sua “inocência”.

Quanto ao promotor e ao delegado, está claro que – tendo como base as reflexões de Comerford (2001), os agentes que exercem atividades de cunho público,<sup>5</sup> ou seja, pessoas que fazem parte de instituições que visam atender à população em geral nas suas necessidades, principalmente as assistenciais e jurídicas –, apesar da sua formação letrada exigir aparência e formalidade em suas atuações, eles não conseguem fugir completamente das dinâmicas informais da sociabilidade cotidiana. Existe, em relação ao personagem Alexandre, uma tensão entre o racional

ou fático, e o informal ou moral; não no sentido de implementar um movimento de substituição de um tipo de ordenamento por outro, mas no sentido de relação ou operação que determina a agregação ou a conexão entre as duas dimensões, correspondendo a um único conjunto. Não dá para dividir uma atuação imparcial, pressuposta na prática do promotor e do delegado, e uma tomada de posição pautada em juízos subjetivos de valor. O caráter de Alexandre não deixava dúvida quanto à necessidade de maiores investigações sobre o caso. Por outro lado, o caráter do outro suspeito, Crapiúna, indicava a forte possibilidade de ser ele o culpado, apesar de não haver provas materiais para isso.

Como chama a atenção Marques (2002), a fama é uma qualidade que se aplica a indivíduos que adotam condutas que se supõem regulares, gerando expectativas no sentido de fazerem com que seus comportamentos correspondam à fama que possuem, o que complementa a idéia de procedência familiar, como relatamos anteriormente. Para a autora, este é um conceito que faz parte de um diálogo social voltado para o *outro* e, ao mesmo tempo, criado pelo *outro*, com base em certos estímulos que o portador oferece. As fofocas são fundamentais neste sentido. Elas auxiliam no processo de conhecimento e reconhecimento sociais, fazendo os indivíduos serem conhecidos, dizendo “quem é quem”. Elas reforçam e, ao mesmo tempo, renovam os laços de sociabilidade (ELIAS, 2000). As fofocas não têm tempo nem lugar certo de acontecerem – apesar de em determinados momentos e em certos lugares não ser conveniente falar da vida dos outros – e aparecem quando a ocasião permite. No caso da transferência de Crapiúna, por causa da queixa de Luzia contra o soldado que a importunara, a fofoca acaba desenhando a sua personalidade. Como conta o próprio autor:

*E surdiam histórias de crimes, anedotas grotescas, revelação de casos repugnantes, verdadeiros ou inventados pela fantasia do populacho nos excessos de saborear a vingança, denegrindo-lhe a reputação e deturpando-o para transformá-lo de pelintra quente e apaixonado, em reles monstro horripilante (OLÍMPIO, 1983:6).*

O que parecia uma situação estritamente particular passa a ser de domínio público, e as pessoas começam a ser reconhecidas pela fama que a fofoca ajuda a disseminar. Luzia também foi alvo deste tipo de controle social formado por uma rede de observação e constituição de fama. O caso dela é exemplar por demonstrar uma certa mobilidade da fama. O romance vai revelando, no decorrer da trama, que a fama de Luzia vai evoluindo de uma caracterização masculinizada para outra mais feminina. Antes de se tornar pública sua paixão por Alexandre, a sua fama era de mulher-macho, “meio esquisita”, “quase homem”. Depois de vir à tona o seu amor pelo jovem preso, as pessoas passam a olhá-la de outra forma, como “mais feminina”. As atitudes também demonstram isso. Prestam mais atenção aos cuidados que ela tem para com a mãe, ao seu jeito de tratar Alexandre, e vêem nela atributos mais suaves. Quando Luzia quer voltar ao trabalho pesado, não deixam e dão a ela a coordenação das costureiras.

Como já destacamos, a mulher também incorpora, nesse contexto, a idéia de precisar ter uma “boa origem”, acrescentando uma dimensão mais geral à questão de como deve se comportar uma mulher. Terezinha vivia esse dilema constantemente, querendo sempre encontrar uma forma de se agregar a um grupo familiar, tendo em vista reparar o pecado que cometera no passado, ao abandonar sua família. Para o pai, Terezinha era uma filha ingrata, perdida e, por esse motivo, estava morta. Não valia mais a pena considerá-la como filha. Isso fez com que ela reconhecesse seu pecado e, de qualquer modo, procurasse amenizar o mal praticado, apesar de reconhecer que estava para sempre sem rumo, privada do que seria o mais importante para si, no momento do reconhecimento de sua falta: a companhia e a proteção familiar. Terezinha, ao ajudar Luzia, tinha como objetivo ser reconhecida como da família. Ao encontrar seus parentes, tenta em vão recuperar suas raízes. O fato de se submeter a tratar do burro doente – entendido por ela como uma pena a ser cumprida por seu crime – pode também ser interpretado como uma forma de inclusão no meio familiar, pois o animal era tido como parte integrante do grupo consanguíneo.

Já Luzia procura apresentar uma imagem de integridade, retidão e castidade, porém de forma a

causar espanto aos que estão ao seu redor, por causa de sua personalidade fechada e grande força física. Ela mostra ser uma mulher honrada ao não se deixar levar por Crapiúna, acionando o confirmador social da virtude moral íntima. O cumprimento, em excesso, das tarefas diárias servia-lhe como válvula de escape para as refutações de sua idoneidade. A própria relação com Alexandre quase não acontece diante dos dilemas existenciais por ela vividos. Apesar disso, inveja Terezinha pelas aventuras experimentadas e por ter tido a coragem de nutrir sua grande paixão, sem ligar para as convenções, sem incluir nesta reflexão o arrependimento da amiga.

O romance deixa a impressão de que a mulher sofre uma maior pressão no sentido de ser obrigada a encontrar no seio da família a proteção. A mulher que não tem um vínculo familiar é uma perdida. O autor nos sugere que a condição da mulher migrante e sertaneja faz com que ela tenha que buscar recursos considerados não-femininos para superar a pressão que a obriga a ser submissa a um homem de família. Assim, Luzia teria que se tornar um “quase homem” para isso. Só se liberta da sua marca masculina quando se apaixona por Alexandre e resolve morar com ele, a mãe, Terezinha e sua família na serra da Meruóca,<sup>6</sup> no final da história.

O desfecho da trama, que parecia caminhar para um final feliz, é trágico, no entanto. Crapiúna consegue fugir da prisão e emboscar Terezinha, deixando Luzia mortalmente ferida no caminho para Meruóca. A mulher-homem ainda consegue arrancar os olhos do soldado, ferindo-o gravemente. O autor, ao deixar o leitor chocado, força-o, de certa maneira, a condenar o que há de mau e criminoso na vida de quem mora no sertão.

## NOTAS

<sup>1</sup> No ano de 1831, foi criada pelo Império brasileiro a Guarda Nacional, na qual os chefes políticos locais mais destacados de cada região ocupavam os cargos mais prestigiosos (QUEIROZ, 1976). Geralmente, esses cargos eram concedidos aos donos de grandes fazendas, que tinham maior influência na administração pública. A patente de coronel, habitualmente, é associada ao mandatário de mais prestígio. Porém, Domingos Olímpio, ao longo do romance, cita vários casos em que o prestígio é arrogado também ao “capitão”.

<sup>2</sup> Domingos Olímpio era natural da cidade de Sobral, nascido a 8 de setembro de 1850, e integrante de família abastada. Termina o curso preparatório e entra para a Faculdade de Direito, em Recife. Entre 1873 e 1878, ocupa o cargo de promotor público, em Sobral. Nesta cidade, participa da elaboração do Código de Posturas do Município, no ano de 1876. Avesso à política local, migra para o Pará, em 1878. Lá, se torna redator do *Diário do Grão Pará* (juntamente com José Veríssimo), e do jornal *Província*. Continua exercendo atividades como advogado. Foi eleito para a Assembléia Provincial do Pará. Em 1890, passa a morar no Rio de Janeiro, onde advoga e escreve para os jornais *O País*, *Correio do Povo*, *Jornal do Comércio*, *Gazeta de Notícias*, *Correio Mercantil* e *do Comércio*. O romance *Luzia-homem*, de 1903, e outros publicados por ele levam-no a concorrer a uma vaga na Academia Brasileira de Letras, em 1905; porém, é derrotado por Mário de Alencar. Em 1906, morre no Rio de Janeiro.

<sup>3</sup> Em frente à cadeia pública da cidade de Sobral, foi erguido, em 1973, um monumento que lembra a heroína do romance.

<sup>4</sup> Denominação pela qual é conhecida a varíola.

<sup>5</sup> No caso de Comerford, ele analisa lideranças sindicais rurais.

<sup>6</sup> Serra localizada a 15 km da cidade de Sobral.

Janeiro: Editora Livraria José Olímpio.

FREYRE, Gilberto. (1936). *Sobrados & Mocambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento urbano*. Rio de Janeiro: Editora Livraria José Olímpio.

MARQUES, Ana Cláudia. (2002). *Intrigas e Questões: vingança de família e tramas sociais no sertão de Pernambuco*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.

OLÍMPIO, Domingos. (1983). *Luzia-homem*. Versão eletrônica disponível no site [www.bibvirt.futuro.usp.br](http://www.bibvirt.futuro.usp.br), baseado na 9ª edição, São Paulo: Ática.

OLIVEIRA, Ricardo de. (2002). “Euclides da Cunha, Os Sertões e a invenção de um Brasil profundo”. In: *Revista Brasileira de História*. v. 22, n. 44, São Paulo.

QUEIROZ, Maria Isaura P. de. (1976). *O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios*. São Paulo: Alfa-Ômega.

WILLEMS, Emílio. 1953. The structure of the brasilien family. In.: *Social Forces* 31. n° 4, p. 339-345.

Biografia e estilo de Domingos Olímpio: disponível no site [www.folhetim.com.br](http://www.folhetim.com.br).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU FILHO, Ovídio de. (1982). “Parentesco e identidade social”. In: *Anuário Antropológico* / 80. Rio de Janeiro / Fortaleza: Tempo Brasileiro / Editora da UFC, p. 95-118.

COMERFORD, John. (2001). “Como uma família”: sociabilidade, reputações e territórios de parentesco na construção do sindicalismo rural na Zona da Mata de Minas Gerais. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

COSTA PINTO, Luís Aguiar. (1949). *Lutas de família no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.

CUNHA, Euclides da. (1984). *Os Sertões*. São Paulo: Três.

DUARTE, Nestor. (1966). *A ordem privada e a organização política nacional*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.

ELIAS, Norbert. (2000). “Observações sobre a fofoca”. In: *Os Estabelecidos e os Outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, p. 121-133.

FREYRE, Gilberto. (1973). *Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. Rio de

## BREJEIROS E SERTANEJOS: OS DAQUI E OS DE LÁ. UMA ANÁLISE DO CONCEITO DE FAMÍLIA A PARTIR DE A BAGACEIRA<sup>1</sup>

*Andavam devagar, olhando para trás, como quem quer voltar. Não tinham pressa em chegar, porque não sabiam aonde iam. Expulsos do seu paraíso por espadas de fogo, iam, ao acaso, em descaminhos, no arrastão dos maus fados* (José Américo de Almeida, 1928).

*O sertanejo é, antes de tudo, um forte* (Euclides da Cunha, Os Sertões).

Proponho para o presente texto uma discussão sobre o conceito de família, a partir da temática da fuga, ocasionada pela seca, da gente sertaneja, enfatizando sua busca de um novo espaço e de condições melhores de sobrevivência. O ponto central da análise é o confronto com o novo espaço, a região do brejo, onde o sertanejo (o retirante) depara-se com os do 'local' – os brejeiros. Lendo o romance *A Bagaceira* numa perspectiva etnográfica, discuto a *noção de família em jogo*.

O enredo do romance gira em torno dos que são e dos que não são da região; as histórias são contadas tendo como base a apresentação do universo brejeiro contrapondo-se ao sertanejo ou, ao contrário, o sertanejo esforçando-se para assegurar a história de sua gente, ainda que “dispersa” pelo drama da seca nordestina.

De fato, procuro apresentar, aqui, o processo, narrado por José Américo de Almeida,

SIMONE SILVA\*

### RESUMO

Este artigo aborda o conceito de família a partir das questões trazidas pelo romance *A Bagaceira*. Seu principal objetivo é investigar os elementos constitutivos de uma definição mais ampla deste conceito do que aquela proposta pelo modelo de família patriarcal. A fuga da gente do sertão, ocasionada pela seca, e sua busca por um novo espaço – narradas no livro – estabelecem uma situação de aparente caos e desmantelamento familiar. Entretanto, é na relação travada no novo local com os *estabelecidos* que a idéia de *recomposição* familiar se faz tão essencial para compreender a insuficiência do modelo de família patriarcal, quanto explicativa das demais unidades domésticas, assim como também nos revelará, para o caso sertanejo, o que está em jogo na luta pela afirmação da existência dessa unidade coesa.

### ABSTRACT

This article approaches the concept based on the issues brought forth by the novel *"A Bagaceira"*. Its main purpose is to investigate the constitutive elements of a wider definition of this notion than that which was proposed by the model of the patriarchal family. The flight of people from the arid and remote interior, caused by droughts, and their search for a new place – narrated in the book – will result in an apparently chaotic situation and in the dismantlement of their families. However, in their new place, the description of their relationship with the *established* will set forth the idea of *recomposition* of the family as essential to understand the insufficiency of the model of the patriarchal family to elucidate other domestic units. It will also reveal to us what is at stake for the *sertanejos* when they affirm the existence of the family as a cohesive unit.

\* Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional / Universidade Federal do Rio de Janeiro.

de inserção dos chamados retirantes sertanejos em uma nova comunidade, visto de uma perspectiva crítica e tendo como base uma bibliografia sobre estudo de famílias no Brasil. É bem verdade que, quando comecei a leitura da obra, não via com clareza como poderia trabalhar etnograficamente o romance a partir de uma das questões debatidas nos estudos sobre família. Escolhi tomar como ponto de partida a apresentação do senhor de engenho, Dagoberto Marçau, e o episódio em que Valentim e sua gente, fugindo da desgraça da seca, chegam à casa-grande pedindo *morada*.<sup>2</sup>

Desde então, a narrativa ressalta dois personagens: um local, que é Lúcio, herdeiro do engenho, e Soledade, a “de fora”, vinda com Valentim do sertão. O início da observação daquele universo permite a apreensão de uma sugestiva futura história entre Soledade e Lúcio. Foi aí que o drama saltou do texto para a leitora, pois o objetivo de trabalhar analiticamente o livro, tendo como pano de fundo estudos sobre família no Brasil, pareceu-me, a princípio, um pouco complicado, já que havia como ponto de apoio somente a narrativa de um romance entre dois jovens. A história contada por José Américo, que terei mais adiante a oportunidade de



apresentar detalhadamente, não mudou em relação ao seu início. Resumindo-a, é realmente a história de amor entre o jovem herdeiro e a moça retirante. Mas, surpreendentemente, foi também dessa mesma apresentação – que, no começo, me pareceu ser insuficiente para o que eu pretendia fazer – que os dados surgiram.

José Américo, tal como José de Alencar, Franklin Távora e Euclides da Cunha, assume os relatos dos velhos documentos, as narrativas de romances populares, e descreve, apaixonadamente, a história dos sertanejos. É justamente desse contexto que o autor, como se fora um informante, vai apresentando, através das historietas, os meios pelos quais os sertanejos tentam conservar a honra e a moral de sua gente, e como estes são elementos essenciais na luta pela conquista de um espaço social na região do brejo. Assim, o autor, ao longo da história, com a caracterização do sertanejo e a sua constante comparação ao brejeiro, fez-me perceber a luta existente naquele ambiente que se via “invadido”, periodicamente, por pessoas de outra área – “os de lá”.

## A BAGACEIRA

Personagens	“Quem é quem”
Dagoberto Marçau	Senhor de engenho
Lúcio	Filho de Dagoberto
Valentim Pedreira	Sertanejo, pai de Soledade e padrinho de Pirunga
Soledade	Sertaneja, filha de Valentim
Pirunga	Afilhado de Valentim
Manuel Broca	Brejeiro, feitor do engenho

Era o ano de 1898. Um dia, após o almoço, o senhor de engenho, Dagoberto Marçau, chega à janela de onde se avistavam as “caravanas” de pessoas que fugiam da seca. O senhor de engenho recusava-se a abrigá-las por achar que elas não eram capazes de uma atividade útil e, além disso, por considerar que já havia muita gente no engenho. Entretanto, Dagoberto, após avistar Soledade, resolve acolher o grupo de Valentim em seu engenho.

Lúcio, estudante de Direito, estava de férias na fazenda do pai, porém pouco diálogo tinha com ele. Divergiam em muitos pontos, dentre eles, e o mais sério, era a forma pela qual o pai conduzia o engenho e

tratava a população que trabalhava na Bagaceira. Logo que percebe que o pai havia abrigado os retirantes, Lúcio corre com curiosidade para observá-los e, ao ver Soledade, cai em seus encantos. A presença daquela gente só agradava ao herdeiro; a população da Bagaceira não a via com muita simpatia. Segundo Lúcio, a diversidade da fisiografia paraibana produzia grupos sociais de tipos e costumes diferentes, acarretando, a partir da diferença, uma série de conflitos:

*Párias da bagaceira, vítimas de uma emperrada organização do trabalho e de uma dependência que os desumanizava, eram os mais insensíveis ao martírio das retiradas [...] Os sertanejos eram mal-vistos nos brejos. E o nome de brejeiro cruelmente pejorativo (p. 5, 6).*

Os acolhidos (passam a ser nesse momento *moradores*) começam a trabalhar no engenho e é nesse convívio com os brejeiros da Bagaceira que se trava uma disputa incessante em defesa da *honra*<sup>3</sup> de sua gente. Até o cachorro [Pegali], vindo com o grupo dos retirantes, era motivo de comparação entre eles: “E os retirantes certificavam-se de que, entre brejeiros e sertanejos, nem os cachorros se davam” (p. 17). O carregar da enxada também os diferenciava: os brejeiros levavam-na ao ombro, como uma cruz, instrumento de suplício; já os sertanejos, sobraçada, como se fosse vara de ferrão, lança de cavaleiro.

O velho Valentim, pai de Soledade – padrinho e pai de criação de Pirunga –, que já havia passado por diversas secas, encarregava-se de contar as retiradas para o curioso Lúcio. Soledade encantara-se com a natureza do engenho e aproveitava suas tardes para desfrutá-la, por vezes, acompanhada pelo herdeiro de tudo aquilo.

Após muita insistência de Manuel Broca, o feitor, e também de Lúcio, Valentim resolve contar-lhes a história de sua cicatriz. “Conhece a derrota de José Rodrigues de Sousa? Era da banda de lá. A filha, forçada pelo sargento Arcanjo, ali na Mata-Limpa... Até a tropa!”, disse Valentim (p. 34). O fato contado era o exemplo vivo de que a dignidade sertaneja sempre se via ameaçada pela desonra. A virgindade era comercializada a baixo preço; às vezes, por um rabo

de bacalhau, outras, por um brote duro. A cicatriz tinha sido o resultado de uma briga, em que Valentim tinha entrado para defender a honra e o nome do avô da moça que tinha sido violentada pelo sargento. O feitor do engenho, Manuel Broca, pergunta-lhe: “Era sua aparentada?”. Valentim, então, lhe responde: “Nem parente, nem aderente. Mas a moça não tinha ninguém por ela... Eu garanti que a moça se casava”. O avô morreria e o agressor da moça fora morto pelos peixes do rio do Peixe.

Tal como no caso descrito por Bourdieu sobre a sociedade Kabila, nesta narrativa, a honra da gente sertaneja era atingida se também o fosse a honra de cada um; isso justifica a entrada de Valentim na luta pela defesa da honra do avô da moça violentada, embora eles não fossem seus parentes. “O homem honrado realiza a vingança e lava a afronta recebida e com desprezo pelos sentimentos, recebendo por isso a aprovação inteira do grupo” (BOURDIEU, 1995: 72).

Lúcio, após ouvir a história, fez o seguinte comentário: “Reservas da dignidade antiga! Resistência granítica, como os afloramentos do Nordeste! Solidificação da família! Tesouro das virtudes primitivas!...” (p. 38). Diferentemente, no brejo, não se brigava por mulher, “[...] o amor não valia uma facada. O ciúme mal passava de ameaças” (p. 44).

A gente da Bagaceira, durante uma reunião, à noite, foi surpreendida pela invasão violenta de policiais; isso porque Dagoberto tinha se desentendido com o chefe local. “E a política adversa despica-se em seus moradores... Chegou e foi metendo o fandangó. Só pra empatar o samba. Passou o refe em tudo” (p. 45, 46). Para a gente do brejo, o governo era apenas essa noção de violência, a prisão ilegal.

O tempo se passava e a aproximação entre Lúcio e Soledade só aumentava. A moça, porém, sentia-se insegura por sua condição de retirante. A proximidade tornou-se tão estreita que Lúcio resolveu comunicar ao seu pai que queria casar-se com Soledade. O pai, apesar de ter se casado com uma retirante, negou o pedido do filho, argumentando, como justificativa, que havia gastado muito dinheiro em seus estudos e que não fazia sentido aquele casamento. Lúcio, não convencido, ouviu do pai a verdade: que também havia se envolvido com Soledade. O rapaz abdica, então, de Soledade em favor do pai.

Por esse tempo, Valentim tinha sido preso, após matar o feitor, acusado de ter, também, um relacionamento com Soledade; e Pirunga encarregou-se de tomar conta da moça na ausência do velho pai. O afilhado, ao visitar seu padrinho na cadeia, comenta com ele que o feitor, de fato, era apenas o “leva-e-traz”, entre Soledade e Dagoberto. Valentim pede ao seu afilhado que lhe prometa não matar o senhor de engenho, afirmando: “Ninguém me tira o meu direito. Um dia, cedo ou tarde, eu hei de me livrar, porque Deus não é servido que eu morra desonrado!” (p. 115). Dagoberto viria a ser morto pelo Corisco, seu cavalo, durante uma vaquejada, ocasião em que o bicho saíra desembestado, levando o senhor. Soledade acusou Pirunga pela morte e até lutou, corpo a corpo, com seu “irmão”.

Lúcio herdou o engenho e casou-se com a filha de um usineiro. Valentim foi absolvido. E o engenho ganhou outra vida, administrado por Lúcio. Soledade voltaria ao engenho somente na retirada da seca de 1915, carregando o filho de Lúcio, também vítima do sertão. Nas palavras de José Américo de Almeida,

*Eram os mesmos azares do êxodo.  
A mesma debandada patética.  
Lares dismantelados; os sertanejos  
desarraigados do seu sedentarismo.  
Passavam os retirantes dessorados, ocos  
de fome, cabisbaixos como quem vai  
contando os passos (p. 135).*

É verdade que o romance é bem mais rico do que esta simples descrição. Porém, a brevidade do resumo se fez necessária para a apresentação da história narrada por José Américo de Almeida. Além disso, na recuperação dos fatos que compõem o romance, selecionei os que, de certa forma, estão diretamente ligados ao que pretendo discutir, a partir de agora.

O momento em que os sertanejos passam para a condição de retirantes, tal como foi apresentado, é excelente para se pensar a denominação de *família* e, além disso, principalmente, o processo de *recomposição familiar*. Considero mais eficaz trabalhar, aqui, com a idéia de uma transformação do que pensar em um simples e inexistente processo de desaparecimento da família sertaneja. Essa noção de desaparecimento não me parece trazer acréscimo intelectual, sendo,

por vezes, até desestimulante para o debate que nos propusemos a estabelecer, visando ao objeto “família”. Vejamos como se explicam, no romance, as circunstâncias em que Pirunga passa a ser ‘filho’ de Valentim:

*Quando tomei conta dele, era deste tope. Foi em 77 [1877]. O pai tinha morrido de comida braba e a mãe era minha aparentada. Eu não podia agüentar tudo, porque ela tinha uma miuçalha de filhos e as coisas já andavam vasqueiras. Aí, ela saiu, aos emboléus, por esse oco de mundo, deixando o mais mirim (p. 25).*

No livro, a trajetória do personagem Pirunga ilustra o drama pelo qual passam as pessoas que sofrem com a seca; poderia ser tomada, também, como uma espécie de demonstrativo, entre muitos outros, de desagregação familiar. Por outro lado, o caso da “adoção” de Pirunga é o exemplo mais emblemático da recomposição pela qual essas mesmas pessoas passam, e sempre em nome da gente sertaneja. Ao longo do resumo, tive a oportunidade de recuperar alguns dos inúmeros casos em que os sertanejos, já na condição de *moradores* do engenho, defendem sua gente em nome da honra, da moral e da braveza – suas características. Agregar Pirunga como se fosse filho, não pode ser visto como um ato isolado de Valentim. Na interpretação de Américo de Almeida, a forma pela qual isto é contado por eles para a gente do brejo mostra como o pessoal do sertão é solidário, em oposição ao egoísmo dos que são dali. Ser parente ou aderente – conforme os termos deles próprios –, não é o que se põe como definidor para o “merecimento” de um gesto solidário; importante é, antes de tudo, ser *gente do sertão*. A solidariedade entre eles aumenta à medida que se encontram diante do grupo local. Logo, considerar que a solidariedade está diretamente ligada à propriedade, como ressaltou Emilio Willems (1953), é distorcer a história dos sertanejos.

Em nome de todo um conjunto de características típicas do sertanejo, Valentim mantinha-se com sua família (o afilhado, Pirunga, e a filha, Soledade), o que, a exemplo das demais famílias sertanejas, é uma forma de solidariedade. A lealdade dos filhos e a soli-

dariedade dos adultos eram acionadas no momento do confronto com os brejeiros.

As narrativas das retiradas, feitas no início e no fim do romance, descrevem os retirantes como um amontoado de gente. Mas, basta “ouvir” um diálogo, para entendermos que o aparente estado de caos faz parte somente do olhar daquele que tem a casa-grande como ponto de referência. Desprezar a recomposição familiar é ofuscar a realidade local. Os parentes, como nos mostra José Américo, estão espalhados, mas as diversas famílias nucleares (pai, mãe, filhos, afilhados e aderentes) seguem ligadas, também buscando a sobrevivência e, sobretudo, lutando em nome da gente de sua terra.

O conflito entre brejeiros e sertanejos – uma forma de relação estabelecida entre eles – desponta claramente, para nós, como o processo de *familiarização* destes últimos; nas *intrigas*, percebemos a solidariedade familiar e o respeito pela gente do sertão. No “julgamento” de um indivíduo, sobretudo no de um brejeiro feito por um sertanejo, aparece a cobrança de lealdade e de solidariedade, como características fundamentais dos sertanejos. Dessa forma, o conflito entre os brejeiros e os sertanejos revela as relações destes últimos com as suas famílias e, num plano mais amplo, com a sua gente. Ser leal e solidário implica ser identificado com um lugar, no caso, o sertão. Além disso, na conquista do novo espaço, que a princípio não pertence aos sertanejos, tais características vêm à tona, através do jogo do controle social, como elementos essenciais de defesa nas acusações e nas intrigas dos brejeiros.

Um mal-feito ocorrido no passado é sempre trazido à lembrança, para chamar a atenção dos sertanejos e para mostrar-lhes que estão constrangidos aos imperativos da honra; a coerção se faz sob pena de uma reprovação coletiva e da vergonha. Pirunga, quando Valentim pensa que Soledade “saía com o feitor”, cobra de seu padrinho o respeito à mulher, ainda que a raiva tomasse conta dele: “Padrinho, vossemecê não é brejeiro! Sertanejo não levanta a mão contra mulher!” (p. 90). Percebe-se que todo o momento de defesa e de promoção da gente sertaneja era também o momento de a intriga ser acionada – forma de mostrar que, apesar de longe de sua terra, o sertanejo segue leal a essa identificação.

No desfecho da narrativa, encontramos o episódio no qual, Valentim, já preso por ter brigado e batido no feitor, toma conhecimento, através de seu afilhado Pirunga, de que o culpado pela desonra de Soledade é o senhor de engenho, Dagoberto. A reação de Valentim, além da surpresa, é a de querer lavar a sua honra, conforme aparece neste diálogo: “- Pois, padrinho, desde que eu soube, só dava tempo era de vir pedir licença ao senhor [...] A pistola já está pronta” [...] - “Ninguém me tira o meu direito. Um dia, cedo ou tarde, eu hei de me livrar, porque Deus não é servido que eu morra desonrado!”, respondeu Valentim a Pirunga.

A vingança, na interpretação de José Américo, representa a arma de defesa do nome da gente sertaneja e também mostra que, apesar de estarem longe de sua terra, eles honravam e lutavam pela preservação do “nome” do sertão. Era a forma de manter a dignidade da família e, de uma maneira geral, a de seu povo. Por isso, não se recorre à autoridade local. O limite da relação de endividamento entre Valentim e Dagoberto vai até o primeiro ter a nobreza e a honra ameaçadas. Ainda que fosse um devedor permanente, não cabia ao sertanejo a aceitação da vergonha, ou seja, desprezar um dos valores supremos de sua sociedade: a honra.

Com o desaparecimento de Soledade – dada como morta –, Valentim sente-se aliviado: “Coitadinha de minha filha! Mas, felizmente, está morta, bem morta... Ela não podia viver assim!” (p. 129). Para Valentim, era como se a filha tivesse perdido a identidade (de sertaneja), ou nos termos de Bourdieu, como se lhe restasse somente uma espécie de morte simbólica, porque sua gente não vive a desonra. Por isso, a morte, apesar do amor paterno, era vista por Valentim como a melhor saída para a filha.

Lúcio, no julgamento do sertanejo, como advogado de Valentim, faz a defesa de seu cliente, afirmando que ele era mais uma vítima do descaso público. Por causa da seca, “Dispersou-se o povo sedentário e esfacelou-se a família [...]” (p. 130). O herdeiro, claramente, relaciona ‘família’ a propriedade e terra. Logo, sair do sertão significa não ter mais família. O que venho buscando demonstrar, ao longo de todo o texto, é justamente o contrário da posição de Lúcio, que se baseava no modelo de família de engenho.

A parentada, como os sertanejos costumam dizer, realmente está espalhada; porém, o que afirmo, mais uma vez, é que, para além da necessidade de uma propriedade, essa gente, no jogo da conquista de um novo território, usa de sua identidade, e de tudo o que a ela está relacionado – por exemplo, os valores supremos de sua sociedade, tais como a generosidade e a coragem – para a afirmação e a autodefesa. Por isso, a recomposição familiar é tão importante: na “lei” sertaneja, não é permitido deixar *gente sua* desamparada, seja ou não parente. A recomposição é tanto uma forma de solidariedade quanto um meio que o indivíduo tem para assegurar a sua nobreza.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do romance, foram ressaltados diversos aspectos de maior e menor intensidade, de acordo com o interesse analítico proposto. A questão como a vingança privada, a relação Estado (poder público) e senhor-de-engenho que, de algum modo, não regulam a narrativa dos personagens, optei por pensar o processo de *familiarização*<sup>4</sup> dos sertanejos enquanto retirantes na região do brejo. Por um lado, envolvendo uma relação de dívida entre *morador* e proprietário, de desafio entre sertanejos e brejeiros e, por outro lado, a luta pela honra. Busquei, ao longo do texto, demonstrar que, para o caso analisado, o que está em jogo é a constituição de família – obedecendo aos valores supremos do sertão, generosidade e coragem – que se revela como uma estratégia favorável à gente sertaneja, na luta pela conquista de um novo espaço.

Por esse motivo, houve uma necessidade crucial de me afastar dos autores que em suas análises sobre famílias criaram para elas um modelo fixo. Se seguisse o modelo de família patriarcal, como proposto por Gilberto Freyre ou Oliveira Vianna, seria impossível uma abordagem do que ocorre aos sertanejos; pois, ao deixar o sertão, a família sertaneja desapareceria. Em verdade, venho demonstrar que isso não só não ocorreu como também sua *recomposição* constituiu um meio através do qual se travava a disputa com os *estabelecidos* (ELIAS, 2000). Considerar o desaparecimento da família sertaneja seria condenar a sua gente a uma espécie de morte simbólica, já que isso implicaria a negação total de seus valores enquanto gente do

sertão. Para tanto, trabalhar com as noções de *intriga* (MARQUES, 2002) e de *familiarização e recomposição* familiar (COMEFORD, 2001) foi muito importante para entender que, no caso, é no “confronto” entre retirantes e brejeiros que se pode compreender a família sertaneja. Através da *intriga*<sup>5</sup>, seja pela manutenção ou pela conquista do espaço – nos termos elisianos da disputa entre os *estabelecidos* e os *outsiders* – vemos que a família sertaneja se revela. Não ser um amontoado de gente sem dignidade ou honra, é um fator relevante nesse confronto e concede ao sertanejo o sentimento de igualdade em relação aos brejeiros; sentimento este indispensável para que haja o desafio; ou seja, os brejeiros só entram em conflito com os sertanejos por considerá-los dignos de serem desafiados.

## NOTAS

- <sup>1</sup> Livro de José Américo de Almeida, publicado em 1928 e considerado pelos críticos literários da época, tal como Tristão de Athayde, como a obra inaugural da rica fase do moderno romance brasileiro. Na década de 1930, momento de crescimento do mercado editorial e também da “criação” do romancista brasileiro como profissional, José Américo de Almeida foi apontado como a principal influência para os então estreados romancistas do Nordeste, sobretudo, para seu conterrâneo, o escritor paraibano José Lins do Rêgo.
- <sup>2</sup> *Morada* é categoria que designa mais que um local de residência. No caso, está vinculada às estreitas relações sociais estabelecidas entre o trabalhador e o senhor-de-engenho. Para ser um *morador*, é necessário um “contrato” particular que o ligue a um determinado engenho: “Quando o trabalhador potencial procura um engenho, antes de pedir trabalho, o que ele procura é *casa*. Mas, não é qualquer casa, no sentido que nós damos a esta palavra, o que ele procura, e sim *casa de morada*; uma casa que permita o sustento dele e de sua família; lhe assegure certas vantagens no engenho e lhe abra certas possibilidades como a do usufruto de um sítio” (PALMEIRA, 1977: 104; ver também Garcia Jr., 1989: 41). Sobre o tema do fim da condição de *morador* e de todas as alterações ocorridas nas relações entre trabalhador e proprietário nos engenhos do Nordeste brasileiro, sobretudo na Zona da Mata de Pernambuco, ver Sigaud (1979).
- <sup>3</sup> O discurso da honra é o ponto central na relação entre os brejeiros e os sertanejos. Essa comunicação entre eles, dada pelo estabelecimento de um conflito, só era possível porque ambos compartilhavam de um mesmo código moral. Antes de ser uma ameaça à ordem social, a competição pela manutenção da honra, ao contrário, a salvaguardava (BOURDIEU, 1995).
- <sup>4</sup> *Familiarização* no sentido de considerar a readaptação e a inserção de uma família, que mudou para uma outra localidade

rural, em uma nova rede de relações (COMEFORD, 2001).

- <sup>5</sup> “A noção de intriga não se aplica a um quadro em que as ações recíprocas entre os atores se organizam em uma seqüência pré-figurada. Atribui-se aos atores a condição de sujeitos de seus atos aos quais, na mesma condição, é preciso responder e, por conseguinte, cada ato é presumivelmente dirigido ao intrigado; constitui uma reação a uma ação passada e, ao mesmo tempo, exige uma resposta no futuro” (MARQUES, 2002: 77).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, José Américo de. (1972). *A Bagaceira*. Rio de Janeiro: Editora José Olympio.
- BOURDIEU, P. (1995). “Senso da honra”, In: CORRÊA, Mariza (org.). *Textos Didáticos – Três Ensaios sobre a Argélia & um comentário*, Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas / Universidade de Campinas, nº 16.
- COMEFORD, John Cunha. (2001). “Como uma família”. Sociabilidade, reputações e territórios de parentesco a construção do sindicalismo rural na Zona da Mata em Minas Gerais. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional / Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- CUNHA, E. da. (1991). *Os sertões: campanha de Canudos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- ELIAS, N. e SCOTSON, J. L. (2000). *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor.
- FREYRE, Gilberto. (1973). *Casa Grande & Senzala. Formação da família sob o regime da economia patriarcal*. Rio de Janeiro: Editora Livraria José Olympio.
- GARCIA JÚNIOR, Afrânio Raul. (1989). “Senhores e Moradores: a dependência personalizada”. In: *O Sul: caminho do roçado. Estratégias de reprodução camponesa e transformação social*. São Paulo: Editora Marco Zero; Brasília: Editora Universidade de Brasília: MCT-CNPq.
- MARQUES, Ana Claudia. (2002). *Intrigas e Questões. Vingança de família e tramas sociais no sertão de Pernambuco*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.
- PALMEIRA, Moacir. (1977). “Casa e trabalho: notas sobre as relações sociais na *plantation* tradicional”. *Contraponto*, II(2): 103-114.
- SIGAUD, Lygia. (1979). “Capítulo I – Lutas políticas e liquidação da morada”. In: *Os clandestinos e os direitos. Estudo sobre trabalhadores da cana-de-açúcar de Pernambuco*. São Paulo: Duas Cidades.
- WILLEMS, Emilio. (1953). “The Structure of the Brazilian family”. *Social Forces* 31 (4): 339-345.

## O MOLEQUE RICARDO COMO CRÔNICA DE VIDA DE FAMÍLIAS NEGRAS URBANAS NA ÉPOCA DA DECADÊNCIA DO PATRIARCALISMO

**O** *Moleque Ricardo*<sup>1</sup> é um dos romances que conformam o *ciclo da cana-de-açúcar* de José Lins do Rêgo. Foi publicado em 1935, um ano antes de *Usina*, romance com o qual o autor encerrou tal período.

Em suas primeiras obras, *Menino de Engenho* (1932), *Doidinho* (1933) e *Bangüê* (1934), o autor tem como pano de fundo o Engenho de Santa Rosa. Ele conduz os leitores pela mão – com incrível maestria – por histórias que relatam as relações familiares e sociais dos membros da Casa Grande; as mudanças de papéis depois da morte do páter-famílias, as mudanças econômicas, o patriarcalismo rural e a decadência dos engenhos; tudo sentido na própria pele por Carlos de Melo, herdeiro de seu avô, o Coronel Zé Paulino.

Se tomados esses romances como documentos etnográficos, encontramos uma relação direta entre o pensamento de Lins do Rêgo e o do antropólogo Gilberto Freyre. As novas idéias, para a época, sobre a formação social brasileira, que Freyre defendeu, encontram eco no espírito de Lins e em suas obras; não é por acaso que *Casa Grande & Senzala* tenha sido publicado pela primeira vez em 1933, o mesmo ano de *Doidinho*.

Em *O Moleque Ricardo*, o cenário muda. Já não

MARÍA ELVIRA DÍAZ BENÍTEZ\*

### RESUMO

A partir de uma leitura etnográfica de *O Moleque Ricardo*, um dos romances que conforma o *ciclo da cana-de-açúcar*, de José Lins do Rêgo, publicado em 1935, este artigo reflete sobre a conformação e transformações da família negra quando em liberdade em um contexto diferente daquele da casa-grande. A partir do fio condutor do romance, o trabalho operário, explora-se a relação entre engenho e cidade e as tramas sociais nas quais questões como política, religião, trabalho e carnaval delinearam códigos de solidariedade e recriaram outros arranjos familiares entre os mocambeiros diferentes daqueles das senzalas.

### ABSTRACT

Based on an ethnographical reading of *O Moleque Ricardo*, one of the novels that forms José Lins do Rego's *sugar-cane cycle*, published in 1935, this article reflects about the configuration and transformations of the free black family, in a context different from that of the *casa-grande* (the slave-owner's house). From the novel's main thread – wage-workers' labor – we will explore the relationship between the *engenho* (sugarcane farms and mills) and the city and the social plots in which issues such as politics, religion, work and carnival delineated codes of solidarity and recreated other family arrangements among the *mocambeiros* (those who live in the *mocambos*, city slums in Recife), quite different from those who lived at the *senzalas* (slave houses).

\* Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional / Universidade Federal do Rio de Janeiro.

é o engenho, mas sim a cidade de Recife, e o protagonista é filho de Mãe Avelina – escrava da casa-grande – que cresceu brincando com Carlinhos, *O Menino de Engenho*. Adolescente, Ricardo sai de Santa Rosa em busca de uma vida diferente e desconhecida, longe da fazenda. Nos caminhos que percorre, o Moleque aprende o que é ser um “empregado” e não um “alugado”; entende pela primeira vez, quando começa a trabalhar na casa de Dona Margarida, que a diferença “não é só o salário, mas sim a liberdade”.

Conhece várias pessoas: Seu Alexandre e Dona Isabel: casal de portugueses, donos da padaria onde Ricardo é empregado; líderes políticos, estudantes, intelectuais, homens com poder econômico. Os operários e suas famílias, entre outros membros dos mocambos, como Abílio, Ambrósia, Odette e Seu Lucas, são as pessoas com as quais o Moleque estabelece relações profundas e através de quem o autor retrata a realidade social de indivíduos negros na cidade, tendo como fio condutor a miséria humana, os sonhos dessas pessoas, seus desejos de liberdade e de oportunidades.

Desta maneira, o romance fala das formas como se estruturou a sociedade brasileira em um contexto diferente daquele dos engenhos; mostra-nos a exclusão social e espacial que sofreram

os negros fora das senzalas, os preconceitos de classe e de cor, as alternativas de ascensão social mediante o ingresso no Exército, o trabalho como cangaceiros, ou por meio do concubinato de mulheres negras e mulatas com homens brancos endinheirados, como também foi descrito por Freyre em suas duas obras-primas, com ênfase maior em *Sobrados e Mocambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*, publicado em 1936, o mesmo ano de *Usina*.

Em poucas palavras, Lins do Rêgo descreve uma sociedade em conflito, com contrastes e desigualdades raciais e de classe muito específicas, detalha os papéis sociais de indivíduos que, embora saídos do cativo, continuam na servidão e que, como Ricardo e seus amigos, justamente por lutarem contra essa realidade, terminam em Fernando de Noronha “[...] Que fizeram êles? Ninguém sabe não!<sup>2</sup> Mataram? Roubaram?<sup>3</sup> Queriam de comer, queriam vestir, queriam viver.<sup>4</sup> E as mulheres? E os meninos? Também chorariam de fome<sup>5</sup>”.

Não obstante, a temática das famílias negras urbanas – em que pese a que permeia toda a obra –, não é a idéia principal a partir da qual Lins do Rêgo escreveu *O Moleque Ricardo*. Privilegiando o tópico do *trabalho operário*, o autor nos convida a pensar nas duas faces da moeda – *o engenho e a cidade* – e nos permite fazer inferências sobre as estruturas das famílias que existem em ambos os contextos. É importante afirmar que estas duas faces da moeda não aparecem como totalmente opostas no romance. Lins do Rêgo constrói uma narrativa na qual ambas permanecem em constante diálogo, o que leva o leitor a perceber de que maneira a estrutura do engenho continua tendo importância na cidade, como se os indivíduos negros, inclusive em liberdade, continuassem sendo parte da casa-grande.

É por isso que Ricardo “morre de saudade” de Santa Rosa e quer retornar. Durante todo o tempo que o Moleque passa em Recife, recorda com carinho, e às vezes com desespero, sua mãe, seus irmãos, o menino branco com o qual brincou quando criança, a lua, as cajazeiras na estrada e compara Zé Paulino com Seu Alexandre, compara a comida fresca que tinham os negros das senzalas com os caranguejos que os mocambeiros roubam dos urubus no mangue.

É como se a saudade do protagonista refletisse a

saudade do autor, recordando que José Lins do Rêgo nasceu no Engenho Corredor, município de Pilar, estado da Paraíba, e que, desde pequeno, esteve ligado ao mundo rural açucareiro, ao universo patriarcalista e às senzalas. Na “saudade” de Ricardo (e do autor), detectamos a relação do pensamento de Lins e do autor de *Sobrados e Mocambos*. Levando-se em conta que geralmente se sente saudade de um lugar ou de um tempo passado que foi melhor, é evidente por que para o novelista, o engenho – como aparece na obra – é sempre um lugar superior à cidade, questão que percebemos em Freyre.

Se a intenção é entender, a partir do romance, como os negros constituíram família no cativo, o autor nos dá algumas pistas, e como o fizeram em “liberdade”, mais pistas ainda. Não obstante, nessas pistas também podemos rastrear a relação de seu pensamento com o de Freyre.

No Brasil de *Casa Grande e Senzala*, o modelo de família patriarcal marcou um lugar definitivo no imaginário acadêmico sobre o Brasil escravista. Os negros aparecem nesta obra como *agregados* da grande família senhorial, embora sem as fronteiras, descritas na análise de Oliveira Vianna, que separavam ambos os grupos.

Freyre explica que, além da servidão, os escravos assumiam papéis íntimos: as mulheres eram confidantes das senhoras, mães-de-leite dos filhos, iniciadoras sexuais dos adolescentes, amantes do páter-famílias; os moleques eram companheiros de brincadeiras dos meninos brancos etc.

Em que pese Freyre ter eliminado o conceito de *família plebéia* que Oliveira Vianna defendeu, a vida familiar dos escravos aparece em sua análise como um prolongamento da casa-grande. Em sua única referência a um casamento entre cativos, reporta-se a tal prolongamento quando explica que estes últimos recebiam os sobrenomes do senhor.

A noção de *clã* de Oliveira Vianna (1974) contém essa visão. A idéia de que toda ordem surgia de forma vertical em torno do senhor de engenho parece eliminar a possibilidade de estudar a família negra como uma unidade básica. Estas tão marcadas influências acadêmicas criaram uma tendência para a elaboração de estudos que ressaltavam o poder da família patriarcal e seu domínio na esfera política e

pública,<sup>6</sup> deixando em um segundo plano a visão da família negra, que alguns pesquisadores examinaram em épocas posteriores a Freyre e a Oliveira Vianna.

Minha intenção neste artigo é, através das pistas que nos são dadas por Lins do Rêgo em *O Moleque Ricardo*, refletir sobre a conformação da família negra e suas transformações quando em liberdade, tendo como pontos de referência as suas relações com a família patriarcal e os empregadores brancos. Tento privilegiar as tramas sociais nas quais temas como política, trabalho, religião, carnaval, solidariedade, amizade e morte criam e recriam laços familiares entre os mocambeiros.

## **O MOLEQUE RICARDO**

### **a) Personagens**

#### **OPERÁRIOS**

##### **Ricardo**

Filho de Mãe Avelina. Criado na senzala do Engenho de Santa Rosa, de onde sai em busca de liberdade e em função da curiosidade pelo mundo existente fora da fazenda.

##### **Florêncio**

Antigo negro de engenho que, ao abandonar sua vida de escravo, emprega-se em Recife na padaria de Seu Alexandre. Adepto incondicional da greve de operários e do doutor Pestana.

##### **Seu Lucas**

Jardineiro de uma casa em Recife. Líder espiritual, pai-de-terreiro do povo do Fundão. Em épocas anteriores às do relato, esteve preso como “catimbozeiro”.

##### **Deodato, Leopoldino, seu Antônio, Simão e Jesuíno**

Antigos escravos. Operários da padaria de Seu Alexandre. No transcurso da história, transitam entre serem e não serem adeptos da greve, o que é básico para entender a solidariedade e a sua busca de sublevação.

##### **Francisco e Sebastião**

Dois únicos operários da padaria de Seu Alexan-

dre que sabiam ler e escrever. Antigos trabalhadores de fábrica.

##### **Seu Abílio**

Negro cangaceiro a serviço dos Pessoa, além de líder do bloco de carnaval de seu bairro de mocambos, Rua do Cisco. Sogro do Moleque Ricardo.

#### **MULHERES**

##### **Mãe Avelina**

Mãe do Moleque Ricardo. Escrava do Engenho Santa Rosa. No romance, aparece constantemente nas saudades do protagonista. Sua presença é básica para entender a família negra, escrava nas senzalas.

##### **Dona Ambrósia**

Esposa de Abílio, mãe de Odette e sogra do Moleque Ricardo.

##### **Odette**

Filha de Abílio e Ambrósia. Esposa do Moleque Ricardo e que morre tuberculosa por aspirar, durante anos, o ar poluído que rodeava o seu mocambo.

##### **Antônia**

Esposa de Florêncio. Personagem importante na história para que se possa entender o papel de uma mulher em uma família negra, pobre e livre.

##### **Guiomar**

Primeira namorada do Moleque Ricardo. Trabalhava como empregada na casa de uma família branca de Recife. Suicida-se muito jovem; as razões de sua morte ficam por conta da imaginação dos leitores.

##### **Isaura**

Mulata, segunda namorada do Moleque Ricardo. Sua presença é importante, porque em função dela e de outra mulata chamada Josefa, amante de Seu Alexandre, o autor repensa a sexualidade feminina e a ascensão social que esta lhes permite alcançar.

#### **CHEFES**

##### **Seu Alexandre**

Português, dono da padaria onde trabalham o Moleque Ricardo e seus amigos. É caracterizado no



romance como um homem rude e de pouca piedade para com seus operários e sua esposa.

### **Dona Isabel**

Mulher portuguesa, esposa de Seu Alexandre. Ao contrário de seu marido, tinha boa convivência com os operários. Dedicou sua vida ao trabalho na padaria.

## **LÍDERES POLÍTICOS**

### **Doutor Pestana**

Professor de Direito, fundador do jornal “O Diário do Povo” e líder político dos operários. Prometia para eles melhores salários, melhores condições de trabalho e poder armado.

### **Clodoaldo**

Assistente do doutor Pestana, líder político que se destaca como ambicioso e corrupto.

### **Dona Laura**

Esposa do doutor Pestana. Teve um papel transcendental na carreira política de seu marido. Era considerada como a mãe dos operários.

### **Carlos de Melo**

Membro do Engenho Santa Rosa, herdeiro do coronel Zé Paulino. No romance, faz-se menção a ele em suas épocas de estudante e intelectual da comunidade branca de Recife.

### **José Carlos Cordeiro**

Jovem estudante, intelectual do círculo de Carlos de Melo. Apóia a revolução e os direitos dos operários, mas se opõe às promessas e à posição política do Doutor Pestana.

## **b) Características das famílias do romance**

A família que Ricardo deixou no engenho:

*Depois chegou a carta de Avelina. A letra era de gente da casa grande e dava notícia de tudo, dum filho nôvo e de Manuel que fugira com os tangerinos para o sertão. Rafael estava grande e ela tinha outro filho chamado Pedro. Ficou Ricardo escrevendo sempre. Não*

*se esquecia de botar no correio, de vez em quando uns vinte mil reis para a Mãe Avelina, assim ficou contente com ele mesmo [...] Manuel se fôra com os tangerinos para o sertão. A mãe dormia na cama com mais outro menino. Pedro devia estar pequenino, do tamanho que deixara Rafael. A mãe achava poucos os filhos que tinha, e era bom mesmo que ela tivesse seus filhos. Botava para dormir cantando baixinho, bebiam leite da casa grande, não precisavam pescar caranguejo para roer as patas. Êste que êle não conhecia devia se parecer com os outros, teria os olhos grandes de Rafael (p. 56).*

A família de Florêncio no mocambo:

*Florêncio tinha família grande. O negro do cilindro sustentava um familião. Aquela gente passava mesmo necessidade. Ali eles tinham que comprar tudo, pagavam o casebre onde moravam. Pior que no engenho. Êles passavam mais fome que no engenho. Lá pelo menos plantavam para comer, tinham as suas espigas de milho, a sua fava para encher a barriga. No Recife tudo se comprava. Estivera na casa do Florêncio para não ir mais. O masseiro, a mulher, e quatro filhos, dormindo numa tapera de quatro paredes de caixão, coberta de zinco. Custava doze mil-réis por mês. A água do mangue, na maré cheia, ia dentro de casa. Os maruins de noite encalombavam o corpo dos meninos. O mangue tinha ocasião que fedia, e os urubus faziam ponto por ali atrás dos petiscos. Perto da rua lavavam couro de boi, pele de bode para o curtume de um espanhol. Morria peixe envenenado, e quando a maré secava, os urubus enchiam o papo, ciscavam a lama,*

*passeando bameiros pelas biqueiras dos mocambos. Comiam as tripas de peixe que sacudiam pela porta afora. Os filhos de Florêncio passavam o dia pelo lixo que as carroças deixavam num pedaço de maré que estavam aterrando. Chegavam em casa, às vezes, com prêsas magníficas: botinas velhas, roupas rasgadas, trapos que serviam para forrar o chão, tapar os buracos que os caranguejos faziam dentro de casa. Eram bons companheiros os caranguejos. Viviam dêles, roíam-lhes as patas, comiam-lhes as vísceras amargas. [...] Morar na beira do mangue só tinha esta vantagem: os caranguejos. Com o primeiro trovão que estourava, saíam doidos dos buracos, enchiam as casas com o susto. Os meninos pegavam os fugitivos e quando havia de sobra encangavam para vender. Para isto andavam de noite na lama com lamparina acesa na perseguição. Caranguejo ali era mesmo que vaca leiteira, sustentava o povo. Ricardo ficou com o pensamento na casa de Florêncio. Os meninos eram amarelos como os do engenho, mas eram mais infelizes ainda (p. 34). E agrega: [...] pobre não tinha direito de reclamar. Pobre não nascera para ter direito (p. 35). [...] Ricardo achou então que havia gente mais pobre do que os pobres do Santa Rosa. Mãe Avelina vivia de barriga cheia na casa-grande. Se ela viesse para ali e caísse naquela vida? Se os seus irmãos saíssem para o lixo, ciscando com os urubus? Florêncio ganhava quatro mil-réis por noite. O que eram quatro mil réis no Recife? Uma miséria. Por isso o outro falava em greve com aquela força, aquela vontade de vencer (p. 35). Florêncio acreditava no Doutor Pestana como o povo do Fundão em Seu Lucas. No Mocambo de*

*Florêncio o nome do chefe devia fazer o mesmo efeito do de Seu Lucas na casa do negro do cilindro (p. 42).*

#### A Família de Abílio, o cangaceiro:

*Agora ir ser capanga era outro negócio. Seu Abílio ganhava para matar, se preciso fôsse. Isto não ia com Ricardo. Por que o sogro não ficara na carroça levando para casa o ganho honrado? Fôsse carroceiro. Se comparava nunca com aquela outra profissão, aquele sistema de vida? Teve pena de Sinhá Ambrósia. Um dia o marido encontrava a morte sem esperar. Um cabra de outro lado se encontrava com o Seu Abílio. Vinha desafôro. E faca para lá e faca para cá. E o homem ia dar com os costados em Santo Amaro. E o que deixava para a mulher? Mulher de guarda-costas não tinha valia. O que se levava em conta era a coragem do marido (p. 138).*

#### O casamento de Ricardo, sua nova família:

*Fazia um ano que Ricardo se casara com Odette. Morava a família toda na casa que o patrão dera a Abílio, em troca da perna cortada [...] Na rua do cravo do Fundão a vida merecia mais nome de vida do que na outra. O povo pisava em terra firme. A miséria dali não se comparava à do mangue (p. 170). Ele ganhava 140\$000 por mês, não pagava casa, Sinhá Ambrósia cozinhava, Odette não tinha luxo, Seu Abílio com 6\$000 por dia. Viviam à larga. Na casa de Seu Abílio não se passava necessidade. Carne fresca todo dia, e até de vez em quando matavase uma galinha. A rua sabia dessas extravagâncias e comentava. Era uma família feliz [...] De ponta a ponta só se escutavam elogios à*

*gente de Seu Abílio. E no entanto, só Seu Abílio ali adentro se mostrava feliz para êle mesmo. Tendo os seus pássaros tudo ele tinha. Odette, doente. A mãe, com a doença da filha lhe roendo, e Ricardo frio, um homem sem gôsto pela mulher. Para os de fora tudo corria muito bem. Barriga cheia, cama para dormir, casa para morar. Não precisavam mais de nada para que eles vivessem num céu aberto (p. 177).*

Seu Lucas, pai-de-terreiro, líder da grande família:

*Seu Lucas gostava de dar conselhos. Ali naquele portão e naquelas grades dava as suas audiências aos devotos que lhe procuravam. Mulheres vinham se queixar dos maridos que não voltavam para casa, que viviam bebendo, que se amigavam com outras. Vinham pedir um jeito de Seu Lucas. Quando Seu Lucas não achava uma solução ali mesmo mandava recados, pedia para aparecerem no Fundão. Lá no contacto mais direto com Deus a coisa se arranjava melhor. Para todo mundo falava mal das greves, das Sociedades dos operários. Para que negro metido em sociedade? Tudo aquilo era para Seu Lucas uma invenção do diabo. E o povo do Fundão gostava dêle de fato [...] Os negros da seita dêle não se metiam com operários de Sociedade. O pastor combatia a revolução com Deus. Cantar era melhor. Cantar para o céu as suas desgraças, chamar Deus em socorro de suas necessidades. [...] cantavam, dançavam para se consolar, para que Deus ouvisse seus negros suando a noite inteira, batendo com os pés no chão para acordar a sua misericórdia. Um dia o coração de Deus se amoleceria e os negros seriam mais felizes ainda. Os*

*filhos ficariam bons das doenças, as mulheres não perderiam os maridos, os maridos seriam protegidos por Deus. O povo de Seu Lucas era manso, verdadeiras ovelhas que êle botava para casa quando queria (p. 42).*

Família de Seu Alexandre e Dona Isabel:

*D. Isabel deixara os pais com 15 anos para cair nos braços de Seu Alexandre. Casaram e vieram para o Brasil e há muitos anos que ajudava ao marido a fazer o pecúlio. A vida que tivera no comêço fôra aquela mesma, trabalhando o dia inteiro para que Alexandre não pagasse a outra o que ela podia fazer. D. Isabel ficava no balcão, e Seu Alexandre depois que contava os cestos da mercadoria, botava-se para a mulata do chapéu de sol, aonde daria vazão em cima daquelas carnes escuras ao furor das suas luxúrias de sexagenário [...] olhava-se no espelho e deixava a mulher no balcão para ir tirar o seu, esbanjar-se nos prazeres da cama. Aquela mulata um dia daria um ensino no galego. Era isto o que a vizinhança desejava que acontecesse (p. 20).*

*[...] D. Isabel pedia a Deus que o Alexandre fôsse feliz até mesmo por fora de seu leito. Já era também um leito de fogo morto. O que podia dar ela mais ao marido? Nem um filho, nem uma filha. Que ele desse suas pernadas a valer. E ainda em sua doença, D. Isabel continuava sendo uma sombra, uma empregada a mais na padaria de seu marido. A doença dera cabo daquela máquina. Enferrujara-se de vez. Seu Alexandre gritava para ela: Em que pensas, mulher? Em que andas a pensar? Vai te distrair lá por dentro com o serviço. D. Isabel se levantava, arrastando os pés inchados. Ela chegava,*

pegava uma vasilha, mas aquilo já não lhe interessava. O trabalho perdera o encanto para a velha, estava morrendo aos poucos. E D. Isabel só falava em voltar para a terrinha. Há quarenta anos que viera de lá. Ah! se ela pudesse morrer por lá, enterrarse na aldeia com a sua gente (p. 44).

A família de Pestana, líder político dos operários e o papel ativo de sua esposa:

Apontavam o chefe como o homem que podia parar a vida do Recife se quisesse. Em suas mãos se enfeixavam poderes para manobrar toda a engrenagem do trabalho. Vivia êle das aulas da Faculdade de Direito para o centro dos operários. À sua casa na Rua do Imperador acudia o povo sem cerimônia. Cuspiam-lhe a sala, e a sua família se confundia com seus admiradores. Fundou até um jornal, o *Diário do Povo*. O seu poder crescia. Os políticos já lhe passavam as mãos pelos ombros. Êle pregava a revolução sem ser incomodado pela polícia. A polícia simpatizava com o demagogo. Em casa o líder se entregava aos entusiasmos domésticos. A mulher era o seu sistema nervoso, o calor que lhe faltava nas veias. Lia os artigos do marido para encrespar mais uma frase, que ela mesma escrevia com violência. O grande ídolo do povo nas quatro paredes de sua casa obedecia a uma força maior: Pestana, você precisa mudar isto aqui. Ela mesma mudava, carregava as côres. O marido era de gelo junto daquela vibração, da impetuosidade da mulher (p. 43) [...] Os padres começavam a solapar esta força. A imprensa clerical atacava o grande inimigo. Dos púlpitos se erguiam protestos contra os envenenadores das classes humildes. Nada detinha o homem.

Andava êle com a mulher como dois triunfadores pelas ruas. Ela se satisfazia com a glória do marido, como se aquilo fôsse uma obra do seu talento. Êle sentia que tudo era feito por ela. O marido não seria nada sem aquêle entusiasmo que a mulher lhe inoculava (p. 49).

Estas fontes, assim transcritas literalmente, permitem fazer as reflexões que se seguem.

### MÃE AVELINA E A FAMÍLIA DAS SENZALAS

[...] Os homens com quem a mãe dêle estava só mesmo se encontravam com ela na cama. Nunca vira homem nenhum conversando com Mãe Avelina. Só iam para lá fazer o serviço e sair. Diziam no engenho que êle era filho de José Ludovina, e o seu irmão Manuel Severino, de João Miguel. Via com naturalidade muita gente grande no quarto da “rua” espichada na cama com a mãe (p. 148).

“Mãe Avelina não tivera marido”, mas trazia moleques ao mundo como as mulheres casadas e todos viam o fato com naturalidade. Nas senzalas, mostra Lins do Rêgo, as famílias eram usualmente compostas por mãe e filhos, e a educação dos moleques corria por conta não só das mães biológicas, mas também das outras mulheres da senzala. Certas formas de família estendida, cujos vínculos não eram necessariamente consangüíneos, encontravam espaços na socialização dos escravos.

Não obstante, antes de continuar a análise, vale a pena entender as razões históricas pelas quais o sacramento do matrimônio não apresentava, nas senzalas, os mesmos papéis que tinha na conformação de famílias negras, em liberdade, e por que estas foram tradicionalmente estudadas como extensões da casa-grande e não como um núcleo com vida própria.

Na década dos noventa, um grande número de historiadores se dedicou ao estudo da família negra escrava brasileira. Antes disso, a escassez desses es-

tudos deve-se, talvez, ao fato de se supor ter sido ela praticamente inexistente ou ter estado completamente deformada pela escravidão, o que teria sido a causa principal de posteriores males sociais (SCHWARTZ, 1988: 311). A escravidão é vista como uma força destrutiva que impediu ou alterou a vida familiar dos cativos, contribuindo para uma série de desordens na era pós-escravidão (*Ibid*, 311). Houve uma desorganização de laços de consangüinidade, o que incentivou controles e restrições sobre a vida familiar.

Stuart Schwartz menciona, como uma limitação para a constituição de famílias negras escravas, a política geral que restringia o universo social dos cativos e os confinava ao perímetro da unidade escravista à qual pertenciam (*Ibid*, 313). Esta complicava, por exemplo, a possibilidade de um escravo poder escolher como companheira ou amante uma pessoa de um engenho diferente do seu. Em caso de existirem tais uniões, havia o obstáculo das separações obrigadas e os direitos de propriedade. De outra maneira, manter afastados os escravos era também uma estratégia de exercer controle sobre possíveis insurreições e rebeliões. As revoltas de começos do século XIX demonstram o funcionamento das redes de solidariedade e de informações para além das fronteiras da própria propriedade rural (SCHWARTZ, 1988; MATTOS DE CASTRO, 1995).

Outra grande limitação para a formação regular de famílias negras na colônia diz respeito a um motivo que se estendeu por toda a América escravista. A norma de escravização, até princípios do século XIX, foi importar um baixo percentual de mulheres (MORENO FRAGINALS, 1977: 19). As estatísticas inglesas comparadas por este pesquisador denotam uma composição percentual de sexos de 72% de homens contra 28% de mulheres (*Ibid*, 19). Só em etapas tardias do tráfico foi incrementada a tendência a equiparar numericamente a importação de escravos de ambos os sexos (*Ibid*, 19). O predomínio de homens, na importação, respondeu a razões produtivas, pois as mulheres eram consideradas de baixa produtividade (*Ibid*, 19).

Interessa-me registrar que os juízos morais e os prejuízos sociais que registram a sexualidade “exagerada” ou a “promiscuidade” dos negros (até a atualidade) parecem ter suas origens nesse fenômeno

histórico. Diante das desigualdades numéricas entre ambos os sexos, não é difícil entender as causas de uma mulher escrava relacionar-se sexualmente com vários homens nas senzalas.<sup>7</sup> Vale recordar Manuel Moreno Fragnals quando explica: “a escravidão distorceu a vida sexual dos escravizados e os racistas justificaram estas distorções inventando o mito da sexualidade sádica do negro, a imoralidade da negra e a luxúria da mulata” (MORENO FRAGINALS, 1977: 21).

Às limitações que estabeleciam a imobilidade e a desproporção numérica entre os gêneros, para a conformação de famílias negras estáveis, deve ser adicionada a ameaça iminente de separação dos homens de seus cônjuges e filhos em função do capricho do senhor (SCHWARTZ, 1988: 314). Segundo este autor, embora a Igreja demandasse casamentos católicos, os *páter-famílias* tendiam a recusar-se. O código *Constituições Primeiras*, de 1719, continha regras concernentes ao casamento entre escravos, embora estabelecesse que o sacramento do matrimônio não implicava liberdade para os escravos (*Ibid*, 315). Apesar de tal lei determinar que os amos não deveriam impedir o casamento com a separação ou a venda de um membro do casal, explica Schwartz que tais regulamentações não produziram efeito sobre os senhores de engenho, tanto que na década de 1820 os amos ainda tinham prerrogativa de não permitir que seus escravos se casassem (*Ibid*, 315).

Por outro lado, para os clérigos jesuítas, o casamento devia ser obrigatoriamente posterior ao batismo e muitos senhores de engenho – comenta o mesmo autor – negligenciaram este sacramento, argumentando que os escravos eram muito estúpidos para aprenderem os 10 mandamentos (*Ibid*, 316).<sup>8</sup>

Como último impedimento para a realização de casamentos católicos entre escravos, Schwartz aponta a possibilidade de africanos, provenientes de sociedades nas quais a esterilidade, a feitiçaria e outras causas justificassem o divórcio, contrariarem as limitações da indissolubilidade do matrimônio católico (*Ibid*, 317).

Estas razões levaram a que a maioria dos casamentos entre escravos fosse ilegítima. Não obstante, como anuncia Schwartz, em que pese o fato de o casamento formal na Igreja não ser comum entre os

escravos, não significava que eles não tivessem família ou que o parentesco não fosse importante em suas vidas (*Ibid*, 318). O romance nos mostra claramente a relevância dos vínculos familiares dos negros das senzalas através de personagens como Mãe Avelina, que se desdobrava por seus filhos, e Ricardo que, após fugir do engenho, recordava e sentia desesperadamente saudades de sua mãe e de seus irmãos. Eles são a prova de quão significativos eram os afetos parentais e de como estes tinham o poder de moldar as experiências de indivíduos, como Ricardo, em condições de liberdade.

A ilegitimidade dos casamentos muda proporcionalmente entre a população negra livre. A liberdade já lhes proporcionava tanto a mobilização como a possibilidade de troca de casal e o acesso ao sacramento. Igualmente, os laços familiares e de solidariedade entre livres e cativos permitiam-lhes criar estratégias para a insurreição. É importante levar em conta que, para os homens livres, a família nuclear como unidade de produção e consumo e a reciprocidade entre iguais formavam a base econômica da sobrevivência (MATTOS DE CASTRO, 1995: 75) e, além disso, tornavam-se potencializadoras de propriedade, embora esta fosse em terras alheias, como nas lavouras e nas benfeitorias (*Ibid*, 63).

No romance, esta última relação é mostrada por Lins do Rêgo através do casamento de Ricardo e Odette, que apresento a seguir.

### **PALAVRA, COMPROMISSO, CASAMENTO, FIDELIDADE: OS DILEMAS DE RICARDO**

O amor que Ricardo sentia por Odette diminuiu um pouco antes de seu casamento; a mente do Moleque estava absorta na lembrança de Isaura, a mulata a quem se entregara apaixonadamente. Não sabia exatamente por que não podia esquecê-la. Seria um feitiço? Será que ele ia acabar tão embevecido como Seu Alexandre por Josefa? O Moleque não sabia... E se não se casasse? Tinha dado a sua *palavra*.

Abílio, seu sogro, briga com capangas e é ferido. Aí começam todos – especialmente o pai-de-santo – a sugerir-lhe que apresse o seu casamento; no estado em que se encontrava o guardacostas, era quando mais a família necessitava desse casamento. Ricardo, sem ter casado ainda, passa a cumprir as funções de

chefe de família, enquanto Abílio está no hospital. Sinhá Ambrósia confiava nele. Seu João ofereceu-lhe trabalho, dando por certo que o Moleque era tão leal como Abílio, só por ser seu genro. “Quando vai casar?”, perguntou-lhe.

Odette sentia que o Moleque já não a amava. Aconselhada por sua mãe, tratava de “lhe dar agradinhos” porque “noivo gostava mesmo de agradinhos”. Na escuridão, quando ninguém os via e não estavam à mercê das fofocas dos vizinhos, acariciava-o fogaosamente sem pressentir que isso incomodava Ricardo. Fogo não é para Odette, fogo é mesmo para a Isaura. Odette é menina boa.

Ricardo não queria, mas, “casar, casaria”.

*Do contrário seria um papel safado. E seu Abílio de perna cortada, aleijado com a contrariedade de uma filha abandonada? A Rua do Cisco lascando a Odette. Sinhá Ambrósia sofrendo horrores. Era bom mesmo acabar tudo. Viver como um ladrão pelos quintais dos outros, comendo criada como os malandros. No engenho aquilo não queria dizer nada. Mãe Avelina não tivera marido. E lá quem tinha marido não era melhor do que ela. Ninguém se importava que mãe Avelina não tivesse casado. Paria como as outras. As casadas não faziam luxo com ela. Sinhá Ambrósia no entanto falava tanto das raparigas, de mulher perdida. No Recife se reparava muito nestas coisas. Mãe Avelina se vivesse ali seria uma rameira da estrada de ferro. Negra de todo mundo. Só se arranjasse um homem. O povo do Recife era bem diferente. Prometera casamento e não havia jeito. Agora só se casando (p. 167).*

Lins do Rêgo nos dá informações preciosas sobre os valores sociais em torno dos quais se organizava a família negra em liberdade. Por um lado, mostra que o casamento de Odette e Ricardo, especialmente porque o Moleque possuía um salário estável (realmente

sendo o único privilegiado da padaria), permitiria à família de Abílio melhorar a situação econômica. Mediante a trama que constrói entre seus personagens, o romance fala de uma realidade maior, explica como o casamento e o estabelecimento de uma família podiam atuar como um mecanismo de ascensão social entre negros livres.

Por outro lado, o casamento, em um contexto urbano independente do engenho, era a base privilegiada para o começo de família. Se nas senzalas as mulheres pariam seus filhos, eram cabeças de suas famílias sem se casarem e sem sofrerem uma censura social por causa desse fato; na cidade, o casamento era uma maneira de legitimar a mulher, provando sua decência, colocando-a na linha oposta à do imaginário social, delegada àquelas cujo comportamento sexual era mais “liberado” ou mais público. Em Recife, ter filhos sem um marido – assim o vemos no romance – era sinônimo de ser desonrada, uma “mulher perdida”, como dizia Sinhá Ambrósia.

Ricardo casou-se com Odette, mesmo sem amá-la,<sup>9</sup> consumido na obsessão por outra. Essa outra, Isaura, representa, na obra, a mulher mulata, objeto do desejo dos homens. Seu “exotismo” e sua destreza sexual que, por um lado, lhe permitiam ter bens materiais e simbólicos inalcançáveis por outro tipo de mulher, por outro, adjudicava-lhe um lugar muito específico na comunidade: o de “rapariga”.

Por isso, Ricardo não podia escolhê-la: “era mulher de todos”, “trocava prazer por uns minutos”, pensava. Em poucas palavras, não era uma mulher socialmente favorável para com ela formar família, daí os namoricos de Ricardo serem censurados por todos que deles se inteirassem, inclusive, os seus companheiros da padaria, que não viam com maus olhos a infidelidade.

Tampouco podia escolher Isaura – e este é o grande motivo, sugere Lins do Rêgo – porque tinha dado a sua palavra. Prometera para Abílio e Ambrósia que se casaria, e romper um compromisso dessa importância poderia levá-lo a ser censurado socialmente e, pior ainda, a forjar a desonra da noiva.

Abandonar Odette era condená-la a ser vítima dos comentários desfavoráveis da gente da comunidade. Note-se, aqui, como os vínculos de vizinhança possuíam papéis primordiais, capazes de influenciar

e até delinear o curso das experiências dos indivíduos. O mexerico atuava como um método efetivo de controle social; por isso, o compromisso de Ricardo era com todo o mocambo; todos esperavam que a promessa de casamento se cumprisse, porque a família, para os livres, possuía parâmetros de legitimidade muito diferentes daqueles dos cativos.

Por outro lado, o romance fala da importância da presença de um homem dentro das famílias. Com Abílio doente, Ricardo ocupava o lugar do varão protetor; era o genro e não a esposa aquele que assumia o papel de cabeça da casa; era um homem e não uma mulher quem devia preferivelmente lutar pela manutenção da família, e lidar com o peso simbólico da autoridade. Quando Odette adoeceu, Sinhá Ambrósia encarregou-se de realizar as obrigações que sua filha não podia cumprir em relação a Ricardo: “Sogra prestativa. Mesmo, quase que tudo para ele era ela que fazia. Odette se encostava. Tudo pedia à mãe, tudo a mãe fazia como obrigação” (p. 171).

O poder do homem em comparação ao poder da mulher se faz evidente em uma situação a mais no romance. Estando casado, não estava exposto à mesma censura social que a mulher, diante do fato de sustentar relações afetivosexuais fora do lar. Sinhá Ambrósia soube da infidelidade de Ricardo com Isaura, mas, apesar de ter sentido raiva, já que sua filha se consumia na doença, ao mesmo tempo desculpou a atitude do Moleque, dizendo-lhe que ela já havia se acostumado: “homem é assim mesmo”. Ricardo, embora sentisse remorso, sabia que aquilo que ele fazia com a mulata era uma coisa que todos os homens repetiam, Seu Alexandre, por exemplo.

Por último, quero chamar a atenção para outro dado que nos revela o autor: os limites que possuíam os vínculos familiares, ou as razões que podiam rompê-los, sem que se sofresse censura social. Depois da morte de Odette, o Moleque sente que sua vida deve continuar, deseja voltar para sua antiga moradia na padaria e, aconselhado por seus amigos Simão e Deodato, decide despedir-se de seus sogros: “Deixa Abílio e vai embora. Se tivesse filho pequeno ainda, ainda” (p. 195) “Que diabo está fazendo ali? Abílio é seu pai?” (p. 196).

Ricardo despede-se de seus sogros; Abílio lhe diz que o quer como a um filho, enquanto Sinhá Ambrósia

cai no pranto. Ricardo abandona uma gente que em algum tempo fora sua família, mas, com a qual já não há mais vínculos de parentesco: perdera a esposa e não havia crianças de permeio; se houvesse, diferente talvez fosse a história.

## GREVE, FOME E FAMÍLIA

Depois da decadência da escravidão por motivos econômicos, a mão-de-obra escrava seria substituída por animais e máquinas. Cavalos, boi e mula concorreram para aliviar escravos e peões de seus encargos e o senhor de sua dependência do trabalho cativo. Esta introdução das máquinas no cenário da produção foi uma contribuição dos ingleses, no século XIX, que calculavam a rentabilidade das máquinas sobre os humanos (FREYRE, 1968).<sup>10</sup>

Com o aparecimento de senhores ávidos na busca de riqueza rápida, começou um desenraizamento maior dos escravos; agudizou-se a sua venda, causando despersonalização, separando famílias e gerando um distanciamento que diluía a antiga figura patriarcal. Os negros livres, os fugitivos como Ricardo, os pardos e mulatos das cidades, em um regime no qual o patriarcalismo não havia desaparecido completamente, tornaram-se operários, sendo empregados pelos ingleses como mecânicos auxiliares, na primeira oficina de fundição inglesa em Pernambuco (*Ibid.*). A implementação da mão-de-obra negra, livre, foi efetivada mediante vínculos de desigualdade.

O trânsito da condição de escravos para a de cidadãos não contemplou o que fazer com uma legião de pessoas trabalhadoras, livres, nem criou novos mecanismos de subsistência. Muitos negros, nas cidades, iriam trabalhar como operários desqualificados, como cangaceiros ou guarda-costas de um antigo patrão (Ver PEREIRA DE QUEIROZ, 1976; OLIVEIRA VIANA, 1974; DUARTE, 1966). Este é o caso de Abílio que, no romance, foi preso duas vezes por responder às agressões de homens brancos que o ofenderam, referindo-se a ele com as designações de “cão” e “ladrão”. Ao sair da prisão, com uma família para sustentar e com a fama de ser um negro que exigia ser tratado dignamente, como única oportunidade de trabalho encontrou ser cangaceiro dos Pessoa. Ricardo refletia a respeito: “A história que contava se parecia com a de muita gente. Seu Abílio não agüen-

tava desafôro. Se todos fizessem como êle, muitos patrões teriam morrido. Ali mesmo na padaria, Seu Alexandre já teria levado o diabo” (p. 138).

As mulheres livres, por sua vez, trabalhariam geralmente como cozinheiras, empregadas ou amas-de-leite, nas casas de suas antigas patroas; morariam com suas famílias em mocambos e cortiços. Seguindo esta realidade socioeconômica, Lins do Rêgo desenvolve o que para mim é, sem dúvida, o fio condutor da história: a ameaça da greve dos operários.

[...] Ricardo pensou na coisa. Êle não sabia mesmo o que os operários queriam. Ali na padaria se falava em aumento de ordenado, em horas de trabalho diminuídas. [...] A Rússia estava governada pelos trabalhadores. Isto vinha num boletim escrito para os operários. [...] Incitavam-se homens do trabalho para um movimento mais sério. Ali se falava em que o destino dos proletários só dependia deles mesmos. A Rússia fizera um governo dos que haviam sofrido, dos escravos do campo e das fábricas. Aquêle boletim inflamou o povo da padaria. [...] As terras dos grandes retalhadas pelos moradores dos engenhos. [...] Mãe Avelina com casa na areia e roçado plantado (p. 52). [...] Nos seus discursos o socialista (o Doutor Pestana) falava no Leão do Norte. Êle contava com o povo. Morreriam todos, mas Pernambuco não se entregaria aos aliados do Presidente, havia operários que já tinham abandonado a família pela luta (p. 58) [...] E o que o masseiro (Florêncio) dizia, entusiasmava. Os operários morreriam pelo chefe. Pela cidade toda havia para mais de dois mil homens no rifle. Clodoaldo afirmava que depois do movimento todas aquelas armas ficariam para as Sociedades. Operário ia virar uma fôrça de verdade (p. 59).



José Lins do Rêgo plasma os sentimentos dos operários, os sonhos pelos quais eles se mobilizavam. A greve era para eles o caminho para encontrar a tão desejada dignidade que lhes negava a servidão. Mediante seu apoio ao Doutor Pestana e a Clodoaldo e com o pertencimento à Sociedade de operários, acreditavam que melhorariam suas condições de vida.

*[...] Se o Dr. Pestana ganhasse a questão, Seu Alexandre deixaria os gritos, marcharia para um canto, pediria perdão aos operários, sua filhinha doente saltando com as duas pernas pela rua, era nisto que Florêncio pensava* (p. 82).

Greve e família – o autor nos dá pistas – estavam unidas por vínculos de várias faces. Por um lado, “havia operários que já tinham abandonado a família pela luta”; por outro, a greve era a maneira através da qual, os operários que tinham família procuravam mecanismos para sair da miséria.<sup>11</sup> Só Ricardo não compreendia, ganhava bem, tinha pão com café pela manhã e um lugar para dormir.

*[...] O Moleque não criticava Florêncio. Ele não compreendia. Pensava na família do amigo, os meninos ciscando no lixo com os urubus, a mulher falando. A fome a rondar a casa como um bicho que tivesse sido criado ali dentro. E Florêncio com o Doutor Pestana, com Clodoaldo, com os homens dos sobrados sonhando com o que êle, Ricardo, não sabia o que fôsse. O povo do engenho quando sonhava era com a chuva para o roçado, com as festas dos santos. Florêncio sonhava com quê? O Moleque nem queria pensar nos sonhos do masseiro* (p. 68).

Francisco, o caixeiro da padaria, não tinha família e, talvez, justamente por esse motivo fosse um dos mais comprometidos com a insurreição. Não tinha filhos nem mulher para colocar em risco, como no caso de Florêncio; não tinha a quem abandonar, se fosse preso, como Jesuíno. Não era analfabeto como

Ricardo e, possivelmente, por isso não tinha saudade de sua vida anterior; pelo contrário, as leituras que fazia sobre a revolução russa, sobre Lenin ou sobre alguma obra literária davam-lhe armas para ser crítico em relação à realidade social que os envolvia. Sonhava, como Florêncio, em ver o povo tomando conta da Paulista: “[...] você não sabe o que vale operário na fábrica dêles. É mesmo que cachorro [...] Só quem passa de grande lá é cavalo e estrangeiro. Qualquer estrangeiro que chega, é logo chefe dos brasileiros. Ôlho azul é tudo em Paulista” (p. 60).

Lins do Rêgo traz para o romance, a partir das reflexões de Francisco, o pensamento sócio-racial do Brasil da época: a política de imigração de estrangeiros como uma maneira de substituir a mão-de-obra escrava e como uma tentativa de branquear o país.<sup>12</sup> Os estrangeiros tinham acesso às famílias patriarcais por meio do casamento com um de seus membros. Francisco constantemente refletia a respeito, por isso, queria sair dali; lia nos jornais sobre as melhores oportunidades no sul do Brasil, sabia que estava longe, mas, tanto ele quanto Ricardo, já tinham reunido o suficiente para partir:

*[...] Só pensava em São Paulo, nas fazendas de café que davam casa com luz elétrica para os colonos. O sujeito tinha terra de graça para plantar e ainda ganhava dez mil-réis por dia. Vamos para São Paulo, Ricardo? Você aqui leva a vida nisto, vendendo pão toda a vida* (p. 69).

Tudo isto fazia com que Ricardo se enchesse de nostalgia de seu povo. Esta é uma das várias passagens da obra em que o protagonista sente paradoxalmente saudade do engenho. Ricardo queria retornar aos braços de Mãe Avelina, brincar com seu irmãozinho Rafael e dormir com os outros moleques na senzala. Não entendia de greve nem de política, não compreendia por que seu amigo Francisco sonhava ir para São Paulo. Entretanto, encantava-se escutando as histórias que ele e Sebastião lhe contavam; as palavras que estavam escritas no jornal e ele não compreendia.

Depois das mortes de sua esposa Odette, de seu amigo Florêncio por participar da greve, e da captura

de seu amigo Leopoldino por roubar para dar de comer à sua família, Ricardo sentia, cada vez mais, que a liberdade não tinha sentido; que estar em Recife era para os mocambeiros uma espécie de liberdade para morrer de fome [...] “Ele se consolava um pouco com as saudades de seu povo. Fôra um infeliz em ter saído do meio dêles. Pelo menos por lá a vida era só uma, um serviço só” (p. 194).

Seus companheiros operários censuravam a atitude de Ricardo:

[...] *O moleque queria ir embora. Escrevera à mãe dizendo que voltaria para lá. Falou com Simão dos seus desejos e o amigo entronchou o rosto de espanto: Você quer voltar para a canga? É por isto que êste mundo não endireita. Pobre só pode mesmo ser pobre* (p. 199).  
[...] *Simão achava o cúmulo. Voltar para o engenho. Sem dúvida só podia ser fraqueza de juízo* (p. 201).

Para Simão, *fraqueza de juízo* significava ignorância e desespero. Antônio queria voltar para *Limoieiro do Norte*, seu antigo engenho, para trabalhar na máquina de comprimir algodão do Coronel Furtado, porque sua nova vida, na liberdade, era desesperadora. Ricardo não passava fome, mas via com impotência que tudo ao seu redor nos mocambos era miséria. O autor formula assim a dicotomia social do Brasil da época – engenho-cidade, e em seus personagens retratou a sensação que proporcionou a mudança sociopolítica: escravidão-liberdade, levando-nos a perceber como a estrutura do engenho pesaria sobre os ex-escravos na cidade.

Se, para Antônio, uma liberdade sem oportunidades era escravidão, para Simão renunciar à liberdade era condenar o seu povo à pobreza eterna – lutar era, para os operários negros, um assunto de honra. Muito se analisou a *honra* em estudos brasileiros sobre família, em relação à intriga, às vinganças e às questões em esferas como a política, o território, o patriarcado, a virgindade das mulheres, as brigas; na literatura também se explorou esta temática.<sup>13</sup>

Lins do Rêgo, apesar de enfatizar a saudade de Ricardo, convida-nos a pensar em uma *outra* honra:

aquela que perseguiam os negros em condições de liberdade e os levava a revoltarem-se por meio de greves, criando redes de solidariedade entre os indivíduos e as famílias. Florêncio, Deodato, Simão, Francisco, Sebastião, Seu Antônio, todos eram homens que perseguiam a honra.

Com Abílio, resta uma ambigüidade. Poderia ser considerada a honra de um cangaceiro? O romance nos dá duas respostas: por um lado, sim, porque Abílio era um homem de coragem que se fazia respeitar e não aturava desaforo de ninguém – era uma espécie de exemplo para os insurgentes; por outro lado, o mesmo Ricardo se pergunta por que seu sogro “não leva para casa um ganho honrado?”. Ficam dúvidas a respeito: não era um trabalho honrado ser um guarda-costas e matar por causa de brigas; mas, talvez, de algum jeito, houvesse mais honra em ser temido do que em ser humilhado; havia mais honra só no fato de *trabalhar* – embora fosse um trabalho mal visto – que roubar. Por isso mesmo, Abílio condenou o ato de Leopoldino: “Como é que um homem faz uma coisa desta?” (p. 174).

Quanto a Leopoldino, roubar não era honrado; mas, era mais honrado isso, do que deixar a família passar fome; muito mais honrado isso, ainda, do que retornar ao cativeiro.

Da mesma forma que nas famílias patriarcais, a honra precisava de solidariedade entre os membros da parentela;<sup>14</sup> entre os negros libertos, foi também a solidariedade o mecanismo para delinear códigos de honra, além de unir as famílias (ou uni-los como *uma* família) nos mocambos, em momentos extremos, como a morte, a greve ou a enfermidade, como vemos em várias passagens do romance. Por isso, talvez, Ricardo não tenha retornado ao engenho, como sabemos que ocorreu na história brasileira e latino-americana com muitos negros em liberdade; possivelmente por isso abandonou as comodidades que lhe trazia o seu trabalho na padaria e se uniu à greve. Foi por solidariedade a seus amigos e às suas famílias que Ricardo terminou em Fernando de Noronha.

*Deodato, Simão e os outros precisavam. Todos precisavam de comer, só de comer e dormir. Veio então no moleque uma*

*vontade repentina de entrar na greve [...] ele não tinha fome, não tinha filho para sustentar (p. 191) [...] O negro do cilindro tinha fome em casa, um familião para sustentar. A fome abria mais os ouvidos dele, a fome davalhe coragem para fugir de Seu Lucas (p. 201) [...] Sebastião falava sério. Era um falar de quem confiava, de quem tinha fé. Simão tinha filhos em casa. Florêncio deixara filhos morrendo de fome, Deodato criava filhos sem mãe. Tudo que êles queriam era o que Sebastião dizia que um dia seria dêles. Os filhos de Florêncio, os filhos de Deodato, os filhos de Simão. Ricardo foi vencendo o medo de Odette com as esperanças de Sebastião (p. 204).*

### **Xangô é família negra, carnaval os une**

Com o personagem de Seu Lucas, José Lins do Rêgo entra no tema das religiões de origem africana no Brasil, assunto altamente investigado por diversos pesquisadores nacionais e internacionais.<sup>15</sup> Como bem sabemos, as tradições africanas foram flexíveis e resistentes ao regime escravista e a períodos posteriores, chegando até nossos dias de forma muito evidente em cidades como Recife, Salvador e Rio de Janeiro.

Seu Lucas, no romance, é mais que um *pai-de-santo*, pois não atuava apenas como sacerdote do terreiro do Fundão, mas sim como amigo, conselheiro e pai das famílias dos devotos. Mediante o culto de Xangô, mostra-nos o autor, os negros tratavam de conservar suas famílias unidas: “Mulheres vinham se queixar dos maridos que não voltavam para casa, que viviam bebendo, que se amigavam com outras”. Ao mesmo tempo, por meio do culto, o pai-de-santo procurava a proteção dos lares: “Os filhos ficariam bons das doenças, as mulheres não perderiam os maridos, os maridos seriam protegidos por Deus”.

Por isso, Seu Lucas combatia a greve que organizavam os operários, pensava que os líderes políticos brancos buscavam interesses pessoais que terminariam deixando os pobres igualmente pobres e desesperançados. Acreditava no poder de Deus como único caminho para a união dos negros como

uma só família.

*[...] menino, se êste povo tomasse o meu conselho, a coisa era outra. Eu não digo que pobre não procure a sua melhora. Tudo tem têrmo. Que serve a gente andar gritando, fazendo esparrame? O melhor é o pobre se unir. E garanto que se a gente tôda estivesse unida, estava mais garantida. Mas negro é bicho bêsta, menino. Não vê Florêncio? Vão morrer por aí à toa. Negro que pisa no meu terreiro do Fundão não cai nesta esparrela (p. 101).*

Seu Lucas chegava do terreiro para acompanhar as famílias nas desgraças. Quando Odette, a esposa de Ricardo, estava morrendo, era ele a quem dona Ambrósia recorria [...] “Sempre que voltava de Xangô, sinhá Ambrósia trazia de lá um raio de esperança. As rezas de Seu Lucas tocariam a Deus na certa. Deus curaria as febres, os escarros sangüíneos de Odette” (p. 183).

A enfermidade e a morte ficam retratadas em *O Moleque Ricardo* como momentos nos quais os mocambeiros uniam mais as suas forças, os laços de solidariedade e afeto. Seu Lucas, nesses instantes, “dirigia” a grande família. Na morte de Florêncio:

*[...] Seu Lucas era o dono da casa. Não faziam nada sem consultar com êle. Viera ajudar o masseiro a morrer. Êle sabia fazer isto muito bem, aproximar os outros da morte. Cantava para adormecer os últimos sonos. A voz de Seu Lucas enchia a Rua do Cisco de pavor. Perfume e canto, Seu Lucas havia trazido para Florêncio (p. 124).*

Ao final do romance, quando os operários eram levados para Fernando de Noronha, Seu Lucas chorava no porto pela sorte desses pais de família. Entre os detentos estava Jesuíno, o negro do cilindro, um de seus filhos mais amados e que se afastou de Xangô para apoiar a greve. Este, ao ver Seu Lucas no porto,

gritou-lhe: “Pai Lucas, toma conta dos meninos!” como sabendo que seu sacerdote o substituiria na subsistência de sua família e na criação de seus filhos.

Tal como o culto de Xangô, vemos em *O Moleque Ricardo* que a música e o carnaval ocupam um lugar muito importante nos mocambos como forma quase única de recreação e desafogo. Para a gente da Rua do Cisco, quase todos saídos dos engenhos – onde viviam Florêncio com sua esposa Antônia e seus filhos, o negro cego que pedia esmola para sustentar a sua família e Ambrósia, Odette e Abílio –, o *Paz e Amor*, seu bloco de carnaval, era *tudo*.

[...] *O carnaval para aquela gente era uma libertação. Podiam passar fome, podiam agüentar o diabo da vida, mas no carnaval se espedaçavam de brincar. Com o candeeiro na frente, bandeira solta ao vento, saíam para fora dos seus mocambos fedorentos para sacudir o corpo na vadiação mais animal deste mundo. Mulheres magras andando de Olinda a Recife ao compasso dos ritmos de suas danças. Ali na rua de Florêncio, a miséria não abria exceção para um só. Todos eram da mesma espécie de deserdados. Todos se socorriam dos caranguejos como do pão de cada dia, mas em janeiro, já se reuniam para ensaiar os seus cantos e mexidos carnavalescos.*

José Lins do Rêgo retrata, em várias passagens do romance, uma das características que etnomusicólogos e antropólogos destacam como uma das grandes contribuições dos africanos ao Novo Mundo: a música, segundo diversas análises, serve aos cativos como mecanismo de união e sobrevivência, inclusive nos navios; e, já em terras americanas, foi uma estratégia para louvar as suas deidades, a terra, a natureza, como preservação da tradição oral e método de transmissão de códigos secretos para a insurreição.<sup>16</sup> Em *O Moleque Ricardo* vemos como os laços que unem as famílias dos mocambos estreitam-se mais na época de carnaval. O Povo do Cisco reuniu

o dinheiro suficiente para comprar a fantasia de que precisava o filho de Florêncio para desfilar, relata Lins do Rêgo, como explicando que o carnaval funciona, nesse contexto, como uma resposta ou uma saída simbólica para o estado de pobreza que rodeava os mocambeiros e, ao mesmo tempo, como uma fonte de união das famílias.

## OS PAPÉIS DE TRÊS MULHERES DIFERENTES EM SUAS FAMÍLIAS

Antônia e Ambrósia, esposas de Florêncio e Abílio, respectivamente, retratam as mulheres negras livres dos mocambos. Podemos perceber nelas duplos papéis. Por um lado, são aquelas que permanecem em casa criando e cuidando de seus filhos, e, ao mesmo tempo, ostentam força de opinião e espírito de luta, manifestado no transcurso da história. Já vimos que Antônia protestava com seu marido por pretender participar da greve. Mas, o que mais nos diz o romance sobre a família do cangaceiro?

Ambrósia sofria pelo perigo que seu marido corria. Sabia que ele podia ser subitamente atacado e morrer ou ser ferido em uma briga ou questão política, ou em um assunto de defesa da honra ou vingança. “Mulher de guarda-costas não tinha valia. O que se levava em conta era a coragem do marido” (p. 138). Ricardo sentia pena de Sinhá Ambrósia. Sinhá Ambrósia sentia pena de si mesma. As famílias dos cangaceiros, sugere Lins do Rêgo, enfrentavam uma dificuldade extra: estavam em constante perigo de serem desmanteladas, pois a morte do cabeça do lar permanecia como uma ameaça iminente.

Quando Abílio é ferido em uma briga e perde uma perna, perde também a possibilidade de continuar trabalhando como capanga. Não obstante, Lins do Rêgo nos mostra um outro assunto altamente tratado na bibliografia sociológica: o poder ou as vantagens da *lealdade*. “Diga ao Abílio que o que êle ganhava aqui continua ganhando. Cabra que me serve bem não passa necessidade” (p. 169), promete Seu João, juntamente com a compra de uma casa nova, na Rua do Cravo, longe do mangue.

Assim, a família do cangaceiro dá uma virada na história. Seu Abílio encontra tranquilidade no novo bairro e com o canto de seus pássaros. De seu passado só estranha a perna que perdeu. Dona Ambrósia,

apesar de se ressentir com o fato de que seu marido aleijado não procure um novo emprego, desfruta de sua nova situação; por fim tem casa própria, passa a ser admirada – quase invejada – por seus vizinhos a quem dava de presente porções de comida, sempre que lhe pediam.

O trabalho de guarda-costas – concluímos a partir do romance e subtraímos das leituras de Pereira de Queiroz, 1976; Oliveira Viana, 1974; Duarte, 1966 – permitia que alguns negros e suas famílias tivessem acesso a uma certa ascensão econômica. Isto não era obrigatoriamente uma regra e dependia dos patrões estimarem quanto valia a lealdade de seu empregado.

Dona Isabel, por sua vez, retrata a mulher portuguesa, sossegada, que trabalha para seu marido, obedecendo às suas ordens e aos seus desejos sem protestar. Corresponde à descrição das senhoras da casa-grande na análise de Gilberto Freyre. Sabendo que Seu Alexandre mantinha relações amorosas com uma mulata, entregava-se ao trabalho na padaria, às suas orações e às lembranças de sua vida em Portugal, possivelmente para suportar um casamento do qual nunca quereria sair. Com Dona Isabel, Lins do Rêgo faz referência, por um lado, ao papel subordinado que tinham essas mulheres em suas famílias. Já nos explicava Freyre (1968 [1936]) que no século XIX a ascensão da classe média e da vida urbana contrasta com o prolongamento da submissão das mulheres nos sobrados, tal como existiu na casa-grande.

Por outro lado, Lins do Rêgo ressalta uma característica que também já tinha sido detectada por Freyre: a deserotização da mulher branca, mais ainda em contraposição às negras e às mulatas, objeto de desejo dos senhores de engenho e do homem branco em geral.

Entretanto, observando atentamente, vemos que o romance diz muito mais através do personagem de Dona Isabel: trata-se de uma mulher cuja vida transcorre no âmbito doméstico e que a partir desse lugar “constrói família” com os indivíduos que se encontram sob seu comando. É por meio da relação que ela estabelece com os operários da padaria que o romance evoca a estrutura familiar dos engenhos, a proximidade entre amos e escravos, as quais já apreciavam nas obras do ciclo da cana que antecederam a

*O Moleque Ricardo* e que foram amplamente descritas em *Casa Grande & Senzala*. Ricardo desenvolve um grande afeto por D. Isabel, em certos momentos a sente como uma mãe; os operários choram a morte da velha, admiram sua capacidade de trabalho, apreciam sua ternura, contrapondo-a constantemente ao caráter hostil de Seu Alexandre.

A outra mulher branca que aparece no romance, Dona Laura, a esposa do Doutor Pestana, representa papéis distintos daqueles de Dona Isabel. É aquela mulher de espírito dinâmico, que se apropria da liderança política de seu marido, a ponto de ela mesma incorporar uma imagem radical dentro do grupo de operários. Mais que uma esposa que acompanhava as campanhas sindicais, Dona Laura tinha uma força criativa e sua opinião podia manobrar o curso dos acontecimentos. O personagem de Dona Laura contradiz a maior parte do que foi descrito sobre os papéis da mulher no Brasil da época, geralmente presentes sob o cuidado e o domínio paterno ou o de seu cônjuge. Dona Laura não chega a reproduzir papéis masculinos como Maria Moura,<sup>17</sup> mas participa de papéis públicos altamente vedados às mulheres. Sua atuação política proporciona-lhe uma posição de poder dentro de sua família e da sociedade da qual faz parte.

### **AS MULATAS, SUA ASCENSÃO, SUA “LUXÚRIA”**

Conforme descrição de Gilberto Freyre, em *Casa Grande & Senzala*, a exploração sexual do corpo das escravas por parte dos páter-famílias era prova de virilidade e liberdade de ação; e, por sua vez, esse desejo seria capaz de constituir-se como mecanismo de ascensão social, mediante os favores especiais que podiam receber de seu amo e em face da chegada ao mundo de um filho mulato.<sup>18</sup> Posteriormente, aparece em detalhe em *Sobrados & Mocambos* a questão da ascensão dos mulatos, em épocas da decadência do patriarcalismo.

Por diversos fatores sociais, associou-se à pele mais clara do mulato um processo de mobilidade social vertical e flexível. Em meio à polarização entre sobrados e mocambos, o mulato seria um elemento importante e exerceria um papel conciliador entre os extremos, diluiria a bipolaridade como elemento de

acomodação e poderia transitar entre ambas as raças, gerando uma harmonia mediada pela mestiçagem. Apropriando-se da imagem do “homem cordial e simpático”, explica Freyre, os mulatos ocupavam um espaço social visto como mais digno que o dos negros no contexto social da época.

Em *O Moleque Ricardo*, Lins do Rêgo evoca o que já introduzira Freyre em sua obra-prima: o desejo erótico representado pela figura da mulata como um dos fatores que tiveram um papel primordial para a ascensão social. Com os personagens de Josefa e Isaura, trata do tema da ascensão: uma delas por meio dos favores sexuais que fazia a Seu Alexandre; a outra porque transitava entre mulheres brancas. [...] “A negra era falante, falava como as brancas do Santa Rosa, usava sapatos de salto alto, lia o jornal. Isaura era um assombro para o moleque embeijado” (p. 71).

Josefa podia obter do Seu Alexandre o que D. Isabel, sua esposa, não havia conseguido em anos de casamento:

[...] *Carro para mulata. Só a luxúria daria aquela coragem ao português. Não haveria no mundo força maior do que aquela. Seu Alexandre gastando os cobres naquele cortar. Alugara automóvel para a amante fazer curso com os ricos. Sem dúvida com a sua fantasia de seda, o seu saco de confete para as meninas que aproveitavam as gentilezas da rapariga* (p. 111).

Os namoricos de Josefa com Seu Alexandre, entretanto, aparecem retratados na novela como manifestação de um certo poder emancipacionista e assim eram vistos pela comunidade. [...] “Aquela mulata um dia daria um ensino no galego. Era isto que a vizinhança desejava que acontecesse” (p. 20). Assim o anunciava Gilberto Freyre no capítulo XII de *Sobrados & Mocambos*, quando escreveu na página 650: “O mulato nem sempre será [...] o cúmplice do branco contra o preto. Também o cúmplice do negro contra o branco”.

Interessa-me realçar da leitura do romance que as mulatas, apesar de serem objeto de desejo sexual dos homens em contraposição às mulheres brancas,

não representavam obrigatoriamente uma ameaça de separação para as famílias de seus amantes. A Dona Isabel não importavam os namoricos de seu marido com a mulata “pedia a Deus que o Alexandre fôsse feliz até mesmo por fora de seu leito [...] O que mais podia dar ela ao marido? Nem um filho, nem uma filha”. De alguma forma, sugere o autor, Josefa cumpria parte dos papéis da esposa no lar do português; papéis que estavam implícitos na estrutura da família devido à posição de poder do homem, mas, ao mesmo tempo, papéis que eram, pelo menos neste caso, de caráter externo. Quer dizer, Dona Isabel trabalhava “o dia inteiro para que Alexandre não pagasse à outra o que ela podia fazer”. Uma interpretação possível nos diz que “dentro de quatro paredes” a esposa é a mulher da família, e da “porta para fora”, como está em um refrão popular, o galego tinha o direito de cair de paixão por quem desejasse, e dessa relação poderiam nascer os filhos que – no caso do romance – Dona Isabel não podia procriar.

Se nos engenhos o senhor tinha as possibilidades abertas para a sedução de suas escravas e para dar nome a seus filhos mulatos dentro da casagrande, como explica Freyre, *O Moleque Ricardo* nos permite especular que, em contextos urbanos, as relações de “soberania” ou liberdade sexual do varão não necessariamente tinham espaços tão explícitos e verticais, no âmbito privado ou interno da família.

## NOTAS

<sup>1</sup> José Lins do Rêgo. 1966 [1935]. *O Moleque Ricardo*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 7ª edição.

<sup>2</sup> Página 213.

<sup>3</sup> Página 212.

<sup>4</sup> Página 211.

<sup>5</sup> Página 210.

<sup>6</sup> Em épocas recentes, estudos têm questionado os modelos tradicionais de análise, propondo novos perfis de organização social brasileira, além daquele da família patriarcal. Dentre outros, são exemplos: Cañedo, 1998; Marques, 2002 e Comerford, 2001.

<sup>7</sup> É como José Lins do Rêgo retrata, em *O Moleque Ricardo*, o personagem de Mãe Avelina.

<sup>8</sup> É importante levar em conta que nas casagrandes a influência dos sacerdotes era mais fortemente exercida sobre as mulheres e as crianças, como mencionam Azevedo (1948)

e Duarte (1966).

<sup>9</sup> Questão que enfatizarei mais adiante.

<sup>10</sup> Tema tratado, por Freyre, especificamente no capítulo X.

<sup>11</sup> Em “*Como uma família*”. *Sociabilidade, reputações e territórios de parentesco na construção do sindicalismo rural na Zona da Mata em Minas Gerais*, John Comerford analisa a participação dos trabalhadores rurais em sindicatos, explorando a relação entre família e participação no movimento grevista, ao mesmo tempo impelindo e dificultando essa participação, e fazendo com que os que não têm maiores responsabilidades familiares tendam a assumir papéis de destaque. No contexto analisado por Comerford, boa parte dos dirigentes sindicais da região era jovem (jovens solteiros), quando se envolveram com sindicatos, e vários deles não casaram (“casei com o movimento”, dizem). Os que eram ou são casados vivem uma grande contradição, existindo, aliás, uma avaliação moral da participação no sindicato, feita “por dentro”, pelas famílias, e a avaliação dos dirigentes e de sua ação enquanto chefes de família.

<sup>12</sup> Ao mesmo tempo em que ao norte e ao sul da América se decretava a abolição da escravidão, em sociedades europeias e nos Estados Unidos desenvolviam-se doutrinas racistas que ganhavam aceitação entre líderes políticos, cientistas e intelectuais desses países e entre pensadores e caudilhos latino-americanos e caribenhos, cujos países possuíam população ameríndia e de descendência africana. Esses novos paradigmas, que proclamavam nos séculos XIX e XX a superioridade racial branca, respondiam a propostas eugênicas e a ideologias de raça e de progresso. A elite intelectual brasileira sustentou o ideal do branqueamento, abraçando o mito ariano de Chamberlain e Lapouge; estes, ao visitarem o Brasil, o deram praticamente como perdido. Importante recordar que foi em 1911, no Congresso Internacional das Raças, efetuado em Londres, que o antropólogo João Batista de Lacerda, como delegado do Brasil, apoiou e defendeu a tese do branqueamento por meio de um processo acelerado de mestiçagem “[...] o branqueamento da raça era visualizado como um processo seletivo de miscigenação que, dentro de um certo tempo (três gerações), produziria uma população de fenótipo branco” (SEYFERTH, 2000: 49). A antropóloga Giralda Seyferth explica que Lacerda basicamente deu ao branqueamento um estatuto científico, pois este já era de domínio e de aceitação popular. Para isso, enfatizou a necessidade da migração branca para a extinção de mestiços, negros e índios no Brasil (*Ibid*, 51). Apoiando-se na tese da superioridade racial ariana, da seleção natural e da sobrevivência dos mais aptos, defendia a idéia segundo a qual, infalivelmente, seria efetuado o branqueamento de toda a população brasileira em um prazo de cem anos.

As políticas de branqueamento no Brasil tiveram como um de seus objetivos adotar padrões europeus fenotípicos e de conduta; daí a aceleração da proibição de importação de negros. Essas políticas incluíam campanhas de higiene e um maior controle do ordenamento do espaço urbano, inspirados no estilo francês, que inseriam o controle policial

e os novos sistemas de normas. Dentro desse processo, cabe tanto o surgimento de bacharéis, filhos de antigos patriarcas – como Carlos de Melo, no romance – como a ascensão do mulato, o que, segundo Freyre, foi um golpe mortal, tanto no patriarcalismo como na escravidão. Sobre eugenia, ver também Schwarcz (1993) e Skidmore (1976).

<sup>13</sup> Ver, por exemplo, *A Bagaceira, O memorial de Maria Moura e LuziaHomem*, analisados, respectivamente, por Simone Silva, Andrea Lacombe e Nilson de Freitas, em artigos que compõem o dossiê desta edição da Revista.

<sup>14</sup> Sobre honra na literatura antropológica clássica, ver Pitt-Rivers (1965); Pitt-Rivers e LaneFox (1983) e Peristiany (1965). No Brasil, um trabalho clássico é o de Costa Pinto (1949). Marques (2002) nos brinda com uma etnografia recente sobre famílias pernambucanas na qual, apesar do termo “honra” não ter sido encontrado, a mesma problemática é abordada.

<sup>15</sup> O mesmo Gilberto Freyre fala a respeito, no capítulo XII, de *Sobrados & Mocambos* (1936). Ver também Bastide (1969), Landes (1967), Maggie (1992) e Goldman (1984). Sobre religiões de origem africana nas Américas, ver Dos Santos & Dos Santos (1987).

<sup>16</sup> Ver Mwesa Mapoma (1991), Gilroy (1993), Aretz (1977), Bermúdez (1933), Hampâté Bâ (1985), Butcher (1958), León (1970), Carvalho (1999, 2000).

<sup>17</sup> Ver artigo de Andrea Lacombe, nesta mesma edição da Revista.

<sup>18</sup> Este tipo de vínculo e de exploração é, em parte, o alimento do mito da “escravidão flexível” de Freyre, que se vê também descrita em Bonfim: “[...] a sorte dos cativos foi menos dolorosa aqui do que em qualquer das outras colônias modernas, inclusive a América inglesa [...] a vida em geral se fazia com uma relativa aproximação de senhores e escravos e havia para estes mais humanidade” (1997: 203-204). Cabe mencionar Joaquim Nabuco, que afirmava: “[...] O Brasil não tinha problemas raciais, a questão era a escravidão “[...] a escravidão foi branda, sem impasses e, tão logo abolida, o negro encontraria as portas abertas e a igualdade de condições [...] a escravidão, por felicidade nossa, não azedou nunca a alma do escravo contra o senhor – falando coletivamente – nem criou entre as duas raças o ódio recíproco que existe naturalmente entre opressores e oprimidos. Por esse motivo, o contato entre elas foi sempre isento de asperezas, fora da escravidão, e o homem de cor achou todas as avenidas abertas diante de si” (NABUCO, 2000: 16). Poderíamos pensar que também há sentimentos de escravidão flexível na forma sob a qual Lins do Rêgo retrata, na história, os constantes anseios de Ricardo para regressar ao engenho.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARETZ, Isabel. (1977). “Música y Danza (América Latina continental, exceto Brasil)”. In: Moreno Fragnals (org.). *Africa en América Latina*. E. Unesco. Siglo XX Editores.
- AZEVEDO, Fernando de. (s/d). *Canaviais e engenhos na vida*

- política do Brasil. Ensaio sociológico sobre o elemento político na civilização do açúcar.* São Paulo: Melhoramentos.
- BASTIDE, Roger. (1969). *Las Américas Negras*. Madrid: Alianza Editorial.
- BERMUDEZ, Egberto. (1992). “Música, identidad y creatividad en las culturas afroamericanas”. *América Negra* # 2, p. 57-69. Bogotá: Universidad Javeriana.
- BONFIM, Manoel. (1997). *O Brasil na América*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Topbooks.
- CANDIDO, Antonio. (1951). “The brazilian family”. T. Lynn Smith & Alexandre Marchant (eds.). *Brazil: portrait of half a continent*. Nova York: The Dryden Press.
- CAÑEDO, Leticia Bicalho. (1998). “La production généalogique et les modes de transmission d’un capital politique familial dans le Minas Gerais Brésilien”. *Genèses*. Juin: 4-28.
- CARVALHO, José Jorge. (1999). “The Multiplicity of Black Identities in Brazilian Popular Music”. In: Larry Crook & Randal Johnson (eds). *Black Brazil: culture, identity, and social mobilization*, p. 261-295. Los Angeles: UCLA Latin American Center.
- \_\_\_\_\_. (2000). “Afro-Brazilian Music and Rituals”. Part 1: “From Traditional Genres to the Beginnings of Samba”. Duke – University of North Carolina Program in Latin American Studies, *Working Paper Series* # 30. Fevereiro.
- COMERFORD, John Cunha. (2001). “Como uma família”. Sociabilidade, reputações e territórios de parentesco na construção do sindicalismo rural na Zona da Mata em Minas Gerais. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social / Museu Nacional / Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- COSTA PINTO, Luís Aguiar. (1949). *Lutas de família no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- DA MATTA, Roberto. (1979). *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. Rio de Janeiro, Zahar.
- DOS SANTOS, Juana Elbein y DOS SANTOS Descoredes M.. (1977). “Religião y cultura Negra”. In: Moreno Friginals (org). *África en América Latina*. México: Siglo XXI Editores.
- DUARTE, Nestor. 1966. *A ordem privada e a organização política nacional*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- FREYRE, Gilberto. (1973) [1933]. *Casa-grande e Senzala. Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. Rio de Janeiro: Editora Livraria José Olympio.
- \_\_\_\_\_. (1968) [1936]. *Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. 4ª edição. Rio de Janeiro: José Olympio.
- \_\_\_\_\_. (1964). “The patriarchal basis of brazilian society”. Joseph Maier & Richard W. Weatherhead (eds.). *The politics of change in Latin America*. Nova York: Praeger.
- GILROY, Paul. (1993). *The Black Atlantic*. Cambridge: Harvard University Press.
- GOLDMAN, Márcio. (1984). *A Possessão e a Construção Ritual da Pessoa no Candomblé*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social / Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- HAMPÂTÉ BÂ, Amadou. (1985). “La tradición viviente”. *Historia General de Africa*. Capítulo VIII, p. 185-221. Paris: UNESCO.
- LEÓN, Argeliers. (1970). “Música popular de origen africano en América Latina”. *Introducción a la cultura africana en América Latina*. Unesco, Siglo XX Editores.
- LINS DO RÊGO, José. (1966). *O Moleque Ricardo*. 7ª Edição. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora.
- LOPES, José Sérgio Leite. (1973). “Relações de parentesco e de propriedade nos romances do ‘ciclo da cana’ de José Lins do Rego”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, IV (1).
- MAGGIE, Yvonne. (1992). *Medo do feitiço: relações entre magia e poder no Brasil*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional.
- MAPOMA, Mwesa I. (1991). “The Nature of Music among the Bantu as Seen through the Bemba People”. In: Obenga, Theophile & Souindoula, Simão (eds.). *Rancines Bantu (Bantu Roots)*, p. 249-261. Libreville, Gabón: CICIBA (Centre International des Civilisations Bantu).
- MARQUES, Ana Cláudia. (2002). *Intrigas e questões. Vingança de família e tramas sociais no sertão de Pernambuco*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.
- MATTOS DE CASTRO, Hebe Maria. (1995). *Das cores do silêncio. Os significados da liberdade no sudeste escravista. Brasil século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional.
- MORENO FRAGINALS, Manuel. (1977). “Aportes culturales y deculturación”. In: Moreno Friginals (org). *África en América*. Paris: Siglo XXI Editores y UNESCO.
- NABUCO, Joaquim. (2000). *O Abolicionismo*. 2ª edição. Coleção Grandes Nomes do Pensamento Brasileiro. São Paulo: Nova Fronteira/Folha de São Paulo.
- PERISTIANY, J. G. (1965). *Honra e Vergonha: Valores da sociedade Mediterrânica*. Lisboa: Fundação Calouste.
- PITT-RIVERS, Julian. (1965). “Honra e posição social”. In: Peristiany, J. G. (org). *Honra e Vergonha: valores da sociedade mediterrânica*. Lisboa: Fundação Calouste.



- PITT-RIVERS, Julian & LANE-FOX, Alfred. (1983). *Anthropologie de l'honneur: la mesaventure de Sicheu*. Paris: Le Sycomore.
- QUEIROZ, Maria Isaura de. (1976). *O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios*. São Paulo: Alfa-Ômega.
- SCHWARCZ, Lília. (1993). *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras.
- SCHWARTZ, Stuart. (1998). *Segredos internos. Engenhos e escravos na sociedade colonial*. São Paulo: Companhia das Letras.
- SEYFERTH, Giralda. (2000). "Construindo a nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização". In: Maio, Marcos Chor & Santos, Ricardo Ventura (orgs.). *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz, p. 41-58.
- SKIDMORE, Thomas. (1976). *Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- VIANNA, Oliveira. (1974). *Instituições políticas brasileiras. Fundamentos Sociais do Estado*. 3ª edição. Rio de Janeiro e São Paulo: Distribuidora Record.

## SERRA DOS PADRES: REFÚGIO E HISTÓRIA. UMA APROXIMAÇÃO ETNOGRÁFICA AO MEMORIAL DE MARIA MOURA

ANDREA LACOMBE\*

### RESUMO

Através do romance de Rachel de Queiroz – *Memorial de Maria Moura* – o presente artigo analisa a imagem da mulher brasileira manifestada nessa obra, no que diz respeito ao espaço que ocupa no contexto da família patriarcal e da sociedade brasileira. As diversas intrigas que, respondendo a modos particulares de desenvolvimento das relações sociais e políticas no Brasil, costuram a novela, são apresentadas paradigmaticamente como espelho da sociedade da época. A concepção das brigas e das questões que decorrem da história no *Memorial de Maria Moura* é o “fio condutor” das diferentes atribuições que a literatura sociológica e antropológica brasileira tem dado à mulher brasileira daquela época.

### ABSTRACT

Based on Raquel de Queiroz's novel *Memorial de Maria Moura*, this article intends to analyze the image of the Brazilian woman in this book, regarding its position in the patriarchal family and in Brazilian society at large. The several intrigues, which, responding to particular ways of developing social and politic relationships in Brazil, constitutes the novel, will be presented paradigmatically as a mirror of Brazilian society of those times. The conceptions concerning the fights and the issues in the story in *Memorial de Maria Moura* will be the connected to the various attributes which Brazilian sociological and anthropological literature has given to the Brazilian woman of those times.

\* Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional / Universidade Federal do Rio de Janeiro.

**M**eados do século XIX, na vila de Vargem da Cruz. Nos arredores do povoado, encontra-se a fazenda Limoeiro. Na realidade, diziam que era uma fazenda, com uma casa grande da qual seus donos se vangloriavam, mas agora só resta um terreno despovoado, abandonado à sua sorte, coroadado pelos vestígios ermos daquela morada que sua última proprietária incendiara para não deixá-la em mãos dos parentes com os quais havia iniciado uma *briga* pela posse do lugar. Por *briga* refiro-me a “disputas nas quais se recorre à violência física em reação a um agravo, para a efetivação de uma vingança” (MARQUES, 2001: 12); e foi justamente vingança o que levou os primos a encurralarem Maria Moura, em Limoeiro, e ela, a queimar a casa em que tinha nascido, com o objetivo de não vê-la em mãos daqueles que considerava inferiores, por mais que fossem familiares.

Contam na vila que ali morara um casal e sua filha, há já muitos anos. Era uma fazenda promissora, “boa terra de planta e cria” (QUEIROZ, 1992: 30), na qual vivia toda a família; mas, com a morte do dono da casa e a aparição de Liberato na vida da viúva, o gado começou a diminuir e já não era mais o esplendor original daquele lugar em que se vivera nos últimos tempos. Menos ainda depois da morte

da proprietária da casa, que apareceu em uma manhã enforcada com uma corda em seu próprio quarto, e “para cúmulo dos males” – diziam as vizinhas – foi a filha de 17 anos, chamada Maria Moura, que encontrou o cadáver. Estava na boca do povo que a amizade da senhora por Liberato era “de portas abertas” (QUEIROZ, 1992: 33), mas eles nunca legalizaram a situação e, por essa razão, Maria Moura discutia com sua mãe e detestava Liberato, que ocupava desonrosa e desonestamente o lugar de seu pai.

O que se torna difícil de explicar é a causa das duas mortes que então aconteceram no lugar: a de Liberato e de Jardilio, um caboclo que trabalhava para a casa. A informação oficial é que Liberato morreu de um disparo, no meio da noite, quando voltava para casa; e Jardilio, também de um disparo, mas, desta vez, dentro do prédio, surpreendido por João Rufo – o encarregado da fazenda –, tentando invadir o quarto de Maria Moura que, nessa época, já habitava e governava sozinha Limoeiro. Parece que ela tinha pedido a Rufo que vigiasse, durante a noite, porque alguém já havia anteriormente tentado

entrar por sua janela enquanto dormia. Entretanto, para o povo, sempre ficou a suspeita sobre a circunstância e o azar de ambas as mortes, sobretudo, após se saber a forma com que Maria Moura abandonara

o lugar, e depois que chegara aos ouvidos de Vargem de Cruz a vida que levava em sua nova casa em Serra dos Padres.

Foi nessa época que os primos de Maria Moura fizeram sua primeira incursão na fazenda, para dar os pêsames à prima e reclamar a parte da mesma que lhes correspondia por herança. É aqui que começa a inimizade explícita entre as partes. A discussão inicia-se pela negativa de Maria Moura de reconhecer a parte da posse da terra que correspondia a seus familiares. Segundo relatos dos habitantes da casa, Maria Moura expulsou seus primos, desculpando-se de sua ação em função de eles estarem insultando seu pai e sua mãe, mandando-os, por esta razão, resolverem o assunto na justiça. Pelo que se sabe, inicialmente essa terra fora comprada pelo avô materno da família e, então, um tio – irmão das mães, tanto de Maria Moura quanto de seus primos – vendeu sua parte ao pai de Tonho e de Irineu (estes são os nomes dos primos). Dessa forma, uma terceira parte de Limoeiro seria a herança desses dois e, de Maria Moura, o resto. Como era de se esperar, os primos foram procurar as escrituras, testemunhos de seus direitos e daí dirigiram-se à Polícia para exigirem que intimasse a prima a dar explicações sobre a negativa da divisão da herança; mas isto só como uma escaramuça para tirá-la da casa e tomarem posse da mesma – mutreta esta arranjada pelo delegado, com o que fica denotado o lugar da Polícia como representante do Estado: não cumpre a função de controlar as leis, mas sim de convivência com uma das partes.

Entretanto, a negativa de Maria Moura de abandonar a casa, por mais que a lei a intimasse, modifica a estratégia de seus familiares, que vão tomá-la pela força, apoiados por vários pistoleiros a soldo. Este é o começo da disputa, que acaba com o incêndio do lugar, porque Maria Moura já havia demonstrado que não tinha intenções de se retirar nem de compartilhar a herança com ninguém; menos ainda com aqueles primos que tinham como propósito ulterior o seu casamento com Irineu, conservando, desse modo, a propriedade inteira dentro da família, com a consequente acumulação de capital.

*O melhor mesmo é passar a mão na prima, dizer que eu roubei a moça pra*

*casar – e com o consentimento dela! Deposito em Marias Pretas, sob a guarda da minha cunhada – que pode ser o diabo encarnado, mas não se pode negar que é mulher séria. O Tonho e a Firma assumem a responsabilidade pela moça. Ela pode chorar e reclamar nos primeiros dias, mas acaba se dando por feliz (QUEIROZ, 1992: 50).*

Na citação deste trecho, fica explicitada uma das formas que parecem ser das mais comuns de preservação do capital familiar: o casamento endogâmico entre parentes. Através dessa prática, as alianças de sangue se entrecruzam com alianças políticas e econômicas, sempre controladas pelos homens da família, como bem o descreve Nestor Duarte, em relação à chamada família patriarcal:

*Endogamiza-se quase, e só se estende para alargar a cooperação até outra família, pelo laço parental dos casamentos cruzados, na tendência em fundir-se numa só, ainda maior e numerosa, para dar lugar à verdadeira tribo de coesão por parentesco. (...) Ela [a família] defende-se contra a divisão e o fracionamento da propriedade imóvel (DUARTE, 1966: 68).*

No bojo deste raciocínio e sempre recordando o caráter contestatório quanto à idéia de uma dominação masculina sobre a sua pessoa, a imagem de Moura, reunindo homens para defender-se, no caso de os primos voltarem e tentarem tirá-la à força de suas terras, não é de se estranhar: “me fervia o sangue pensando que aquele bando de insetos tinha a ousadia de vir me ameaçar dentro da minha casa! (...) E agora que estava com o cabroeiro armado ao meu redor, só tinha mesmo que resistir. Era tudo ou nada” (QUEIROZ, 1992: 42).

Utilizando as categorias colocadas por Ana Cláudia Marques, a herança da fazenda é a *intriga* que, iniciada 20 anos antes com um juízo para a sua divisão, acende-se finalmente com o assédio a Limo-

eiro para decidir a *questão*.<sup>1</sup> Por esta razão, ambas as facções – que não tinham muito boa estima uma pela outra, desde a desavença em função das terras – entram em conflito explícito: “Meu santo pai só chamava o pessoal das Marias Pretas de ‘gente ruim, gente muito ruim’” (QUEIROZ, 1992: 42), recordava Maria Moura, quando seus primos a visitaram; por sua vez, ao voltar para Marias Pretas, Tonho disse a Irineu: “aquilo é cabrita de raça ruim. Não pela Titia que, se nunca foi santa, sofreu muito daquele marido” (QUEIROZ, 1992: 45).

Com base nesta lógica, não é estranha a maneira com que Maria Moura atua respondendo à intriga que conhecia através de seus pais e, ao ver-se encurralada, acaba com o que é seu, de modo a não deixá-lo nas mãos de seus intrigantes, partindo, então, com seus homens em busca da terra que lhe correspondia por herança paterna – enfim longe da intriga – em Serra dos Padres.

A partir desse incidente, Maria Moura recorre a estratégias masculinas para preencher o espaço de poder que significa estar diante de seus *cabras*: no momento em que foge, deixando de lado as vestimentas femininas, começa a usar a roupa de seu pai morto (calça e casaco) e corta o cabelo diante de seus homens:

*(...) têm que se esquecer de que eu sou mulher, para isso mesmo estou usando estas calças de homem (...) aqui não tem mulher nenhuma, tem só o chefe (...) agora acabou a sinhazinha de Limoeiro. Quem está aqui é a Maria Moura, chefe de vocês”* (QUEIROZ, 1992: 84).

É assim que, modificando seu aspecto, adquire outro *phisque du rôle* como estratégia para ter um *status* diferente: abandonar sua figura de “filha de fazendeiro” e ocupar o comando diante dos homens. Ela deixa para trás também o papel que a mulher desempenhava na sociedade brasileira da época: submissa, da porta para dentro, sem possibilidades de mando ou tomada de decisão em face da figura autoritária do *pater familias*, retratado em grande parte da literatura sociológica brasileira<sup>2</sup>.

Outra hipótese explicativa do poder de Maria

Moura sobre seus homens é que a estratificação e a relação de classes no Brasil colonial correspondiam não somente ao gênero ou à posição econômica, mas, também, à cor da pele; característica arraigada por séculos de escravidão no país, explica Azevedo, já que sendo mulher fugitiva e sem posse de bens – com a casa de Limoeiro queimou a maioria de seus pertences e deixou para trás a terra lavrada e o gado, tendo para oferecer só a promessa de um sonho familiar em Serra dos Padres –, não tinha possibilidades simbólicas para estar no posto de comando que ocupava. Entretanto, ela é branca e filha de fazendeiros, o que a coloca em um estrato superior ao de seus homens: pistoleiros a soldo, caboclos ou negros.

Maria Moura é uma inversão do lugar que à mulher foi reservado em grande parte da literatura acadêmica brasileira. Não é aquela que denota com autoritarismo a inveja que sente pelas concubinas da senzala, de Fernando Azevedo; nem o ás na manga para as alianças estratégicas entre famílias, de Nestor Duarte; ou a que, por decisão familiar, ficava solteira e, assim, fora da genealogia familiar, de Letícia Canêdo. Muito pelo contrário, nela imprime-se um ideal feminino que parece o negativo da foto de que falam os autores citados, impondo uma moral própria, em vez de estar incrustada na da família, fora do espaço da vida doméstica como único modo de domínio feminino, criando sua própria genealogia, não como esposa ou filha, e sim com um valor e um espaço próprios, portanto diferentes, no campo de poder.

Por outro lado, existe também dentro da família outra mulher, Marialva, prima de Maria Moura e irmã de Tonho e Irineu que, vivendo junto com Tonho e sua mulher, Firma, carrega uma triste maneira de viver: separada da sociedade, escondida dentro de casa pelos irmãos, que não querem que ela conheça um homem não-conveniente; isto é, um homem sem um dote superior à parte que corresponde a Marialva, por herança, ou a um espaço de reconhecimento político, para evitar terem que dividir os bens em lugar de somar. Nas palavras da autora, “quanto sangue corrido, quanta moça emparedada pra não casar, ficar solteirona, moça-velha e não dividir as heranças! Visse o que acontecia comigo” (QUEIROZ, 1992: 91), queixava-se Marialva encerrada atrás dos muros da casa do irmão, guardada pela cunhada para que

ninguém dela se aproximasse. Como explica Letícia Canêdo, as mulheres que não cumpriam seu papel de aumentar o capital político ou econômico, levavam consigo a sina de conservarem dentro da casa dos pais a memória familiar, o sentimento de posse do sobrenome e de servirem de elo entre gerações, o que as excluía, entretanto, da genealogia familiar, já que *sans descendance elles ne sont pas utiles après leur mort* (CANÊDO, 1998: 25).

Para sorte de Marialva, também era costume na sociedade brasileira o rapto de mulheres, por parte do noivo, naquelas situações em que a família não estava de acordo com o casamento. Enquanto seus irmãos estavam lutando com Maria Moura pela posse de Limoeiro, Marialva conhece um jovem acrobata e se apaixona por ele. Ele dá sua palavra de voltar para buscá-la, depois de cumprir uma promessa que sua mãe fizera ao Senhor do Bonfim, numa ocasião em que ele caíra do trapézio, em meio a uma função: “Nessa hora da queda, minha mãe gritou: ‘Valei-me senhor do Bonfim’ ao me ver como morto, embolado na areia. E o meu senhor do Bonfim acudiu, diz ela” (QUEIROZ, 1992: 76).

E uma vez paga uma promessa, vai ele cumprir a outra. Ajudados por Duarte – um caboclo forro, meio-irmão de Marialva, Tonho e Irineu, filho de Rubina, cozinheira da casa e, além disso, também dono da casa –, Valentim e Marialva escapam e casam-se às escondidas no povoado Vargem da Cruz, para fugirem da sombra dos irmãos que certamente os perseguiriam ao se inteirarem da notícia. Assim, Marialva obtém sua independência e une-se aos artistas de circo da família de seu marido, afastando-se definitivamente do lugar de solidão que lhe tinham destinado.

Continuando com Maria Moura, depois de queimar sua propriedade, ela empreende a viagem em busca da Serra dos Padres e, com ela, um caminho semelhante à vida dos ladrões de estradas, usando isto como estratégia para acumular o capital necessário para levantar sua casa nas terras de sua propriedade. Depois de vagar pelo sertão, recolhendo mais homens para sua custódia, chega à Serra dos Padres, onde tinha intenções de construir um lugar no qual seu poder ganhasse materialidade física:

(...) *eu sentia (e sinto ainda) que não*

*nasci pra coisa pequena. Quero ser gente. Quero falar com os grandes de igual para igual. Quero ter riqueza! A minha casa, o meu gado, as minhas terras largas. A minha cabroeira me garantindo. Viver em estrada aberta e não escondida pelos matos em cabana disfarçada como índio ou quilombola. Mas num alto descoberto, deixando ver de longe o casarão lá em cima, telhado vermelho, paredes brancas caiadas. Cavalos de sela comendo milho na estrebaria, bezerro gordo escaramuçado no pátio. Quero que ninguém diga alto o nome da Maria Moura sem me guardar respeito. Que ninguém fale com Maria Moura – seja fazendeiro, doutor ou padre, sem ser de chapéu na mão* (QUEIROZ, 1992: 125).

E, finalmente, levanta a sua casa, a “Casa Forte” como passa a chamá-la, e lá se entrincheira, cada vez com mais homens sob seu comando, solitária, afastada de seu grupo de relações sociais e da intriga com seus primos, mas sem esquecê-la, considerando-os ainda seus inimigos.

O grupo formado por Maria Moura funciona como um *clã feudal*<sup>3</sup>, a partir da perspectiva de Oliveira Vianna, e também como *parentela*<sup>4</sup>, conforme definição de Maria Isaura de Queiroz. Embora estes dois conceitos, em termos ideais, entrem em conflito, ao hibridá-los um ao outro, ajustam-se para retratar os integrantes da Casa Forte: Maria Moura recebe como parentes o primo bastardo, Duarte, e Rubina, sua mãe, apesar da relação filial com Tonho e Irineu – “como é sabido de todo mundo, eu não me dou com os irmãos dele, o Tonho e o Irineu; já o Duarte nunca se meteu nas nossas brigas. Nunca ajudou os outros contra mim, nem teve nada com o cerco e o incêndio da casa de Limoeiro” (QUEIROZ, 1992: 302) – e os põe sob sua proteção e abrigo, dando a Duarte o posto de administrador da casa, e não de um “cabra de serviço”, substituindo João Rufo que já está muito velho e cansado. Mais tarde, acolhe também em suas terras Marialva, Valentim e Xandró, filho do casal, a quem, além disso, filia e escolhe como

herdeiro único de sua propriedade; e constrói para eles uma casa própria dentro do terreno e perto da Casa Forte. Por outro lado, ela é a líder da Casa Forte, que tem um administrador e a população subordinada – os *cabras* – grupo de indivíduos que trabalha sob suas ordens, defendendo-a e a sua propriedade e vivendo na mesma casa. É nestas variáveis que se assenta a estrutura da Casa Forte, da qual esboço esta concepção híbrida de que anteriormente falei.

Deste modo, a “Casa Forte” que Maria Moura constrói em Serra dos Padres é uma versão estranha da casa-grande característica dos engenhos açucareiros: em lugar de escravos, negros forros; em vez de engenho, fábrica clandestina de pólvora; ocupando o lugar das negras de estimação dos senhores das casas-grandes, um caboclo forro, primo ilegítimo da proprietária da casa, porém, sempre os “cabras”, os pistoleiros a soldo dentro da propriedade para oferecer segurança. A lógica de estruturação das relações sociais é a mesma, mas o gênero dos indivíduos que dão forma a essas relações é que está invertido. A moral e a ética de Maria Moura não respondem àquelas impostas socialmente à mulher através da família. Existe uma subsunção do valor da vida ao da lealdade: “Se eu disser que atirem, vocês atiram, se eu disser corra é pra correr. Quem desobedecer paga caro, tão caro e tão depressa que nem vai ter tempo pra se arrepender” (QUEIROZ, 1992: 84). A sexualidade da proprietária da casa é tão livre como a do senhor do engenho:

*Eu tinha horror a casamento, um homem mandando em mim, imagine, logo eu acostumada desde anos a mandar em qualquer homem que chegasse perto. (...) Um homem me governando, me dizendo – faça isso, faça aquilo, qual! Considerando também dele tudo o que era meu, nem em sonho – ou pior, nem pesadelo. E me usando na cama toda vez que lhe desse na veneta (QUEIROZ, 1992: 324).*

Por outro lado, a fama e o prestígio que adquirem a propriedade e a proprietária na região não se devem ao seu gado nem aos seus cultivos, mas sim,

muito pelo contrário, à segurança que brinda aqueles que necessitam de refúgio por *brigas* familiares ou problemas com a justiça. E é assim que chega o Padre José Maria – pároco de Vargem da Cruz nos tempos de Limoeiro – à procura de proteção, para evitar ser descoberto pelos que o seguiam, já que sua cabeça tinha preço, e muito alto, por ter matado, supostamente, a sua amante, o filho que ela levava ainda no ventre e o seu marido. Moura o aceita em princípio pelo temor de que o padre revelasse o que ela em confissão lhe tinha contado, enquanto vivia em Limoeiro (que mandaria matar Liberato), mas, também, porque ela não julga as pessoas com a mesma medida de moralidade que o próprio padre havia usado: só a lealdade ou a defesa própria valem para os seus cânones; conforme ela repete, várias vezes, “É eu ou eles”. E é assim que o padre José Maria se converte no Beato Romano, para se disfarçar, e passa a engrossar as fileiras dos desclassados que conformam a casa.

Também recebe – desta vez, como um serviço pago – Cirino, o filho do fazendeiro vizinho, Seu Tibúrcio, que é procurado pelos irmãos de uma moça comprometida que ele roubou e deflorou. Quando o noivo se inteirou dos fatos, alcançou-os na fuga, matou a jovem e perseguia agora o jovem Cirino. Maria Moura esconde-o em sua casa e, em um momento de ausência de Duarte – seu primo e amante –, começa um romance com Cirino. Este fato também responde à lógica sob a qual ela se coloca: pratica-o às escondidas e só à noite; porque durante o dia ela não era mulher, era Maria Moura, como disse aos seus homens ao saírem de Vargem da Cruz. Ela também aceita esconder outro homem da mesma família, recebendo uma generosa oferta de pagamento do mesmo Seu Tibúrcio, já que uma *briga* de família ameaçava a vida do tal Peba Preto – seu apelido. Mas, uma noite, não muito tempo depois, alguém rapta Peba Preto e mata seus protetores, descobrindo-se, então, ser responsável por este ato o próprio Cirino que, aproveitando-se da confiança e do amor da proprietária da casa, roubou-lhe armas, enganou dois de seus homens e, assegurando que eram ordens da mesmíssima Moura, levou o protegido para entregá-lo nas mãos da facção inimiga da *briga*. Quando Maria Moura inteira-se do acontecido em seu nome e, pior ainda, que Cirino dizia que “ela come aqui, da palma

da minha mão”, se enfurece e parte para pegá-lo. O jovem amante finalmente tinha sido enganado e emboscado pelos familiares de Peba Preto, os quais o levaram para a prisão para lhe darem uma lição por um tempo.

Esta traição de Cirino não só afetava a própria Maria Moura, mas também o nome e o prestígio da Casa Forte, em relação à segurança que podia oferecer:

*(...) até o dia de hoje, a Moura jamais tinha feito um falso a ninguém. Inimigo é inimigo, mas parceiro e amigo é outra definição, muito diferente. E vinha aquele moleque, aquele coisinha ruim, abalar estes meus anos todos de trabalho e sacrifício, solapar os alicerces da minha Casa Forte. Do meu castelo! (QUEIROZ, 1992: 418).*

Portanto, a única forma de remediar a situação era matando seu amante; assim, tira-o do cárcere e esconde-o em um quarto secreto, dentro de sua habitação, até convencer Valentim – cujo número central na exibição circense era o lançamento de facas – a matar de uma navalhada Cirino, quando este saísse da propriedade.

Neste ponto do argumento, ficam explicitados, finalmente, a solidariedade que implica o pertencimento à família, e os preceitos morais de Maria Moura que, no momento de serem postos à prova em relação a ela mesma, aparecem com firmeza, mas não sem dor, exigindo a lealdade de seu compadre nessa circunstância para salvar a honra da família. No dizer de Costa Pinto, a vingança privada é como uma forma de mostrar solidariedade interna, sendo uma responsabilidade coletiva em que todo o grupo é responsável por operá-la. A vingança funciona como um fator de ordem e ocupa o espaço institucional do Estado como fonte de controle em terras em que este último não tem quase força nem ingerência nos assuntos privados.

Por último, podemos dizer que nesta história de intrigas parentais estão presentes muitos dos elementos característicos da constituição social brasileira, mas, com os papéis modificados em relação à

tradição paternalista. Maria Moura reproduz, muitas vezes, a figura masculina como estratégia para ocupar um espaço de poder proibido às mulheres; não um espaço oculto, à sombra do marido ou dos muros da casa-grande, mas, pelo contrário, um lugar de mando intra e extramuros. Assim, desenvolve sua figura a partir de sua própria pessoa e não por uma aliança através de casamento, representando, dessa maneira, o começo de uma genealogia de desclassificados: sua prima Marialva, que rompe com o espaço de celibato que lhe atribuía seu irmão mais velho; Duarte e sua mãe Rubina, ele filho ilegítimo do tio de Maria Moura, caboclo livre e seu amante; e ela mesma, que sozinha se rebela contra um mundo em que a mulher não pode ocupar um lugar de comando diante de pistoleiros a soldo e sem um homem – marido ou pai – de quem tenha herdado esse poder.

Deste modo, Maria Moura explicita, nas diferentes etapas de sua vida, papéis sociais atribuídos à mulher na literatura sociológica brasileira, desembaraçando-se dos mesmos, apagando as fronteiras que os contornam em relação àqueles atribuídos ao homem, e construindo uma híbrida ponte entre as duras e rígidas concepções de masculinidade e de feminilidade impostas pela sociedade em que vive.

## NOTAS

<sup>1</sup> A intriga “é um momento que projeta aquela questão do passado até o presente, em direção ao futuro” (MARQUES, 2001: 12); é uma “relação nascida de um conflito, intrinsecamente infinita, estabelecida entre partes tendencialmente iguais nos planos de hierarquia social e moral, que se expressa fundamentalmente através de códigos territoriais e verbais” (*ibid.*, 87). Por outro lado, a questão está definida como “fase da relação de conflito em que as vinganças se sucedem, o antagonismo recrudescer, as ameaças são ativas” (*ibid.*, 153).

<sup>2</sup> Ver, de Azevedo, s/d e Duarte, 1966.

<sup>3</sup> “O clã feudal [é] organizado dentro do grande domínio (...) de população humana [aí] existente e que o senhor do engenho ou da fazenda agrega e arregimenta para fins da defesa material do feudo, (...) composta dos elementos mais combativos ou mais leais, todos residentes dentro das suas demarcações” (OLIVEIRA VIANNA, 1973: 185).

<sup>4</sup> “A parentela era formada por um conjunto de indivíduos reunidos entre si por laços de parentesco carnal, ou espiritual (compadrio) ou de aliança (uniões matrimoniais). Grande parte dos indivíduos de uma parentela se originava de um mesmo tronco,

fosse legalmente, fosse bastarda” (QUEIROZ, 1976: 179).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AZEVEDO, Fernando de. (s/d). *Canaviais e engenhos na vida política do Brasil. Ensaio sociológico sobre o elemento político na civilização do açúcar*. São Paulo: Melhoramentos.
- CANÊDO, Leticia. (1998) “*La production généalogique et les modes de transmission d’un capital politique familial dans le Minas Gerais Brésilien*”. *Geneses*. Juin (4-28).
- CÂNDIDO, Antonio. (1951). “The Brazilian family”. In: T. Lynn Smith & Alexander Merchant (eds.). *Brazil: Portrait of half a Continent*. New York: The Dyed Press.
- COSTA PINTO, Luís A. (1949). *Lutas de família no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- DUARTE, Nestor. (1966). *A ordem privada e a organização política nacional*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- MARQUES, Ana Cláudia. (2001). *Intrigas e Questões. Vingança de família e tramas sociais no sertão de Pernambuco*. Tese de doutorado, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional / Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- QUEIROZ, Maria Isaura P. de. (1976). *O mandonismo local na vida privada e outros ensaios*. São Paulo: Alfa-Ômega.
- QUEIROZ, Rachel. (1992). *Memorial de Maria Moura*. São Paulo: Siciliano.
- VIANNA, Oliveira Francisco J. (1973). *Populações Meridionais do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.



## OS VICE-REIS DO NORTE: RECONVERSAO DE ELITES AGRÁRIAS E A REVOLUÇÃO DE 1930 (1920-1964)

O Brasil é hoje considerado na cena internacional como uma “nação emergente”, dotada de parque industrial integrado, que se apóia em fontes energéticas renováveis e não-renováveis (álcool carburante, petróleo), bem como de sistema de ensino e pesquisa moderno e de meios de comunicação (telefonía, rádio, televisão, internet, etc) que permitem circulação rápida e eficiente de informações. Nenhuma dessas características seria válida antes de 1930, quando o país apresentava uma economia dominada pela exportação de produtos tropicais; o poder político estava fragmentado em mais de vinte unidades federadas sem uma verdadeira coordenação pelo governo central instalado no Rio de Janeiro; a vida intelectual se restringia a alguns antigos portos de exportação que concentravam também funções religiosas, administrativas e judiciárias. Lavouras como o café, a cana-de-açúcar, o algodão, a borracha, o cacau e o tabaco respondiam por mais de 85 % das exportações brasileiras, posição que ocupavam desde a primeira metade do século XIX (cf. P. EISENBERG). O espaço físico e o poder social encontravam-se concentrados em mãos de detentores de grandes plantações voltadas para

AFRÂNIO GARCIA JÚNIOR\*

### RESUMO

Este artigo procura compreender a maneira com que o Brasil se transformou, durante o século XX, de um arquipélago estruturado ao redor de “ilhas” de plantações agroindustriais de café, cana de açúcar, cacau, algodão e borracha, em um “continente” marcado pela rápida industrialização e urbanização. Além da percepção desses aspectos evolutivos do espaço brasileiro, temos que dar atenção às trajetórias intelectuais dos líderes principais – sejam os do Norte, durante os anos trinta (como Juarez Távora e José Américo de Almeida), ou a figura mais significativa do movimento nacional, Getúlio Vargas –, pois essas trajetórias destacam a evolução da arena política e a expansão das instituições públicas. As trajetórias dessas elites destrincham muito bem as alternativas diversas que marcaram a formação do Estado e da Nação no Brasil contemporâneo.

### ABSTRACT

This paper aims at understanding the way the concept of Brazil transformed itself, during the XXth century, from an archipelago structured about «islands» of agro-industrial plantations of coffee, sugarcane, cocoa, cotton, rubber, to a «continent» marked by rapid industrialization and urbanization. Along these evolutive perceptions of Brazil’s space, attention must be paid to the social and intellectual trajectories of key leaders — be they from the North, during the Thirties (such as Juarez Távora and José Américo de Almeida), or the most significant figure of the national movement, Getúlio Vargas — as these trajectories highlight the evolution of the political arena and the expansion of public institutions. The trajectories of these elites unravel fairly well the diverse alternatives which have marked state-building and nation-building in contemporary Brazil.

\* Maître de Conférence da Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales, Paris.

os mercados internacionais, particularmente a Europa e os Estados Unidos da América; partilhavam com os grandes comerciantes de importação-exportação e os detentores dos cargos políticos e da alta administração os círculos dirigentes do Estado desde o início do Império. O mundo rural era o quadro de vida da maior parte da população – em 1940, 70% de população aí residiam. A segmentação do território nacional em diferentes regiões – mais voltadas para um porto de exportação do que interligadas por redes de transporte e de meios de comunicação à distância – deu origem à percepção do território nacional como um “arquipélago”, cujas ilhas eram constituídas pelas áreas das diferentes lavouras ou de mineração, em contraposição ao mesmo espaço marcado por atividades econômicas, políticas e culturais, interdependentes, visto a partir de então como um “continente” (H. THÉRY). A construção de um Estado e de uma economia nacionais é obra do século XX, sobretudo a partir de 1930. Mesmo a imagem de “Brasil, país do futuro” foi formulada por Stefan Zweig em livro editado em 1941; um bom testemunho das transformações que começavam a ocorrer.

Contrariamente ao seu início, a segunda metade do

século XX conhece um deslocamento das residências do campo para as cidades; já em 1980, 70% da população se situam no pólo urbano e, em 2000, praticamente 80% aí estão instalados. Como resultado da industrialização acelerada entre 1930 e 1980, o centro dinâmico da economia e os poderes social, cultural e político vão se localizar nas grandes metrópoles, com a reestruturação do Estado nacional e a expansão de suas atividades, com a criação das universidades e a estruturação dos sistemas de ensino em bases nacionais, com a formação de partidos políticos e movimentos associativos em escala nacional. Uma verdadeira mutação social ocorreu no século XX: a grosso modo, a população foi multiplicada por 10 e o PIB por 100. Mas a hierarquia e a desigualdade, implantadas desde o início da colonização portuguesa no século XVI, não diminuíram com a industrialização e o crescimento urbano acelerados; as distâncias sociais entre descendentes de senhores e descendentes de escravos tenderam mesmo a se aprofundar e imprimir, até hoje, suas marcas nas segregações espaciais das metrópoles.

Em 1930, a crise iniciada pelo *crash* da Bolsa de New York em 1929 também teve efeitos profundos, mas não engendrou desemprego massivo nem desarticulação completa da economia como em certo número de países europeus; a defesa da renda dos proprietários de plantações, que chegou à destruição de estoques de café financiada pelo Estado, provocou um crescimento industrial baseado em substituição de importações. Por outro lado, não foi a potência da elite do maior estado cafeeiro – São Paulo – que promoveu uma política visando proteger a grande lavoura e que viria a beneficiar também os novos industriais. Em outubro de 1930, um levante armado, comandado por elites agrárias de estados menos fortes, interrompeu a hegemonia algo exclusivista das oligarquias de São Paulo sobre o poder federal. A centralização sem precedentes do Estado brasileiro, acompanhada da expansão de suas atividades (educação, saúde coletiva, legislação de trabalho, obras de infra-estrutura no setor de transportes e geração de energia, etc.), foi obra de descendentes das elites agrárias de estados de peso secundário na Federação para transcender os limites impostos pelo estado hegemônico – São Paulo – desde a fundação da República em 1889. A análise

das biografias e das atividades políticas dos líderes da revolução de 1930, todos descendentes de elites agrárias, mas com interesses diversificados em função dos produtos cultivados e do perfil de suas regiões de origem, deverá permitir estudar a contribuição dessa recomposição dos círculos dirigentes para a reorganização do espaço público e compreender a diversificação das elites políticas com a afirmação do Estado nacional.

Nascidos em estados menos influentes da República, não estavam predestinados a ocupar funções de primeiro plano, em âmbito federal, ainda mais porque descendiam de famílias de grandes proprietários em declínio. Por outro lado, pertencendo a facções políticas inicialmente marcadas por forte antagonismo, sua aliança política visando um enfrentamento armado não era, de forma alguma, uma fatalidade. Após chegar ao poder federal, um número bem reduzido de líderes – como o chefe supremo de 1930, Getúlio Vargas; ou seu braço direito, Osvaldo Aranha; o líder militar do levante no Norte, Juarez Távora e o líder civil desta região, José Américo de Almeida – vai estar presente em todos os instantes decisivos das crises políticas até 1964, quando militares de alta patente desencadeiam um golpe, instaurando uma ditadura que iria durar até 1985. Getúlio Vargas ocupou, sob diferentes formas, o posto de Presidente por quase vinte anos e será considerado pelos historiadores como a principal figura do período Republicano. O modo de acesso ao poder central desses descendentes de elites agrárias e a diversificação das correntes políticas nacionais de que participaram são os objetos deste artigo.

## **O CASAMENTO DE UM HERÓI REVOLUCIONÁRIO: UM ATO POLÍTICO?**

Desencadeado no dia 3 de outubro 1930, simultaneamente no Rio Grande do Sul, estado que divide fronteiras com o Uruguai, em Minas Gerais e na Paraíba, pequeno estado situado no Nordeste, o levante armado tinha por objetivo criar três focos de insurreição em pontos extremos em relação à capital da República, Rio de Janeiro. Antes mesmo da chegada ao Rio das tropas de Getúlio Vargas, em menos de um mês, o presidente Washington Luiz havia sido afastado de suas funções pelos comandantes militares,

e o antigo presidente do estado do Rio Grande do Sul chegou para assumir o controle do Estado federal.

Juarez Távora, comandante militar do levante no Norte, que escolheu o dia de seu trigésimo terceiro aniversário, 14 de janeiro de 1931, para se casar, publica em suas memórias uma foto muito singular dessa cerimônia<sup>1</sup>. Desde 1922, ele havia participado dos movimentos liderados por jovens oficiais do Exército para afastar as elites políticas do poder, vistas como particularistas, retrógradas e impeditivas do funcionamento da corporação militar em moldes modernos; em seguida, sua vida até 1930 se limitou a uma sucessão de combates, de prisões, de fugas espetaculares e de períodos de clandestinidade. Dois meses e meio depois da vitória revolucionária, finalmente ele podia se casar com sua prima e noiva de longa data. O que há de mais surpreendente que esta foto de um casamento segundo os padrões tradicionais – casamento com a filha do tio materno era freqüente entre seus ascendentes – reunindo Getúlio Vargas, o novo chefe do governo provisório, sua esposa, os ministros de maior destaque e suas esposas? Não seria estranho que uma foto obtida em casa de seu tio materno e sogro, no Rio de Janeiro, onde este morava desde o começo do século, se fizesse sem a presença dos familiares dos noivos, a não ser do bispo que celebrou o casamento, tio dos noivos e irmão do dono da casa?



Esta foto teria sido impossível apenas quatro meses antes, pois o noivo vivia de forma clandestina no Nordeste para fugir de um mandado de busca emitido pela Polícia; teria sido assim impensável

que ele pudesse se relacionar, publicamente, com as autoridades provincianas do extremo Sul e do Norte do país, um general e um dos professores mais brilhantes e renomados da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. No centro da foto, a noiva usa um vestido tradicional para essa ocasião, acompanhado por um buquê de flores brancas, simbolizando sua espera paciente pelo retorno de seu primo à vida pública. À sua esquerda, o noivo enverga a vestimenta de gala do Exército, traje que é o mesmo com que se veste o general responsável pelo Ministério da Guerra, que se postou atrás dele. Esta é a melhor prova da mudança cabal da situação militar de Juarez Távora, excluído das hostes do Exército, após suas ações de rebeldia em 1922. A presença do comandante em chefe do Exército – todo oficial deve pedir formalmente a concessão para se casar – não é o sinal de aprovação pela corporação militar dos atos de Juarez Távora, considerados desde então como “heróicos”? Sentado à direita da noiva, Getúlio Vargas, que havia sido presidente do Rio Grande do Sul até o levante de 3 de outubro, fora candidato derrotado durante as eleições presidenciais nacionais de março de 1930, e, no momento da foto, era chefe do governo revolucionário; à esquerda do noivo, figura a Sra. Darci Vargas, descendente, como seu marido, de ricos fazendeiros de gado nos pampas. Atrás de Getúlio Vargas está José Américo de Almeida, então ministro da Viação e das Obras Públicas. Até outubro de 1930, ele era apenas secretário do governador da Paraíba “pequenina e boa”. Eleito deputado federal em março, Almeida teve seu mandato invalidado de forma arbitrária pelas antigas autoridades, vítima de “degola” para usar uma expressão de época. Sua entrada no governo revolucionário, que passou a comandar a capital federal, se deveu à indicação de Juarez Távora. Certamente ele havia preenchido um papel fundamental para o sucesso da revolta armada na Paraíba, como comandante das forças da Polícia nos momentos decisivos do levante. De qualquer forma, a aproximação entre Juarez Távora e seu padrinho durante a cerimônia religiosa era recente e diretamente ligada às tramas revolucionárias. Ao lado de José Américo de Almeida, encontra-se o ministro da Guerra, general Leite de Castro, padrinho da noiva. Fizera parte do grupo de generais

que depusera Washington Luiz, uma vez o levante iniciado nos três primeiros focos, mas antes que as tropas de Vargas chegassem à capital. Em comentários de época, atribuía-se a Leite de Castro a idéia de se perpetuar no poder central, sem passá-lo a Vargas; de qualquer forma, sua presença atesta a adesão de parte da alta hierarquia das Forças Armadas ao levante de outubro.

Tudo na foto, até mesmo o assento da Sra. Vargas, acentua a estrita subordinação do lugar das mulheres à condição social de seus maridos. As esposas dos padrinhos estão enquadradas pelos homens, mas distribuídas no espaço em ordem inversa: as esposas à esquerda da foto são aquelas dos personagens que constam na parte direita do quadro e vice-versa, como a sugerir a unidade social dos participantes. Atrás de Juarez Távora, podemos ver Miguel Couto, eminente professor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e que ocupou a presidência da Academia Nacional de Medicina, de 1914 até sua morte, em 1934. Ao seu lado, está Osvaldo Aranha, ministro da Justiça, e ainda à direita, o bispo D. Carloto Távora, tio dos noivos e oficiante da cerimônia. Osvaldo Aranha era secretário de Getúlio Vargas quando este governava o Rio Grande do Sul e havia sido responsável por todos os preparativos destinados ao levante armado; fora o contato constante dos jovens tenentes, uma espécie de braço direito responsável pelos assuntos militares e, assim como Vargas, descendia de uma família de grandes criadores de gado do Sul e era formado em Direito<sup>2</sup>.

É interessante constatar que, além da presença de responsáveis políticos ilustres, todas as competências adquiridas em instituições de ensino de nível superior existentes até aquele momento estão reunidas, desde as escolas Militar e Politécnica até o Seminário católico, passando pelas tradicionais faculdades de Medicina e de Direito. Nota-se também que os poderes culturais são representados em toda a sua diversidade, já que há um cientista e um romancista célebres, além de um representante do alto clero, presentes à cerimônia. Tudo se passa como se todos os símbolos de poder temporal e de poder espiritual estivessem ali reunidos. Observe-se que o bispo transmitiu mensagem personalizada do Papa abençoando o novo casal. Juarez Távora havia conseguido juntar

seus laços familiares, seu pertencimento religioso, a corporação militar em que ingressara, seus amigos célebres das ciências e das artes, os dirigentes máximos de movimento armado que se propunham a dotar o Brasil de novo destino. Esta foto, como documento histórico, é efetivamente eloqüente; basta que nos interroguemos sobre as circunstâncias históricas que a tornaram possível e significativa.

Alguns anos mais tarde, tal foto se tornaria impossível: a aliança que ela simbolizava fora rompida diante das fortes divergências políticas dos protagonistas; trata-se, portanto, de um registro de um instantâneo, e esta foto diz mais sobre a situação política da época e da necessidade de legitimar a nova equipe dirigente do que sobre a troca propriamente matrimonial. O que provocou a aliança entre esses indivíduos que fizeram questão de revelar sua unidade profunda através de uma cerimônia religiosa em janeiro de 1931? Essa cerimônia seria a forma mais eficaz para reconstituir e tornar pública uma aliança do que qualquer outro ato propriamente político, como a criação de um novo partido, a publicação de um manifesto ou de uma foto ministerial? De qualquer forma, a existência desse clichê sugere a necessidade de se aprofundar a reflexão sobre a relação entre família e política no Brasil, sobretudo no tocante às novas elites responsáveis pela construção do Estado nacional e pela modernização econômica, social e cultural do país. De um ponto de vista específico, podemos nos perguntar como as novas responsabilidades políticas assumidas por cada novo dirigente nacional repercutem sobre os outros membros de suas famílias, e tentar entender porque novas alianças políticas se constroem utilizando como metáfora as alianças familiares.

A análise das origens sociais, dos estudos universitários e das carreiras políticas de Juarez Távora e José Américo de Almeida, considerados em 1930 como os dois principais líderes da revolução no Norte, confrontadas ao percurso de Getúlio Vargas e Osvaldo Aranha, nos permite buscar as razões do cruzamento dessas quatro trajetórias e os fundamentos da aliança desse novo círculo dirigente, assim como examinar o trabalho para obter o reconhecimento nacional de seus personagens como dotados de autoridade política. A partir da análise das características sociais e

intelectuais dos novos dirigentes, permitindo melhor entender os recursos sociais de que estavam dotados e suas disposições mentais, poderemos nos interrogar sobre as novas estruturas do Estado central que ajudaram a criar e sobre o uso, junto aos poderes locais, de suas notoriedades nacionais.

## CARREIRAS BLOQUEADAS E ENCONTROS REVOLUCIONÁRIOS

Tanto os dirigentes nascidos no Rio Grande do Sul (Getúlio Vargas e Osvaldo Aranha) quanto os nortistas (Juarez Távora e José Américo de Almeida) são descendentes de linhagens de grandes proprietários de terra, com passagens por cargos políticos no âmbito de seus municípios ou do estado de origem. No caso dos nortistas, nasceram no interior de “casas-grandes” características das grandes propriedades, o que revela a inscrição mais acentuada no universo rural e menor riqueza de suas famílias, em relação a seus homólogos sulistas que nasceram em pequenas cidades circundadas por fazendas de criação extensiva de gado, no extremo sul do país. Esta origem social torna esses personagens diferentes dos contingentes nascidos nas grandes cidades, em geral antigos portos de exportação desempenhando ainda funções político-administrativas e culturais, como era o caso de Recife ao Norte, Rio de Janeiro como capital ou Porto Alegre ao Sul; as chances para seguirem longos estudos eram ainda mais vinculadas ao capital econômico e social de suas famílias de origem. Se todos são originários de grandes domínios rurais situados em regiões marginais, do ponto de vista econômico e político, suas famílias ocupavam posições privilegiadas no plano local, cujo poder estava assentado sobre uma larga clientela de camponeses dependentes, conhecidos como *moradores* ou *agregados*, freqüentemente composta por descendentes dos antigos escravos (a escravatura foi abolida apenas em 1888). Mesmo vindo de famílias de senhores relativamente abastados, a nenhum deles coube a função de herdeiro das terras possuídas pelos pais; tal liberdade em relação à herança os levou a, desde cedo, marcar uma forte inclinação pelos estudos, percebidos como meio indispensável para fazer carreira política ou na alta administração. Se os estudos em Direito atraíram três dos quatro protagonistas, como era o caso da maior parte das elites

políticas desde o Império (1822-1889), as dificuldades em financiar os estudos nas grandes cidades conduziram Juarez Távora a ingressar no Colégio Militar e, depois, na Escola Militar que dava acesso simultâneo à Escola Politécnica; razões semelhantes levaram José Américo de Almeida a entrar para o Seminário antes de poder estudar Direito. Estes percursos escolares diferentes estão diretamente associados aos modos de acesso ao espaço político e às visões que nutriam sobre sua evolução necessária. Como veremos, suas participações no levante de 1930 se explicam pelo profundo sentimento de que suas carreiras políticas, mas também profissionais, foram bloqueadas por uma gestão dos negócios de Estado, exclusivamente voltada para os interesses econômicos e políticos das elites cafeeiras de São Paulo.

Começando por considerar os líderes do Norte, podemos observar que José Américo de Almeida havia feito uma carreira ascendente na magistratura de seu estado natal, até 1930, só acedendo à carreira política nacional após essa data. Foi a oposição entre os interesses de seu estado e a presidência da República, que se manifestou na invalidação de sua eleição para deputado federal, em março de 1930, e no assassinato de João Pessoa, em julho, então Presidente de Paraíba, que provocou sua adesão à insurreição. Juarez Távora, como oficial militar, fazia parte da única corporação existente em bases estritamente nacionais, à diferença dos magistrados, dos médicos, dos policiais ou dos educadores, funcionários de cada estado particular da Federação. Diferentemente das outras profissões, a carreira de oficial militar exigia deslocamentos constantes, favorecendo uma consciência mais nítida da falta de unidade nacional. Por outro lado, o excesso de suboficiais impedia a progressão rápida na carreira, aumentando o descontentamento e originando levantes sucessivos, a partir de 1922. Juarez Távora optou pela insurreição armada contra o poder central, ainda aluno da Escola Militar, o que foi comum a grande parte de sua geração. A oposição entre “legalistas” e “revolucionários” foi decisiva para manter José Américo de Almeida afastado de Juarez Távora, até 1930, pois João Pessoa, patrão de José Américo, havia mesmo decidido, como juiz da Suprema Corte, pela punição de Távora e de seus irmãos, em 1924, por participação no levante de 1922.

Já Getúlio Vargas iniciou sua promissora carreira política perfeitamente dentro dos quadros do campo político da Primeira República. Tem acesso ao cargo de Presidente do Rio Grande do Sul em continuidade com o chefe político anterior e chega mesmo a Ministro de Finanças do Brasil, durante o mandato do Presidente que depôs com seu levante. Candidata-se à Presidência para as eleições de março de 1930, em lista que incluía o Presidente da Paraíba como vice-presidente; candidatura com poucas chances de vitória, mas, destinada a deixar evidente aos políticos de São Paulo que estavam marginalizando muitos interesses na Federação. Aceita contato com os jovens oficiais sublevados por antagonismo comum ao poder central. Só aceita, porém, desencadear a insurreição armada quando João Pessoa é assassinado em Recife, em 26 de julho de 1930, após a proclamação dos resultados das eleições que haviam consagrado o novo sucessor de São Paulo (Júlio Prestes). Interpreta tal gesto como afronta pessoal e aviso de que a ameaça era válida para ele e todos os seus aliados. Como já atingira o ápice de sua carreira política estadual, toda continuidade, em âmbito nacional, tinha se tornado completamente bloqueada.

Um exame mais detido das biografias das lideranças nortistas permitirá mostrar como nenhum determinismo engendrou a insurreição vitoriosa de 1930, mas, uma vez chegados ao topo do poder central, tais líderes vão buscar na afirmação de novas instituições públicas uma maneira de tornar perene o acesso das elites políticas de seus estados de origem aos benefícios da ação do Estado nacional. Em outras palavras, tais círculos dirigentes tinham todo interesse em redefinir a competência do Estado nacional e de promover novas oportunidades de reconversão para regiões vítimas de declínio econômico e de marginalização política.

### **UM DESCENDENTE DE SENHORES EM REGIÃO EM DECLÍNIO, ESTADO SECUNDÁRIO NA FEDERAÇÃO**

José Américo de Almeida nasceu em 1887, numa *casa-grande* de *engenho* da Paraíba, situado no município de Areia, no limite de uma região úmida onde se cultivava cana-de-açúcar, com regiões mais secas, até semi-áridas no interior do país. Segundo suas próprias

palavras, ele descende de uma família de *senhores de engenho* (CAMARGO e al., 1984: 78), o que podemos de fato constatar, em pelo menos três gerações, através de sua ascendência paterna e materna.

A abolição da escravidão em 1888 não destruiu o poder dos grandes proprietários de terra. Sua dominação permaneceu graças à absorção de um novo tipo de mão-de-obra, os *moradores*, cuja maior parte descendia de escravos. Oferecendo a cada família os meios para garantir sua vida material, uma casa, um lote de terra para as culturas de subsistência, o acesso à água e à lenha (matas) – mas também organizando as atividades sociais e culturais, como as festas, as práticas religiosas, as trocas interpessoais de todo tipo (incluindo a vida familiar) –, os proprietários procuravam imobilizar os trabalhadores dentro do espaço físico da grande plantação (PALMEIRA: 1976; GARCIA JR., 1989). Eles controlavam, assim, sua clientela econômica e política, limitando seus horizontes sociais. De qualquer forma, a existência de uma família de *senhores de engenho* supõe não somente a gestão de uma unidade agro-industrial, mas também do controle de uma vasta clientela social submetida às suas ordens. O fim da escravidão afetou menos a autoridade dos senhores que as mudanças acarretadas pela concorrência no mercado mundial do açúcar.

José Américo de Almeida conta em seus livros que seu pai liberou seus escravos antes da promulgação da lei, mas a sua região açucareira de origem conheceu um grande declínio econômico, por força das reestruturações operadas nas plantações para enfrentar a concorrência nos mercados internacionais. É a época do desenvolvimento das primeiras usinas de açúcar que marcou a passagem a uma produção em escala industrial e a subordinação dos antigos *engenhos* – então reduzidos ao estado de simples estabelecimentos agrícolas, denominados *fornecimentos*. A concentração do poder na mão dos proprietários das usinas desqualificava e subordinava os antigos *senhores de engenho* que as circundavam. Alguns quiseram continuar usando seus engenhos para fabricar açúcar, mas tiveram que se resignar a produzir somente rapadura, exclusivamente destinada ao mercado interno. Foi o caso dos *senhores* de Areia, e especialmente o do pai de José Américo de Almeida. Entretanto, essa estratégia econômica não pôde conter

o declínio dessas famílias. Acrescentemos a isto que as plantações de café do Sudeste cresceram sensivelmente e representaram mais de 70% das exportações, antes do fim do século XIX; os “barões do café” do Império, localizados no Sudeste, passaram a constituir o símbolo da riqueza e da prosperidade no seio das grandes famílias. À época de seu nascimento, tudo contribuía para lembrar que o título de *senhor de engenho* remetia a glórias do passado, seguidas de perda de posição relativa, dentro das elites dominantes.

José Américo de Almeida viveu no *engenho* até completar 8 anos; lá, ele aprendeu a ler e escrever, e, em seguida, foi morar com seu tio paterno, vigário de Areia, para prosseguir os seus estudos. Em 1899, seu pai faleceu, e a sucessão da propriedade beneficiou unicamente seu irmão mais velho. Enquanto caçula deserdado, ele foi mandado ao Seminário. Mas, após provocar um conflito familiar, contestando a decisão da mãe e dos irmãos, ele pôde freqüentar um liceu da capital do estado e conseguiu entrar na Faculdade de Direito de Recife, centro de formação da maioria dos políticos do Norte do Brasil, desde a Independência. Formado em 1908, Américo de Almeida foi, após um curto período como procurador em um município da região semi-árida, nomeado, aos 24 anos, para um cargo de alto magistrado provincial – graças ao apoio de seu tio materno, *Monsenhor*<sup>3</sup> Valfredo Leal, que havia sido presidente da Paraíba, de 1905 a 1908 – e permaneceu o chefe político de uma corrente minoritária desse estado. Casou-se com uma descendente de outra família de *senhores de engenho*, de Areia, Ana Alice de Azevedo Melo, e o novo casal se instalou na capital do estado.

Graças a um certo conforto financeiro, ele pode freqüentar os círculos literários desde 1915. Começou a publicar, a partir de 1921, com o apoio da Imprensa Oficial da Paraíba que editou, em 1928, seu romance *A Bagaceira*; este trata do poder arbitrário exercido por um *senhor* de Areia sobre todos os habitantes de seu domínio, incluindo uma família de proprietários brancos, arruinada pela seca, na região semi-árida. Bem acolhido pelos principais críticos literários do Rio de Janeiro, no mesmo ano, o livro foi reeditado, por duas vezes, por editores da capital e seu autor tornou-se conhecido como o pioneiro do romance tipicamente nacional, de tal maneira que sua notorie-

dade literária precedeu sua celebridade política.

Membro ativo da facção política de seu tio materno, minoritária nesse estado então dominado por Epiácio Pessoa – que havia sido presidente do Brasil entre 1918 e 1922 –, Américo de Almeida não ocupou nenhum cargo político antes de 1928. Nesta data, se tornou secretário de João Pessoa, novo presidente da Paraíba e sobrinho de Epiácio Pessoa: através dos dois sobrinhos se estabelecia a paz entre duas facções rivais, em âmbito estadual, na Paraíba. Os Pessoa gozavam de um certo capital político no plano nacional.

Um concurso de circunstâncias, no processo de sucessão da presidência da República brasileira, vai fazer de José Américo de Almeida o herdeiro do crédito político acumulado em escala nacional, pela facção rival, e permitir seu acesso aos mais altos postos da República. De fato, desde a instauração desta, em 1889, que marcava o fim do Império e do reino dos descendentes da Coroa portuguesa, a forma do Estado federal se reduzia essencialmente à justaposição de estruturas políticas estaduais: cada estado, gozando de uma considerável autonomia, podia instituir suas próprias polícias, fazer empréstimos no exterior, arrecadar impostos sobre os produtos exportados, ter sua própria magistratura, seu sistema de educação, etc. Aliás, o próprio sistema partidário ressaltava como estavam localizados os principais mecanismos políticos nos estados federados: só havia Partido Republicano da Paraíba, do Rio Grande do Sul, de São Paulo, etc. Não existia nada como um “Partido Republicano Brasileiro”, grupamentos nacionais que viriam a existir somente depois da Segunda Guerra, em 1946. Literalmente, a negociação política se fazia entre o “Presidente” de cada estado da Federação e o “Presidente da República do Brasil”, instalado no Rio de Janeiro. Como o poder relativo de cada estado dependia de suas atividades econômicas e dos impostos que permitia arrecadar, os estados mais ricos dispunham, nesse contexto, de uma supremacia inegável no interior da Federação. O estado de São Paulo, que concentrava as plantações de café mais prósperas, era hegemônico na União e, desde 1894, as elites de São Paulo e de Minas Gerais – outro estado produtor de café e antiga fonte de minerais preciosos – se revezavam na direção da Presidência da República. O apoio

do governo central, através da política monetária e cambial, à política concebida e praticada por São Paulo, para controlar a oferta de café e valorizar este produto nos mercados internacionais era visto, pelos outros estados, como uma espécie de domínio exclusivo de São Paulo sobre o Estado central. Esse sentimento se acentuou quando o Presidente que deixava o cargo, ligado à elite de São Paulo, Washington Luiz, designou como candidato à sua sucessão um homem vindo do mesmo estado, infringindo o acordo tácito de alternância que, em 1930, devia levar uma pessoa de Minas Gerais à presidência. As elites deste estado decidiram apoiar a candidatura de Getúlio Vargas, na época presidente do estado do Rio Grande do Sul; como candidato à vice-presidência foi escolhido João Pessoa, presidente da Paraíba “pequenina e boa”. O governo deste estado tornou-se o componente mais frágil de uma coalizão de forças se opondo ao poder central controlado pelas elites de São Paulo.

No início de 1930, ocorre uma insurreição em um município da Paraíba contra o governo de João Pessoa; a rebelião era estimulada e armada pelo governo central e seus aliados dos estados do Norte. Essa tentativa de desestabilização do poder estadual através das armas era uma represália à audácia das elites políticas de nível inferior que haviam desafiado as elites agrárias hegemônicas em âmbito nacional. Foi então que José Américo de Almeida e seus companheiros de lista conheceram um sucesso eleitoral, recolhendo o maior número de votos na Paraíba; mas, certas modificações de última hora na composição da comissão eleitoral permitiram aos seus adversários proclamarem concorrentes menos votados como vitoriosos. José Américo de Almeida deslocou-se ao Rio de Janeiro para apresentar um recurso judicial perante o Parlamento da Federação, mas o Legislativo também estava completamente submetido ao poder executivo federal. Foi nesse período que José Américo entrou em contato com os jovens oficiais do Exército a favor da revolução e se aproximou de Juarez Távora, que à época tinha por missão preparar o levante no Norte.

Segundo o próprio testemunho de José Américo de Almeida, João Pessoa era hostil à via revolucionária e havia sido um dos juizes responsáveis pela condenação dos jovens oficiais revoltados em 1922, entre

os quais constavam Juarez Távora e seus irmãos. A aliança entre as elites da Paraíba no poder e os rebeldes certamente não era inevitável; ela foi mais o resultado de uma convergência objetiva de duas forças cujos interesses se opunham aos do governo central. A morte de João Pessoa colocava José Américo de Almeida no primeiro plano da cena estadual: ele se tornava o responsável político, que podia garantir o sucesso do levante desejado e preparado, de longa data, por Juarez Távora. Graças ao êxito do levante promovido pelos *tenentes* em guarnição militar da capital da Paraíba, José Américo de Almeida passaria, de candidato a deputado federal “degolado” pelo Catete, a um dos Ministros de peso a discutir, diretamente com Vargas, Távora, Aranha e demais lideranças de primeiro escalão, os rumos a imprimir à “revolução de 1930”. Com efeito, o encontro de José Américo de Almeida com Juarez Távora mudou completamente o norte das carreiras políticas e profissionais de ambos.

## **VOCAÇÃO REVOLUCIONÁRIA E COMPROMISSO MORAL, APÓS MORTE EM COMBATE DE IRMÃO**

Juarez Távora nasceu em 1898, numa grande propriedade da região semi-árida do Ceará, irmão caçula de uma família de quinze filhos, descendendo, tanto do lado paterno como do lado materno, de uma família de plantadores de algodão (cultura associada à criação de animais) conhecidos como *fazendeiros*. Nesta região, a escravidão sempre foi menos importante que nas plantações de açúcar; mas, a mão-de-obra era também recrutada segundo as mesmas modalidades que a *morada*. O declínio da família de Juarez Távora estava diretamente ligado ao clima da região freqüentemente submetida à seca. É impressionante constatar que todos os primogênitos tentaram se reconverter, seja através de estudos superiores no Rio de Janeiro, seja migrando em direção à Amazônia no momento do boom da borracha; desta maneira os mais velhos facilitaram a vida dos três irmãos menores para que pudessem prosseguir sua escolaridade. Já se podia observar esta tendência à reconversão através dos investimentos escolares com as trajetórias dos irmãos de sua mãe, assim como de seu sogro, formado em Direito, que ocupou o cargo de chefe da Polícia da capital federal, no momento



de sua chegada ao Rio de Janeiro. Graças ao apoio familiar, os três caçulas entraram diretamente no colégio Pedro II, estabelecimento público, de ensino médio, modelo para todo o Brasil. Se, em seus relatos, Juarez Távora disse que foi um estudante pobre no Rio, era certamente porque comparava seu estatuto de migrante recente com o estilo de vida das grandes famílias dominantes da metrópole; no entanto, a escolha da formação escolar revela claramente a importância do capital social dos familiares que os acolhiam e da prioridade dada aos estudos para obter um lugar de destaque em novo universo social.

Desde 1912, os estudos secundários dos dois irmãos mais novos – Juarez e Fernando – estão muito ligados à evolução da carreira de um dos irmãos mais velhos, Joaquim, politécnico que se tornou oficial do Exército. Os caçulas completaram seus estudos secundários numa das grandes escolas públicas do Rio Grande do Sul, acompanhando Joaquim, nomeado professor do Colégio Militar neste estado do extremo sul. Em 1915, Juarez e Fernando voltam ao Rio de Janeiro para participar do concurso da Escola Politécnica e, no ano seguinte, eles se beneficiaram do ingresso automático dos politécnicos para cursar a Escola Militar. A incorporação ao Exército permitia financiar os estudos superiores. Essa escolha forçada pela necessidade econômica é mais uma vez ressentida por Juarez como o sinal da escassez dos recursos familiares. Novos horizontes se abriam para eles somente graças ao Estado federal e ao bom uso das solidariedades familiares.

A comparação entre suas maneiras de gerir seus investimentos escolares, seus deslocamentos no território brasileiro, e a trajetória de José Américo de Almeida ressalta o universo provincial deste jurista e o nível nacional das estratégias de reconversão dos Távora. Mas, que perspectivas de carreiras eram ofertadas aos que consentiam pagar o preço de uma espécie de desenraizamento permanente para tentar fugir da decadência que ameaçava a família?

O Exército se encontrava numa situação em que não podia garantir uma promoção normal a todos os jovens cadetes saindo das escolas militares. Este bloqueio das carreiras provocou o descontentamento dos oficiais de categoria inferior, sobretudo dos *tenentes*, e foi uma das causas dos levantes militares dos anos

1920. Alias, não por acaso o conjunto de revoltas foi denominado *movimento tenentista*. Ressalte-se que as escolas militares acolhiam muitos alunos vindos de famílias de grandes proprietários ameaçados de declínio, pelo fato de garantirem o financiamento dos estudos e da moradia nas grandes capitais – uma espécie de bolsista – e constituíam, assim, uma via privilegiada para os candidatos à reconversão, enquanto que as faculdades de Direito e de Medicina eram freqüentadas por estudantes de origens mais altas. Se compararmos à trajetória de Vargas, que também chegou a cursar escola para oficiais militares em seu estado de origem, e mesmo a se alistar em tropas para garantir fronteiras brasileiras na Amazônia, veremos que a opção final pelo Direito estava diretamente associada às chances de sucesso em carreira política estadual.

Primeiro de sua promoção, em 1919, Juarez Távora tornou-se membro do conjunto de engenheiros do Exército e, após seu início na província, foi nomeado para o cargo de professor na Escola Militar do Rio de Janeiro, em 1922, sucedendo a Luiz Carlos Prestes, outro aluno brilhante e líder dos levantes dos anos 1920, que viria a ser secretário geral do Partido Comunista Brasileiro, de 1930 até os anos de 1970. Devido à publicação pela imprensa da capital de cartas privadas, atribuídas ao candidato à presidência da República, em 1922, e consideradas como uma ofensa ao Exército, uma crise, agravada pelo fechamento do Clube Militar e a prisão de marechal ex-presidente do Brasil, provocou o levante de 5 de julho de 1922, no qual a Escola Militar desempenhou um papel relevante. Oficial responsável pela guarda nessa data, Juarez Távora participou ativamente dessa revolta que terminou com um fracasso e sua prisão, assim como a de seu irmão Joaquim, líder de uma conspiração no distante estado de Mato Grosso. Eles foram liberados apenas em 1923, sem julgamento: diante do risco de serem excluídos do Exército pelos tribunais, tomaram a decisão de desertar e organizaram novas conspirações para derrotar o poder central, com a cumplicidade de jovens oficiais que permaneceram em seus cargos. O destino dos dois irmãos não foi o mesmo: se aquele engajamento custou a vida a Joaquim, Juarez se tornou uma espécie de herói nacional, após a vitória de 1930, e acabou sua carreira como marechal.

Joaquim foi um dos líderes do levante de julho 1924 que conseguiu tomar o controle de São Paulo; faleceu após os combates contra as forças legalistas, querendo retomar o controle dessa cidade. Juarez participou da organização da retirada das tropas revoltadas em direção ao extremo sul do país, onde se juntaram com as tropas do Rio Grande do Sul, sublevadas por seu amigo e ex-colega Luiz Carlos Prestes. De 1924 a 1927, essas tropas percorreram o território brasileiro do Sul ao Norte, para voltar às suas posições iniciais, percorrendo aproximadamente 20.000 quilômetros, escapando, a cada vez, do cerco das forças fiéis ao governo federal. Essa longa marcha representou uma verdadeira proeza militar, mas foi um fracasso político, pois esses revoltosos nunca conseguiram provocar a adesão das camadas camponesas das regiões percorridas. Tudo o que eles conseguiram foi serem reconhecidos como uma força política autônoma e difícil de destruir. Mesmo nas grandes cidades, onde suscitavam admiração pela coragem e bravura com que desafiavam os dirigentes tradicionais, sobretudo entre funcionários públicos e profissionais liberais, nenhum movimento político assegurou a multiplicação de forças a desafiar o poder central voltado para preservação dos interesses das elites agrárias.

Luiz Carlos Prestes e Juarez Távora foram, respectivamente, o chefe e o sub-chefe do Estado Maior dessas colunas de revoltosos, o que lhes garantiu a fama de guerreiros e de peritos em estratégia militar. Juarez Távora foi preso em combate, em 1925, em um estado do Nordeste, ao lado de sua região natal, e aproveitou a estadia na prisão no Rio de Janeiro para redigir um dos raros testemunhos de época sobre a “revolução brasileira de 1924”. Ele fugiu em 1927, foi capturado novamente, e fugiu, mais uma vez, em fevereiro de 1930, passando pelo Nordeste para preparar a revolução na clandestinidade. Aceito como comandante em chefe do levante no Norte do país, por Getúlio Vargas e seus colaboradores, como Osvaldo Aranha, ele vai se aproximar de José Américo de Almeida, então chefe das forças da Polícia da Paraíba, onde o levante dos jovens oficiais tinha grandes chances de funcionar. Este encontro corresponde, assim, à aproximação de jovens militares, em ruptura com a hierarquia, com as facções dominadas das antigas elites agrárias, para derrotar, pela violência, o governo

central. O sucesso do movimento que se chamou de *Aliança Liberal* foi consequência tanto desta aliança quanto da conjuntura econômica internacional, que fez coincidir as crises políticas detalhadas acima com a crise econômica devida ao *crash* da bolsa americana. Vale notar que, desde o início do século XIX, havia crises ligadas à flutuação de preços dos mercados internacionais dos produtos tropicais; mas, só atingiam as regiões consagradas a cada produto específico – como açúcar, borracha, cacau, café, etc. A crise de 1930 sincronizou as crises de diferentes regiões de grandes plantações, o que provocou uma superprodução agrícola generalizada; nos mais diferentes recantos se experimentavam problemas comuns frente “ao mundo internacional”, dando corpo às imagens propostas por certos ensaístas de crise de uma “economia colonial”. Com efeito, a construção de uma “economia nacional”, tornando interdependentes os setores os mais diversos, é obra iniciada após os anos 1930, nomeada como tal, à medida que a industrialização se acelerava e que as cadeias produtivas se estruturavam. As equipes econômicas recrutadas por Getúlio Vargas, em seus vinte anos de passagem pelo poder central – compostas por antigos engenheiros politécnicos e por antigos juristas –, tiveram um papel determinante como artesãs da rede de “mercados internos” interdependentes. Uma nova burocracia ligada à administração federal, recrutada com base em diplomas acadêmicos e voltada para domínios até então inexistentes da ação estatal – o ministério dedicado à educação e à saúde só foi criado em 1931 – abriu novos campos de reconversão para descendentes de elites agrárias ameaçadas de declínio, e a migração, em direção aos grandes centros industriais, atraiu contingentes volumosos de jovens dessa origem social. A recomposição das elites dirigentes, em âmbito nacional, com a entrada de frações mais ameaçadas pela decadência econômica, tornou-se associada à promoção de novos caminhos para reconversão social, estes freqüentemente vinculados a ensino secundário e superior, em forte expansão no período. Como demonstrou Karl Polanyi (1944), para a Grã-Bretanha, mercados interdependentes no plano nacional supõem todo um trabalho de institucionalização da economia.

## PODER NACIONAL E PODER LOCAL: OS “VICE-REIS DO NORTE”

Logo após a vitória, a primeira missão confiada a Juarez Távora e a José Américo de Almeida foi substituir todos os antigos Presidentes dos estados do Norte, da Bahia até a Amazônia, o que fez com que fossem denominados ironicamente de “os vice-reis do Norte”. Os “representantes do governo provisório”, antes afastados à força da vida política ou membros de uma elite provincial de pouca expressão, agora escolheriam todos os novos dirigentes provinciais da metade norte do Brasil. Investido de missão oficial pelo poder central, Juarez Távora pôde nomear seu irmão primogênito como interventor de seu estado natal, o Ceará, Manuel Fernandes Távora, que saiu diretamente da prisão para assumir suas novas funções no palácio do antigo presidente (fora preso por causa de suas atividades como jornalista, apoiando a *Aliança Liberal* dirigida por Getúlio Vargas). Foi o caçula que instalou o irmão mais velho na direção do estado de origem e, a partir de 1930, a família Távora passa a ocupar o primeiro plano da cena política no Ceará (o filho e o neto de Manuel serão eleitos no meio-século seguinte a cargos importantes). Observa-se, assim, que, para assentar o poder provincial de uma grande família, foram necessários outros recursos políticos, que não as formas tradicionais de manutenção de clientelas locais: a reputação junto às elites nacionais de primeiro plano desempenhou um papel fundamental, pois aqui se vê o poder central legitimando um poder local e não o inverso.

A evolução da carreira política de Juarez Távora mostrou que, em política, nenhuma posição se adquire definitivamente, inclusive em âmbito local, e que sua trajetória deveria continuar bem distante dos locais dominados por sua família de origem, para simplesmente manter a reputação que conquistara.

O pertencimento de Juarez Távora ao novo núcleo dirigente da nação era, desde então, evidente: ele foi igualmente nomeado ministro dos Transportes e das Obras Públicas do novo governo Vargas. Alguns de seus antigos companheiros de armas desejavam vê-lo como chefe supremo<sup>4</sup>.

Ao chegar ao Rio de Janeiro, Juarez Távora também fora acolhido como herói nacional. Sua

nomeação como membro do novo governo buscava fortalecer a aliança entre dirigentes do Sul e do Norte; entre políticos vindos de correntes tradicionais [os legalistas] e jovens oficiais fazendo da preparação de levantes, por anos a fio, sua profissão [os revolucionários]. É preciso notar que Juarez Távora aceitou ser ministro somente por pouco tempo, indicando José Américo de Almeida para sucedê-lo. Ele optou por retomar o cargo abandonado em 1924, preferindo guardar a posição de figura destacada da nova elite revolucionária. Juarez Távora assistia às reuniões dos dirigentes supremos da Revolução, que aconteciam no palácio presidencial, em presença de Vargas, ao longo das quais eram fixadas as grandes linhas de ação governamental. Participou, assim, diretamente das discussões sobre as novas orientações a serem dadas à política, mas sem se sentir subordinado a Getúlio Vargas enquanto ministro. Pode-se imaginar a tensão desses aliados da véspera, chegando ao poder sem um programa de ação preciso, nem ideologia que os aproximasse. Note-se que Vargas era originário de círculos positivistas do Rio Grande do Sul, enquanto Távora sempre se mostrara católico fervoroso. Seu casamento foi a ocasião de reafirmar a união simbólica dos novos dirigentes. A foto não permitia também demonstrar que o antigo guerreiro, então disposto a se instalar na vida e começar uma obra construtiva, gozava para tal da confiança de todos que tinham autoridade na época? É interessante notar que Juarez Távora hesitou, por vários anos, entre uma carreira política e militar ou uma carreira unicamente política.

Somente no fim de 1932, Juarez Távora aceitou voltar a ser ministro de Getúlio Vargas, para cuidar da pasta da agricultura. Naquele ano, as elites políticas de São Paulo haviam tentado derrotar, pelas armas, o governo central e, uma vez a rebelião sufocada, Getúlio Vargas anunciou eleições para uma Assembléia Constituinte, limitando, assim, a face discricionária do novo poder. Como membro da equipe ministerial, Juarez Távora esperava pesar mais diretamente na composição da nova Assembléia e, desta maneira, sobre a nova organização constitucional do país. Ao mesmo tempo, ele podia contribuir para a criação de novos organismos públicos como o Instituto do Açúcar e do Alcool<sup>5</sup>, que regulamentou completamente

o mercado de derivados da cana-de-açúcar, como já acontecia com o café. Estendia-se às várias categorias de grandes plantadores a regulação promovida pelo Estado, privilégio até então das elites cafeeiras. Na verdade, esse novo grupo dirigente estava bem consciente de que a mudança apenas dos indivíduos ocupando os cargos de decisão no governo central, ou nas províncias, não seria suficiente para liquidar o poder dos antigos círculos dominantes. Diante de eleições gerais, houve medo de que as elites deslocadas se reconstituíssem e se legitimassem, uma vez que as clientelas políticas camponesas tinham permanecido intactas e o voto rural pesava decisivamente. A centralização do poder político em mãos do presidente, em detrimento dos antigos estados federados; as medidas para a unificação do mercado interno e a promoção das instituições culturais, reforçando o sentimento de unidade nacional, foram instrumentos do enorme trabalho realizado pela nova equipe, para consolidar seu lugar de primeiro plano na cena política nacional. A crítica da monopolização do poder pela antiga elite de São Paulo deveria, agora, ser substituída por políticas que contemplassem interesses de elites regionais ou de novos setores urbanos, contribuindo para legitimar o novo grupo dirigente. Nessas circunstâncias, a decisão de assumir um cargo ministerial permitia promover todo um conjunto de inovações institucionais, pois tal parecia ser o esforço a fazer para tornar duradoura sua presença no primeiro plano da vida política nacional.

Enquanto ministro, Juarez Távora participou ativamente da elaboração da nova carta constitucional, e, como os outros principais dirigentes do movimento de 1930, ele se pronunciou a favor da eleição de Getúlio Vargas, pela Assembléia; eleição que reforçou sua legitimidade para um novo mandato presidencial. Em julho de 1934, Távora deixou o ministério e se empenhou na política do Ceará, buscando ser eleito como governador, pela via legal. Seu irmão mais velho, não tendo conseguido manter suas funções de interventor, pediu-lhe para usar seu renome nacional para reforçar a posição de seus familiares no Ceará. Tudo se passava como se, para legitimar sua credibilidade política através das eleições, ele precisasse retornar a seu estado natal e mobilizar a colaboração direta dos membros da família que lá

permaneceram. Sem dúvida, sua decisão contribuiu para melhorar o resultado de seus aliados locais, mas Távora não conseguiu ser eleito “governador do Estado” (novo termo usado pela constituição para a função dos antigos “presidentes”, marcando sua subordinação ao Presidente da República), pois sua notoriedade nacional não foi suficiente para anular a força de concorrentes mobilizando todas as redes de lealdades pelos antigos métodos clientelistas e certo apoio de adversários políticos em âmbito nacional. Este fracasso eleitoral afetou profundamente Juarez Távora que se afastou da vida política para investir na carreira militar; é verdade que deixava seu primogênito Manuel Fernandes Távora como deputado eleito pelo Ceará, assegurando a continuidade de sua linhagem na política estadual.

Juarez Távora voltou a fazer parte do Exército e mostrou ter humildade, aceitando recomeçar a carreira na patente que havia atingido ao se afastar daquela instituição, nos anos 1920. Esse gesto foi muito apreciado pelo corpo de oficiais de alta patente, pois implicava o reconhecimento da hierarquia militar fundamentada apenas nas atividades no interior do Exército, além de manifestar sua renúncia a qualquer jogo político imediato. Além de tudo, ele assegurava ao Exército a incorporação do capital simbólico de um antigo combatente conhecido por suas proezas guerreiras, crédito ainda mais importante para corporação militar que não havia conhecido guerra ameaçando o território nacional. Frequentou todos os cursos que eram condição para o acesso a patentes superiores e, em 1941, ele já fazia parte do Estado Maior. Mesmo em 1937, por ocasião de novas eleições para a presidência da República, ele não apoiou José Américo de Almeida, candidato considerado mais próximo de setores populares e, temendo manobras continuistas de Vargas, chegou a ponto de aconselhar o voto em adversário declarado (Armando Salles de Oliveira), já que se tratava de um político de São Paulo. Ainda no final de 1937, quando Getúlio Vargas desencadeou o golpe que resultou no Estado Novo e instaurou a ditadura que iria durar até o fim da segunda guerra mundial, Távora continuou a guardar o silêncio e permaneceu fora da cena política.

Após a redemocratização de 1945, com o afastamento de Vargas do poder, Juarez Távora desem-

penhou um papel de primeiro plano na aproximação estratégica com o Exército norte-americano, através de suas funções militares. Desde 1947, participou diretamente da polêmica nascida no Clube Militar acerca da pertinência do monopólio estatal sobre as jazidas de petróleo no Brasil, opondo-se à corrente nacionalista, e defendendo a participação de empresas norte-americanas na prospecção do mineral. Na mesma época, colaborou na elaboração, em Washington, de um plano de defesa do continente americano diante da ameaça do comunismo internacional. Desde essa época, passou a encarnar o pólo anticomunista do espaço público brasileiro, em direto antagonismo com seu antigo companheiro do *movimento tenentista*, Luiz Carlos Prestes. Ressalte-se, ainda, que nos anos de 1950, Juarez Távora dirigiu a Escola Superior de Guerra, instituição que fornecia cursos para a alta oficialidade do Exército, de onde saíram os promotores do golpe de Estado de 1964.

Sobre vários aspectos, Juarez Távora se opôs à linha de ação promovida por Getúlio Vargas, que fora reeleito Presidente, em eleições diretas, em 1950, e que tentava criar empresas públicas nos setores de indústrias de base (aço, petróleo, eletricidade), para permitir a continuidade da rápida industrialização, iniciada em 1930. Enquanto Vargas estimulou os círculos intelectuais nacionalistas a formular um projeto de desenvolvimento auto centrado, Juarez Távora integrou círculos de intelectuais que apoiavam a instalação de empresas internacionais para completa integração do parque industrial. Na crise que culminou com o suicídio de Vargas, em 1954, Juarez Távora figurou como um dos generais que exigiu sua renúncia; foi também o candidato à Presidência, na sucessão de Vargas, em oposição à política desenvolvimentista proposta por Juscelino Kubitschek. Note-se que, se voltou à cena eleitoral 20 anos após tê-la abandonado, tudo se passou como se seus investimentos estritamente militares contribuissem para reforçar seu capital propriamente político.

Juarez Távora não desempenhou papel de destaque na preparação do golpe de Estado de 1964, mas fez parte do primeiro gabinete ministerial do regime militar sob a presidência do Marechal Castello Branco. Foi como se usasse de seu prestígio histórico para garantir a entrada de novos companheiros de armas

em cargos antes ocupados por civis. Em seguida, ele deixou a vida pública e se dedicou à redação de suas memórias, publicadas pela editora do Exército como as de um dos membros do seu panteão. De maneira significativa, ele intitulou o primeiro volume *Da planície à borda do altiplano*; o segundo foi chamado de *A caminhada no altiplano* e o terceiro *De volta à planície*. Essa metáfora topográfica revela bem que ele não se sentia destinado aos altos da montanha do Estado nacional, dadas as suas origens sociais e geográficas. Enfatiza, dessa forma, tudo que lhe custou sua “escalada” ao cume do poder central. Tanto em suas memórias quanto nas de José Américo de Almeida, há cuidado em mostrar como “sertanejos” ou “brejeiros” galgaram as cordilheiras do poder político.

O espaço público antes de 1930 pode melhor ser descrito como uma justaposição de “estados”, onde a concorrência política era efetiva e obrigava todo pretendente a começar sua carreira por esse patamar; o poder central da União, localizado na antiga “corte” do Rio de Janeiro, não tinha força capaz de se sobrepor aos estados mais ricos e populosos do país (particularmente São Paulo, Minas Gerais, e, em segundo grau, Rio Grande do Sul, Bahia e Pernambuco). As carreiras políticas dos dois “nortistas” de primeiro plano, que lideraram a Revolução de 1930 nos âmbitos civil e militar, e participaram diretamente do desfecho de todas as principais crises políticas até o desencadeamento do golpe militar de 1964, revelam, claramente, como nascer em estado menos importante da Federação diminuía ou aniquilava as chances de fazer carreira política de dirigente nacional. A posição inferior, intermediária ou superior na “República Velha” conta tanto ou mais que a origem social de descendente de elites agrárias – *senhores de engenho* ou *fazendeiros* – para o acesso a cargos de poder federal. A disposição para se engajar em levantes armados contra o poder central parece depender, sobretudo, da posição relativa das elites políticas no estado natal, se contrapostas às elites políticas que controlam o Estado Federal (São Paulo e Minas Gerais). Juarez Távora hesitou, após a vitória da Revolução de 1930, entre uma carreira política fundada em eleições de seu estado de origem – o Ceará – e o retorno à carreira militar no Exército em reestruturação. Após seu fracasso eleitoral em 1934,

todas as suas intervenções na cena política foram respaldadas por sua condição de oficial do Exército. Agia, então, em nome de interesses nacionais e não mais em função de facções estaduais, em torno de linhagens familiares.

Observe-se que as duas biografias dos antigos líderes nortistas mostram como a entrada de cada um na arena propriamente nacional só é consolidada mediante a implantação de inovações que tornam irreversível a notoriedade de que passam a se beneficiar. Deve-se lembrar que José Américo de Almeida elevou a seca do Nordeste à condição de questão prioritária para o poder central, tornando o combate a seus efeitos daninhos um desafio para todos os sucessivos presidentes, após Getúlio Vargas.

Nenhum determinismo provocou o encontro de Juarez Távora e José Américo de Almeida: eles pertenciam a tendências políticas opostas, nos anos 1920, e se aliaram em uma oposição comum às forças estaduais hegemônicas, claramente agrupadas em torno do Partido Republicano Paulista (contra os “perrés”). Suas carreiras políticas foram bloqueadas por motivos diferentes, e a análise das vias de reconversão que eles encontraram no universo social através, da função pública, nos permite entender o funcionamento do espaço político da República Velha e sublinha os limites que pesavam sobre aqueles que não pertenciam aos estados mais poderosos. O acesso de ambos ao núcleo do poder central supôs condições muito específicas e eles só puderam permanecer nesse nível através de ações inovadoras que consolidaram sua reputação política em âmbito nacional. Assim, esses personagens cujas trajetórias seguimos aqui são, ao mesmo tempo, os índices das transformações do campo político brasileiro e seus principais atores.

Uma palavra, ainda, sobre as repercussões da notoriedade nacional, recentemente adquirida. Pode-se constatar que o reconhecimento nacional permite ajudar aliados locais, inclusive familiares, o que transforma o contorno da concorrência política no plano local. Entretanto, esse prestígio na cena política federal não implica necessariamente o controle direto do cenário local: o caso de Juarez Távora é revelador de que o fracasso na concorrência local pode achar uma compensação na devoção integral à construção de uma instituição nacional.

Restituir os significados e as conotações de uma expressão tão anacrônica, em 1930, como “vice-reis do Norte”, como em toda análise de um sistema de representações informado pelos métodos da antropologia social, pode, assim, ser uma via promissora para se compreenderem processos profundos de transformação social e política.

## NOTAS

- 1 É a única foto deste evento que consta em suas memórias e que empresta ao seu casamento uma conotação política [cf. Juarez Távora (1975-1976)].
- 2 As universidades no Brasil, com as faculdades de filosofia, ciências e letras, foram criadas apenas nos anos de 1930, particularmente a Universidade de São Paulo, em 1934, e a Universidade do Distrito Federal, em 1935.
- 3 Dignitário eclesiástico sem ser titular de Diocese.
- 4 Luiz Carlos Prestes discutiu publicamente com Juarez Távora, em maio de 1930, quando ele adere ao Partido Comunista, e recusou-se a se aliar com Getúlio Vargas para comandar militarmente a revolução. Ele permaneceria secretário geral desse partido até o final dos anos 1970. Assim, os jovens oficiais insurgentes, dos anos 1920, conheceram evoluções muito diferenciadas, dentro do campo político que se diversificou após 1930.
- 5 A intervenção do Estado sobre a produção e a comercialização dos principais produtos de exportação, sobretudo o café e o açúcar, está analisada em A. Garcia Jr. (1989).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, J. A. [1989 (1928)], *A bagaceira*. Rio de Janeiro, José Olympio.
- BOURDIEU, P. (1993), « Esprit d'Etat. Genèse et structure du champ bureaucratique », *Actes de la Recherche en Sciences sociales* n° 96-97, p. 49-62.
- CAMARGO, A. et al., ed. (1984), *O Nordeste e a política. Diálogo com José Américo de Almeida*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- ELIAS, N. (1990), *La dynamique de l'Occident*. Paris: Calmann-Lévy.
- FAUSTO, B. (1978), *A revolução de 1930*. São Paulo: Brasiliense.
- FREYRE, G. (1933), *Casa-grande e senzala. Formação da família sob o regime de economia patriarcal*. Rio de Janeiro: José Olympio.

- GARCIA JR., A. (1989), *Libres et assujettis*. Paris: éd. de la MSH.
- GARCIA JR., A. (1993), «Les intellectuels et la conscience nationale au Brésil», *Actes de la Recherche en Sciences sociales*, n° 98, p. 20-33.
- LEAL, V. N. (1975), *Coronelismo, enxada e voto*. São Paulo: Alfa-Omega.
- LEWIN, L. (1987), *Politics and parentela in Paraíba*. Princeton: Princeton University Press.
- MICELI, S. (1981), *Les intellectuels et le pouvoir au Brésil (1920-1945)*. Paris: éd. de la MSH.
- PALMEIRA, M. (1976), «Casa e trabalho: nota sobre as relações sociais na plantation tradicional». *Comunicação apresentada no 42º Congresso internacional des americanistes*, Paris, 2-9 septembre.

## A USINA E A VARANDA: A TEATRALIZAÇÃO DA DOMINAÇÃO PATRONAL

JOSÉ SÉRGIO LEITE LOPES\* e  
ROSILENE ALVIM\*\*

### RESUMO

Com base em narrativas ouvidas de antigos empregados (décadas de 1930 e 1950), descrevendo a apresentação de famílias operárias recrutadas de regiões rurais, ao dono da fábrica, os autores, atentos à historicidade dos processos, analisam particularidades das relações de dominação entre patrão e empregados, em uma companhia têxtil instalada, no início do século XX, nas cercanias de Recife-Pernambuco. Tratam a apresentação como um *ritual* que “estabelece uma ligação clara entre a instauração de uma nova dominação industrial e a dominação rural tradicional”, e chamam a atenção para similaridades e diferenças, nos diferentes contextos.

### ABSTRACT

Using a starting point the stories heard from old employees (from 1930 to 1950), which describe the presentation of worker families, recruited from rural regions, to the owner of the factory, the authors pay attention to the historical processes of domination between the boss and the workers, in a textile industry installed in the beginning of the XX century near Recife, Pernambuco. The treat this presentation as a ritual which “establishes a clear link between the beginning of a new industrial domination and the traditional rural domination,” and the call attention to similarities and differences in the varying contexts.

\* Doutor em Antropologia Social, professor Associado do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

\*\* Doutora em Antropologia Social, professora Adjunta IV da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

No momento das entrevistas realizadas durante uma pesquisa de campo numa cidade operária do Nordeste brasileiro<sup>1</sup>, os antigos trabalhadores nos ofereciam narrativas recorrentes, descrevendo uma cerimônia de apresentação, dirigida ao patrão da fábrica, de várias famílias operárias recrutadas diretamente das regiões rurais, entre os anos 1930 e 1950.<sup>2</sup>

Trata-se de narrativas de uma cena vivida pelos trabalhadores empregados durante esse período (e aqueles que não tiveram diretamente essa experiência, referem-se igualmente a ela): as famílias, recrutadas alguns dias depois de sua chegada à cidade, são conduzidas não ao setor de pessoal da usina, e sim à presença do patrão em pessoa, o presidente da companhia, na entrada de sua residência, a casa-grande, como dita a tradição nas grandes propriedades rurais. Ali, as famílias esperam em fila indiana o momento de serem apresentadas ao patrão e interrogadas por ele. Então elas são, alternadamente, testemunhas e atores passivos da demonstração do exercício de autoridade e do arbítrio patronal: o patrão examina as mãos e os olhos dos membros da família, em particular do pai, ordena as funções das pessoas assim examinadas para as seções da usina, segundo essa indicação

superficial; interroga, ainda, os homens sobre seus trabalhos anteriores, sobre sua religião e, publicamente, elimina e descarta as famílias cujo pai apresente mãos finas demais, signo de preguiça.

Essa cena constitui um ritual, uma cerimônia institucional de admissão (GOFFMAN, 1968: 59, 143, 148) que estabelece uma ligação clara entre a instauração de uma nova dominação industrial e a dominação rural tradicional: ela condensa simbolicamente e opera a teatralização de um processo histórico, para além da usina e da cidade em questão. A cena é considerada, neste artigo, como o ápice de um processo determinado de admissão de trabalhadores na usina, podendo, ele mesmo, ser analisado como constitutivo de um ritual de passagem em que predomina o “rito de agregação” (VAN GENNEP, 1969: 14), ou ainda como um “ritual de instituição” (BOURDIEU, 1982). De fato, a cena da contratação descrita pelos trabalhadores mostra-se como *sui-generis*: não se trata simplesmente de uma fila indiana de indivíduos-candidatos a assalariados que se dirigem para uma burocracia de triagem, seleção e alocação; mas, de uma fila de famílias trabalhadoras, de origem camponesa, recebidas pelo patrão (rodeado de alguns conselheiros) que trans-



mite uma dramatização do poder patronal, plena de signos do exercício da autoridade tradicional nos engenhos e fazendas (grandes proprietários rurais, em geral). Entretanto, em um contexto industrial, em que o caráter de *perpetuum mobile* da produção e da circulação de um grande número de trabalhadores é a regra, esses símbolos da dominação tradicional são exacerbados, teatralizados, re-inventados e, paradoxalmente, tornam-se mais “ideal-típicos” do que no contexto das grandes propriedades rurais.

É isso o que examinamos na primeira parte deste trabalho, realizando um paralelo entre a descrição do ritual narrado pelos trabalhadores e cenas equivalentes nos engenhos, fazendo aparecer as similaridades e as diferenças entre esses dois modos de apresentação do exercício da autoridade. Entretanto, se o industrial e a administração da usina operam a demonstração de suas intenções de instituir uma linguagem de poder que, no fundo, se apropria dos símbolos da dominação tradicional, os rituais de admissão das famílias trabalhadoras demarcam também uma ruptura com o mundo ao qual pertencem. O exame de todo o processo de recrutamento, desde as regiões rurais até a entrada da usina, considerado também ele como um ritual mais amplo, que precede e inclui o ritual da cena da casa-grande, fornecerá, então, os elementos para se compreender essa ruptura.

Assim também a teatralização da dominação aparecerá, sob outras formas, em numerosos contextos da vida cotidiana da cidade operária, como, por exemplo, no mercado de bens alimentícios organizado pela usina, na concessão de canteiros operários, nas re-contratações de jovens trabalhadores em conflito com seus chefes imediatos. Essas são também ocasiões para reforçar as novas regras, as novas relações de autoridade doméstica no interior da família operária; em suma, aparecem rupturas com o antigo modo de vida camponês, que convergem para o estabelecimento desse novo mundo da cidade operária, expresso numa linguagem que conserva uma continuidade, em relação àquela da dominação rural tradicional. A eficácia dessa linguagem de dominação como veículo de comunicação e visão de mundo, caracterizada pela personalização das relações sociais, e a força de sua interiorização pelos operários, paradoxalmente, se confirma melhor (como examinaremos ao final deste

artigo) no momento do desencantamento e nas ocasiões de revolta dos trabalhadores frente a esse sistema de dominação, tornado ilegítimo a partir do final dos anos 1950. Qual é, então, a significação e o contexto dessa teatralização da dominação<sup>3</sup>, em relação às formas tradicionais de dominação, ao processo histórico de estabelecimento de uma dominação industrial que seja legítima – ao que chamamos de “paternalismo industrial”<sup>4</sup> – e às formas de dominação em geral?

### **O “RITUAL INDUSTRIAL DA CASA-GRANDE” COMO RE-INVENÇÃO E EXACERBAÇÃO DE CENAS HOMÓLOGAS TRADICIONAIS**

A cena da contratação de trabalhadores e suas famílias, tal como aparece nas suas narrativas retrospectivas, constitui uma cerimônia que, por seu aspecto inabitual, pode justificar que uma atenção particular seja endereçada às suas significações – como sublinha Robert Darnton (1986, *Apresentação*) –, pois ela pode conter uma visão de mundo original, imprimindo um caráter específico ao modo de dominação social nesse tipo de indústria.

As duas narrativas que se seguem apresentam especificidades: a primeira descreve a cena tal como um trabalhador recrutado a vivenciou diretamente; e a segunda faz referência à narrativa de outro trabalhador que, nascido na cidade, ouviu falar dela, sem entretanto, tê-la vivido diretamente.

*- Aquele que escolhia [o lugar onde um operário iria trabalhar] era o coronel Frederico. Quando as famílias do interior [do estado de Pernambuco ou de estados vizinhos] chegavam, o dia em que elas saíam do depósito [referência ao lugar em que esse trabalhador recém chegado era alojado, provisoriamente, junto a outros recrutados], ele colocava um sofá na frente da casa-grande e ficava ali sentado. Depois, os agentes [recrutadores], os empregados [funcionários administrativos ou chefes de seção ou ateliê] mandavam a gente ficar em fila indiana, do lado de fora,*

e ele [o patrão, talvez por intermédio de um empregado] chamava família por família. 'Família Unetelle!', aí a família se apresentava. Tudo era em torno dele. Cada um apresentava suas mãos. O exame que ele fazia era: 'cada um apresente a sua mão!'. Cada um lhe apresentava sua mão. Ele passava sua mão [sobre a mão do trabalhador] assim, olhava a mão: 'esse aqui é bom para trabalho tal!' Examinava outro: 'esse aqui é bom para aquele outro trabalho.' Aí ele olhou minha mão grosseira, porque eu trabalhei nas pedreiras e minhas mãos estavam cheias de calos. Ele olhou as mãos de todos os homens e depois ele nos perguntava em que a gente tinha trabalhado antes; sobre a religião, muitas perguntas. Quando eles me perguntaram sobre meu trabalho passado, eu respondi: 'Todo tipo de trabalho'. Aí ele disse: 'Esse aqui é bom para vigilante'. Mas os funcionários disseram: 'não, ele é bom para um outro serviço'. Aí ele foi e disse: 'Coloque ele nas caldeiras'. Eu acho que os ajudantes dele sabiam que eu vinha da cidade do sertão onde nasceu o governador naquela época [inimigo político da companhia], eles não confiaram em me deixar no posto [de vigia].

- O coronel Frederico olhava atentamente as mãos do povo. Ele queria ver mãos cheias de calos. Aquele que era o trabalhador. Ele dizia: 'Sim, sim, é um homem trabalhador. A família é de trabalhadores. Venham [o patrão chama seus funcionários de recrutamento], venham pegar essa família' [para registrar no setor de pessoal]. Mas se ele via uma mão fina, um pai de família ou um rapaz com a mão fina: 'Sim, sim, é uma família preguiçosa, a Companhia não emprega gente assim. Essa família

tem que ir embora'. Ele olhava também o fundo dos olhos das pessoas. Parece que se os olhos estivessem vermelhos, também não eram trabalhadores. Ele era assim, cheio de histórias. Eu não passei por isso não, graças a Deus. Porque eu nasci aqui, fui criado aqui, e ainda estou por aqui. Mas com essas famílias que vinham de fora, o teste era a mão.

Sem a necessidade de detalhar, aqui, uma experiência complexa e cheia de nuances como é o caso do primeiro relato, o segundo trabalhador reproduz o modelo prescritivo de entrada na usina ou na cidade, modelo que tem a força de um mito de origem de todo o grupo operário, mesmo para aqueles cuja história de vida poderia vir a desmentir a verdade desse ritual coercitivo. Ele se fixa nas maneiras de falar que são próprias da pessoa do patrão, como sendo um de seus caprichos, bem como no caráter arbitrário do exame das mãos e dos olhos, ressaltando a sanção do retorno forçado e as virtualidades humilhantes do rito. O primeiro trabalhador reconstitui a cena com a riqueza dos detalhes vividos: a fila, a espera das famílias, a varanda, o exame das mãos e também as perguntas feitas, introduzindo os detalhes que matizam a "pureza" da relação patrão-famílias operárias, como o papel desempenhado pelos mediadores, tais como os agentes recrutadores e os funcionários e chefes de seção, podendo aconselhar ou converter em rotina burocrática as ordens carismáticas do patrão. Ele toca também no ponto sensível da existência de uma milícia da empresa e as repercussões secundárias que as querelas políticas com os representantes dos poderes públicos – com as quais a companhia é envolvida – podem ter no desdobramento habitual dos diálogos e interações do ritual<sup>5</sup>. Entretanto, vindas de outros lugares ou originárias do local, as famílias produziram trabalhadores que, tornados informantes da pesquisa etnográfica, perceberam, de maneira unânime, essa cena como um ritual fundador do grupo operário. Os símbolos tomados de empréstimo à tradição da grande propriedade rural servem para alguma coisa?

É interessante destacar, a princípio, o fato de que existe uma casa patronal perto da usina e que o patrão é considerado não apenas residente (ao menos

uma parte efetiva de seu tempo), mas onipresente nos pensamentos de seus subordinados<sup>6</sup>. Essa residência patronal completa a paisagem da cidade operária, elemento de um estilo de industrialização muito presente em todo o setor têxtil do Brasil, no período. De fato, essa usina exagera essa tendência, em função da grande dimensão de sua cidade (aproximadamente 6.000 casas) e pelo fato de possuir uma grande quantidade de terras contíguas à cidade: a casa patronal aí figura “naturalmente” como o centro do poder. Conforme já destacamos, a casa patronal é designada pelo termo casa-grande, denominação habitual das casas senhoriais das grandes propriedades rurais, e a cena se passa ao redor da varanda da casa-grande.

Por que a varanda da casa-grande? Por um lado, porque se trata de um lugar historicamente privilegiado de exibição do poder do senhor de engenho ou do fazendeiro; em suma, do senhor da grande exploração rural, em relação a seus trabalhadores, sejam eles escravos ou moradores. Essa exibição faz-se apenas ocasionalmente: no momento de uma primeira entrevista com um novo morador; no momento de uma demanda de um morador antigo; ou, durante o período da escravidão, no momento de uma cerimônia de castigo de escravos. Não é todo dia que o poder do mestre na casa-grande tem necessidade de se exprimir de uma maneira cerimonial. Além disso, a descrição “clássica” desse poder em *Mestres e Escravos* de Gilberto Freyre – cujo “efeito de teoria” (cf. BOURDIEU, 1982: 100) representou a consagração do mito de origem do paternalismo baseado no modelo das relações sociais da grande plantação açucareira, constitutivo da sociedade brasileira<sup>7</sup>, – tem quase que exclusivamente a esfera doméstica como cenário, em que se entrelaçam as relações entre os membros das famílias patriarcais, entre senhores e subordinados, e, particularmente, entre senhores e escravos domésticos. É uma vã empreitada procurar uma cena solene de poder acontecendo na varanda nas páginas de *Mestres e Escravos* (as interações acontecem, preferencialmente, no interior das casas e menos no seu limiar com o exterior). Ela pode existir, entretanto, no mesmo contexto histórico: nós a encontraremos no livro prefaciado por Gilberto Freyre, *Memórias de um Senhor de Engenho*, de Júlio Bello. Nesse livro de memórias, cuja primeira edição data de 1935, Bello

conta uma anedota que serve para ilustrar, como caso extremo, a *bondade* da maior parte dos senhores que ele pessoalmente conheceu ou dos quais ouviu falar. Trata-se do caso do bisavô de um amigo, o Coronel Manuel Maranhão, apelidado o *Velho Quimbê*:

(...) ‘A tradição guardou a reputação da extrema bondade, da infinita complacência, de um velho senhor de engenho que deve figurar aqui como o melhor, o mais generoso e paternal dos Senhores’ (BELLO, 1948: 80). *Esse homem tinha um numeroso contingente de escravos considerado como ‘indisciplinado’. ‘Era tarefa impossível para os capatazes de escravos colocar ordem nos serviços e proteger os bens do patrão e de terceiros no engenho e nas vizinhanças com esse grupo de insubordinados. De tempos em tempos, o Velho Quimbê tomava a decisão de dar o exemplo, fazendo com que se punissem os culpados, mas essa resolução, assumida quando da denúncia de uma falta grave, em seguida atenuava-se pouco a pouco, até que desaparecesse no momento da execução do castigo. O Coronel convocava seu capataz de escravos na véspera e dizia, dominado pela cólera: ‘Senhor Barros, amanhã pela manhã coloque em fila todos esses negros em frente à porta da casa-grande e me traga um chicote e uma palmatória de sucupira. Amanhã os cachorros vão beber sangue de negro!’.* O capataz já sabia que a tragédia anunciada terminaria, como nas outras vezes, de maneira cômica, como uma farsa, mas ele obedecia à ordem do senhor. No alvorecer do dia seguinte, todos os escravos estavam alinhados em frente à entrada da casa-grande. O velho senhor de engenho havia mandado trazer suas duas filhas que se mantinham sentadas nas cadeiras da

varanda. Ele então passeava de um lado para o outro da varanda com semblante de patrão furioso, a voz explicitamente raivosa, acompanhada de gestos largos de braços e mãos dirigidos para aquela fila de negros sob as ordens do chefe:

– ‘Marcolino, cachaceiro, um passo adiante, negro desgraçado!’

Marcolino dá um passo adiante:

– ‘Vossa benção, velho senhor.’

– ‘Deus te abençoe, negro. O que foi que fez o Marcolino, Senhor Barros?’

– ‘Marcolino roubou uma garrafa grande de cachaça da destilação. Tem oito dias que ele está bêbado e não trabalha. Ontem eu encontrei a garrafa vazia e ele me confessou o roubo.’

E o Coronel, aparentemente furioso:

– ‘Senhor Barros: pegue a palmatória e para começar me quebre as mãos desse homem sem vergonha com cinco dúzias de pancadas.’

O senhor, que continuava a andar apressadamente de um lado ao outro da varanda, passou perto de uma de suas filhas, que assistia sentada à cena, e tocou na sua perna, dizendo em voz baixa:

– ‘Peça por ele, Maroquinhas, peça por ele, filha’.

E a filha [em voz alta]:

– ‘Ah não, papai; dessa vez, perdoe Marcolino. Ele é tão bom para nós! Perdoe, papai’.

– ‘Pare, Sr. Barros, pare! Ah, negro! Foi a Maroquinhas, minha filha, que te salvou, beberão. Mas se você beber de novo, se roubar outra vez, eu te vendo para o café, negro desgraçado’. (‘Vender para o café’ era vender o escravo para trabalhar nas plantações de café em plena atividade em São Paulo ou Rio, terror dos escravos no Norte; nota de Bello).

O mesmo procedimento se repete com outro escravo denunciado por roubo de comida: violência verbal, perdão, punição anunciada de chicote, pedido às escondidas a uma filha, pedido de anistia pela outra filha, conversão da violência da punição corporal em violência verbal. Bello conclui:

*E a indisciplina campeava na fazenda. Mas os trabalhos se faziam na fazenda porque o negro, naturalmente afetuoso, apesar de todos seus vícios, adorava o bom senhor, produzia sempre alguma coisa e, apesar de tudo, com muito mais perfeição que o inqualificável trabalho livre de agora, desordenado, incerto, imperfeito; [trabalho que era] fonte de problemas difíceis a resolver, seja para o bem dos patrões, ou dos trabalhadores, sem a ambição justa de uma paga melhor em troca de um trabalho melhor, ausência de ambições produzidas por causas complexas, cuja principal é constituída pelo estado latente de doença da grande massa de trabalhadores rurais (BELLO, 1948: 80-82).*

A importância da varanda como lugar de demonstração do poder patronal aparece também em relação aos moradores, trabalhadores rurais, residentes na propriedade de que se queixa Bello. O romancista José Lins do Rêgo, autor da série de romances regionalistas denominados “do ciclo da cana de açúcar”, cheio de materiais autobiográficos, descreve no seu primeiro romance, *Menino de Engenho*, uma cena da relação de seu avô, senhor de engenho, com seus subordinados. Diferentemente do episódio da paródia de punição dos escravos, as descrições do romancista são da ordem das interações cotidianas e não têm um caráter solene (salvo a deferência, onipresente nessas interações).

*Depois do jantar meu avô permanecia sentado numa cadeira perto do grande banco de madeira da varanda. O gado não tinha ainda entrado no campo. Ele*

*lia as notas do Diário de Pernambuco, ou então dava suas audiências públicas aos moradores. Essa gente vinha fazer os pedidos e se queixar de intrigas. Eles chegavam sempre de chapéu na mão, precedidos de um 'Deus proteja Vossa Senhoria'. Ele queria terras para botar roçado, terrenos para construir casas, medicamentos para as crianças, uma carta de recomendação para hospitalizar alguém. Alguns deles vinham se queixar dos vizinhos (LINS DO RÊGO, 1960: 44).*

A varanda como lugar de mediação entre a esfera doméstica do senhor de engenho, investida do símbolo do poder local – a casa-grande – e o “mundo” de sua propriedade não pode, entretanto, revelar-se sem que a análise das relações entre escravos domésticos e seus semelhantes “livres” se estenda igualmente às relações com os “escravos de trabalho” ou com os moradores espalhados nas terras da propriedade. Apesar da dificuldade em encontrar descrições materiais de cenas de manifestação de poder tendo a varanda como cenário, seu alcance metafórico bem pode servir para destacar a importância específica desse lugar social. É o que aparece em uma frase extraída do meio do artigo “Repensando a Família Patriarcal Brasileira”, da antropóloga Mariza Corrêa, fazendo a crítica dos trabalhos de Gilberto Freyre e Antonio Cândido:

*A 'família patriarcal' pode ter existido, e seu papel ter sido extremamente importante, apenas não existiu sozinha, nem comandou do alto da varanda da casa grande o processo total de formação da sociedade brasileira (CORRÊA, 1982: 25; grifo nosso, JSLL-RA).*

A Varanda é, assim, o lugar social onde o senhor de engenho recebe as demandas e oferece os serviços, distribui as reprimendas, concede as graças, consolida e simboliza a dívida do outro, muitas vezes com a ajuda de sua mulher (a senhora de engenho), ou de seus filhos, filhas ou outros familiares<sup>8</sup>.

É a força dessa relação de poder cujo simbolismo – inculcado e posteriormente reconhecido pela massa desses trabalhadores provenientes de diversas regiões rurais – a administração da usina têxtil quer aplicar a esse novo mundo da cidade operária. Pode-se, além disso, perceber melhor a eficácia simbólica dessa teatralização da dominação reportando-se ao fato de que a grande fábrica têxtil em questão apela para a linguagem do engenho tradicional, cuja nostalgia era ainda mais forte, uma vez que a usina da cana-de-açúcar acabara de provocar um forte processo de desencantamento nas próprias regiões açucareiras<sup>9</sup>.

### **A CHEGADA DAS FAMÍLIAS DE TRABALHADORES: O RITUAL DE ENTRADA NO MUNDO DA USINA E DA CIDADE OPERÁRIA**

Diferentemente do recrutamento habitual de mão-de-obra dos engenhos tradicionais – onde o senhor recebe, um a um, os novos moradores, na varanda da casa-grande, de maneira dispersa, na medida em que chegam ali, por sua própria iniciativa – a Companhia Têxtil de Paulista se caracteriza, entre os anos 1930 e 1950, pelo recrutamento direto de uma parte importante de sua força de trabalho. Ela se diferencia, assim, não apenas dos engenhos nos quais se inspira para a invenção de suas técnicas de dominação, mas, também, das outras fábricas têxteis e industriais em geral.

Provavelmente, informada sobre os recursos em mão-de-obra de origem camponesa, pelos agentes comerciais da cadeia de lojas de tecidos que a companhia constituiu nas cidades do interior dos estados do Nordeste, a administração da usina envia para essas regiões agentes recrutadores, com instrução para seduzir e alistar numerosas famílias, das quais numerosos membros são trabalhadores em potencial. Havia uma preocupação quantitativa para criar um afluxo massivo para a usina, visto que os agentes recrutadores eram pagos “por cabeça” de trabalhador trazido.

O caráter aleatório desse recrutamento, na medida em que podia trazer membros familiares inúteis para o trabalho, era caracterizado pelo fato de que as famílias mais propícias a aceitar a oferta dos agentes eram aquelas que apresentavam as características mais

desejadas pela usina têxtil. De fato, as famílias camponesas em que a reprodução estava mais ameaçada eram, geralmente, aquelas nas quais um desequilíbrio entre os sexos acentuava o número de garotas em detrimento dos garotos – os mais necessários para poder ajudar o pai envelhecendo no trabalho do campo – bloqueando, assim, as possibilidades de sobrevivência, tal como eram socialmente percebidas em sua região de origem. Operava-se, aí, uma convergência entre, por um lado, uma oferta de trabalho destinada às mulheres segundo a tradição internacional de ateliês de fiação e tecelagem da indústria têxtil, desde o século XIX, e, por outro lado, uma demanda potencial da parte das famílias camponesas com um número muito elevado de garotas.

Assim, concretizava-se uma possibilidade de emigração simultânea de todo o grupo familiar, descartando, então, os riscos de uma dissolução da unidade familiar. Essa tendência respondia à necessidade da usina de munir-se de mão-de-obra feminina, localmente rara, fazendo-o numa forma de recrutamento familiar tal que jovens rapazes, necessários em vários postos e ocupações na usina, também viessem. Além disso, a forma familiar é a única que permite “arrancar” as garotas de seu papel na família camponesa para colocá-las no trabalho industrial. O ritual de apresentação do patrão faz então o remate de um processo, desencadeado nos locais rurais de origem, o qual é preciso ter em conta para circunscrever as significações dessa cerimônia para os próprios trabalhadores.

Esse processo empregatício organizado pela companhia poderia ser considerado, em suas homologias com a análise do “processo de admissão” nas “instituições totais”<sup>10</sup>, primeiramente como um procedimento de “espoliação” (cf. Goffman, 1968: 56-61) anterior à “cerimônia institucional” de apresentação ao patrão, parte central de todo o ritual, e finalmente o ato de “re-vestir”<sup>11</sup> que implica um “endividamento” em relação à administração da usina.

Entretanto, diferentemente da “espoliação” descrita na literatura sobre as “instituições totais”, criada por essas últimas, pelos efeitos de domesticação dos novos reclusos, o processo empregatício organizado pela via dos agentes recrutadores se endereça às famílias ou às frações de grupos sociais que sucumbem a

um processo de “espoliação” objetivo antes do contato com a companhia. Essa “espoliação” anterior significa a perda das condições de produção e da existência de frações de grupos sociais, que os coloca na classificação genérica da “superpopulação relativa”, própria a esses grupos sociais, seja de um campesinato mais ou menos livre nas zonas semi-áridas de Pernambuco ou da Paraíba, seja de categorias sociais submetidas à plantação da cana-de-açúcar. A diversidade de origens e pertencimentos a formas de dominação anteriores pode ser constatada em diversas histórias de vida (bem como as indicações fornecidas pela rubrica “local de nascimento” de uma amostra de fichas de pessoal que examinamos). Uma tal dispersão geográfica e social dá testemunho da dificuldade em obter uma mão-de-obra industrial: essas expedições de pesquisa e de captação de trabalhadores potenciais, pertencendo a superpopulações relativas em vias de expulsão por pequenas crises locais, não teriam razão de ser depois dos anos 1950, uma vez que movimentos de expropriação muito mais amplos atingem grupos sociais inteiros, como é o caso daqueles ligados à cana-de-açúcar (em particular os moradores).

Se essa “espoliação” – no sentido da separação dos grupos de trabalhadores recrutados de seus bens, de sua concepção de tempo, de suas condições habituais de trabalho e de vida – é um processo que precede a ação da companhia, a contratação organizada tem inicialmente por efeito aumentar tal processo.

*A companhia enviava seus agentes para o interior para saber onde estavam as famílias pobres com necessidade de ganhar dinheiro e que eram famílias com muita gente. Os agentes reuniam as famílias em alojamentos precários em pequenas cidades da região quando elas decidiam vir, alimentavam elas, e depois amontoavam elas em um velho ônibus que a gente chamava ‘a sopa’ (risos), que trazia o povo aqui.*

Se vários relatos, como este de um antigo trabalhador recrutado pelos agentes, ironizam o transporte chamando-o de *a sopa*, a razão disso encontra-se, talvez, associada ao fato de que esse ônibus fora

de moda (aberto dos dois lados com um *tramway* tropical, lembrando um prato de sopa)<sup>12</sup> ilustra, retrospectivamente, as condições de precariedade nas quais chegaram as famílias recrutadas diretamente pela companhia. À situação anterior de carência e precariedade, somavam-se tanto as circunstâncias da partida como a urgência e o incômodo de uma mudança coletiva. Nos casos em que a partida de potenciais trabalhadores saía dos engenhos ou das usinas de cana-de-açúcar ou ainda de outro tipo de *latifúndia* (lugar de imobilização da força de trabalho que exerce um grande controle sobre as entradas e saídas do domínio territorial), a separação desses trabalhadores de suas condições de existências anteriores (provocadas pela contratação organizada pela C.T.P.) é ainda mais dramática:

*Meu pai se informou bem sobre o fato de que na Paulista havia trabalho para toda a nossa família: para ele, seis meninas e um rapaz. Ele tinha feito contato com um agente da companhia para fazer a viagem. Ele fez tudo isso escondido. Ele era purgador (trabalhador qualificado da antiga manufatura do açúcar, que trabalha no processo de purificação do açúcar) de um engenho da usina Pedrosa. Como tinha três operários da usina (de açúcar) que já tinham ido para a Paulista, o usineiro (proprietário da usina açucareira e também dos engenhos da usina) tinha proibido que qualquer um de seus trabalhadores fosse também. Os vigias estavam em estado de alerta para vigiar os que viajavam. Para sair da usina Pedrosa, era um sacrifício para nós, escondidos, à noite. Se eles tivessem percebido que a gente tinha saído, eles teriam colocado os vigias atrás da gente. A gente tinha medo; a gente tinha deixado nossas coisas lá. A gente veio com as roupas do corpo, mais nada, a pé, da usina até a cidade de Ribeirão; nós e uma outra família, para encontrar o ônibus dos agentes que ia partir para Paulista.*

Essa descrição de uma antiga fiandeira, destacando a privação<sup>13</sup> material na qual a família veio para a cidade operária, diz respeito às particularidades de sua fuga de uma usina de cana-de-açúcar, o que faz dela um caso extremo, dentre os casos possíveis de saída do lugar de origem. Entretanto, essa precariedade material na chegada parece ser a situação comum ao conjunto das famílias recrutadas. Um caso-limite oposto, o da trajetória da família de um antigo administrador (gerente) de uma fazenda da zona semi-árida que, tendo um conflito com seu patrão, chegou a Paulista a partir das contratações organizadas, porém, numa situação melhor, pode nos revelar *ao contrário* a situação material mais freqüente das novas famílias chegadas à cidade:

*Meu pai primeiro trabalhava na agricultura da cana; ele era administrador do engenho do Doutor Diniz. Depois, o patrão o transferiu para administrar uma fazenda de gado na região de Caruaru. Depois de algum tempo, não deu mais certo. Meu pai ficou zangado e o patrão também. Foi quando meu pai ouviu falar de Paulista. A gente era cinco irmãs e dois irmãos (sua família veio a Paulista por intermédio dos agentes de ônibus, e, na chegada, foi provisoriamente alojada no depósito, como a maior parte das famílias recrutadas dessa maneira). (...) Quando nós chegamos, colocaram a gente no hospital (a grande casa que servia de depósito de trabalhadores, antes de eles serem instalados na cidade, servia, no momento da entrevista, de casa de saúde); lá era um depósito que reunia as famílias que chegavam. Quando nós chegamos lá, tinha muita gente e meu pai protestou: 'Eu não sei por que essas famílias são separadas assim! Eu não posso ficar aqui com minha família; vocês têm que me arrumar uma casa mais rápido', ele disse a uma funcionária do setor de pessoal.*

*No dia seguinte, nós conseguimos uma casa nova da cidade; ninguém tinha habitado nela. Com as casas, eles forneciam as camas comuns. Nossos móveis tinham ficado em Caruaru. Na semana seguinte, a companhia enviou um caminhão para buscá-los. Quando nossos móveis chegaram, nossos vizinhos ficaram admirados, porque eles estavam acostumados a ver chegar essas famílias pobres, sem móveis, que ficavam com as camas de lona fornecidas pela usina, que eram debitadas, pouco a pouco, nas suas folhas de pagamento.*

O efeito de contraste produzido pela mudança da família do ex-administrador, que a companhia traz de longe, de caminhão, e instala na cidade operária sob os olhares curiosos e admirativos da vizinhança, destaca o que era a norma das famílias pobres, chegadas sem móveis; o processo de contratação organizado reforça a “espoliação” e a privação material das famílias recrutadas. A própria institucionalização, por parte da companhia, do adiantamento de camas de lona para as famílias desprovidas no momento em que elas são instaladas na cidade operária, com os custos deduzidos posteriormente dos salários, constitui um traço da cultura material dessa “espoliação” anterior à admissão no mundo da fábrica.

Bastante significativa também é a sorte dessa família do ex-administrador, submetida a um processo de proletarização, ao qual não estava *a priori* predestinada; e nos revela – pela surpresa manifestada diante das condições usuais de instalação da contratação organizada – os efeitos de ruptura com uma outra instituição desse modo de recrutamento: o depósito. Submetidas a um recrutamento de massa, as famílias contratadas são instaladas provisoriamente em um alojamento coletivo, à espera de sua destinação a um trabalho, e da atribuição de uma casa na cidade operária. A despeito de seu caráter provisório, esse alojamento coletivo mostra aos trabalhadores recém-chegados sua dependência total para com a administração da usina, desde a alimentação até a separação por sexo dos membros da família no alojamento, o

que implica, repentinamente, a colocação em questão da autoridade do chefe da família. Esse momento é, além disso, o único ponto do processo de contratação organizada em que aparece uma imposição direta, por parte da companhia, de uma separação física dos membros da família. O depósito representa, assim, um tempo de liminaridade pelo qual o processo de espoliação se completa.

Marca da ruptura com as condições anteriores de existência, a “espoliação” pode ser analisada como a primeira parte da seqüência que caracteriza os rituais de passagem, a saber, a separação. O depósito a completa, introduzindo imediatamente a parte seguinte da seqüência; aquela da marginalização, segregação e liminaridade. E, finalmente, os trabalhadores e suas famílias estão prontos para a participação nesse rito de agregação que é a apresentação ao patrão, em carne e osso, cume de todo o ritual de admissão (cf. VAN GENNEP, 1969, especialmente, páginas 13 e 14).

Mas, se retornarmos às descrições desse rito final tal como as apresentamos no começo deste artigo, podemos observar que a cena da varanda serve não apenas para estabelecer uma seleção entre os chefes de família “aprovados” e aqueles que são mandados de volta, mas, sobretudo, para “consagrar” a separação entre o conjunto de trabalhadores passados pela contratação e o conjunto dissimulado em relação ao qual deve se definir o grupo “instituído”, ou seja, os trabalhadores que não foram selecionados dessa maneira, já instalados na cidade operária. Mais do que uma etapa de um rito de passagem, a cena da casa grande seria o momento impactante de um “rito de instituição” (cf. BOURDIEU, 1982: 59-63), conceito que enfatiza as relações de poder e dominação implícitas no ritual e no seu desenrolar. A eficácia simbólica do “rito de instituição” diz respeito ao fato de que ele agrega ao mundo da usina um novo grupo de trabalhadores, colocados sob tutela desde sua região de origem, realizando o teatro da anunciação de uma forte adesão desse grupo ao novo mundo da usina; adesão estimulada pelo contraste entre o período de “espoliação” e a garantia posterior de condições materiais de existência pela usina e sua cidade operária. Mas, ao mesmo tempo, esse ritual institui e consagra a diferença entre os trabalhadores que passaram pela contratação organizada e aqueles que não o fizeram.



Os primeiros se encontram na condição de novatos, submetidos a uma iniciação mais intensa às regras da usina e da cidade. Inversamente, os segundos, que não fazem parte desse grupo de trabalhadores potencialmente “exemplares”, são levados a adotar um comportamento renovado de obediência, submissão e adesão.

Essa divisão entre trabalhadores persiste depois da instalação dos novatos nas casas da cidade: ela se faz sentir por um efeito de distinção e de segregação da parte dos antigos, de tal maneira que lembra os ritos de “trote” e as cerimônias de “boas vindas” nas instituições totais (cf. GOFFMAN, 1968: 61).

*Quando os agentes recrutavam o povo no interior, eles enganavam as pessoas. Eles diziam que a empresa ia oferecer tanta coisa; eles juravam que ia ter na Paulista fontes de leite e montanhas de cuscuz. Quando o pessoal chegava, a decepção era grande. Alguns iam embora de madrugada, quebrando as camas fornecidas pela companhia. Os outros ficavam, mas eles sofriam com a zombaria dos vizinhos. Quando o leiteiro passava, os vizinhos mais antigos faziam esse gracejo; eles diziam aos novos que a companhia pagava o leite, que eles podiam aproveitar. Quando o leiteiro vinha pegar a conta, eles ficavam surpresos: – ‘Mas a companhia dá o leite para a gente!’ E o leiteiro: ‘Ah, não, tem que pagar!’ Eles riam muito! Muita gente acreditava nos agentes. Mas meu pai não, que ele não era ignorante (ex-tecelã, filha do administrador proletarizado).*

Além da trapaça e do “trote” dos novatos pelos antigos, essa narrativa menciona os casos de revolta contra a duração das condições iniciais de vida na chegada. Não é obra do acaso que, nessa descrição, a revolta incida sobre as camas de lona fornecidas pela companhia, o substitutivo material degradado das montanhas de cuscuz e das fontes de leite. De fato, a probabilidade de fuga, que não é rara (como indica

a alta taxa de renovação constatada numa amostra de fichas de pessoal do período, que examinamos), é maior naqueles que, não tendo rompido completamente com suas condições de existência anteriores, podem, de alguma maneira, reconstituí-las (por exemplo, a manutenção de relações de parentesco na região de origem, possibilitando acesso à terra; o fim dos períodos de seca na região semi-árida de origem dos trabalhadores que eram pequenos proprietários agrícolas, etc).

Esse fato mostra também que o processo de contratação organizado não é totalmente impermeável às estratégias dos trabalhadores contratáveis. Assim, desde a contratação nas regiões de origem, as famílias enganavam quanto às instruções de recrutamento prestadas aos agentes: para poderem constituir famílias numerosas, jovens eram ficticiamente adotados pelas famílias para as quais a oferta de trabalho na Paulista era uma alternativa de sobrevivência. A mudança de nome, bem como a alteração da idade de crianças e jovens (para permitir aos irmãos mais jovens chegar aos 14 anos, a idade mínima para trabalhar e assim aumentar os rendimentos da família), não era um procedimento raro para os recém-chegados. O registro dessas modificações de estado civil podia se materializar junto ao tabelião de Paulista – o que indica também o interesse da companhia –, uma vez que a maior parte das pessoas contratadas não tinha carteiras de identidade individuais.

Se algumas famílias partiam, decepcionadas pelas promessas não realizadas na chegada à cidade, a maior parte permanecia. Para estas, depois da cena de apresentação ao patrão, começava um processo de “nova roupagem”, de endividamento monetário para com a companhia, que indica igualmente um endividamento simbólico. Depois de ter agravado um processo anterior de “espoliação” dos trabalhadores contratados, a CTP os “re-veste”, antecipando o pouco necessário para a existência cotidiana: as camas de lona, os tecidos para a roupa, móveis simples, medicamentos (especialmente purgantes para a verminose). Esse endividamento originário fica mais nítido no momento da cerimônia da casa grande, quando o patrão em pessoa coloca em cena a dominação, abrindo-lhes o acesso ao trabalho assalariado na usina e na casa de “pedra e cal” da cidade operária. Ao fazê-

lo, ele abria novas perspectivas para a manutenção da coesão da família, para a construção de uma família operária. “Ir ao Coronel” era também uma fórmula elíptica corrente, entre os trabalhadores, para designar sua passagem pelo rito que lhes tinha habilitado a viver na cidade trabalhadora, ou mais ainda, a ver aí o mito de origem do grupo operário. Entretanto, a presença pessoal do patrão se manifesta em outras ocasiões na vida da cidade operária.

### **A PROPÓSITO DAS OUTRAS FORMAS DE PERSONALIZAÇÃO E DA DOMINAÇÃO NA CIDADE OPERÁRIA**

Uma das características mais marcantes da gestão da força de trabalho na C. T. P. é a concessão de pequenos quinhões de terra aos operários, em particular aos pais de família recém-chegados, de origem camponesa. Desde o momento da cerimônia da casa-grande – em que a nomeação para um posto de trabalho pode entrar em detalhes, com o patrão distinguindo um rapaz musculoso tal, para as caldeiras; uma bela garota tal, para a tecelagem, sessão considerada melhor do que a fiação –, o Coronel pode conceder um canteiro operário ao velho pai de família camponês que tenha vários filhos em idade de trabalhar, ou em virtude de uma outra razão que diferencie essa família da média das outras famílias recrutadas. Essas concessões inaugurais solenes são comentadas e repetidas pelos operários, que associam a pessoa e a vontade do patrão aos atos administrativos correntes, gerados pelos chefes intermediários, que distribuem e delimitam os quinhões nos arredores da cidade.

Mas, é a intervenção teatral do patrão, sobre o mercado dos bens alimentícios de Paulista, que realiza um efeito de legitimidade suplementar sobre os operários, ao fazer a ligação entre a concessão de quinhões de terra<sup>14</sup> e o baixo preço no consumo, por parte das famílias operárias.

(...) *Quando eles* [os agricultores-vendedores] *vinham vender no meio do mercado, ele chegava aqui e lhes pedia:*

- *Quanto é?*

- *Custa tanto.*

- *Venda por preço tal, tá certo?* [a um

preço mais baixo]

*Ele dizia que era preciso vender a tal preço. Ora, os vendedores [camponeses-comerciantes] só tinham mesmo a tarefa de plantar, não é? Quanto ao transporte e tudo o mais, era o patrão que fazia chegar até lá. Ele transportava até mesmo o camponês. O outro vendia barato. Ele dizia que para seus operários o outro deveria vender a um preço baixo (antiga operária da tecelagem).*

O sujeito oculto, “ele”, que transparece neste trecho da entrevista, indica a que ponto foi eficaz e interiorizada a cena teatral da dominação. Essa cena foi ainda mais marcante para os trabalhadores, na medida em que ela simbolizava uma prática efetiva da administração da cidade operária, em decorrência da organização de seu mercado interno e do controle dos preços, realizando, assim, um equivalente da “economia moral” (cf. E. P. THOMPSON, 1991, cap. 4 e 5) tradicional, assegurando a abundância de provisões alimentares e subordinando os preços da venda à garantia de um patamar mínimo de consumo para o trabalhador. Conjugando controle de preços no mercado e a atribuição de quinhões de terra implicava, para essa empresa industrial, reconstituir numa forma nova a abundância que reinava no engenho ou na fazenda tradicional, tal como idealizada uma vez que perdida.

Essa “economia moral” legitimava um modo de dominação centralizado, que não se limitava a instaurar a disciplina e a exploração no interior da usina, mas se exercia igualmente por fora, sobre os circuitos de distribuição, com o intuito de favorecer o consumo dos operários, permitindo, assim, pagar salários inferiores àqueles pagos nas usinas do setor têxtil de Recife. Ao conceder as terras para a pequena plantação, a companhia não somente tornava possível uma prática tradicional de auto-subsistência que fazia parte do modo de vida de toda uma gama de produtores diretos; mais ainda, tirando um ganho diretamente econômico dessa concessão que legitimava a dominação, a empresa abaixava o custo do conjunto de sua força de trabalho, graças ao abundante abastecimento de seu mercado de Paulista e

aos preços baixos dos produtos alimentares. Dessa maneira, ela desenvolvia essas “forças marginais” (TEPICHT, 1973), presentes na família operária, e reconstituía, ao mesmo tempo, em grande escala, um modo de distribuição que estabelecia a relação entre a abundância dos “engenhos” e aquela que permitia seus próprios circuitos do pequeno comércio direto, de bairro; e, administrando esse enorme mercado da cidade, oferecia a si mesma o luxo de eliminar a forma tradicional, então ilegítima, do barracão (economato ou comércio da empresa, freqüente nos engenhos e nas usinas da cana-de-açúcar).<sup>15</sup>

As visitas patronais ao mercado (geralmente no sábado) eram também a ocasião para audiências públicas informais; os trabalhadores sabiam que eles poderiam, de vez em quando, fazer pessoalmente seus pedidos. Por exemplo, a mãe de um jovem operário despedido depois de um pequeno conflito com o chefe de sua sessão, lhe pedia que perdoasse seu filho, permitindo-lhe ser readmitido. Nessa versão – narrada em entrevista pelo então jovem trabalhador, agora aposentado –, o Coronel aproveita para demarcar seu poder em reação aos chefes intermediários e demonstrar sua prerrogativa suprema sobre a situação de todos os trabalhadores, mesmo que essa forma de dominação pessoal se faça paradoxalmente pela via industrial da amostragem; o exemplo singular se propaga entre os operários. Essas demandas diretas obedecem a regras informais, como aquela que confere uma legitimidade à solicitação feita por uma mãe de família.

Esse estilo de exercer a dominação encontra-se em vários aspectos da vida social cotidiana: a companhia encarna-se na pessoa do patrão. A promoção de atividades folclóricas, de festas e danças tradicionais, bem como do futebol local<sup>16</sup>, gera outras ocasiões para manifestar a presença patronal.

Assim, do ponto de vista da vida política local, a presença patronal é alimentada, seja nas disputas e querelas com os poderes públicos do estado de Pernambuco, seja nos enfrentamentos com o sindicato local dos trabalhadores<sup>17</sup>, seja, ainda, na resistência patronal em relação à aplicação das leis sociais do governo federal.<sup>18</sup>

## A PERSONALIZAÇÃO DA REVOLTA

O conjunto desse sistema específico de dominação industrial – com a contratação organizada, a nomeação para o trabalho de todos os membros disponíveis da família, a economia simbólica dos canteiros operários e a “economia moral” dos pequenos trabalhadores das grandes propriedades (rural e industrial) – começa a enfraquecer, a partir do início dos anos 1950, uma vez que a concorrência em escala nacional da indústria têxtil faz do modo de gestão “autárquica” da CTP um instrumento pesado e oneroso, do ponto de vista econômico, além de politicamente perigoso com o estabelecimento de direitos sociais e o crescimento dos movimentos por sua aplicação.

A morte do Coronel Frederico, em 1946, poupou-lhe de assistir à emergência dessas circunstâncias objetivas desfavoráveis à sua empresa e ao modo de dominação que ele contribuiu para “inventar”, a partir das crenças e práticas dos trabalhadores (a cena da varanda continuaria ainda por algum tempo sem ele, com um chefe de seção ocupando seu lugar, como já era de hábito, quando ele se ausentava de Paulista). Essa morte trouxe, igualmente, mudanças na gestão que contribuem para o desenvolvimento de um processo de desencantamento entre os operários. E a transformação do modo de dominação traz com ela uma seqüência de modificações: o fim, em 1950, da contratação organizada; uma menor liberalidade na concessão de quinhões e canteiros operários (por medo da reivindicação jurídica de posse da terra com a aparição do movimento de ligas camponesas, por volta de 1955<sup>19</sup>); o fim do mercado com preços administrados, em conseqüência do poder reforçado do prefeito e dos conselheiros municipais, em relação ao poder local da companhia, depois da democratização do pós-guerra e as eleições de 1947; o fim do “trabalho para todos”, o “para toda a família”, com a diminuição do tempo de aprendizagem e os licenciamentos, que implicam a adoção de um modo de gestão guiado pela atenção pautada na produtividade da usina, em oposição aos investimentos na cidade operária.

A história da usina, entre 1952 e 1963, é a história de um confronto contínuo de sua direção com o sindicato ou com os movimentos de greve pela aplicação das leis do trabalho exigidas periodicamente (em 1952, 54, 56, 57, 58 e 1963), seja, ainda, pelas queixas

individuais ou de grupos de trabalhadores na justiça do trabalho (que se estabeleceu localmente, como primeira instância, em 1949).

As greves foram desencadeadas pela não-aplicação correta, por parte da CTP, dos aumentos no salário mínimo (calculados segundo a lei do salário mínimo, considerando o salário da época) sobre os salários por peça ou por produção, como é de hábito em vários ateliês da indústria têxtil. Ademais, as greves exprimem um descontentamento mais geral (e menos monetário), em face da degradação das condições de vida na usina e na cidade operária. Em relação a isso, a greve de 1963 constitui o momento mais representativo desses movimentos.

*A greve de 1963 fez parar tudo. Mesmo a energia elétrica do Comendador [título honorífico outorgado pelo governo federal, pelo qual Arthur Lundgren, irmão do Coronel Frederico, era chamado] foi cortada. Mesmo as caldeiras pararam. (...) Ao redor da usina tinha piquetes de greve, nada nem ninguém entrava na usina. O Comendador tinha por hábito tomar banho na sede da usina (tinha um banheiro cuja localização era favorecida pela existência da produção de vapor dentro da usina). Os piquetes de greve não o deixaram passar, ele não entrou na usina. Ele partiu furioso. Depois disso, ele abandonou a casa-grande, ele não retornou, nem para visitar, até a sua morte (em 1967). Só ia na Paulista. Nessa greve a gente ganhou muita coisa, mas não tivemos nem tempo de aproveitar. Porque em 64 teve a revolução... [referência ao golpe de estado militar que deu origem ao período ditatorial auto-proclamando 'revolução']" (antigo trabalhador da pré-fiação).*

Não é um acaso que os trabalhadores narrem esse episódio<sup>20</sup> de maneira recorrente: o ápice desse processo de desencantamento do antigo "sistema

Paulista", bem como o fim do velho movimento operário local, pré-1964, são associados a esse atentado ao ponto de honra patronal. Impedi-lo de permanecer na casa-grande privada de energia elétrica, e de ter acesso a essa extensão de sua casa que era usina, era o atentado em pessoa. Essa revolta termina, assim, por utilizar a mesma linguagem personalizada daquela que a administração da usina havia inaugurado no momento do recrutamento em massa, de trabalhadores, depois dos anos 1930.

O irmão do Coronel Frederico, o Comendador Arthur, esse patrão ausente que depois da morte de seu irmão deixou a usina nas mãos de gerentes produtivistas e de outros membros da família, e que encarna essa longa decadência de um sistema de dominação paternalista, recebe, assim, o peso dessa revolta centralizada – sob o modo da mesma linguagem da antiga legitimidade idealizada – na pessoa do patrão.

Portanto, não é ocasional que a cena da apresentação patronal na varanda da casa-grande seja retrospectivamente escolhida, pelos antigos operários, nas entrevistas entre os anos 70 e 80<sup>21</sup>. Eles demarcam assim sua entrada no mundo industrial e a formação do seu grupo operário. Mesmo se a descrição da cerimônia contivesse aspectos vividos ou elaborados *a posteriori* como sendo da ordem da humilhação, o ritual da varanda demonstrava, através do símbolo "das mãos e dos olhos", o valor, anexado pelo patronato da época (e teatralizado pelo "coronel Frederico"), da integração dos operários à indústria, ao pleno emprego, aos homens entre si através do trabalho.

A ação dos operários para impedir a entrada do patrão na usina, durante a greve de 1963, aparece, assim, como uma inversão do ritual da varanda. Antes, o patrão permitia a entrada das famílias operárias no mundo da usina, sua grande casa, por intermédio de um ritual que tinha lugar em frente a uma parte de sua casa; nessa greve são os operários que agem simbolicamente em relação ao antigo ritual: eles negam ao patrão o direito de entrar na "sua" usina e de utilizá-la a título privado. Trata-se de uma resposta deslocada no tempo que só se tornou possível pelas conseqüências duráveis da mudança de regras de uma relação de dominação, construída a partir de um modelo paternalista e, enquanto tal, fortemente personalizado. Esse episódio representa o ato final de

uma teatralização (resposta na mesma língua reinterpretada do antigo modo de dominação idealizada), pela qual a violência dos dominados se exprime em um momento breve, simbolizando a indignação moral contra a violência durável provocada pela instauração de uma nova ordem ilegítima, que suprimiu o valor reconhecido do sistema “das mãos e dos olhos”.

**Artigo traduzido (do francês) por: REGINALDO DIAS, CHERLANYO BARROS e ALEXANDRE CÂMARA VALE.**

## NOTAS

- 1 Os períodos de trabalho de campo culminaram com a redação de dois estudos monográficos acerca do mesmo grupo de trabalhadores: um sobre a história e a etnografia da família, e outro sobre a formação de um modo de dominação social específico de uma cidade operária do setor têxtil. (Cf. Rosilene Alvim, *Constituição da família e trabalho industrial*, Museu Nacional, 1985; J. Sérgio Leite Lopes, *A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés*, São Paulo / Brasília: Editora Marco Zero / Editora da Universidade de Brasília, 1988. Ver também R. Alvim & J. S. L. Lopes, “Familles ouvrières, familles d’ouvrières”, *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, Paris, n° 84, sept. 1990: 78-84; Ver, ainda, a crônica bibliográfica de Robert Cabannes “La chaîne et la trame”, *Cahiers d’études africaines*, 125, XXXII-1, 1992: 161-167, que fez a apresentação desses trabalhos para o público francês).
- 2 Trata-se do período de apogeu da indústria têxtil no Brasil: a usina em questão tornava-se, então, a maior do país; na época, essa companhia, cuja sede e a maior parte das atividades encontravam-se no Nordeste, simbolizava também o aumento de companhias das regiões “periféricas”; ou seja, companhias outras que não as do Rio de Janeiro e de São Paulo, onde o setor é importante desde o começo do século XX. A fábrica estudada pertence à Companhia Têxtil de Paulista (C. T. P.), usina fundada em 1892 e localizada nas terras de um antigo engenho, quando era apenas uma pequena e antiga usina de açúcar no meio do canavial, a 20 quilômetros da cidade de Recife. A Companhia adotou, então, o nome da localidade, “Engenho do Paulista”, que havia ganhado da coroa portuguesa um “bandeirante”, caçador de escravos da província de São Paulo (daí o nome “paulista”), que tinha participado com sucesso da repressão contra o “Quilombo dos Palmares”, a região libertada pelos escravos que fugiram das plantações, entre os séculos XVII e XVIII. Em 1907, essa companhia foi comprada pela família Lundgren, de origem sueca, estabelecida no comércio de Recife. A fábrica têxtil desenvolveu-se bastante entre os anos de 1920 e 1940 (sob a direção dos irmãos Lundgren), constituindo-se em um sistema interno de produção autárquico e concentrando em mãos únicas a produção e a comercialização varejista de tecido, numa cadeia de lojas pelo interior do país. A usina empregava cerca de 15 mil trabalhadores, nos anos 1940, e construiu uma vila operária com mais de 6 mil casas, transformada administrativamente em cidade, nos anos 1930.
- 3 A tematização do estudo das relações sociais é desenvolvida por diferentes autores e correntes das ciências sociais, em particular pelos autores atentos à ritualização dessas relações e suas implicações na vida cotidiana e nas relações de poder; cf., por exemplo, E. Goffman, 1973 ou C. Geertz, 1991. Este artigo inspirou-se particularmente nas análises de E. P. Thompson sobre a importância da teatralização das relações sociais de dominação, a partir do contexto das relações entre *la Gentry e la plebs* inglesas do século XVIII (cf. E. P. THOMPSON, 1976 e 1979).
- 4 Esse estudo busca estabelecer simultaneamente um diálogo com a literatura sobre as formas de dominação nos grandes estabelecimentos agrícolas e agro-industriais, de onde provêm os trabalhadores recrutados pela C.T.P., e com a literatura voltada para a especificidade das relações sociais ditas “paternalistas” na grande indústria, que se reproduzem, desde o século XIX, em várias partes do mundo. (Cf., por exemplo, M. Perrot, 1979; P. Joyce, 1980; M. Pinçon, 1985; G. Noiriel, 1988 e A. Gueslin, 1992).
- 5 A querela política em questão diz respeito àquela entre os irmãos Lundgren e o governador de Pernambuco, nomeado pelo presidente Vargas no começo dos anos 1940 e, posteriormente, eleito em 1950. Esse governador se opunha ao controle político da empresa sobre a administração da cidade. Os conflitos políticos da C.T.P. tinham antecedentes desde o começo dos anos 1930, quando o controle total da cidade pela empresa notabilizou-se pela visibilidade pública de seu serviço de vigilância privada. Durante a crise política que precedeu a Revolução de outubro de 1930, a direção da C.T.P. tinha mobilizado suas numerosas vigílias, convertidas em milícias privadas, favoráveis ao governo em exercício do estado do Pernambuco, ameaçado pela insurreição da oposição. O novo governo provisório, saído das forças revolucionárias, depois de um levantamento policial sobre as armas de propriedade do corpo armado da C.T.P., proibiu a utilização política das milícias privadas das empresas. A C.T.P. continuou a possuir um contingente importante de homens de vigilância para a polícia interna das propriedades da companhia até os anos 1960.
- 6 Deve-se notar também que o patrão é distinguido pelo título honorífico de “coronel”; título outorgado pelo governo central, no século XIX e começo do século XX, aos grandes proprietários patrimoniais como delegação do poder público

- local. Essa nomeação tornou-se de uso corrente para designar os senhores de engenhos ou outros senhores locais.
- 7 O que inclui “o mito da harmonia das três raças” (a saber, os descendentes dos povos indígenas, dos escravos negros e dos brancos portugueses; mito analisado por DaMatta, 1981). Além disso, é interessante assinalar que o título original brasileiro do livro “clássico” de G. Freyre, *Mestres e Escravos*, é *Casa Grande e Senzala*.
  - 8 Moacir Palmeira, a partir de suas pesquisas de campo, destaca o caráter constitutivo da dívida na relação entre o senhor de engenho e seus moradores, a relação de *morada*: “Se para o nosso senso comum urbano, *morar* significa simplesmente ‘habitar’, para os trabalhadores da cana, as coisas se passam de uma maneira diferente. *Morar* significa ligar-se a um engenho de uma maneira muito particular. Nada é mais comum que um trabalhador corrija uma utilização *imprecisa* da parte do pesquisador quanto às palavras *morar*, *morada*, *morador*. *Morar* é sempre associado ao engenho, mesmo no caso em que se trata da propriedade de uma usina. (...) Além disso, o *morador* em geral não existe, mas simplesmente o *morador* de tal ou qual engenho. Ninguém se define somente como *morador* (como, por exemplo, no caso de alguém que se defina como *trabalhador rural* ou *camponês*), mas sempre como *morador* de um determinado engenho. Antes de *pedir morada* ou entre uma *morada* e outra, o trabalhador não é um *morador*. Apenas na medida em que ele estabelece um ‘contrato’ particular que o liga a um senhor de engenho particular; ou seja, somente quando ele se coloca em relação a, é que o trabalhador potencial torna-se um *morador*. (...) Quando o trabalhador potencial procura um engenho, antes de pedir um trabalho, o que ele procura em primeiro lugar é uma *casa*. Mas não se trata, entretanto, de qualquer casa – no sentido que nós damos a essa palavra – que ele procura, mas uma *casa de morada*, uma casa que lhe permita (...) a posse de um quinhão de terra. (...) O pedido de *morada* é um momento crucial na relação *morador-senhor de engenho*. É como se ele antecipasse a natureza de uma relação em que o *morador* está sempre em vias de *pedir* e o *senhor de engenho* de *dar* qualquer coisa; em outras palavras, essa relação se tornará uma espécie de realização constante do pedido de *morada*. O *morador*, para utilizar uma fórmula dos próprios trabalhadores, que de maneira sintomática realiza a substituição de *dar* por *pedir*, está sempre em vias de ‘*pedir homenagem*’ ao senhor de engenho” (PALMEIRA, 1977: 104 e ms. s/d). Para uma análise geral das relações de poder entre senhores de engenho e moradores, cf. também Garcia Jr., 1989, cap. 1.
  - 9 Isso pode ser ilustrado pelo livro de Bello citado anteriormente, bem como pelos cinco romances de José Lins do Rêgo do assim chamado “ciclo da cana de açúcar”. A propósito do processo de concentração de capital econômico e do poder social implícito na substituição dos engenhos pelas usinas do açúcar desde o começo do século, uma retórica nostálgica associada ao período de hegemonia dos senhores de engenho enfatiza a argumentação da exploração econômica dos diferentes grupos sociais da plantação do açúcar pelos usineiros e ao fim da antiga moral paternalista. Um processo análogo à concorrência entre as usinas de açúcar e os moinhos e a desclassificação correlativa dos senhores de engenho pode ser pensado para explicar os fenômenos sociais que levam a migração para essa usina têxtil nas regiões semi-áridas do sertão, onde o equilíbrio da exploração camponesa subordinada à grande propriedade é rompido pela extensão e intensificação das pastagens.
  - 10 Utilizamos aqui o termo “instituição total” (*total institution* no original em inglês) e não o termo francês “instituição totalitária”, carregado de outras conotações, em conformidade com a possibilidade aberta pela nota do tradutor francês (Goffman, 1968: 41), e segundo o uso que tende a prevalecer em francês (cf. Louis Pinto, 1989: 12, note 1).
  - 11 “Re-habiller”, que posteriormente traduzimos por conferir uma “nova roupagem” [Nota dos Tradutores].
  - 12 A expressão “a sopa”, designando esse meio de transporte precário, pode também evocar a mistura de alimentos de procedência diversa e provocar a extensão, por associação, com a mistura de gente e o amontoamento presente no ônibus.
  - 13 Ilustração da espoliação material e simbólica, descrita nos processos de admissão nas instituições totais, que, neste caso, é anterior à entrada na cidade operária.
  - 14 Seja nas terras mais distantes da cidade, para as famílias camponesas que produziam para o mercado, seja para o cultivo dos canteiros operários.
  - 15 Na literatura anglo-saxônica sobre as usinas “paternalistas”, as práticas de abastecimento encaminham, freqüentemente, os operários a se tornarem devedores da empresa e a se submeterem a deduções de salário como contrapartida das compras feitas a crédito (fiado) em um lugar de venda monopolizada (tendo muitas vezes um alto lucro); tais práticas são conhecidas sob a denominação de “truck-system”.
  - 16 Sobre a importância do futebol amador desenvolvido nas cidades operárias, para o futebol profissional brasileiro como um todo, cf. J. S. Leite Lopes com S. Maresca (1989), e também J. S. Leite Lopes e J. P. Faguer (1994).
  - 17 Um dos governadores de Pernambuco (nomeado pelo presidente da república, Getúlio Vargas, no final dos anos 1930) fazia um contra-teatro pessoal, em relação a esse industrial (ver nota 5), oposição também carismática, que contribuía na produção de adeptos entre os trabalhadores de Paulista, especialmente no momento da proteção ao sindicato operário, ameaçado pelo forte poder local da companhia. Fundado em 1931, a partir de uma nova lei federal estimulando a sindicalização, e do apoio do governo local saído da Revolução de 1930, o sindicato operário de Paulista foi interditado, em 1932, depois de uma greve pelas oito horas de trabalho. Em 1942, ele foi reaberto com o apoio do já citado governador nomeado por Vargas.
  - 18 Para compreender as especificidades históricas do sindicalismo brasileiro, e para apreciar a importância dos

efeitos locais, paradoxais, de um sindicalismo controlado pelo Estado que, em certas conjunturas, pode estimular os conflitos de classe, cf. Leite Lopes, 1991.

- 19 As associações de direito civil, criadas primeiramente como sociedades mútuas para assegurar os funerais, chamadas ligas camponesas, propagaram-se nos estados de Pernambuco e Paraíba, entre os anos de 1955 e 1964.
- 20 Em confiança, uma vez que o momento da pesquisa de campo ainda era aquele da ditadura.
- 21 É exatamente o contrário da política de incorporação da força de trabalho acompanhada entre os anos 1930 e 1950 que teve lugar depois de 1964, quando a companhia tentou demitir os operários mais antigos. Essa tentativa desencadeou uma luta na justiça do trabalho, entre 1967 e o começo dos anos 70, pelo pagamento das indenizações a que os operários tinham direito: a maior parte dos trabalhadores que prestou queixa finalmente recebeu como parte de suas indenizações a propriedade da casa onde eles moram na cidade operária. Uma parte da geração recrutada até os anos 50 pode, assim, permanecer na cidade operária, quebrando o antigo monopólio que a companhia tinha sobre a propriedade das casas. Cabe a eles mesmos contar a história da formação das lutas de seu grupo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVIM, Rosilene. (1985). *Constituição da Família e Trabalho Industrial*. Rio de Janeiro, Museu Nacional/UFRJ, 633 páginas (tese de doutorado).
- \_\_\_\_\_(1989). “Famille et Prolétarisation Industrielle”, *Cahiers du Brésil Contemporain*, Paris, nº 8, déc., p. 41-80.
- ALVIM, R. et LEITE LOPES, J.S. (1990). “Familles ouvrières, familles d’ouvrières”, *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, Paris, nº 84, sept., p. 78-84.
- \_\_\_\_\_(1991). “Les jardins secrets de l’usine”, Paris, *Cahiers d’Economie et Sociologie Rurales*, nº 21, déc., p. 71-98.
- BELLO, Júlio. (1948). *Memórias de um Senhor de Engenho*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2<sup>ème</sup> édition.
- BOURDIEU, Pierre. (1982). *Ce que Parler Veut Dire*. Paris: Fayard, 244 pp.
- CABANNES, Robert. (1992). “La chaîne et la trame”, Paris, *Cahiers d’études africaines*, 125, XXXII-1, p. 161-167.
- CORRÊA, Mariza (1982). “Repensando a família patriarcal brasileira”, in *Colcha de Retalhos. Estudos sobre a Família no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, p. 13-38.
- DAMATTA, Roberto. (1981). *Relativizando: uma introdução à Antropologia Social*. Petrópolis: Vozes.
- FREYRE, Gilberto. (1987). *Casa Grande e Senzala*. 15<sup>a</sup> edição. Rio de Janeiro: José Olympio.
- GARCIA JR., Afrânio. (1989). *Libres et Assujétis; Marché du Travail et Modes de Domination au Nordeste*. Paris: Editions de la MSH.
- GEERTZ, Clifford. (1991). *Negara: o Estado Teatro no século XIX*. Lisboa / Rio de Janeiro: Difel / Bertrand Brasil.
- GOFFMAN, Erving. (1968). *Asiles; études sur la condition sociale des malades mentaux et autres reclus*. Paris: Minuit.
- \_\_\_\_\_(1973). *La mise en scène de la vie quotidienne*, 2 vols. Paris: Minuit.
- GUESLIN, André. (1992). “Le paternalisme revisité en Europe Occidentale”. Paris: *Genèses*, mars, p. 201-211.
- JOYCE, Patrick. (1980). *Work, Society and Politics*. London: Methuen (spécialement chapitres 4 et 5).
- LEITE LOPES, J. Sérgio. (1988). *A Tecelagem dos Conflitos de Classe na Cidade das Chaminés*. São Paulo / Brasília: Marco Zero / Editora da Universidade de Brasília.
- \_\_\_\_\_(1991). “Lectures savantes d’un syndicalisme paradoxal; la formation de la classe ouvrière brésilienne et le syndicat ‘officiel’”, *Genèses*, nº 3. Paris, mars, p. 73-96.
- LEITE LOPES, J. S. avec MARESCA, Sylvain. (1989). “La disparition de la joie du peuple; note sur la mort d’un joueur de football”, *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, Paris, nº 79, sept., p. 21-36.
- LEITE LOPES, J. S. et FAGUER, J.P. (1994). “L’invention du style brésilien; sport, journalisme et politique au Brésil”, *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n. 103, juin, p. 27-35.
- LINS DO RÊGO, José. (1960). *Menino de Engenho*. Rio de Janeiro: José Olympio.
- NOIRIEL, Gerard. (1988). “Du ‘patronage’ au ‘paternalisme’: la restructuration des formes de domination de la main d’oeuvre ouvrière dans l’industrie métallurgique française”, Paris, *Le Mouvement Social*, nº 144, juil.-sept. p. 17-36.
- PALMEIRA, Moacir. (1977). “Casa e Trabalho: nota sobre as relações sociais na plantation tradicional”. Rio de Janeiro: *Contraponto*, Ano II, nº 2.
- PERROT, Michelle. (1979). “The three ages of industrial discipline in nineteenth-century France”, in J. M. Merriman (ed.), *Consciousness and Class Experience in Nineteenth-Century Europe*, New York: Holmes & Meier Publishers, p. 149-168.
- PINÇON, Michel. (1985). “Un patronat paternel”, *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, nº 57/58, juin, p. 95-102.
- PINTO, Louis. (1989). “Expérience vécue et exigence scientifique d’objectivité” in Patrick Champagne, Remi Lenoir, Dominique Merllié et Louis Pinto, *Introduction à la pratique sociologique*,

Paris, Dunod, p. 7-52.

TEPICHT, Jerzy. (1973). *Marxisme et Agriculture; Le Paysan Polonais*. Paris: Armand Colin.

THOMPSON, Edward P. (1976). "Modes de domination et révolutions en Angleterre", *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, Paris, n° 2 / 3, juin, p. 133-158.

\_\_\_\_\_(1979). *Tradición, Revuelta y Consciencia de Clase*. Barcelona: Editorial Crítica-Grijalbo.

\_\_\_\_\_(1991). *Customs in Common*: London, The Merlin Press.

VAN GENNEP, Arnold. (1969). *Les Rites de Passage*. Paris/La Haye, Mouton/Maison des Sciences de l'Homme.



## SOBRE LA UNIÓN EN LA DIVISIÓN. ALGUNAS REFLEXIONES ACERCA DE LAS LUCHAS DE FAMILIA COMO OBJETO ANTROPOLÓGICO

Rasgo constitutivo de la sociología decimonónica, la idea de familia como unidad fundadora del orden social es también cimiento del pensamiento social brasileiro. Tal vez *Populações Meridionais do Brasil*, de Oliveira Viana (1920), pueda considerarse obra instituyente. Allí, el *clan patriarcal* conformado alrededor de la figura del señor rural, emerge como fuerza única de solidaridad social. Inspirado en esa concepción, *Casa Grande e Senzala*, de Gilberto

Freyre (1933), supone a la familia como el germen a partir del cual se habría desenvuelto la *civilización patriarcal*; como microcosmos que representaría, condensadamente, una formación social total. Esta premisa compartida presupone otra: originariamente, la familia cumplía una multiplicidad de funciones que hacían al orden. Para Oliveira Viana, en una formación social en que el poder público tiene un desarrollo deficiente y tardío, es el clan patriarcal la institución que garantiza algún tipo de cosmos colectivo. La justicia, la ley, y la seguridad, existen, sólo que están en manos privadas, y diseminadas en las milicias de los capangas señoriales. A partir de su obra, público y privado, centralización y dispersión, orden y desorden, configuraron una lente a través de la cual el mundo social sería pensado. En la obra de Freyre, la historia íntima de la familia arroja luz sobre de la historia pública del Brasil; el mando sexual permite hablar de mandonismo político; las relaciones sexuales, de relaciones sociales. La *casa-grande* se trasciende a sí misma, proyectando un sistema económico, social y político. Más tarde, Néstor Duarte (1939) habla en términos de *familismo* y *privatismo* para referir a ese Brasil temprano en que la política-pública es una suerte de prolongación de la familia-privada. Mien-

JULIETA QUIRÓS\*

MARQUES, Ana Claudia. *Intrigas e questões: Vingança de família e tramas sociais no sertão de Pernambuco*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, Núcleo de Antropologia da Política, 2002, 352 pp.

COMERFORD, John. *Como uma família: Sociabilidade, territórios de parentesco e sindicalismo rural*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, Núcleo de Antropologia da Política, 2003, 406 pp.

\* Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional / Universidade Federal do Rio de Janeiro. juquiros@hotmail.com

tras Antonio Cândido (1951) argumentará que aquella plurifuncionalidad originaria de la familia es aquello que habría permitido a la sociedad brasileira sobrepasar el caos, imponer la regla sobre la no regla, lo social sobre lo natural.

Si estas obras nos remiten a la idea de familia como aquello que organiza y cohesiona, mientras fuera de ella – como indicaría el propio Cândido – reina la anarquía y la confusión, podemos preguntarnos: ¿Qué sucede cuando se

piensa a la familia desde un punto de vista opuesto, es decir, desde el desorden, la división y el conflicto? ¿Qué implicancias puede tener el abordar a la familia desde atributos que, en principio y desde nuestro propio sentido común, quedarían fuera de ella?

Lo cierto es que el propio Oliveira Viana ya proporciona elementos para pensar esta dimensión conflictiva de la vida familiar, al llamar la atención sobre las guerras de familia en la historia de la formación social brasileira. En el marco de ese poder público defectuoso, la política nacional transcurre bajo la forma de luchas familiares. Sin embargo, es sólo más tarde, de la mano de Costa Pinto (1949), que esta dimensión del universo familiar deviene objeto de análisis con entidad propia. Costa Pinto otorga a las luchas de familia el estatuto de una forma específica de conflicto social, y, por tanto, de fenómeno digno de ser estudiado sociológicamente. El conflicto pasa de aspecto subsidiario a rasgo intrínseco de las relaciones familiares. Posteriormente, Pereira de Queiroz (1976) también se aproxima a la cuestión, al explorar la naturaleza de las *parentelas*. Interesada en el fenómeno del mandonismo local, comparte la visión privatista de la historia política brasileira. En el Brasil colonial, los intereses privados estaban íntimamente

ligados a los intereses públicos, hecho que resulta evidenciado por la forma misma que adoptaban los conflictos: luchas familiares por el dominio de un municipio, luchas entre dos municipios que resultaban de rivalidades entre dos familias. Si las disputas entre coroneles son proyecciones de las contiendas de familia, entonces, argumenta la autora, debemos estudiar esas parentelas y la dinámica de los conflictos que tienen lugar entre ellas. Es esta dinámica aquello que nos permite comprender cómo las parentelas, grupos heterogéneos y estratificados, pueden tener continuidad en el tiempo.

Al instalar el conflicto como objeto sociológico, tal vez uno de los aportes más sugestivos de estas obras sea el hecho de perturbar la visión dicotómica entre división y cohesión. Costa Pinto muestra cómo, a través de la venganza, las solidaridades grupales se activan y actualizan. Pereira de Queiroz, cómo el conflicto inter-parentela, el exigir lealtad al interior de cada grupo, permite la reproducción de las propias parentelas, siempre amenazadas por la fragmentación. De la mano de estos autores, la solidaridad y el conflicto devienen dos caras de la misma moneda.

Es elocuente que análisis recientes recuperen la preocupación por las luchas de familia, como así también, la inquietud por las *formas* concretas en que solidaridad y conflicto se convocan recíprocamente. De la mano de la etnografía de Ana Claudia Marques (2002), sobre la venganza de familia entre los *sitiantes* del sertão pernambucano, y de la de John Comerford (2003), sobre la sociabilidad de las familias *sitiantes* de la mata de Mina Gerais, el conflicto familiar es recolocado en el centro de la escena. En ambos trabajos, el material etnográfico consigue despegar de su contexto original, dotando a las discusiones clásicas de la sociología brasileira de plena actualidad y relevancia teórica.

Las páginas que siguen pretenden explorar algunas dimensiones de estas dos obras contemporáneas. Señalar ciertos desafíos que nos presentan, y fundamentalmente, acoger la tarea a la que nos convocan, preguntándonos cómo y en qué medida el conflicto puede ser una entrada productiva y reveladora para iluminar – y repensar – esas relaciones que solemos llamar familiares.

## I. LA FAMILIA EN CONTEXTO: PARIENTES, VECINOS, Y FORMAS DE SOCIABILIDAD

Al abordar las luchas de familia, tanto Comerford como Marques se aproximan a un fenómeno que es significativo dentro de los mundos sociales que estudian. En ambos casos, parece ser el propio campo etnográfico aquello que reveló a los autores que era pertinente pensar los conflictos como elemento constitutivo de los lazos familiares. Marques, por ejemplo, recorta su objeto en el marco de una discusión con cierto sentido común que construye al *sertanejo* a partir de la noción de *venganza*. Ya en otro trabajo (2003), Marques evidencia cómo actores externos a ese universo clasifican las luchas de familia como disputas políticas, mientras los propios nativos insistían en diferenciarlas. Dialogando críticamente con estas visones, como también, con ciertas imágenes producidas desde la propia literatura sociológica – el mismo Costa Pinto es un caso –, Marques coloca en el centro de sus preocupaciones las imágenes nativas sobre las luchas de familia. Qué significan esas luchas para las personas, cómo entran en sus vidas, cómo son pensadas, cómo un conflicto deviene enfrentamiento, cuál es la dinámica efectiva o el funcionamiento concreto de las luchas, son algunas de las preguntas que mueven la pesquisa etnográfica de la autora.

En el caso de Comerford, el encuentro con los conflictos de familia es aún más sugestivo. El objeto de su trabajo no es en principio ‘la familia’, sino la construcción de sindicatos de trabajadores rurales en la mata de Minas Gerais. El autor ingresa en la esfera de la familia de forma indirecta, como un camino para dar inteligibilidad a ciertas dimensiones del sindicalismo local. Un camino, por cierto, señalado por el propio campo etnográfico, donde las relaciones de familia y parentesco parecen constituir el código a partir del cual las relaciones sociales son organizadas. Considerar seriamente la idea de que el sindicato es, para las personas, “como una familia”, permitió al autor salir de una mirada meramente institucional del sindicalismo, como también, de ciertos lugares comunes en el análisis del fenómeno – a saber, abordajes centrados en la estructura sindical, en la evaluación de la representación política, en juicios normativos del tipo “sindicatos combativos / conservadores”.

Esta mirada está vinculada con el propio proceso de trabajo de campo. Si, en un inicio, Comerford ingresa al campo a través de las organizaciones sindicales y los liderazgos, sólo más tarde consigue tener un contacto permanente con otras dimensiones más íntimas de la vida de los trabajadores rurales. El desplazamiento del sindicato a las casas de los campesinos, de las salas de las casas a las cocinas, fue central para advertir que el universo del sindicato no está aislado de relaciones de otros órdenes, como también, que era sumamente importante situar la construcción del sindicalismo local en el marco de las formas de sociabilidad en la *roça*.

De algún modo, ambos autores están preocupados por las formas de sociabilidad, y en ambos campos etnográficos el parentesco aparece una como dimensión central de esas formas. Tanto en el trabajo de Comerford como en el de Marques, nos encontramos con mundos en los que es de vital importancia saber quién es pariente de quién, o mejor, mundos en los que las personas, para actuar eficazmente, deben ser reconocidas y localizadas como pertenecientes a alguna familia. Comerford muestra que entre los *sitiantes* de Minas Gerais hay una preocupación constante por localizar a las personas en esas pertenencias, en las referencias genealógicas y de afinidad. Como argumenta el autor, allí “o parentesco é o principio organizador básico do ‘mapa social’” (83).

He mencionado al principio que buena parte de la literatura clásica presenta a la familia como centro de la vida social, en el sentido de cumplir una pluralidad de funciones que hacen al orden. Podríamos decir que en los trabajos de Comerford y Marques, la familia también aparece ocupando un lugar central en la vida social, aunque no tanto en términos de *orden*, como de *ordenación*. Es decir, las relaciones consideradas familiares tienen aquí una dimensión cognitiva, al constituir un clasificador social por excelencia, un marco de referencia para la orientación y la interpretación de las acciones, propias y ajenas<sup>1</sup>.

Y sin embargo, no se trata del único clasificador. Marques y Comerford argumentan que, además del parentesco, otro principio de pertenencia social está dado por la vecindad. Ambos principios, no obstante, tienden a corresponderse. Marques indica que, aún cuando las familias sertanejas se caracterizan por una

intensa movilidad geográfica, en general aparecen o tienden a aparecer asociadas a un territorio específico. Comerford señala que parentesco y localidad constituyen un saber obligatorio y naturalizado entre los campesinos de la *roça*. El autor diferencia términos que refieren a todo un campo de relaciones familiares (*familia, parente, gente, raça*), y términos que, en principio, designan unidades territoriales (*córrego, fazenda, sítio*). A lo largo de su trabajo, encontramos que esos dos universos – lazos de parentesco y lazos territoriales – se articulan y superponen: los *córregos* suelen ser asociados genéricamente a determinadas familias-nombre, es decir, familias cuyos apellidos son reconocidos por su importancia social. Como indica el autor, cuando las personas son interrogadas por la cantidad de familias que viven en tal o cual localidad, hay familias “que cuentan” y otras “que no cuentan”, es decir, familias que son lo suficientemente significativas como para ser asociadas a una localidad geográfica – como veremos, en función de una pluralidad de criterios: antigüedad, prestigio, tamaño, riqueza, reputación –, mientras que otras no lo son. En última instancia, como argumenta Comerford, lo que se observa es un proceso permanente de localización de las familias y familiarización de las localidades, siendo el caso más extremo la denominación de un lugar con el nombre propio de una familia.

En este sentido, ambas etnografías nos aproximan a una discusión clásica en la literatura sobre familia, a saber, la distinción entre sangre y territorio. Néstor Duarte, por ejemplo, distingue familia y Estado como dos órdenes alternativos; Costa Pinto diferencia comunidad de territorio y comunidad de sangre, como también, aparato jurídico del Estado y venganza de familia<sup>2</sup>. Pero podemos decir que en Comerford, como en Marques, opera no una oposición, sino una superposición de ambos órdenes. Por un lado, los *córregos* aparecen como unidades de un parentesco territorializado. Comerford, de hecho, habla de “territorios de parentesco”, para indicar que las formas de sociabilidad de los campesinos delimitan territorios, en función de las relaciones entre parientes y entre familias. En ambos trabajos la sangre dista de ser el criterio privilegiado de inclusión y exclusión en grupos. Tampoco lo son las relaciones de afinidad. Se trata, más bien, del hecho de que diversas

relaciones de proximidad social son pensadas como relaciones de parentesco. Familia, entre los *sitiantes* pernambucanos y mineiros, parece ser un conjunto de relaciones de cercanía, que se traducen en actitudes de confianza, solidaridad, respeto, ayuda mutua, derechos y obligaciones. Marques llama la atención sobre las propias concepciones nativas al respecto: un morador entrevistado por la autora respondía que familia, en sentido estricto, abarca sólo a aquellos que se visitan con regularidad, aquellos que tienen intimidad. A la luz de los trabajos de ambos autores, ser pariente es, como sugiere Comerford, relacionarse con alguien “como un hijo”, “como una madre”, o “como un hermano”.

En cuanto al territorio, ambos autores piensan la localización del parentesco en términos dinámicos. Las familias-nombre a las que refiere Comerford no pertenecen exclusivamente a una localidad, sino que sus miembros están localizados en red. Como escribe el autor, se trata de una familia multi-localizada. Ya dijimos que Marques señala la importante movilidad geográfica de los *sitiantes*. El contacto permanente entre localidades, y entre la *roça* y la ciudad, es un fenómeno constitutivo de la vida de estas personas. Como puede verse en otros trabajos (SEYFERTH, 1985; HEREDIA & GARCIA, 1971; MOURA, 1978), la migración forma parte del mundo de las familias campesinas; y antes que trazar una oposición del tipo campo/ciudad, parece más pertinente detectar las tramas de relaciones que abarcan e integran esos universos. Las familias se constituyen y reconstituyen a través de ellos, y las operaciones de mapeamiento social acompañan de cerca estas mudanzas. Localización y dispersión, entonces, no son procesos contradictorios. La unión de la familia, que, como veremos, constituye un valor fundamental en los mundos etnografiados por Comerford y Marques, puede ser afirmada y reforzada precisamente a través del mantenimiento de los lazos a la distancia. Como lo sugiere el argumento de Comerford, esa dispersión en red proporciona oportunidades claves para las personas: tener un pariente en la ciudad puede ser relevante en ciertas situaciones – búsqueda de empleo, necesidad de atención hospitalaria – y, ante todo, puede ser algo que confiere prestigio y reputación, siempre y cuando esos parientes se comporten como tales, dando ayuda, reconociendo sus obligaciones con *la familia*.

## II. SOBRE CASOS, CENAS, QUESTÕES E INTRIGAS: LA FAMILIA COMO PROCESO

Hasta aquí, hemos dicho que la sociabilidad explorada por Comerford y Marques revela la importancia del parentesco y del territorio como criterios a partir de los cuales las personas son clasificadas socialmente. Hemos dicho, también, que estos criterios están siempre en movimiento. Y es en este sentido que Comerford prefiere hablar de operaciones de mapeamiento social, antes que de mapas sociales predefinidos. Como él mismo lo señala, las fronteras de las pertenencias son puestas a prueba y redefinidas en cada momento. Ahora bien, ¿qué es aquello que redefine las pertenencias? ¿qué es aquello que dinamiza y desestabiliza los mapas? Es aquí cuando el conflicto es incorporado al análisis.

Marques y Comerford detectan un fuerte componente conflictivo en las formas nativas de sociabilidad. Tal vez sea prolífico partir de una serie de preguntas concretas para presentar el modo en que esa conflictividad cotidiana es pensada por los autores, principalmente porque esto involucra, también, un modo particular de pensar la familia misma. Esas preguntas serían del tipo “qué, quiénes, cuándo, cómo, por qué”. Es decir, en qué consisten los conflictos, cómo se desencadenan, quiénes son sus protagonistas, qué significado tienen para las personas, cuál es su dinámica, cómo son expresados y referidos.

Como señala Marques, las luchas de familia se caracterizan por tener lugar entre personas y grupos con relaciones de vecindad y proximidad social. Sea cual sea el motivo que desencadena una *questão*, éste suele ser interpretado en términos del quebrantamiento de alguna frontera – física, familiar, corporal, personal, moral. Comerford argumenta que los motivos que desencadenan contiendas pueden ser de los más diversos, aunque son siempre traducidos en la forma de *falta de respeto*. Cualquier interacción entre parientes, entre vecinos, entre amigos, involucra la posibilidad de *provocación*, es decir, de alguien *faltar el respeto* a otro. Frente a una pelea interpersonal, cada antagonista demanda *respeto* para sí y para su familia.

De algún modo, podemos identificar la ecuación proximidad-conflicto en el trabajo de Costa Pinto<sup>3</sup>. Allí vemos que las familias que entran en disputa

mantenían relaciones previas, incluso alianzas preexistentes. No obstante, la proximidad de la que estamos hablando ahora tiene un segundo sentido, que Marques explora de manera sugestiva. El conflicto y la venganza, argumenta la autora, tienen lugar allí cuando hay una relación de relativa igualdad entre los rivales. La relación igualitaria – en términos de jerarquía social y moral – es condición para la emergencia de venganza. Una igualdad “relativa”, porque, al mismo tiempo, debe haber algún tipo de diferencia para que la confrontación sea posible. Haciendo referencia al trabajo de Bourdieu (1972), Marques nos evidencia que, conforme al juego entre igualdad y desigualdad involucrado en la lógica del desafío y la respuesta, la posibilidad de interpretar una acción como *provocación* que merece respuesta, depende de la jerarquía social de los involucrados. Así, por ejemplo, desafiar a alguien que está muy por debajo o muy por encima de la jerarquía social, puede significar una deshonra; del mismo modo, responder a un desafío impropio – efectuado por una persona desigualmente posicionada – puede significar una pérdida de reputación para el desafiado.

Una lógica análoga opera en el argumento de Comerford. Las parentelas que entran en conflicto son, ante todo, *sitiantes*. Las contiendas se circunscriben a ese mundo de relativa igualdad, dejando por fuera tanto a *fazendeiros* como *meeiros*. En este mundo social en que los conflictos intra e inter familiares transcurren bajo la forma de disputas de reputaciones, habría, al parecer, familias más o menos inmunes a las provocaciones, conforme a su condición de respetabilidad. Comerford habla de un escenario de desigual distribución de la respetabilidad: son desiguales las posibilidades de ser provocado, como de responder a la provocación; sólo cuando hay una relativa equivalencia en términos de reputación, es que el juego de la política de reputaciones puede ser jugado.

Las condiciones de respetabilidad – como las jerarquías sociales de las que habla Marques – son, fundamentalmente, de carácter moral. Comerford desarrolla este punto en detalle. Es cierto que la posesión de tierra constituye un recurso central para ejercer la política de las reputaciones, y que, como el propio autor argumenta, a partir de su base en un *córrego* una familia puede tornarse respetada o fuerte.

Pero también es cierto que tan importante como la tierra que se posee, es la forma en que se la posee. Es decir: el grado de unión de la familia – evidenciado, entre otras cosas, por la propiedad indivisa de las tierras – confiere respetabilidad, y constituye uno de los valores invocados para demostrar superioridad de una familia sobre las otras.

En las contiendas, las familias disputan prestigio, miden y comparan reputaciones, baten una lucha clasificatoria por definir cuáles familias “cuentan” y cuáles “no cuentan”. Un punto interesante en este sentido, es que, conforme a esta dinámica, la respetabilidad de una familia no está dada de una vez y para siempre; sino que, al contrario, se construye en esas prácticas del desafío y la respuesta, de acuerdo a cómo, en cada caso, las personas actúan. Son las propias contiendas las que fabrican las reputaciones y las que, a cada momento, contribuyen a conservar o transformar las desiguales condiciones de respetabilidad.

En ambos trabajos, entonces, los conflictos asumen una dimensión moral. Lo que está en juego se interpreta como reputación y respeto; a su vez, la dinámica del juego es dictada por las condiciones de respetabilidad de los adversarios. Esta dimensión moral del conflicto nos remite a un tercer criterio de clasificación que configura las operaciones de mapeamiento social. Éstas no se definen, solamente, en términos de parentesco y localidad, sino también en términos de reputación<sup>4</sup>. Marques coloca la reputación como un clasificador fundamental entre los *sitiantes* pernambucanos. La sangre es una reputación colectiva, una *fama*, atribuida a cada familia. Comerford subraya que no hay familia sin una fama. Cada familia, y por tanto cada localidad o conjunto de localidades, va adquiriendo una reputación colectiva, a partir de la cual las acciones de sus miembros son interpretadas y, también, de cierta forma previstas. Como sugiere Marques, la fama – tanto individual como colectiva – funciona como una forma de disminuir la imprevisibilidad de las acciones: pronosticar, por ejemplo, si alguien va a concretar la venganza o, al contrario, optar por la tolerancia y la tregua.

De modo que si nos desplazamos de la pregunta sobre el “qué” desencadena esos conflictos, a la pregunta sobre el “quiénes” entran en conflicto, una primera respuesta es: personas en tanto que miembros

de determinadas familias. Pero dado que, una vez instaladas, las contiendas devienen hecho colectivo y público – ya que cada antagonista procura aliados, al tiempo que produce enemigos–, una segunda respuesta sería: son las familias mismas quienes entran en conflicto. Las unidades envueltas en el juego de la política de reputaciones son unidades de carácter colectivo.

Ahora bien: ¿cuál es la naturaleza de esas familias? Uno de los puntos más sugestivos del análisis de los autores es que, al introducir una mirada procesual y un análisis que da cuenta de la temporalidad de los conflictos, la familia no aparece como una unidad preconstituida, sino como configuraciones que se definen en cada antagonismo. Comerford, por ejemplo, se centra en la dinámica que las disputas inauguran: una confrontación entre dos individuos, una acción interpretada como *provocación* que debe ser respondida, da lugar a procesos de “familiarización” y “desfamiliarización”, procesos que van involucrando diferentes círculos sociales, inclusive fuera de la comunidad. Marques conceptualiza el ciclo del conflicto, identificando y distinguiendo la *questão* de la *intriga*. Mientras *questão* refiere a eventos conflictivos concretos y explícitos, delimitados en tiempo y espacio – en este sentido, sería un equivalente a lo que Comerford llama *casos* o *cenar* –, la *intriga* refiere a los períodos – y las relaciones – en que el conflicto permanece apaciguado, en estado de latencia.

Ahora bien, una *questão* no es un conflicto cualquiera, sino que es una acción por parte de otro que debe ser interpretada como merecedora de venganza – en términos de Comerford, como *provocación*<sup>5</sup>. De modo que la *questão* es el punto de inflexión a partir del cual se configuran los *lados* que pasan a disputar. Dado que la *questão* divide, no existe, por definición, *questão* dentro de una misma familia. Pero al tiempo que produce no parientes, la *questão* genera parientes, cohesión y solidaridad entre los aliados. Como diría Comerford, el conflicto desfamiliariza tanto como familiariza. Marques da cuenta de esta dinámica a través de la idea de *blancos*. Los conflictos entre dos personas son conflictos entre dos miembros de familias. Así, repercuten en otros miembros, quienes pueden tornarse blanco de venganza. Son los blancos los que van delimitando el curso de una *questão*; cuanto

más próximo el parentesco, más posibilidades de ser incluido en la venganza.

Así, a partir del momento en que un conflicto – *questão*, *caso*, *cena* – se hace público, se abre un proceso de transformaciones. Podríamos decir que el conflicto moviliza: genera rupturas, alianzas, migraciones, jerarquizaciones, fortalecimiento o destrucción de reputaciones, movimientos de fusión y fisión de familias. Moviliza, por fin, cambios en las referencias de los mapeamientos, que una y otra vez deben ajustarse a las exigencias que las nuevas circunstancias dictaminan.

Es primordial subrayar que la conflictividad inter e intra familiar no se reduce a la existencia de conflictos efectivos. Marques consigue mostrar esto de manera realmente sugestiva, precisamente por introducir la temporalidad del conflicto en términos del ciclo *questão-intriga-questão*. Lo que este ciclo evidencia es que, entre los *sitiantes* del sertão de Pernambuco, la venganza como posibilidad es tan o más importante que la venganza como hecho consumado. Ante una determinada *questão*, la venganza efectiva puede advenir o puede permanecer en suspenso, en cuyo caso la *questão* – conflicto explícito – deviene *intriga*, una relación de antagonismo latente. Por definición, la *intriga* nunca acaba; una vez establecida, permanece como amenaza de convertirse en una nueva *questão*. Como Marques argumenta, la *intriga* tiene un carácter más estructural que factual: es la posibilidad de que la *intriga* se actualice en venganza –inclusive para las generaciones siguientes–, aquello que la hace perenne.

Del mismo modo debe ser entendida la afirmación de Comerford, de que la sociabilidad cotidiana de los *sitiantes* de la *roça* está marcada por un carácter agonístico. La sociabilidad es agonística, no porque las personas transcurran sus vidas en un conflicto y una violencia permanente, sino porque son socializadas en una dimensión trágica de las relaciones familiares. Independientemente de la frecuencia de los *casos* efectivos, lo que está en juego es la percepción de que un *caso* puede emerger en cualquier momento.

La importancia social de la virtualidad del conflicto, entonces, es subrayada por ambos autores. Marques lo hace a través de la noción nativa de *intriga*, Comerford a través de su análisis sobre las narrativas,

es decir, sobre las prácticas discursivas que relatan y actualizan las disputas inter e intra familiares. Esas narrativas hacen a la cotidianeidad de la *roça*, en donde toda acción – y principalmente toda acción asociada a conflictos – es siempre interpretada y narrada en discurso. La retórica de las disputas acaba imponiendo a los conflictos como presupuestos de las relaciones sociales. El autor aborda estas narrativas no como meros discursos, sino como prácticas – el *fofocar*, el *contar casos* – que instigan otras prácticas, y que dan vida y continuidad a las contiendas. La retórica del conflicto es en sí misma performativa; no es un aspecto externo al conflicto, sino un elemento que lo constituye.

La centralidad de estas narrativas, como también el espíritu moral que asumen los antagonismos, nos coloca frente a otro elemento significativo del análisis de los autores: el carácter eminentemente público del conflicto. Vecinos, amigos y parientes son espectadores, testigos y participantes. Las provocaciones tienen la particularidad de ser siempre un hecho público, porque mismo las personas que no están allí en la escena, sabrán de lo acontecido a través de las prácticas discursivas; también, como lo señala Marques, porque los posicionamientos frente a las *questões* deben ser conocidos por todos. Volviendo a las formulaciones de Comerford, podemos decir que es la dimensión pública de las acciones en relación al conflicto aquello que constituye el carácter agonístico de la sociabilidad. En estos mundos sociales – aunque evidentemente no sólo en ellos – las disputas son públicas porque la reputación sólo se hace públicamente, o mejor, porque la reputación sólo existe en tanto y en cuanto tenga reconocimiento público.

Podemos, entonces, decir que la familia misma se produce públicamente. Y así, volvemos a la pretendida oposición entre lo privado y lo público. Los procesos de familiarización están lejos de pertenecer a algo que podría llamarse “privado”; del mismo modo que no podríamos hablar de una “esfera pública”, constituida por fuera de las relaciones familiares. A la luz de los trabajos de Marques y Comerford, lo público se constituye en las propias – y cotidianas – relaciones familiares.

Además de las narrativas, hay una serie de acciones ritualizadas a través de las cuales un conflicto

– como sus protagonistas – deviene hecho público. Una de ellas es la evitación. La imposición de una distancia territorial entre los *lados* de una pelea responde a una etiqueta del respeto y es, además, en sí misma performativa: reactualiza a cada momento la *intriga*, recordando a los *intrigados* y espectadores sobre la existencia de la misma. Comerford señala que la evitación, como el dejar de *visitar* una casa, son las señales más evidentes de un proceso de defamiliarización, es decir, de ruptura de los lazos de confianza y proximidad. El abordaje de Marques sobre este punto es interesante. Como las *questões* y las *intrigas*, las interdicciones territoriales también se configuran a través de los blancos, y también tienen escalas, afectando a las personas de acuerdo a su distancia social con los protagonistas.

Por otro lado, la evitación nos muestra que la imposición de un período de tregua también se da en términos territoriales. Acuerdos y desacuerdos, asumen una expresión topográfica. Podemos decir que la evitación es un respeto a los límites, en una situación en que los límites fueron traspasados por unos o por otros. Es interesante pensar cómo en ese parentesco territorializado las acciones relativas a los conflictos familiares involucran una expresión espacial, no sólo a través de la evitación, sino también del exilio o de la migración. Cuando una pelea involucra a familias que viven en un mismo *sítio*, o cuando se inicia en el seno de una misma familia, una de las partes debe abandonar el lugar.

De modo que el conflicto inter e intra familiar involucra cambios en la organización de esos territorios. Como lo muestra Comerford, la fisión dentro de familias tiende a generar nuevos *córregos* y localidades. Este fenómeno resulta interesante en dos sentidos. Primero, nos permite ver, pragmáticamente, cómo parentesco y territorio tienden a corresponderse y ajustarse de manera recíproca. Segundo, arroja una nueva luz sobre los fenómenos de migración. En general, la migración y la movilidad campesina suelen ser atribuidas a factores económicos. Aquí, en cambio, esa movilidad es parte de una dimensión moral de la sociabilidad, pues está íntimamente vinculada a la política del respeto y las reputaciones.

### III. LA FAMILIA REPENSADA

El hecho de que las narrativas sean tan significativas como los conflictos efectivos en la construcción de esa sociabilidad agonística; el hecho de que una *questão* pueda apaciguarse y devenir *intriga*; nos habla de una dimensión generalmente poco señalada, tanto por abordajes clásicos como el de Costa Pinto, como por la sociología espontánea acerca de las luchas de familia. Si hay algo que las etnografías de Comerford y Marques nos muestran es que ni el sertão pernambucano, ni la mata mineira, son espacios permanente y exclusivamente atravesados por la violencia. O mejor dicho, nos muestran que, al lado de una convivencia eminentemente conflictiva, hay también un ideal nativo de unión, solidaridad y conciliación. Las evidencias etnográficas nos obligan a repensar aquel escenario de guerra perpetua y hostilidad sin límites. Es cierto que, en teoría, la *intriga* es perenne. Pero si la *intriga* es siempre mantenida por la virtualidad de la venganza, también es cierto que la venganza puede ser siempre virtual.

De hecho, Marques indica que en el universo etnografiado la perpetuación de las venganzas no siempre se concreta en la práctica. La búsqueda de acuerdos y el establecimiento de treguas son hechos comunes entre las familias pernambucanas. Comerford también llama la atención sobre la existencia de una “paz camponesa” (112), siempre tensa y endeble, pero permanentemente sustentada por acuerdos tácitos. Pienso que ambos autores detectan una serie de fenómenos que actuarían como fuerzas limitadoras del conflicto. Por un lado, valores nativos asociados a la unión y la convivencia. Por otro, como bien lo demuestra Marques, las propias divisiones internas dentro de las familias tienen un cierto valor funcional, al impedir, por ejemplo, que todos aquellos que llevan un mismo nombre sean incluidos, automáticamente, en una *intriga* o en un juego de venganzas: “o fato de ser um Martins não leva todos os Martins a estarem do mesmo lado quando se diz que eles estão contra os Cortes” (140). En este sentido, el conflicto estaría regulando al conflicto mismo<sup>6</sup>.

Así, al lado de los condicionamientos de estatus – la exigencia de relativa igualdad entre los contrincentes –, es la plasticidad del parentesco aquello que impide que las *questões* y las *intrigas* adquieran escalas

extraordinarias e intolerables. La dimensión temporal introducida por Marques nos permite apreciar no sólo cómo las disputas van aumentando de escala – al incorporar nuevos protagonistas –, sino también, cómo van disminuyendo o manteniéndose relativamente estables – al excluir otros.

Siguiendo a Comerford, hemos dicho más arriba que, en estos mundos, ser pariente implica relacionarse con alguien “como un hijo”, “como una madre”, “como un hermano”. Esta perspectiva es sugestiva, en primer lugar, porque se inscribe en una preocupación por reconstruir teorías nativas sobre el parentesco; en segundo lugar, porque esas teorías nos invitan a reconsiderar nuestras propias teorías antropológicas. Para los *sitiantes*, la familia no aparece como un conjunto de relaciones sustanciales. La familia siempre está incorporando nuevos miembros – que pasan a ser considerados “como un hijo”, “como un padre” – y excluyendo otros, independientemente de los lazos de alianza y consanguinidad.

La idea de que el parentesco está lejos de ser un lazo sustancializado no es nueva para la literatura sobre familia. Recordemos que Oliveira Viana, primero, y Gilberto Freyre, después, abordan la sociedad brasileña como una *formación*. El clan patriarcal y la familia patriarcal están constituyéndose y definiéndose a cada momento. Ambos muestran que esa familia cuenta con dispositivos de asimilación de nuevos miembros: los *agregados*, los hijos ilegítimos, los esclavos, los hijos *de criação*, las concubinas. Lo mismo podemos decir al respecto de Pereira de Queiroz: las relaciones de parentesco van constituyendo parentelas, no sólo a través de la sangre y de la alianza, sino también de mecanismos como el compadrazgo.

Sin embargo, pienso que la dinámica de los procesos de familiarización y desfamiliarización propuesta por Comerford y – planteada en otros términos – por Marques, supone algo más. Básicamente, no sería del todo pertinente hablar de un grupo al que se incorporan, o del que se excluyen miembros, sino, en todo caso, del hecho de que los grupos mismos y sus fronteras van agregándose y desagregándose. Es en aquellos procesos de familiarización y desfamiliarización, inaugurados por los conflictos, que “la familia” como tal, se corporativiza. Es en los múltiples procesos *questão-intriga-questão*, que ciertas relacio-



nes pueden ser pensadas como de parentesco y como de no-parentesco. Las etnografías de Comerford y Marques tienen afinidad con perspectivas como las de Costa Pinto y Pereira de Queiroz, al indicarnos que familiarización y desfamiliarización, solidaridad y conflicto, son dos aspectos de un mismo proceso. Pero en Costa Pinto – aún cuando la violencia aparece como constitutiva de las relaciones –, las venganzas privadas son actualizadas en función de una “solidaridad grupal” preexistente. Según esta perspectiva, los grupos estarían allí, y el conflicto los haría visibles y palmarios. Algo análogo podemos decir respecto del trabajo de Pereira de Queiroz: allí se señalan las rupturas, pero se subraya, también, cierta organicidad de las parentelas a partir de la lealtad a la figura del coronel. En ambos autores se presupone un reconocimiento incontestable del “afuera”, o de “los de afuera”. Mientras tanto, en los trabajos de Comerford y Marques ese afuera nunca es tan claro ni inequívoco, y por eso, al parecer es más productivo pensar a los grupos a partir de las *questões*, que las *questões* a partir de los grupos. Es decir, si es cierto que las relaciones de familia son importantes para comprender las luchas de familia, también es igualmente cierto lo contrario: las luchas son imprescindibles para comprender las familias mismas.

Comerford escribe que el conflicto no es desestructurador, sino al contrario, estructurador de las relaciones sociales. Esta es la esencia de la sociabilidad agonística. Y es que esta concepción de conflicto – y del propio objeto “luchas de familia” –, encierra, al final de cuentas, una cierta concepción de familia como objeto de indagación antropológica. Marques y Comerford están cuestionando el presupuesto de familia como grupo, puesto que la política de las reputaciones no se hace a partir de unidades preestablecidas, sino que ella misma las conforma, siempre de forma situacional. Me interesa señalar, sin embargo, que ese cuestionamiento no es un mero acto declamatorio a favor de una pretendida des-esencialización o de un relacionismo radical. Es decir, no se trata de la simple afirmación de principio, del tipo la “relación precede a los términos”. La riqueza de ambos análisis es dar cuenta de la fluidez de las relaciones familiares haciendo jugar evidencias etnográficas concretas. Marques, por ejemplo, observa que, entre

los *sitiantes* pernambucanos, una misma persona puede ser definida como pariente y extraño al mismo tiempo, ya que participa de criterios concomitantes de pertenencia – parentescos múltiples, territorios. Las personas pueden acumular diferentes pertenencias, y según las circunstancias quedar incluidos en alguna de ellas, como excluidos de otras. Por ejemplo, un hombre puede, en cierta circunstancia, adscribir a la pertenencia dada por su apellido, y en otra, privilegiar la pertenencia a la familia de su mujer, con la cual ha alcanzado un grado de familiarización intensa. Como argumenta la autora, decir que los principios de inclusión y exclusión son fluctuantes, no significa decir que los Santana o los Albuquerque no existen. Significa, antes bien, reconocer que el referente empírico de esos nombres de familia se crea a cada momento, y que en esa creación el conflicto – las *questões*, las *intrigas*, los blancos y los rumbos – juegan un papel clave.

Gracias a esta vigilancia etnográfica, tanto Marques como Comerford evitan reprimir la agudeza del juego social en categorías como *vendetta*, *feud*, o en cualquier tipo de estructura preconcebida de venganza. Los conflictos son colectivos, es cierto, pero ni las solidaridades se accionan mecánicamente, a través de un circuito del tipo “solidaridad familiar-responsabilidad colectiva-venganza”, ni el conflicto es un juego enteramente transparente. Al contrario, da lugar a ambigüedades que las propias personas manipulan y negocian. Si es cierto – como lo señala Costa Pinto y lo sugieren los autores – que en estos mundos es la familia aquello que otorga status a los individuos, igualmente cierto es que esos individuos no son autómatas respondiendo a una solidaridad de grupo previamente dada.

Marques (2003) escapa a cualquier tipo de mecanicismo al relativizar la obligatoriedad de la venganza, y al mostrar que las reacciones individuales a los conflictos están lejos de ser homogéneas. Hay evaluaciones, sentimientos, intereses diferenciados, que permiten a las personas adoptar posturas diversas. De manera tal que cuando hablamos de los factores limitadores el conflicto, debemos agregar ahora las diversas pertenencias que las personas pueden invocar al momento de justificar o legitimar tal o cual proceder – posicionarse de un *lado* o de otro, optar por la neutralidad. Son las propias personas

las que otorgan flexibilidad al parentesco. Y no se trata, simplemente, del hecho de que un individuo pertenece a varios grupos, sino de que los llamados grupos tienen fronteras indeterminadas. La familia, entonces, deja de ser una unidad empírica y discreta, para aparecer como un conjunto de redes que cristalizan en y a través del conflicto. También, como una forma de sociabilidad, siempre dinámica, en que las relaciones e interacciones sociales son configuradas e interpretadas. La familia deviene objeto escurridizo. Y tal vez por eso, nuestro desafío consista en poder dar cuenta de cómo, en determinadas circunstancias y por un lapso de tiempo, ciertas personas actúan 'como siendo' una familia.

## NOTAS

- <sup>1</sup> Ciertamente, Abreu Filho (1982:6), en una crítica a perspectivas sustancializadas, señala esta dimensión cognitiva: la familia y el nombre de familia funcionan como criterio para localizar a las personas en un "mapa socio-moral" nativo.
- <sup>2</sup> Es probable que estos autores, al dialogar en el campo del derecho y la jurisprudencia, estuvieran familiarizados con las formulaciones de Henri Maine sobre la sangre y el territorio como dos estadios específicos de la evolución del vínculo político.
- <sup>3</sup> Cabe recordar que, dentro del pensamiento sociológico, Simmel fue uno de los primeros en explorar la proximidad como condición necesaria del conflicto.
- <sup>4</sup> La dimensión moral de los mapeamientos es también señalada por Abreu Filho (*ibid*). Allí, la *lucha* por tener un nombre y por honrar un nombre forman parte de lo que, pienso, puede ser una teoría nativa sobre el parentesco.
- <sup>5</sup> Mientras en el trabajo de Marques las peleas de familia son entendidas como conflictos que envuelven venganza, en Comerford esta dimensión no está tan subrayada. Sin embargo, se trata de lógicas semejantes, que involucran la forma del tipo desafío-respuesta.
- <sup>6</sup> Una relación entre conflicto y orden que sigue esta dirección puede encontrarse en el trabajo de Costa Pinto, donde la venganza privada es pensada como un modo de regular el orden social.

## REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

- ABREU FILHO, O. (1982). "Parentesco e Identidade Social". In: *Anuário Antropológico 80*. Fortaleza: Edições UFC; Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- BOURDIEU, P. (1972). "Le sens d l' honneur". *Esquisse d'une*

*théorie de la pratique*. Genève: Librairie Dorz.

- CÁNDIDO, A. (1951). "The Brazilian Family". T. Lynn Smith & Alexander Marchant (eds). *Brazil: Portrait of Half a Continent*. New York: The Dryden Press.
- COSTA PINTO, L. (1949). *Lutas de família no Brasil: Introdução ao seu estudo*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- DUARTE, N. (1939) [1966]. *A ordem privada e a organização política nacional*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- FREYRE, G. 1933 [1973] *Casa Grande e Senzala. Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio.
- HEREDIA, B. & GARCIA, A. (1971). "Trabalho familiar e Campesinato". *América Latina*. Rio de Janeiro, Centro Latino Americano de Pesquisas em Ciências Sociais, N° ½, jan/jun. p. 10-20.
- MARQUES, A. C. (2003). "Política e questão de família", in: *Revista de Antropologia*. (USP) São Paulo, v. 45, n° 2, p. 417-442.
- MOURA, M. M. (1978). *Os Herdeiros da Terra: parentesco e herança numa área rural*. São Paulo: HUCITEC.
- OLIVEIRA VIANA, F. J. (1920) [1973]. *Populações meridionais do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- QUEIROZ, M. I. Pereira de. (1976). *O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios*. São Paulo: Alfa-Ômega.
- SEYFERTH, G. (1985). "Herança e Estrutura Familiar Camponesa". *Boletim do Museu Nacional*. Rio de Janeiro, Museu Nacional, n° 52, maio.

## O LUGAR DA SANFONA

Eles têm Luiz Gonzaga como principal referência. E, mais que isso, vivenciam a mesma relação de paixão pela sanfona. Um deles chega a citar declaração do mestre para falar da relação com o instrumento. “Se você puder dormir com a sanfona dentro da rede, é ainda melhor”. Esses são os “velhos sanfoneiros”, como os denominou a socióloga Sulamita Vieira.

Simplesmente tocadores ou profissionais, os velhos sanfoneiros geralmente não estão ligados a grupos musicais. Quando muito, são acompanhados por zabumba, pandeiro e triângulo. Podem até nem viver da música; mas, estão marcados pela tradição, quase sempre passada de pai para filho, de contar histórias com a musicalidade da concertina, pé-de-bode, acordeão, oito baixos ou sanfona, como o instrumento é mais conhecido.

Os primeiros contatos de Sulamita Vieira com o universo dos velhos sanfoneiros, em termos de investigação social, ocorreram durante sua pesquisa sobre as representações do sertão na música de Luiz Gonzaga, no início dos anos 1990. Após concluir aquele trabalho, deparou-se com a seguinte questão: a música de Luiz Gonzaga continua? Ela afirma que sim. Seja com ele mesmo, nas composições e gravações deixadas, seja por meio daqueles que seguem seu estilo.

Durante a realização de palestra na abertura da exposição fotográfica de Francisco Sousa sobre velhos sanfoneiros, no Museu do Ceará, em setembro de 2006, a pesquisadora recebeu a sugestão de escrever um livro sobre o tema. A idéia foi posta pelo professor do Departamento de Comunicação Social da UFC, Gilmar de Carvalho, e pelo diretor do Museu do Ceará e professor do Departamento de História da UFC, Régis Lopes.

O livro *Velhos Sanfoneiros*, título da coleção

**De: Sulamita Vieira. *Velhos sanfoneiros***

Fortaleza: Museu do Ceará / Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2006.

**Por: ANA CESALTINA BARBOSA MARQUES**

Jornalista, especialista em Antropologia e Mundos Contemporâneos, pela Universidade Católica de Brasília. Professora, vinculada ao Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal do Ceará.

Outras Histórias, editada pelo Museu do Ceará, da Secretaria da Cultura do Ceará, foi lançado em dezembro daquele ano e resulta de uma investigação em curso. Nele, Sulamita Vieira divide com o leitor parte das narrativas que encontrou nas conversas com sanfoneiros em aproximadamente três anos de pesquisa. Ao ouvi-los, a pesqui-

sadora investiga, entre outras questões, qual o lugar dos velhos sanfoneiros na sociedade brasileira.

Alguns falam dos “bons tempos” em que a sanfona gozava de muito prestígio, fruto principalmente do trabalho de Luiz Gonzaga, que se consagrou como “Rei do Baião”, entre as décadas de 1940 e 50. Assim fez-se uma escola, registra o estudo, “com um estilo musical cujo repertório inclui basicamente xote, marchinha junina, baião e mazurca”. Nesse contexto, a sanfona ocupava função protagonista nas apresentações musicais, fossem em festas de noivado, casamento ou batizado, animação de cabarés, feiras, vaquejadas, ou mesmo nas apresentações do Rei do Baião pelo sul do País.

Hoje, a sanfona e o sanfoneiro se articulam com outros elementos do mundo da música, assumem outras funções e, ao mesmo tempo, mantêm elementos da tradição. É observando o lugar do sanfoneiro nas bandas de forró, por exemplo, onde ele deixa de ser personagem central, que Sulamita Vieira identifica um “deslocamento de imagem”, decorrente de novas combinações, próprias da dinâmica da cultura.

“Os grupos se apropriam de fazeres anteriores e de contemporâneos a eles. Vão assim se reinterpretando. São impressos outros significados a artefatos, valores e símbolos. No campo da música, são introduzidos outros elementos musicais, outros ritmos, a combinação dos instrumentos é organizada de outro modo”, explica. A pesquisadora lembra que, como outros músicos, o próprio Luiz Gonzaga não partiu do

zero. “Tocava sanfona, que nem brasileira é, e depois foi buscar zabumba, triângulo e pandeiro para tocar baião, uma linguagem nova”.

Com essa compreensão, e ao identificar diferenças entre os universos dos velhos sanfoneiros e das bandas de forró, Sulamita Vieira declara-se otimista em relação às possibilidades de permanência ou continuidade da tradição. Ela os identifica como fenômenos diferentes, impossíveis de serem comparados. Muito menos pertinente seria falar em substituição de um pelo outro, argumenta.

O estudo mostra também uma dimensão social incorporada pelos sanfoneiros. Ao produzirem e difundirem uma cultura, eles contribuem para a consolidação de identidades. A autora lembra, por exemplo, a presença do que atualmente se designa “forró pé-de-serra”. Na tradição dos velhos sanfoneiros, as músicas contam histórias. E seus elementos e significados têm a capacidade de agregar pessoas e grupos sociais, gerando múltiplos processos interativos. Outro aspecto da tradição é o domínio técnico sobre o instrumento, em geral transmitido por membros da família, mesmo sem o estudo formal de música.

São as biografias registradas na pesquisa que revelam peculiaridades do cotidiano dos velhos sanfoneiros. Sobre a arte que vem de longe: “olhe, eu era bem miudim; eu roubava a sanfona do meu pai. Depois, eu comecei a tocar mais ele, nas festa”, contou o sanfoneiro paraibano Môzo da Ambulância, em entrevista concedida à autora. Sobre a conciliação entre a arte e o trabalho que garante a subsistência – “a atividade deles era a roça e a música” –, Zé Viana, um outro entrevistado, lembra a rotina do pai e dos tios, em décadas passadas, no sertão do Ceará. Sobre o mercado musical: “por mais de um ano, toquei, com licença da palavra, nas boites. Naquela época, a gente só arranjava pra tocar, na noite, assim nos cabarês”, disse outro cearense, Tonicão de Sobral, que, tempos depois, fez apresentações musicais nos Estados Unidos, na Itália, em Portugal e na Espanha.

Ao adentrar no universo da sanfona, a autora convida o leitor a passear também pelos caminhos das definições de termos e expressões relativos a instrumentos e gêneros musicais. Estão lá enunciados sobre acordeão, concertina, sanfona, triângulo, pandeiro e zabumba, resultado de pesquisa em dicionários

especializados. Constatam também definições para arrasta-pé, baião, forrobodó, marcha, mazurca e schottische. A leitura das definições indica as origens das práticas culturais, mostrando que o mundo da sanfona está relacionado, por diferentes caminhos, com outros mundos.

A palavra escocesa “schottische”, por exemplo, foi aportuguesada para fazer referência ao nosso xote, ou xótis. Originalmente, dá nome a uma dança de roda como a polca, porém mais lenta. Por volta de 1850, época do Império, o estilo alcançou sucesso no Brasil. Um dicionário citado diz: “abrasileirou-se a tal ponto que no Nordeste brasileiro, executado por sanfonas em bailes populares, mudou o nome para ‘xótis’”.

A autora observa a limitação da bibliografia. E indica as lacunas. Em algumas publicações brasileiras, Luiz Gonzaga não constitui verbete, porém, constam nomes da música européia. Se esses dicionários especializados se propõem a apresentar as palavras próprias da língua falada pela nação, a autora questiona de que nação estão falando. Os conceitos e as palavras estão associados a determinados lugares sociais, explica. E as definições encontradas se mostram pouco flexíveis, não dando conta das variações e da diversidade de apropriações existentes.

A pesquisa de Sulamita Vieira continua com a realização de novos registros biográficos de velhos sanfoneiros, de suas relações com as festas, com a música, com as heranças musicais de antepassados. O estímulo para seguir está em seu interesse pela dinâmica da cultura, guiado pela trilha sonora do sertão. A autora também publicou, em 2000, *O sertão em movimento: a dinâmica da produção cultural*, editado pela Annablume.

## CARTAS A NELSON ALGREN...

Simone de Beauvoir, escritora francesa e uma das mais respeitadas intelectuais do século XX, reconhecida internacionalmente, teve importante papel na trajetória do feminismo, principalmente com a publicação, em 1949, na França, de *O Segundo Sexo*.

Na ocasião, o livro causou contestação e polêmica. Nos anos posteriores, *O Segundo Sexo* passou a ser uma referência imprescindível para a compreensão da condição feminina, sendo traduzido para diversas línguas, e publicado, inclusive no Brasil, em 1960.

Conhecer um pouco da vida daqueles escritores cuja obra teve importância em nossa trajetória pessoal é sempre um desejo de nós leitores. E, tratando-se de Simone de Beauvoir, poder penetrar em sua intimidade, significa mais do que aplacar uma curiosidade. É buscar nas páginas de sua vida o reflexo de seu pensamento. Sendo uma mulher considerada “feminista”, o que este fato pôde trazer para a esfera de sua vida amorosa? Como um ídolo lida com situações dessa natureza?

*Cartas a Nelson Algren: um amor transatlântico 1947-1964* é uma coletânea de 304 cartas escritas por Simone de Beauvoir a Nelson Algren, escritor americano, com quem a autora manteve um relacionamento amoroso, por vários anos.

O livro é apresentado e, em alguns trechos, comentado por Sylvie Le Bon de Beauvoir<sup>1</sup>, que esclarece acerca do relacionamento de Simone de Beauvoir com Nelson Algren e oferece algumas explicações sobre fatos vinculados às cartas.

Simone escreveu a Algren em inglês, já que ele não sabia francês. Este fato, relatado em diversas passagens do livro, é motivo de queixa, por parte de Simone, que se sentia pobre e limitada para escrever sobre sentimentos em uma língua que ela própria considerava não dominar. Isto, porém, de maneira alguma, diminui a qualidade do texto, marcado por

**De:** Simone de Beauvoir. *Cartas a Nelson Algren: um amor transatlântico, 1947-1964*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000, 557 p.

**Por:** MARIA INÊS DETSI DE ANDRADE SANTOS

Doutora em Sociologia, professora da Universidade de Fortaleza (UNIFOR).

uma linguagem espirituosa, bem humorada e, em muitas passagens, poética.

A primeira carta publicada traz a data de 23 de fevereiro de 1947 e revela que o amor era ainda apenas uma possibilidade. Nela, Simone diria: “...De todo modo, até breve ou adeus...

quero dizer que não o esquecerei”. A última é datada de novembro de 1964, época em que o amor já havia se transformado em amizade: “Caríssimo você. Lá se vai uma eternidade que nenhuma carta nem foi, nem chegou... Dê notícias, sua fera velha...”

No intervalo entre as duas datas referidas, uma vasta correspondência de Simone a Nelson registra o desenrolar de um romance que tocou Simone, de forma profunda; principalmente, nos cinco primeiros anos do relacionamento, quando foi escrita a maior parte da correspondência (239 cartas). A partir de 1953, observa-se um espaçamento maior entre as cartas, e uma modificação no seu teor: a linguagem apaixonada desaparece, indicando uma mudança na natureza da relação. A amizade ainda os uniu por vários anos. Os motivos dessa espécie de enfraquecimento da amizade são mencionados por Sylvie Le Bon, em sua apresentação do livro.

*Cartas a Nelson Algren...* nos dá a oportunidade de conhecer muitas facetas da vida de Simone de Beauvoir, o cotidiano, os dramas existenciais, aspectos de sua relação com Sartre, sua trajetória profissional, suas idéias políticas.

O livro, se por um lado confirma uma imagem construída em torno de Simone de Beauvoir e de Jean Paul Sartre, como sendo a de um casal livre dos constrangimentos de um matrimônio tradicional, por outro, surpreende porque, a liberdade para constituir outros relacionamentos parecia ser exercida, sobretudo, por Sartre. Com a publicação das cartas de Simone a Nelson Algren, essa imagem se modifica. A revelação ao público do seu amor por Nelson rela-

tiviza sua ligação com Sartre, ou melhor, nos fornece elementos que, talvez, possam ajudar a desfazer eventuais simplificações dessa imagem do relacionamento Simone-Sartre. Passamos a conhecer um outro lado da vida de Simone de Beauvoir tão essencial para ela quanto a sua vivência com Sartre.

Como mulher apaixonada, Simone se expõe inteira, sem receio, declarando seu amor por Algren e enaltecendo o amado:

*(...) Nelson, meu único amor. Foi a mais difícil e a mais doce das separações, a mais difícil porque jamais eu o amei tanto, a mais doce porque eu nunca senti tão forte o seu quente e precioso amor. Nós pertencemos um ao outro, nós permanecemos unidos para além do oceano... (16 de setembro de 1949).*

E vive o medo da separação:

*(...) Nelson, meu amor. Nunca as suas cartas me faltaram, então fiquei meio enlouquecida... Imediatamente temi que você tivesse rompido comigo: depois refleti que era idiota, que você não agiria assim, mas que talvez estivesse morto ou doente... A ausência de carta e de telegrama só podia ser explicada se algo estivesse acontecido a você. Eu não podia dormir, não podia trabalhar, nem comer durante três dias vivi um pavor mortal (20 de setembro de 1948).*

Mas, todo esse envolvimento, essa dependência não tornou Simone alienada do que ocorria à sua volta. Em certos momentos vivia esse amor com culpa: “Estou consciente de que conceder tanta importância aos sentimentos pessoais é uma insensatez, quando no vasto mundo acontecem tantos fatos graves...” (23 de outubro de 1947).

Talvez, a distância física entre Simone de Beauvoir e Nelson Algren tenha mais ajudado a manter acesa a chama do amor que nutriam entre si do que

a dissipá-la. De certa maneira, os protegeu, como que poupando-os, de lidar com uma outra distância, mais radical, que se expressava na forma de encarar a vida. Nelson também era escritor, participava da vida cultural e política de seu país e, como Simone, era reconhecido publicamente. Mas, diferentemente dela – que vivenciava tudo tão intensamente, que era desprendida, que possuía uma vida rica de amigos, viagens e contatos –, era retraído, desejava uma existência mais comum: casa, mulher, filhos. A paixão entre os dois foi marcada pelo estranhamento e o confronto. Simone, sendo francesa, mesmo que de forma sutil, incorporou a posição do “colonizador”. Tratava-o, carinhosamente, por “meu jovem nativo”, “meu provinciano encantador”. Criticava-o por não querer aprender o idioma francês: “você, tolo, preguiçoso como é, não pode entender, porque só conhece a sua língua materna, como um bom americano arrogante e chauvinista” (21 de novembro de 1947).

Assim, os poucos encontros que tiveram, ao longo daqueles dezessete anos, parecem tê-los colocado frente a frente com diferenças irreduzíveis, contribuindo para desfazer o sentimento amoroso. Mantida a amizade, Simone terá a oportunidade de ainda escrever para Nelson Algren. E, no período dos últimos anos de correspondência entre eles, Nelson se casará, mas o casamento não o deixará feliz. Simone, que afirmou nessa época ter encerrado sua carreira amorosa, acabará cedendo sua graça a um homem que declarou paixão por ela. Ele com 27 anos e ela, em torno dos 50. As últimas cartas de Simone a Nelson nos dão a sensação de que, enquanto ele definhava, ela continuava a florescer.

Mas o livro não apenas desvela esse *Outro*, tão caro à vida da escritora ou redefine a imagem de sua relação com Sartre. Ele também mostra como as vivências pessoais afetam o processo de construção literária. Quando conheceu Nelson, Simone já havia iniciado *O Segundo Sexo*, cuja temática inquietava a autora naquele momento. Teve que suspender por uns tempos esse projeto: “Eu errei ao tentar de imediato retomar aquele livro sobre as mulheres, iniciado antes de minha partida para a América – ele está morto para mim neste momento; não posso retomá-lo do ponto em que o deixei como se nada tivesse acontecido”. (7 de junho de 1947).

Simone relata, com detalhes o seu cotidiano de escritora e de intelectual politicamente engajada. Fala sobre seu trabalho, as idas ao campo para escrever, sua participação na vida cultural e política. Em todos esses momentos, ela cita a presença de Sartre. A importância do filósofo em sua vida é inegável.

Simone também atua, no livro, como crítica literária. Vemos, pelos seus relatos, que lia vorazmente. Nas cartas, tece comentários sobre as obras lidas e sobre eventos culturais dos quais participava. Ela também adorava cinema, ia a concertos e assistia a peças de teatro, sendo muitas vezes conhecedora do processo de criação dessas obras. Cita em suas cartas nomes da vanguarda intelectual européia, muitos deles amigos pessoais dela e de Sartre.

As inúmeras viagens feitas por Simone de Beauvoir (geralmente com Sartre) a países de todos os continentes também estão relatadas nas cartas a Nelson. Algumas dessas cartas são verdadeiros diários de viagens, com descrições minuciosas e interessantes dos lugares visitados, aspectos da cultura, da vida política, dos encontros com os intelectuais, dos eventos para os quais eram convidados:

*(...) O Rio, onde estou agora, é uma cidade imensa, terrível, feia e bela, explode nos mais violentos contrastes. O mar, a baía, a praia, as montanhas que avançam até o centro da cidade, tudo isso é de uma admirável beleza... Além disso, em todas as montanhas e também na cidade, existem favelas, 750 mil pessoas (de um total de 4 milhões) amontoadas em barracos... Ontem, Sartre e eu recebemos solenemente o título de "cidadãos do Rio de Janeiro", título que confere uma quantidade de direitos. Não é lindo? E é mesmo, até como um insulto ao governo francês. Fiquei sabendo que esse governo indecente exerceu fortes pressões sobre o Brasil para que não nos convidasse, com medo de que Sartre falasse da Argélia. Pois ele falou, falou da tortura, de tudo. Os brasileiros, que se sentem como uma*

*colônia dos estados Unidos, detestam o colonialismo e gostaram muito de seu discurso. Estamos fazendo tanta propaganda anti-gaullista quanto possível, e foi nesse contexto que eles nos deram o título de cidadãos do Rio (26 de agosto de 1960).*

O envolvimento com questões de natureza política aparece ao longo de todo o livro, denotando a preocupação da autora com os rumos da política francesa e mundial. Simone fazia parte de grupos que denunciavam os colonialismos e os totalitarismos de direita e de esquerda.

Considerando-se que Simone de Beauvoir serviu de referência e inspirou o movimento feminista de forma tão contundente, sua posição acerca da condição feminina pouco aparece nas cartas e, quando aparece, há um certo distanciamento: "Já lhe falei, nunca sofri por ser mulher, às vezes até me felicito por isso. Entretanto, quando olho as mulheres ao meu redor, constato que elas vivem problemas específicos e que valeria a pena analisá-los em sua particularidade" (2 de janeiro de 1948).

Mas, Simone foi feminista na sua própria forma de viver e teve uma vida que muitas mulheres podem invejar. Além disso, estamos diante de cartas a Nelson Algren, seu grande amor; um amor, que apesar da sua grandeza, era frágil, delicado em razão das diferenças entre eles. As mulheres que fazem crítica às relações de gênero bem sabem como é difícil essa tarefa, quando estão vivendo, ao mesmo tempo, uma relação amorosa. Talvez tenha sido esse o caso de Simone.

A leitura do livro é uma oportunidade singular para desmistificar a escritora, tornando-a mais humana, "mais igual a nós outras", ou, quem sabe, surpreender-nos com sua grandeza, pois veremos que Simone também pôde ser uma mulher forte, generosa e, sobretudo, feliz.

## NOTA

- 1 Simone de Beauvoir se refere a Sylvie Le Bon, no livro *Balanço Final* (Nova Fronteira, 1972) como uma amizade que teve muita importância em sua vida. Sylvie era aluna de filosofia e mostrou o desejo de conhecer Simone pessoalmente. Desse encontro nasceu uma relação sólida e benéfica para ambas. Posteriormente, Sylvie foi legalmente adotada como filha, por Simone.

# NORMAS PARA A APRESENTAÇÃO DE COLABORAÇÕES

Por favor, envie sua contribuição em cd em programa Word for Windows, com cópia impressa em papel para:

Revista de Ciências Sociais  
Departamento de Ciências Sociais  
Universidade Federal do Ceará  
Av. da Universidade, 2995, 1º andar (Benfica) 60.020-181 Fortaleza, Ceará/BRASIL  
Tel./Fax: (85) 3366.7416 ou (85)3366.7421

O texto deve ser digitado em espaço um e meio (1,5) e não ultrapassar 30 laudas (sete mil palavras).

Utilize letra *Times New Roman*, de tamanho 12 para todo o texto, inclusive para os títulos, os subtítulos e as notas.

Cada artigo deve ser acompanhado de um resumo (máximo de sete linhas), de um *abstract* e informações sobre o autor (instituição, cargo, titulação acadêmica).

Os títulos e subtítulos devem ser ressaltados por meio de 2 espaços dentro do texto, sem utilização de formatação especial para destacá-los.

As citações que não ultrapassarem 3 linhas devem permanecer no corpo do texto. As citações de mais de 3 linhas devem ser separadas do texto por meio de 2 espaços; em itálico e 1,5 mm margem esquerda.

Palavras em outros idiomas, nomes de partidos, empresas etc. deverão ser escritos em itálico.

## FORMAS DE CITAÇÃO

- A bibliografia, em ordem alfabética, e as notas e bibliografias, numeradas, deverão aparecer no final do texto.

- As referências bibliográficas no interior do texto deverão seguir a forma (Autor, data) ou (Autor, data: página). Exemplos: (BARBOSA, 1964) ou (BARBOSA, 1963: 35).

- Se houver mais de um título do mesmo autor no mesmo ano, deve-se diferenciar por uma letra após a data: (CORREIA, 1993a), Correia, (1993b).

- Caso o autor citado faça parte da oração, a referência bibliográfica deve ser feita da seguinte maneira: Wolf (1959: 33-37) afirma que...

- Toda referência bibliográfica que venha acompanhada de comentário e informações complementares deve ser colocada como nota.

## BIBLIOGRAFIA

A bibliografia deve conter todas as obras citadas e orientar-se pelos seguintes critérios:

**Livro:** Sobrenome em maiúsculas, Nome (Data entre parênteses). Título em itálico. Local: Editora.

Exemplo: HABERMAS, Jürgen (1987). *Dialética e hermenêutica: para a crítica da hermenêutica de Gadamer*. Porto Alegre: L&PM Editores.

**Coletânea:** Sobrenome em maiúsculas, Nome. (Data). Título do capítulo entre aspas, in (em itálico), iniciais do nome, seguidas do Sobrenome do(s) organizador(es), Título da coletânea em itálico. Local: Editora.

Exemplos: MATOS, Olgária. (1990). "Desejos de evidência, desejo de vidência: Walter Benjamin", in A. Novaes (org.), *O Desejo*. São Paulo: Companhia das Letras.

**Artigo:** Sobrenome em maiúsculas, Nome (Data). Título do artigo entre aspas. Nome do periódico em itálico, número da edição: numeração das páginas.

Exemplo: VILHENA, Luís Rodolfo. (1996). "Os intelectuais regionais. Os estudos de folclore e o campo das Ciências Sociais nos anos 50". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 32: 125-149.





**EXPRESSÃO GRÁFICA**

Rua João Cordeiro, 1285  
(85) 3464.2222 • Fortaleza-CE  
[www.expressaografica.com.br](http://www.expressaografica.com.br)

---

FILIADA À CÂMARA BRASILEIRA DO LIVRO

